

A Defesa Nacional



MAIO
1957

NÚMERO
514

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

E

ESTUDOS BRASILEIROS

Ministério da Guerra

RIO DE JANEIRO

BRASI

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano LXIV

BRASIL — RIO DE JANEIRO, MAIO DE 1957

N. 514

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial	5
HOMENAGEM A PORTUGAL	
Palavras de Olegário Mariano	11
General Francisco Higino Craveiro Lopes, Presidente da República Portuguesa — Notícia biográfica do Ministério das Relações Exteriores	13
Algumas considerações sobre a organização da Defesa Nacional e do Exército Português — Ten-Cel Henrique Carlos de Assumpção Cardoso	17
O General Craveiro Lopes e o Brasil — Cândido de Oliveira	23
Por uma política luso-brasileira — Emb. João Neves da Fontoura	25
Marechal João Crisóstomo Callado — Prof. David Carneiro	31
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
A Tática dos Blindados Soviéticos — Gen Oskar Munzel	43
Diã "D" e Hora "H" dum desembarque anfíbio — Cap de Frag Jayme de Azevedo Pondé	53
O Concurso de Admissão à Es CEME em 1956 — "Uma solução" para a Prova de Conhecimentos Militares Comuns a todas as Armas	59
Ajustagem do Tiro de Artilharia pelo combatente de qualquer Arma — Instrução aos Oficiais do 12º RC, no 3º RA Cav-75, em Bagé, sob a direção do Cel Osmar de Almeida Brandão, ministrada pelos Caps Carlos Gomes da Silva e Rubens Mário Jobim (Continuação — 2ª Sessão Teórica)	67
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
O "ABC" da Energia Nuclear — II Parte — Gen Div Nicanor Guimarães de Souza	77
O Concurso de Admissão à Es CEME em 1956 — "Uma solução" para as questões de História	103
Tropelias e Lutas dos Guaicurus contra os Paragualos nos primórdios da Independência destes — Gen Silveira de Mello	113
DIVERSOS	
O Dia Pan-Americano — Gen Estevão Leão de Carvalho	125
O Brasil e o Pan-Americanismo — Hélio Viana	133
148º Aniversário da Academia Militar das Agulhas Negras — Cel Arold Ramos de Castro	137
BRASILIANAS	
Deve o Brasil possuir muitas reservas: Urânio — Mais energia elétrica para a zona do carvão do Estado do Paraná — Desenvolve-se no Brasil o consumo de fertilizantes — A energia nuclear e o desenvolvimento econômico do Brasil — A indústria de álcalis a caminho da concretização — Expansão da indústria de eletricidade — Brabot S.A. explorará o petróleo boliviano — A Mercedes Benz em Belo Horizonte	145
NOTÍCIAS MILITARES	
Execução de ajuste estabelecido pela troca de Notas de 21 Jan 57 entre os Governos do Brasil e dos EE UU da América do Norte — Código de Conduta — Parecer sobre prazo de tolerância para a Lei de Promoções — Constrói o Exército novas estradas para a região nordestina — Parecer sobre promoção de militar por ter servido na zona de guerra antes da declaração formal de beligerância — Americanos preparam satélite artificial e engenhos teleguidados — Manobras da 1ª DI — Realizou manobras a 9ª RM	153
ATOS OFICIAIS	
Leis, decretos, portarias e avisos, de interesse geral para as Forças Armadas, publicados até 15 de abril de 1957, no "Diário Oficial"	161

A decorative woodcut-style illustration. On the left, a soldier in uniform stands holding a rifle. Above him, a trumpet is shown. On the right, there is a military chest or trunk with straps and buckles. The entire scene is framed by ornate, swirling lines.

EDITORIAL

"A DEFESA NACIONAL", desejando participar, de modo mais efetivo das homenagens que serão prestadas ao Excelentíssimo Senhor General CRAVEIRO LOPES, mui digno Presidente de PORTUGAL, houve por bem dedicar a presente edição ao nobre visitante e à nossa digna Pátria-Mãe.

O Chefe de Estado português simboliza essa Pátria de que nunca nos desprendemos e cuja projeção renovamos dêste lado do Atlântico. O General CRAVEIRO LOPES não terá para recebê-lo, no Brasil, apenas um programa protocolar de homenagens, mas a emoção do nosso Povo e, particularmente, das nossas Forças Armadas.

O momento é muito próprio para recordar, com grande contentamento, a simpatia da calorosa acolhida que os nossos expedicionários tiveram a honra de receber quando de seu regresso da Itália, após a II Grande Guerra, em seu desfile pelas largas avenidas de Lisboa. Não bastasse acontecimento de tal monta para justificar nosso empenho, a "DEFESA NACIONAL", de âmbito das nossas Forças Armadas, encontraria maior razão, numa alegação decisiva, para se avocar o direito e o dever de servir como veículo aos votos de felicidade dos homens de farda do Brasil ao insigne visitante — o ser êle próprio um bravo e experimentado "Irmão d'Armas" !



EXMO SR GENERAL FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES

PALAVRAS DE OLEGÁRIO MARIANO

A visita do General Craveiro Lopes ao Brasil tem uma significação invulgar na sensibilidade da família luso-brasileira, porque ele encarna por si só a própria terra dos nossos antepassados. É Portugal em pessoa que visita o filho dileto (desculpem a liberdade poética) pela mão do seu Presidente.

O Brasil, estou certo, receberá de braços abertos, com enternecimento e entusiasmo o digno colaborador do grande Oliveira Salazar — o construtor de uma Pátria respeitada e forte.

Graças a ambos, a realidade de Portugal é uma afirmação incontestável, um sonho que se concretizou

nas maiores realizações. Juntos os dois estadistas, irmanados pela mais firme e leal solidariedade, levarão Portugal para os destinos a que tem direito por sua História gloriosa, pela cultura, pela beleza moral dos seus filhos, pela religião, pelo idioma.

Finanças, realizações materiais, auto-estradas, restaurações de monumentos históricos, fundações culturais, hospitais, metrô, casas populares, parques infantis, todo um cortejo infindável de iniciativas já realizadas e a realizar, fazem do Portugal de hoje, do Portugal que eu vi, — um exemplo digno de ser imitado por todas as nações do mundo.

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGÚ

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÔRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE

General Francisco Higino Craveiro Lopes, Presidente da República Portuguesa

Notícia Biográfica do Ministério das Relações Exteriores.

O General Francisco Higino Craveiro Lopes nasceu em Lisboa no dia 12 de abril de 1894. Filho do General João Carlos Craveiro Lopes, que foi condiscipulo e grande amigo do falecido Marechal Carmona, combatente da guerra de 1914 e Governador-Geral da Índia Portuguesa; neto do General Francisco Higino Craveiro Lopes, um dos primeiros Comandantes da Divisão de Lisboa e possuidor da Grã-Cruz da Torre e Espada; bisneto do General Francisco Xavier Lopes, nascido na Vila do Campo Maior, no Estado do Piauí, Brasil; trineto do Coronel Higino Xavier Lopes, que tomou parte nas lutas da Independência do Brasil e sobrinho-bisneto do Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos Craveiro Lopes também nascido na Vila piauiense de Campo Maior, e que como o pai o irmão esteve envolvido nas lutas emancipadoras de 1822.

Pertence, como se vê, o Presidente da República a uma ilustre e gloriosa família de militares.

Freqüentou, como os dois anteriores Chefes de Estado, Marechais Gomes da Costa e Oscar Carmona, o Colégio Militar, escola onde se educaram, e formaram, muitas das mais relevantes figuras portuguesas. Alistou-se, depois, como voluntário, em 23 de junho de 1911 no Regimento de Cavalaria n. 2 e fez, mais tarde, o curso de Cavalaria da Escola de Guerra, findo o qual foi promovido a Alferes em 16 de novembro de 1915. Encetou, nessa data, a sua brilhante carreira de Oficial do Exército.

Integrado na expedição a Moçambique, dos comandos do General Ferreira Gil e Coronel Mou-

zinho Mendes, foi louvado, ainda como Alferes, pela maneira brilhante e destemida bravura como se evidenciou em todas as fases do combate de Riwambo. Promovido a Tenente em 1917, foi novamente louvado, entre outros motivos, por ter em Newala mostrado grande valor militar e coragem, fazendo fogo com uma metralhadora do Fortim, serviço que não lhe competia, expondo-se e arriscando, por essa forma, a vida, porque o inimigo não poupava a posição. Quer por estas ações, quer pelas qualidades de inteligência, dedicação e espírito de comando que evidenciou, foram-lhe concedidas a Medalha Comemorativa das Campanhas do Exército Português com a legenda "Moçambique — 1914-18", a Cruz de Guerra de 1ª classe e em 1923, com 29 anos apenas, o grau de Cavaleiro da Ordem Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito.

Em 1917, freqüentou na França o Curso de Piloto Militar na Escola Militar de Aviação de Chartres, e ingressou na Aeronáutica Militar Portuguesa. Promovido a Capitão em 1922, serviu até 1929 na Escola Militar de Aviação e noutras unidades de Aeronáutica. Neste ano embarcou para a Índia, como ajudante-de-campo de seu pai, então Governador desse Estado.

Durante nove anos serviu quase ininterruptamente na Índia onde foi sucessivamente e já depois da sua promoção a Major, em 1930, Chefe da Repartição do Gabinete do Governo-Geral, Governador do distrito de Damão e Encarregado do Governo-Geral do Estado da Índia. Promovido a Tenente-Co-

ronel em 1939, comandou a Base Aérea de Tancos, durante cerca de dois anos. Colocado em 1941 no Comando-Geral da Aeronáutica, foi ali um dos principais colaboradores do Governo, e já no posto de Coronel, a que ascendeu em 1942, durante o difícil período que o país atravessou no decorrer da última guerra, interveio especialmente em negociações internacionais importantes, que então se desenrolavam e deslocou-se por isso, algumas vezes em missões do Governo no estrangeiro. Em 1943 frequentou o Curso de Altos Comandos, e em 1944, foi nomeado Comandante-Geral da Legião Portuguesa, cargo que exerceu até fins de 1950.

Promovido sucessivamente a Brigadeiro e a General por escolha, respectivamente em 1947 e 1949, o General Craveiro Lopes exerceu na Legião Portuguesa um Comando cheio de firmeza, apurmo e compreensão, que lhe valeu da parte de todos os filiados do país um sentimento geral de respeito e de estima. Durante este comando (que durou 6 anos) reafirmou nêle as excepcionais qualidades de inteligência e de trabalho. Acumulou aquelas funções com as de Professor de Curso de Altos Comandos, em Caxias, e ainda com as de Deputado à Assembleia Nacional, para a qual foi eleito, nas legislaturas de 1945 e 1949, pelo Círculo de Coimbra.

Ainda no ano de 1947, nomeado Comandante da Base Aérea n. 4, na Ilha Terceira, onde, num período especial da vida daquela unidade, permaneceu durante alguns meses. Desta fase da sua carreira militar é expressivo galardão o louvor publicado em Ordem do Exército de 1 de agosto de 1950, por determinação do Ministro da Guerra, louvor concedido nos seguintes termos: "Porque em todas as comissões de serviço que dentro do Ministério da Guerra lhe foram confiadas nos últimos anos, e ainda no exercício do melindroso cargo de Comandante-Geral da Legião Portuguesa, soube sempre honrar as tradições militares da sua família, nunca faltando ao cumprimento dos seus deveres para com os chefes e para

com a Pátria, levando o espírito militar patriótico a toda parte em que pôde afirmar a sua presença inconfundível, pela excelência do seu caráter e pela maneira digna como sabe fazer-se respeitar por todos aqueles que a seu lado ou sob as suas ordens servem o País".

Em janeiro de 1951, quando vagou o comando da Região Militar com sede em Tomar, foi nomeado para esse cargo. Deixou então de comandar, a seu pedido, a Legião Militar com sede em Tóvius "com inextinguível dedicação, inteligência e patriotismo", como consta da portaria que lhe concedeu essa exoneração. Permaneceu no Comando dessa Região Militar, acumulando os deveres do seu cargo com as funções de Professor do Curso de Altos Comandos, até ser candidato da União Nacional à Presidência da República, vaga com a morte do Marechal Carmona. Eleito Chefe do Estado no pleito de 22 de julho de 1951, tomou posse da Presidência da República perante a Assembleia Nacional no dia 9 de agosto do mesmo ano. Por interessante coincidência, tinha a mesma idade — 57 anos — do Marechal Carmona, quando este assumiu a Presidência da República.

Como Chefe do Estado visitou os Açores, a Madeira, São Tomé e Guiné, e mais tarde Angola e Moçambique, onde foi recebido com extraordinárias manifestações patrióticas pelos portugueses de Além-Mar. No ano passado visitou, entre galas excepcionais, a Inglaterra, e, em junho próximo visitará o Brasil, sendo o segundo Chefe do Estado Português — o primeiro foi o Presidente António José de Almeida, em 1922 — a pisar terras brasileiras, depois da Independência.

CONDECORAÇÕES E DISTINÇÕES

Atualmente, é Grão-Mestre das Ordens Militares da Torre e Espada, de Cristo, de Aviz e de Sant'Iago da Espada e das Ordens do Mérito Agrícola e Industrial, de Instrução Pública, de Benemerência e do Império Colonial e possui as se-

guintes condecorações: Cruz de Guerra de 1ª classe; Medalha de Mérito Militar de 1ª classe; Medalha de Ouro da classe de Comportamento Exemplar; Medalha da Vitória, com estrela; Medalha comemorativa das Campanhas do Exército Português, com a legenda "Mocambique 1914-1918"; Grã-Cruz da Ordem de Cisneres, de Espanha (1ª classe); Grã-Cruz di Bali di Onore e di Devozione da Ordem Soberana e Militar de Malta; Grã-Cruz da Legião de Honra; Colar da Ordem do Cruzeiro do Sul, do Brasil e Colar da Ordem do Jugo e das Flechas, de Espanha; Colar do Santo Sepulcro, da Santa Sé, e a Grã-Cruz da Ordem de Salvador (Grécia), ordem de Mérito Militar, Naval e Aeronáutico (Brasil), Ordem do Líbano; Grã-Cruz da Ordem do Banho e o Colar Real Victoriano (Inglaterra).

O General Francisco Higino Craveiro Lopes é casado com a Exma. Sra. D. Berta Ribeiro Antunes Craveiro Lopes, e pai dos Srs. João Carlos Craveiro Lopes, Capitão de Cavalaria; Nuno Craveiro Lopes, arquiteto; D. Maria João Craveiro Lopes Teles Grilo e Manuel Craveiro Lopes, Capitão de Aviação.

O Presidente da República Portuguesa, como se vê pelos dados biográficos — além de militar brioso e culto, apurado e disciplinado, provindo de uma nobre estirpe de soldados, é uma personalidade de virtudes invulgares de inteligência, de comando e de caráter, um estadista notável, que à frente da Chefia da Nação Portuguesa, nestes últimos anos, se tem imposto pelas suas altas qualidades morais e cívicas, com uma brilhantíssima folha de serviços ao Exército e à Pátria.

CASA LAGUNA

O ponto de reunião da elite carioca do
elegante bairro de Praia Vermelha

ESPECIALIDADES

Whiskys — Champagnes — Licores —
Vinhos — Frutas — Conservas
nacionais e estrangeiras.

AVENIDA PASTEUR, 483 — TELEFONE: 26-5646

RIO DE JANEIRO

Algumas considerações sobre a organização da Defesa Nacional e do Exército Português

Ten-Cel HENRIQUE CARLOS DE ASSUMPTÃO CARDOSO

SERVIÇO MILITAR E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO EXÉRCITO PORTUGUÊS

Ao ensejo da honrosa visita ao Brasil do Exmo. Sr. General Francisco Higyno Craveiro Lopes, mui digno Presidente de Portugal, a "Defesa Nacional", em homenagem a tão ilustre personalidade de soldado estadista, resolveu oferecer aos militares brasileiros alguns dados sobre o glorioso Exército Português, na certeza de que quanto mais nos conhecermos, mais se estreitarão os laços de fraternidade e amizade que já nos unem há mais de quatro séculos.

O Governo Português é considerado como órgão colegial ou conselho, presidido pelo Presidente do Conselho de Ministros. É ao executivo que pertence as funções de preparação e execução da guerra.

O Ministro da Defesa aparece, em relação ao Exército, Marinha, Aeronáutica e à Defesa Nacional, como um coordenador, se bem que de categoria superior, como que de vice-primeiro-ministro, como o é o Ministro da Presidência no que se refere aos assuntos de progresso material e cultural.

Dos Conselhos Superiores de Defesa Nacional e Militar, o primeiro diz respeito a todos os aspectos da preparação da guerra, o segundo à preparação militar e à direção militar da guerra.

A cadeia de comando, em tempo de guerra, estabelece-se como segue:

Governo — Conselho Superior Militar — Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas — Chefes de Estado-Maior do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Os Conselhos de Defesa das Províncias Ultramarinas dependem, para assuntos internos do

Governo e, para assuntos de defesa contra inimigo externo ou de cooperação militar, do Ministro da Defesa Nacional, através do Ministro do Ultramar, que os fará apreciar pelos ministros militares e, em caso de desacórdio, pelo Conselho Superior da Defesa Nacional (CSDN).

A Constituição Portuguesa não é presidencialista. O Presidente é um órgão de representação da Nação, como é a Assembléia Nacional. Exerce uma espécie de supervisão sobre toda a estrutura política, sem ser executivo. Tem — e só ele — poderes para demitir e substituir o executivo e para dissolver a Assembléia Nacional fazendo eleger outra.

É como um depositário vital da confiança da Nação numa pessoa. Trata-se de uma forma de governo muito parecida com a monárquica (sem a hereditariedade), com poder real decisivo sobre a orientação geral, se bem que não executivo nem legislativo.

O Presidente da República representa externamente a Nação; é ele que declara e faz a guerra ou a paz, em dependência, no entanto, da autorização do outro órgão representativo da Nação que é a Assembléia Nacional.

Quanto à direção da guerra e comando das Forças não lhe pertencem porque não é executivo. Mas pode intervir em virtude das suas prerrogativas mencionadas, fazendo reunir o CSDN, e presidindo às suas reuniões se quiser.

O organograma anterior diz bem claro como o Ministro da Defesa Nacional e seu Secretariado se entrosam harmonicamente entre os quatro Conselhos Superiores do Governo e os demais órgãos das Forças Armadas.

Ao nosso Ministério da Guerra corresponde o Ministério do Exército Português e sua Subsecretaria.

A Chefia suprema do Exército é do Ministro, em tempo de paz, e o Chefe do Estado-Maior é o Inspetor-Geral da preparação, ainda em tempo de paz.

Mas em tempo de guerra, o "Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas" assume o comando do conjunto de todas as forças em operações.

Além do Ministério do Exército e dos órgãos de "staff", — dependentes diretamente do Ministro e que mandam no seu respectivo campo funcional em nome do Ministro, para certos problemas em que é estabelecida delegação, — há o Conselho Superior do Exército em que a vice-presidência é do Chefe do EME que assim tem preponderância sobre os outros Diretores-Gerais que não são membros NATOS do Conselho.

Para descentralização do comando, disciplina, justiça, ordem pública e também das operações de recrutamento e mobilização, existem as Regiões Militares:

1ª RM — Porto

2ª RM — Coimbra

3ª RM — Tomar

4ª RM — Évora

GML — Lisboa

2 Comandos Militares (Açores e Madeira)

Comandos Militares nas Províncias Ultramarinas.

As RM e afins dividem-se em:

DRM (Distrito de Recrutamento e Mobilização):

Recrutamento: mob. dos territórios (reservistas do último escalão).

CRM (Centro de Recrutamento e Mobilização):

Mob. dos licenciados (reservistas do 2º escalão).

e exercem também jurisdição sobre as unidades, que mobilizam as disponíveis (1º escalão).

As unidades são:

Unidades de linha (instrução e mobilização)

Unidades de fronteira (cobertura ou defesa interna): Batalhões de Caçadores e de Metralhadoras.

A lei de organização (Lei número 1.960, de 1937) prevê a formação de 4 divisões e seu apoio, tático e logístico, que, logicamente, se têm de basear nas RM, se bem que os recursos do País imponham recrutamento nacional para certas armas ou especialidades. O Governo Militar de Lisboa, principalmente, e o excedente da 1ª RM devem dar fundamentalmente os elementos de reserva geral e apoio.

Há 16 RI, 10 B Caç, 3 B Metr, 3 B Indep Infan, 1 Bat Engenhos, 5 RAL misto, 3 RAP, 3 GACA (Contra Aeronaves), 1 RAAR (Auto Rebocado), 1 RA Costa, 8 R Cavalaria, 3 R Mistos Engenharia (Sap. e Transm.), 2 Grupos de Companhia de Saúde, 2 Grupos de Comp de Intendência, 19 Distritos de Recrutamento e Mobilização, 20 C Mob Inf, 12 C Mob Art, 3 C Mob Cav, 5 C Mob Eng, 2 C Mob Serviço de Saúde, 2 C Mob S Administração Militar.

São Forças Auxiliares do Exército: a Guarda Nacional Republicana, a Legião Portuguesa, a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Fiscal, mobilizáveis e passando à disposição do Ministério do Exército em tempo de guerra ou de alteração da ordem pública. Estas forças são enquadradas e comandadas por oficiais do Exército; sua instrução é orientada pelo Ministério do Exército que lhes provê do indispensável equipamento mas, organicamente, estão subordinadas ao Ministério do Interior, as 3 primeiras, e ao de Finanças, a última.

O organograma, a seguir, esclarece, com detalhes, a organização dos vários escalões do Ministério do Exército Português.

SERVIÇO MILITAR

O serviço é geral, pessoal e obrigatório e tem a duração de 18 meses. As isenções só se dão por incapacidade física. Não há isenção, substituições, nem remissão a dinheiro.

Os condenados às penas máximas são excluídos do Serviço Militar. Certas classes de defeituosos prestam serviço em unidades disciplinares (Companhia disciplinar de Penamacor e a de Cabo Verde).

A isenção por falta de aptidão física, como à exclusão, correspondem o pagamento de uma "taxa militar" anual de 60 escudos até aos 45 anos; também pagam taxa, com redução de 50%, os indivíduos que, por excesso de contingente anual em relação ao efetivo orçamentário, ficam na disponibilidade aguardando chamada para instrução em caso de mobilização.

Há dispensa de serviço nos quartéis (após cumprir o tempo de recruta) para os considerados "amparos", bem como certas facilidades do serviço para os residentes no estrangeiro, estudantes, eclesiásticos, etc. Tem sido permitida a remissão a dinheiro do tempo de serviço efetivo nos quartéis, após o período de recruta, sem prejuízo de convocações e da mobilização.

O Serviço começa aos 20 anos e dura 25 anos assim distribuídos:

— Tropas ativas (mobilizadas pelas Unidades): até aos 28 anos.

— Tropas licenciadas (mobilizadas pelos centros de mobilização da área de residência): até aos 40 anos.

— Tropas territoriais (nos DRM por onde foram recrutados e onde se finda a sua vida militar): até aos 45 anos.

O Serviço em permanência nas fileiras dura cerca de 18 meses, e são incluídos nos 8 anos das tropas ativas, após o que se dá a passagem à situação de "disponibilidade" (nas tropas ativas, fora da Unidade).

As convocações, para períodos de instrução, podem ir a:

— 4 semanas seguidas por ano, para os disponíveis;

— 3 meses durante os 12 anos, os licenciados, sem exceder 4 semanas de cada vez;

— 1 semana por ano, para os territoriais.

O contingente anual é de cerca de 45.000 homens, só permitindo, em regra, o orçamento, a incorporação de cerca de 35.000; o critério de escolha é o de robustez física e aptidão intelectual, repartindo-se a diferença por todo o país.

Julga-se que, para constituir:

Divisões

Elementos de apoio (Tático e logístico)

Defesa interna

Defesa AA, de costa, etc.

Serviço do interior,

bastam as 8 classes de disponíveis e algum reforço dos licenciados, nomeadamente no que se refere a especialistas.

O mecanismo do recrutamento militar compreende as seguintes operações:

— Recenseamento

— Inspeção

— Alistamento

— Classificação

— Distribuição do contingente

— Incorporação

O recenseamento faz-se em janeiro e consiste na confecção da lista dos indivíduos que, em cada ano, completam 20 anos de idade. Os conscritos ou seus tutores dirigem-se às Câmaras Municipais onde preenchem um impresso e entregam duas fotografias, uma das quais é colocada num documento que o jovem levará à inspeção; a outra vai para o DRM que, após a inspeção, será colocada em impresso a enviar à futura Unidade para controlar a apresentação à incorporação.

A Câmara elabora o "mapa de recenseamento", com estes dados e mais os que recebe do registro civil e que, naturalmente, servem para verificação e determinação dos indivíduos que não cumpriram a obrigação de recenseamento (designados "compelidos", sujeitos ao dobro do tempo de serviço efetivo nas fileiras).

Número de recenseados anuais: cerca de 90.000 (1,1% da população total).

A inspeção sanitária decorre de junho a setembro.

Os mapas são recenseamento das Câmaras são enviados aos Distritos de Recrutamento e Mobilização que elaboram os "livros de recrutamento", os "calendários das juntas de recrutamento" (datas de inspeção para cada freguesia) e os "editais" a fixar pelas Câmaras, a que são enviados, em cada freguesia (com os nomes dos conscritos, dia e local da inspeção).

A junta médica é constituída por oficiais (4, dos quais um é médico) e julga, por inspeção direta, das condições físicas, resultando do exame uma das seguintes qualificações:

- apurado para todo o serviço
- apto para os serviços auxiliares
- adiado
- isento

O alistamento ou ato de inscrever como alistados os indivíduos das duas primeiras categorias (que somam cerca de 45.000 homens), tem lugar, em conjunto, logo após a inspeção, com prestação de juramento de fidelidade.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

São regulados pela 1ª Diretoria-Geral do Ministério do Exército os assuntos que dizem respeito à Previdência Social.

É obrigatória a inscrição nos seguintes organismos:

- Cofre de Previdência do Exército metropolitano

A classificação dos conscritos faz-se por uso de quatro variáveis:

Índice de robustez física

Altura

Profissão

Habilitações literárias

segundo as quais se destinarão às unidades das diferentes armas ou às várias especialidades de serviço e, os excedentes sobre o contingente orçamentário (que varia de 30.000 a 35.000 homens) serão mandados para a "disponibilidade sem instrução".

O contingente distribui-se, segundo diretrizes do EME, em cada Região Militar que pode descentralizar pelos DRM. Resulta que a cada cidadão pode ser dado destino e ficar portador da sua guia de apresentação à unidade. Dá-se-lhes conhecimento do destino por afixação de edital na freguesia, bem como da data em que devem ir buscar à Câmara Municipal a sua guia e a requisição de transporte.

A incorporação realiza-se por volta do mês de março.

Passagem à disponibilidade:

Pode dar-se:

- ao fim do tempo de serviço efetivo nas fileiras (18 meses, normalmente, com o período de recruta, de 4 meses, em regra).
- por antecipação, após o período de recruta:
- por ser considerado arrimo,
- por pagamento da taxa (4.000 escudos),
- por sorteio (porque o orçamento não permite manter nas fileiras todo o contingente incorporado).

— Montepio dos Servidores do Estado

— Assistência aos Tuberculosos do Exército

— Caixa Geral de Aposentadorias.

O primeiro concede aos herdeiros do militar falecido um sub-

sídio que pode ir até ao máximo de 20 contos.

O segundo (não privativo do Exército) concede uma pequena pensão à viúva em caso de morte do militar.

O terceiro dá direito a tratamento e internamento em sanatório ao militar subscritor e pessoas da família a seu cargo; estas, porém, aguardam, em geral, oportunidade de entrada.

O quarto dá as pensões de reserva e de reforma a que os militares e os funcionários têm direito em função do posto e tempo de serviço e que são iguais ao vencimento na efetividade ao fim de 38 anos de serviço e proporcionais ao tempo de serviço, nos outros casos. Para todos estes organismos se desconta cotas nos vencimentos dos oficiais.

É facultativa ao oficial, como a qualquer servidor do Estado, a inscrição no:

— Cofre de Providência do Ministério das Finanças:

— Subsídio, por morte, até 100 contos.

A assistência hospitalar é dada aos militares nos hospitais militares: gratuitamente às praças e mediante preços bastante módicos a oficiais e sargentos.

Beneficia-se o oficial, como o qualquer funcionário público, de um abono de família na importância de cerca de 100 escudos por filho menor ou ascendente, impossibilitado de ganhar, a seu cargo.

Não se pode dizer que o Colégio Militar, o Instituto dos Puílos do Exército e o Instituto Feminino de Educação e Trabalho, de Odivelas, constituam pura obra de assistência aos filhos de

militares: na verdade é grande o interesse do Estado em mantê-los para nêles contar com uma célula de futuros oficiais e graduados e suas espôsas educadas em elevado sentido moral. É, na verdade, mais econômico, já que é subvencionada pelo Estado, a educação nestes colégios do que num qualquer colégio de internato. As mensalidades a pagar são variáveis com o número de filhos matriculados e com o posto do militar.

Os órfãos não pagam mensalidades.

Eis, assim, elementos interessantes sobre o Exército Português, que nos mostram como os nossos companheiros de além-mar compreendem e atendem aspectos certos assuntos comuns às nossas organizações militares.

Temos certeza que a presença no Brasil do ilustre Presidente da República Portuguesa será motivo de júbilo para todos os brasileiros que, através de seus dirigentes e da Comissão Nacional encarregada da regulamentação do "Tratado de Amizade e Consulta", procuram dar demonstrações práticas do afeto que sempre uniu nossos povos através de nossa história e cujos liames têm se fortificado, evidentemente, pelos entendimentos recíprocos e pelos atos da vida corrente das duas Nações.

E o Exército Brasileiro participará destacadamente de todas as homenagens ao ilustre General Craveiro Lopes por ver nêle, também, um irmão de armas que tem dedicado grande parte de sua vida profissional à eficiência crescente do Exército irmão.

O MUNDO DAS FLAMULAS

FLAMULAS E CARTAZES EM GERAL

"Joroal" Publicidades Comércio e Indústria Ltda.

Rua Mariz e Barros, 93 (Sobrado) — End. Telégr. "Joroal" — Telefone: 28-6893

RIO DE JANEIRO

O GENERAL CRAVEIRO LOPES E O BRASIL

CANDIDO DE OLIVEIRA

Se olharmos o mapa-múndi, verificaremos que Portugal e o Brasil, situado este no Hemisfério Ocidental, aquêle no Oriental, se acham afastados por milhares de quilômetros, com a vastidão do Oceano Atlântico de permeio. Apesar dêsse fenómeno geográfico, é evidente que os oceanos, longe de contribuírem para separar os povos, são, pelo contrário, um poderoso elemento de coesão e de continuo intercâmbio entre elles. Ainda hoje, em contraposição no século das estradas asfaltadas e das ferrovias, as fronteiras terrestres representam ponderáveis e frequentes barreiras.

O novo brasileiro e o novo português são, a rigor, detentores de um mesmo ramo da civilização occidental, também chamada cristã, com características embora peculiares em ambas as margens do Atlântico. É comum a língua e comum o fundo étnico. Os costumes e tradições apresentam notável homogeneidade; o sentimento encontra a mesma expressão na saudade. Comum foi, também, a história, até há pouco mais de cem anos, lasso de tempo quase insignificante. Como determinante de todos estes factôres, que se encontram na gênese do povo brasileiro, está o continuo afluxo, em leves intermitentes, de imigrantes portugueses, através dos séculos. Foram estes imigrantes, afinal, que, juntando a sua ação aos descendentes de outros imigrantes, os já brasileiros, formaram esta grande Pátria, imprimindo-lhes a facies psíquica, assim como os romanos, conquistada a Lusitânia, plasmaram, na alma lusitana, a marca latina. Por outro lado, houve a peregrinação, durante séculos, em

sentido inverso, de brasileiros à Universidade de Coimbra. Entre estes intelectuais estavam alguns corifeus da Emancipação Nacional. Criadas as Universidades, são agora os brasileiros que se lançam à conquista intelectual da antiga Metrópole, que os admira com os seus livros e na presença pessoal dos valores mais credenciados da sua literatura. Impossível seria, portanto, negar a existência de laços de amizade entre portugueses e brasileiros, não obstante mal-entendidos apenas ocasionais, fenómeno inevitável em certos momentos psicológicos, mas que não veio interromper a política de boas relações, demasiado profunda para poder ser erradicada facilmente.

Por tantos motivos, não nos é lícito duvidar de que a visita do General Craveiro Lopes ao Brasil seja um acontecimento jubiloso e de alta significação para o povo brasileiro. Isto torna-se ainda mais evidente, tendo em consideração o facto de que povos heterogêneos que um dia estiveram em contato com os portugueses e dêles receberam determinadas influências, como os abissínios — que recentemente acolheram com alegria um jornalista português — ou como os próprios marroquinos, demonstram para com os visitantes portugueses os sentimentos da maior cordialidade. Aquêles que militaram antigamente sob o estandarte do Profeta, assediando as fortalezas lusitanas, mostram agora amistosamente, quase com orgulho, as reliquias históricas deixadas pelos adversários, como se a antiga vizinhança, embora frequentes vezes hostil, fôsse um princípio de amizade entre os filhos de Maomé e os descendentes dos cavaleiros.

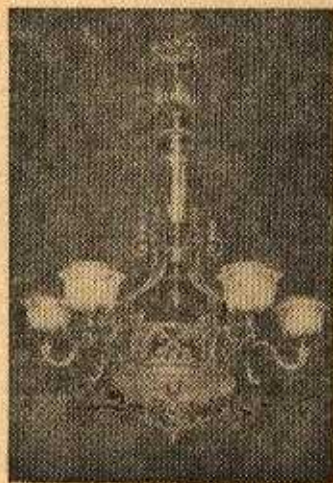
da Cruz. Não serão, por conseguinte, menos brasileiros os brasileiros que amarem Portugal e se orgulharem da sua origem portuguesa, assim como não serão menos portugueses os portugueses que amarem o Brasil. São sentimentos naturais a pais e filhos. O nosso patriotismo não implica uma xenofobia de limitada visão, ainda mais quando se pretende estreitar os vínculos entre brasileiros e portugueses, abolindo, até certo ponto, as barreiras de nacionalidade. Os verdadeiros lusófobos, ou brasilófobos, são nos dois países, uma minoria irrelevante, constituída por indivíduos desconhecedores da História e da realidade que os dois povos vivem.

A visita do ilustre Presidente da República Portuguesa será, certamente, um acontecimento invulgar nas relações luso-brasileiras. Continuando viva a alma lusíada nas duas nações, ela não virá, falando com propriedade, aproximá-las. Não se pode falar em

aproximação, quando se trata de um fenómeno que não deixou de existir nunca. Maior aproximação, ou acentuação da aproximação, será o termo mais adequado.

Na figura simpática do General Craveiro Lopes, o brilhante militar e estadista, vamos recepcionar o Representante Máximo de Portugal, ou melhor, será a própria Pátria Portuguesa que virá até nós, na pessoa do seu supremo Magistrado, para cimentar a comunhão de amizade no Império espiritual luso-brasileiro, formado pela unidade cultural e lingüística, de dois povos irmãos.

As festividades que se vão realizar, com toda a pompa militar e cívica e as aclamações das massas populares, cenário apropriado à importância do momento histórico, serão em todos nós, os luso-brasileiros, a ressonância da nossa unidade espiritual que teve início no desembarque em Porto Seguro, continuou com Pedro I e esperamos viva eternamente.



FÁBRICA DE LUSTRES

EM BRONZE, METAL E

FERRO BATIDO

PLAFONS E APLIQUES

ACEITAMOS ENCOMENDAS

LEOPOLDO ROTH

SECÇÃO DE LAPIDAÇÃO

RUA EVARISTO DA VEIGA, 126

Telefone : 22-6726

REFORMAS EM GERAL

POR UMA POLÍTICA LUSO-BRASILEIRA

JOÃO NEVES DA FONTOURA

Além dos princípios de paz, de proscricção da guerra de conquista, de respeito à soberania de outros povos, pode dizer-se que duas são as principais constantes da política externa do Brasil: o culto do pan-americanismo e a estreita vinculação com Portugal. Cada qual emana de razões diferentes. Uma, da geografia, e diz respeito sobretudo à segurança militar; outra, dos laços de parentesco e da certeza de que, embora Estados diferentes, constituímos naturalmente uma comunidade binacional.

São muito comuns atualmente as críticas às tradicionais diretrizes da política externa do Brasil. Em geral, tais reparos, alguns de tom agreste, inspiram-se numa filosofia antidemocrática, no sentido clássico da palavra. Os nazistas e fascistas já impugnavam quase com os mesmos argumentos a tenacidade com que defendíamos a unidade das Américas e a solidariedade entre seus componentes.

Os sectários do comunismo internacional não fazem senão repetir os mesmos ataques. E é compreensível que isso aconteça, porque sendo o Brasil o país mais populoso do hemisfério, depois dos Estados Unidos, além de seu imenso território e suas riquezas reais e potenciais, o programa dos que combatem a orientação norte-americana inclui preliminarmente o esfacelamento da organização continental, de modo que, isolada de suas bases de apoio, a grande República do Norte ficará mais exposta à agressão soviética.

Dai, a interminável arguição de que não devemos manter solidariedade com os Estados Unidos,

pois tal política nos é funesta. O argumento é sempre o mesmo: estamos sendo explorados pelo "imperialismo yankee". A expressão já se tornou clássica. E assim se manifestam, a nosso respeito, os partidários de uma doutrina que escravizou e mantém sob tutela militar a Polónia, a Roménia, a Hungria, a Tchecoslováquia e outros povos da Europa Central e Oriental! Por inacreditável que pareça, esses arautos da nossa "independência" consideram que a Rússia Soviética dará maiores garantias de respeito à nossa soberania! Como discutir, a sério, com tais contrabandistas do senso-comum? Temos de aceitá-los, como são, e não como se intitulam. São quase sempre comunistas e recebem para o nosso país um **status** semelhante ao da Hungria. E, ainda por cima, se denominam nacionalistas!

O que faz a tortura do mundo contemporâneo é o desvirtuamento do sentido real das palavras. A luta, que ameaça degenerar em terceiro conflito, baseia-se inicialmente numa carência de semântica.

Nestas rápidas palavras, que escrevo para a "Defesa Nacional", em cujas páginas me honro de figurar hoje, não é meu intuito debater o tema, que tantas vezes versei, acerca da necessidade de mantermos estrita fidelidade aos ideais pan-americanos. Repito o que disse há tempos: "A melhor prova de vantagem do pan-americanismo é a impossibilidade de substituí-lo. Onde encontrar tão plástico sistema de relações, tão acomodado às peculiaridades de todos os povos, e no qual a fleuma saxônica convive perfeitamente

com a exuberância latina, e o pequeno, valente e negro Haiti com a relativamente poderosa e branca Argentina? Aboli-lo seria retornar ao sistema de perigosa competição de Nações pela hegemonia regional, e aí então certamente ocorreria a intervenção das potências maiores, para a manutenção da ordem internacional. Dêsses conflitos é que nasce o imperialismo. E a nós, brasileiros, cumpre não esquecer que, se no norte do hemisfério os hispano-americanos estão prontos a reconhecer no "yankee" o imperialista clássico, no sul, entretanto, o imperialista é identificado, até mesmo nos compêndios escolares, com o brasileiro do Império, época em que, por simples razões de política internacional, tivemos de intervir na anarquia platina para o restabelecimento da paz. De todos êsses males livrou-nos o pan-americanismo. Não há quem não saiba que vários fatores contribuíram para o nosso isolamento do resto da América Latina, durante a Monarquia. Entre aquêles fatores estavam a escravidão dos negros, o problema da navegação dos rios comuns e a falta de fixação de limites. Escrevendo acerca daquela difícil fase da nossa História, o ilustre diplomata Hélio Lôbo sintetizou-a nesse significativo título: "Sós na América!". Tal era nossa posição antes da República, não por culpa dos nossos estadistas, mas de circunstâncias inelutáveis, entre as quais primavam a forma dinástica e a diversidade do idioma. A prática do pan-americanismo foi decisiva para cortar, pela raiz, a perturbadora alucinação de uma corrida pela hegemonia continental, a qual se transformaria em risco militar graças a Deus evitado pela República, em virtude da crescente prosperidade da Argentina.

2. Como a "Defesa Nacional" está hoje festejando a visita de Sua Excelência o Senhor Presidente da República Portuguesa, é a êsse aspecto da política externa do Brasil que me vou especialmente referir.

A política com Portugal não chega a ser uma política. É um ato de família. Ninguém faz política, com os pais ou os irmãos. Vive com eles, na intimidade do sangue e dos sentimentos. Nas horas difíceis, cada qual procura apoio e conselho nos seus. Sem regras. Sem tratados. Sem compensações. Pela força do sangue.

Entre os povos, a situação não muda muito na substância. Apenas reveste o caráter jurídico de atos internacionais, sujeitos às disposições do direito público interno de cada país. Mesmo entre os países frateros.

Nossa política com Portugal, em princípio, nunca mudou apesar da separação de 1822. Os pequenos atritos, que tivemos, foram incidentes passageiros. Também entre os irmãos há birras e discussões, sem prejuízo da estima recíproca.

Até 1914, nossas relações mútuas não ultrapassavam, porém, os limites afetivos, históricos e culturais. O mundo que precedeu a primeira guerra era, em realidade, muito diferente. Duas grandes concentrações internacionais se faziam face na Europa: a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente. Os outros contavam pouco para elas. Mesmo o poderio dos Estados Unidos foi subestimado por um lado e outro. O resultado foi o que se viu. Creio que os dois descontaram suas esperanças sobre o "isolacionismo" norte-americano.

É claro que o Brasil e a América Latina não constituíam objeto nem mesmo de cogitações dos estados-maiores diplomáticos e militares. A razão dêsse descaso residia — penso eu — numa idéia preconcebida, que os acontecimentos desmentiram: a de que a guerra entre as duas alianças seria uma coisa tão terrível que duraria poucas semanas. Não daria tempo à intervenção de ninguém mais. Durou quatro anos e arrastou em seu vórtice todos os continentes. Tal, como um quarto de século depois, na segunda e trágica experiência de força.

De qualquer modo, a paz interna de 1919 criou condições in-

ternacionais completamente novas na convivência dos povos. Os pequenos passaram a ter uma certa importância.

3. O Brasil, que tomou armas, já na I Guerra, depois dela voltou-se muito para Portugal. Nossos contactos foram mais profundos e frequentes. Ambos tínhamos sido beligerantes. A idéia de uma política atlântica desenhou-se com nitidez nas duas margens do oceano. Entre portugueses e brasileiros as antigas rixas amorteceram. O jacobinismo do tempo de Floriano havia feito suas provas, sem vantagem. O português foi sendo considerado um brasileiro que nascera na velha metrópole, mas tão bom cidadão desta Pátria como os que aqui viram a luz. Dois homens de letras — o português João de Barros e o brasileiro João do Rio — fizeram a campanha da reaproximação com tanto brilho e êxito que ela preparou o dia de hoje. Honra seja a ambos: um, já morto; outro, grande ancião, saboreando depois dos setenta anos os frutos de uma inspirada sementeira.

4. A II Guerra ia abrir caminho a um entendimento mais profundo e de caráter eminentemente político entre Portugal e Brasil. Eis o curioso resultado de uma posição aparentemente contraditória, no conflito: o Brasil beligerante e o Portugal neutro. Mas a contradição era apenas de forma e fruto de situação geográfica diversa. No fundo, estávamos do mesmo lado. A qualquer dos dois só podia interessar a vitória de quem soubesse respeitar a soberania das Nações e os princípios da civilização, que nos é própria. O Brasil, atacado, e em consequência de seus compromissos continentais, fez a guerra. Portugal, não atacado, e militarmente fraco, face aos imperialismos agressores, conservou a neutralidade, sem quebra de confessar ab initio sua fidelidade à aliança com a Grã-Bretanha e a amizade com o Brasil.

Terminada a luta, aniquilados os bastiões nazi-fascistas, a re-

construção do mundo sofreu o impacto de uma situação paradoxal: os vencedores estavam, entre eles, mais divididos do que em relação aos vencidos! É que na linha dos vencedores se encontrava a Rússia Soviética, cuja política só se inspirou em suas necessidades e seus objetivos ideológicos. Fêz acôrdo com Hitler, quando este parecia o mais forte e capaz de dominar as democracias ocidentais. Ligou-se a estas, quando as armas nazi-fascistas se voltaram contra Moscou.

Aniquilado o inimigo comum, Stalin retomou as linhas de sua política dirigida para a revolução universal. Daí, uma nova subdivisão, e, praticamente, apenas duas grandes potências militares frente a frente: os Estados Unidos e a Rússia. Estes doze anos do *post bellum* não têm sido outra coisa além de um constante desafio entre ambas. Não houve paz. Há uma guerra permanente no campo político, e até com episódios militares, como a Coreia e o Oriente Médio. Os novos reagrupamentos se tornaram inevitáveis, à luz dessas realidades.

5. A política de aproximação entre Brasil e Portugal vinha sendo feita progressivamente. Vargas, na chefia da Nação, sempre manifestou por ela um interesse particular. Ficou proverbial certo despacho dele numa petição, não muito fundada, de um português. Deferiu-a, nestes termos: "Sim, por ser português".

Quando fui para Lisboa, em 1943, levei o propósito de iniciar gestões que acentuassem, de modo particular, o espírito de comunidade luso-brasileira. Minha ação diplomática não teve outra característica mais acentuada. Fazendo política do meu país no tocante aos interesses de sua posição no quadro da guerra, tratei de dar sentido construtivo à amizade entre Portugal e Brasil. Nem sempre fui bem compreendido. A Alemanha tinha partidários em Portugal, e a ação e muitas palavras do Embaixador do Brasil foram por vezes envenenadas como se tendessem a aluir os alicerces

da neutralidade lusitana, o que nunca esteve nas cogitações dos aliados. Inteiramente ao contrário. Mas isso é uma outra história, que narrarei em tempo, no meu livro de memórias.

6. Com o objetivo de dar um sentido prático à idéia de comunidade, achei que se impunha a decretação de um Estatuto dos Portugueses no Brasil, com a contrapartida de idêntico para os brasileiros em Portugal. Naturalmente a decretação seria precedida de uma convenção bilateral entre os dois governos.

Fixadas as linhas gerais da iniciativa, enviei o caso à consideração de Vargas, a quem pedi que a fizesse concretizar num texto, pelos órgãos competentes.

Em carta datada de Lisboa, aos 5 de agosto de 1943, ao Presidente Vargas, depois de descrever o que me parecia a posição do Brasil no pós-guerra, enunciei as razões de uma nova política de aproximação com Portugal e concluí: "Para que o Brasil pusesse logo em equação essa nova política com Portugal, seria de grande conveniência conceder-se aos portugueses a qualidade de "quase-nacionais". Essa matéria tem sido há anos aí examinada pelos jornais, em conferências e pareceres de juristas, de uma maneira favorável e fundamentada. Vossa Excelência mesmo já, em vários decretos e despachos, concedeu aos portugueses uma situação especial em face das leis que regulam a condição dos alienígenas. A repercussão, que teria aqui e sobre a latinidade em geral, uma tal resolução é fácil de imaginar. Ela corresponderia, por outro lado, ao ato da colônia portuguesa, apresentando-se a Vossa Excelência, depois da declaração de guerra, disposta a servir ao nosso lado. Enuncio a questão de modo geral, não descendo a particularidades jurídicas, que escapam ao domínio desta carta. Se Vossa Excelência decidisse favoravelmente a este ponto de vista, e o seu Governo me enviasse um projeto a respeito, creio que Salazar adotaria a reciprocidade. Mas, mesmo

sem ela, o ato unilateral do Brasil seria de consequências incalculáveis".

Vargas aceitou a sugestão. Um projeto foi elaborado na Pasta da Justiça, sob as vistas de seu então brilhante titular, o Sr. Marcondes Filho. De posse do texto, entabulei a negociação com o Chefe do Governo Português, o qual se mostrou altamente interessado na reciprocidade da medida, tendo encarregado o grande jurista Machado Vilela de opinar a respeito. Vilela escreveu um opúsculo, muito profundo, acerca da matéria.

O debate entre a nossa Embaixada em Lisboa e o Dr. Oliveira Salazar foi longo e cordial, mas as dificuldades de comunicações, devido ao estado de guerra, demoraram muito o acerto dos pontos de vista.

Nossa inclinação era pela assinatura de uma convenção bilateral, com as linhas gerais, e seguida dos decretos a saírem no mesmo dia aqui no Rio e em Lisboa.

Tudo estava de certo modo ajustado, quando vim a esta Capital, em fevereiro de 1945, chamado por motivos particulares. Ao descer do avião aqui, encontrei a luta interna deflagrada contra Vargas. Havia mesmo o risco de um levante de forças que o derrocassem do poder. Isso não obstante, ele insistiu comigo a fim de que levássemos avante a idéia da Convenção e do Estatuto. Considerei que assunto de tamanha importância e gravidade não se compadecia com a posição vacilante do Governo. Esta poderia afetar aquela, o que seria lamentável. Por isso, não foi então avante a iniciativa. E meu raciocínio não era infundado. Haja vista o golpe militar de 29 de outubro daquele ano, que afastou Vargas do Governo.

A idéia ficou, porém, ancorada em meu espírito e no de todos quantos consideram uma política luso-brasileira como indispensável às duas Nações.

7. Durante minha permanência à frente da nossa Embaixada em Lisboa, não me limitei a lutar

por uma concessão recíproca de direitos aos portugueses no Brasil e aos brasileiros em Portugal. Também mereceram os cuidados de minha ação diplomática os problemas da unidade gráfica da língua portuguesa, onde quer que a falem. Foi esse objeto da Convenção Ortográfica, ainda hoje pendente de aprovação do Senado. Até agora não entendi como a resistência de um grupo de nossos compatriotas consiga evitar que se consuma uma das medidas mais elementares para a importância de qualquer idioma.

8. Vargas havia dado o maior apoio à questão do Estatuto, como o fez em relação ao problema ortográfico. Em carta de 26 de dezembro de 1944, escreveu-me: "Quanto aos dois importantes assuntos, de que tanto e tão bem te tens ocupado aí, esforçando-te por uma boa solução — o Estatuto dos Portugueses e a Questão Ortográfica — tudo vai em boa marcha. Como verás pelo despacho, que exarei na Exposição de Motivos do Marcondes, de 28 de outubro (junto a cópia), estou de acordo com as ponderações do mesmo e os projetos de Convenção e decreto-lei, que apresentou e que servirão de base para teus entendimentos finais".

9. Demitindo-me do posto diplomático, na manhã de 30 de outubro de 1945, em virtude da crise da política interna, não abandonei o propósito de bater-me, em qualquer circunstância, pelo advento de uma era em que a comunidade luso-brasileira fôsse consagrada num máximo de extensão e profundidade.

A ocasião surgiu sem muita demora. Eleito, em 1950, Presidente da República o Sr. Getúlio Vargas, fui ocupar pela segunda vez a Pasta das Relações Exteriores de seu Governo, a 31 de janeiro de 1951. Logo em fins de março, escreveu-me o meu amigo e ilustre diplomata Embaixador Samuel de Souza Leão Gracie, então chefiando nossa representação diplomática em Portugal, longa e expressiva carta na qual me pu-

nha ao corrente do estado dos nossos negócios com aquele país irmão. Na referida carta narrou-me S. Exa. que em novembro ou dezembro de 1948 se dirigira ao meu eminente antecessor, Ministro Raul Fernandes, então em Paris, à testa de nossa Delegação na Assembléia Geral das Nações Unidas, sugerindo-lhe a retomada do assunto interrompido em 1945, à base de um projeto de Convenção àquela época elaborado e cuja cópia se encontrava nos arquivos da Embaixada, acrescentando-se-lhe a cláusula da consulta em matéria de política externa. O Ministro Fernandes, que deveria passar uns dias em Lisboa, em seu regresso ao Brasil, como convidado do Governo português, aprovou calorosamente a idéia, mas não julgou — e com razão — que assunto tão magno pudesse ser resolvido em tão poucos dias e sem um exame aqui pelo Presidente Dutra e outras altas autoridades da época.

Não teve, assim, seguimento ainda naquela oportunidade a iniciativa que depois veio a concretizar-se no vigente Tratado de Amizade e Consulta.

Por essa razão é que o Embaixador Gracie trazia o assunto ao meu exame, rogando-me uma decisão. Está claro que vi com os melhores olhos a possibilidade de levar a cabo a obra que me coubera começar mais de cinco anos antes. Imediatamente telegrafei ao Embaixador Gracie, autorizando-o a levar o texto ao Ministério de Estrangeiros de Portugal, como base para a discussão.

A negociação prosseguiu sem dificuldades. De um lado e outro só havia boa vontade.

O Embaixador de Portugal, no Rio, o ilustre Sr. Antônio de Faria, como o Embaixador Gracie, em Lisboa, foram incansáveis artífices do instrumento internacional, que assinalou um grande passo para a comunidade luso-brasileira.

De Vargas, posso depor que deu sempre mão forte à nossa iniciativa.

Apenas não me coube a satisfação de subscrever o Tratado, como plenipotenciário do Brasil, e sim ao meu digno sucessor, o Professor Vicente Rao. Mas, quando deixei a direção do Itamarati, já os textos se achavam aprovados pelos dois Governos.

Agora, é seguir avante. Os acontecimentos exigem cada vez mais

que se unam as Nações do Ocidente, sobretudo aquelas que são galhos da mesma árvore, como Portugal e Brasil. Só a esse preço é que a nossa civilização escapará ao perigo do comunismo internacional. Ainda habitamos uma faixa do mundo livre. Até quando? Depende de nós.

FOGOS

CASA SANTO ANTÔNIO LTDA.

Brinquedos

ESTRADA RIO-PETRÓPOLIS, 1.605-1.609

Duque de Caxias — Estado do Rio

FILIAL: PRAÇA LIBERDADE, 84 — NOVA IGUAÇU

FOGOS CARAMURÚ

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS

CASA SÃO JORGE

DE

EDUARDO DE SOUSA MARTINS

Fogos e Imagens: Fábricas Próprias -- Seções completas: Armas, munições, material de caça, artigos religiosos, todos os produtos para Lei de Umbanda e Tipografia

Avenida Rio-Petrópolis, 1595/1599 — Duque de Caxias — Estado do Rio

(Em frente ao Jardim Municipal)

MARECHAL JOÃO CRISÓSTOMO CALADO

Prof. DAVID CARNEIRO

GENERAIIS LUSO-BRASILEIROS

A história do Brasil incorporou todos os generais eminentes que D. João VI trouxe para o nosso país com a Divisão Auxiliadora que tantas e tão grandes missões teve a realizar nesta América Lusitana. Mas nessa incorporação, como é fácil imaginar-se, admite-se desde o aplauso mais rasgado até a reprovação mais formal.

Entretanto, não com perfeita justiça os julgamentos históricos dessas figuras passaram à rotina das repetições formais, com designações de chapa e qualificativos estandardizados, absolutamente pouco satisfatórios algumas vezes.

Foi contra essa rotina, do "passado em julgado" e contra a sentença apressada ou apaixonada dos juizes coevos, que me insurtei, desejando que se voltasse a raciocinar sobre todos os grandes tipos luso-brasileiros, de militares que a história do Brasil registra.

Dêsses tipos, são principais ou predominantes pelas posições ocupadas na nossa história, mais do que na de Portugal, *Carlos Frederico Lecór, Inácio Luis Madeira de Melo, João José da Cunha Fidéi, João Crisóstomo Callado e o Conde Jorge de Avilez.*

São cinco nomes apenas, mas ninguém que já houvesse folheado as páginas dos nossos textos — de história militar principalmente — deixou de encontrá-los com a indiferença ou rancor dos julgadores improvisados; ninguém deixou de ler sobre eles quaisquer comentários, sem que ficasse iludido quanto ao seu valor, o brilho do seu desempenho nas comissões de que se encarregaram, e o mérito dos seus serviços à Metrópole ou ao Brasil.

Há necessidade de revisão nos julgamentos da maioria. Salvo talvez o caso do marechal João Crisóstomo Callado, cuja vida seu ilustre bisneto Dr. Afonso Arinos de Melo Franco publicou na Biblioteca de Exército com a maior justeza de ponderações para o reconhecimento definitivo de seus méritos, os outros continuam recebendo a nossa mais solene indiferença, ou o nosso ódio mais injusto. Todavia, documentos há capazes de servirem de base às revisões necessárias.

Carlos Frederico Lecór e Inácio Luis Madeira de Melo foram os que mais cedo chegaram ao generalato. Um deles foi o governador da Cisplatina. Representante de D. João VI para incorporá-la, foi também o procurador de D. Pedro I para definitiva e irrevogavelmente o Brasil perdê-la. Não será sem razão a homenagem que os uruguaios lhe prestam como um dos contribuintes à sua independência.

O outro — Madeira — tem merecido o nosso ódio porque ficasse responsável pelas brutalidades que seus soldados cometeram na Bahia, ao tempo da campanha da independência.

Lecór aderiu ao Brasil, levado pelos seus interesses, e desinteressado dos assuntos relativos à nossa pátria; foi inconsciente ou conscientemente, traidor a esses mesmos interesses, a esses "objetivos nacionais" de então.

Madeira não aderiu. Ao contrário, combateu-nos, e nos guerreou com lealdade e bravura. Tendo todo o interesse em ficar no Brasil por ligações de família e situações afetivas a que se afizera, foi fiel ao seu juramento e à sua posição de soldado.

O Brasil, por intermédio de seus agentes, tentou encher-lhe os olhos com fabulosas quantias em dinheiro, vantagens de postos e extraordinárias honrarias.

Recusou tudo, embora soubesse que iria ser mal julgado por brasileiros (por havê-los combatido) e pelos portugueses (se não conseguisse a vitória das armas) por não dar-lhes as vantagens que ambicionavam.

Fidíe foi o enérgico comandante das forças lusas do Maranhão, Piauí e Ceará, ao mesmo tempo que Madeira o era na Bahia. Seu posto era de menor responsabilidade e de menos importância. Quando a nossa gente começou a levantar-se ele se opôs com toda a energia. Porque fosse mais obscura a sua posição, não foi alvo de tantos ódios como Madeira, nem aqui, nem em Portugal. Madeira vencido, doente, foi posto na fortaleza do Búzio, de onde só sairia para morrer. Fidíe não sofreu tanto. Recebendo atenções dos brasileiros, não as escondeu. Manifestou-se agradecido. Enquanto o derrotado de Pirajá e Dois de Julho, pretendendo fixar-se no Brasil, os fados o levaram a sofrer e a morrer em Portugal, o derrotado de Caxias aspirando continuar sua vida militar na Metrópole, pôde fazê-lo com toda dignidade e brilho.

Falta-nos falar em Callado e Avilez.

O primeiro, Callado, é o único que está definitivamente julgado pela nossa história. Todos aqueles que um dia leram e os que ainda um dia lerem a memorável história da batalha do Passo do Rosário, não poderão deixar de aplaudir em seus corações patriotas a enérgica figura do comandante da 2ª divisão brasileira no dia 20 de fevereiro de 1827. Quer quando ordenava cargas de cavalaria, quer quando ao prever o perigo iminente à sua divisão, ordenava a formação em quadrado da 2ª brigada de infantaria, composta dos batalhões 13º e 18º de Pernambuco, quer enfim quando, submetendo-se à ordem de retirada que lhe vinha do comandante-em-chefe, recusava-se a cumpri-la com as liberdades que lhe eram dadas, só o

fazendo depois de salvar com enorme risco a artilharia que o exército — menos a bateria Mallet — abandonara no campo de batalha, Callado foi sempre admirável.

O segundo, Avilez, embora não houvesse ainda merecido dos historiadores brasileiros, estudo especial, já está julgado pelos portugueses, o que vale dizer: Deixou de ser nosso, salvo pelas passagens históricas em que se mostra da independência rancoroso inimigo e em que o vencem a nossa tenacidade e a presença de espírito dos nossos chefes.

Estudar a todos num único conjunto, para comparações eficazes parecer-me-ia da maior utilidade, a fim de ressaltar a lealdade, a bravura e a intrepidez dos verdadeiros soldados em face da indecisão, e da incoerência daqueles que, ocupando mesma graduação na hierarquia militar, não eram soldados, mas políticos, e não viam suas missões segundo ordens dos seus superiores ou os altos interesses da pátria, mas segundo seus caprichos, apaixonados e ambiciosos.

Também esse estudo teria a vantagem de mostrar que, se a vida apresenta o quadro de gozos, aplausos e bens materiais e altura de postos para alguns de pouco mérito, pode dar sofrimentos, condenações e indigência para indivíduos eminentes pelo coração e pelo espírito, não havendo regra que sirva para adaptação de modelos ao que tomemos como capaz de servir-nos de diretriz. Digo isso porque não há quase nunca paralelismo entre o imitado e seus imitadores, de sorte que apenas uma regra pode servir ao soldado em quaisquer circunstâncias. É o lema medieval que tão repetido antigamente anda hoje quase desaparecido, o "*Fait ce que doit devienne qui pourra*" (sic), que os nossos traduziram: "Faze o que deves, aconteça o que acontecer".

E para terminar estas considerações iniciais lembrei:

Não há vida que, estudada em pormenor, não traga utilidade moral. Mesmo quando não se tratasse de seres eminentíssimos, sua expe-

riência serve; pode ficar na consciência e consolar nas horas de abatimento como do subconsciente pode impulsionar nas horas em que sejam necessárias responsabilidades penosas e comandos providenciais.

Não discutiremos a justiça ou injustiça do caso, que, para comparação eficaz, necessitaria transierências cronológicas difíceis e o exame de comportamento de cada um dos tipos acusados dentro das influências dos mesmos meios em que os outros viveram.

Como semelhante verificação não se pode fazer senão fantasiando, outro remédio não há para nos senão aceitar o veredicto da história, tal como chegou até a nossa época.

O determinismo otimista tem a vantagem da comodidade, e se a injustiça não é ostensiva e contundente, é melhor aceitar o que está e como está, trabalhando-se afetiva e veneravelmente por todos aqueles que verteram seu sangue pelo bem de nossa pátria, sem a preocupação de hierarquização histórica difícil e perigosa.

O MARECHAL JOÃO CRISÓSTOMO CALLADO

(Notícia biográfica)

1º CENTENÁRIO DE SUA MORTE

Passou, neste ano de 1957, a 1 de abril, o 1º centenário de morte do ilustre marechal João Crisóstomo Callado, figura singular de soldado que o Brasil herdou de Portugal.

Foram tais e tantos os serviços prestados por ele ao nosso país, quer em guerras externas, quer em pacificações, que seria extrema injustiça deixar-se passar sem referência condigna o seu centenário de morte. E este centenário especialmente, porque, havendo ele nascido português, pelos grandes serviços realizados em favor da pátria adotiva e pelas convicções expressas e declaradas, era brasileiro ao falecer. Desta maneira podemos dizer que é por sua morte que a vida subjetiva do vigoroso e calmo cabo de guerra nos pertence, e que aquela, pois, devemos comemorar, lembrando-o.

Apesar de sua lida de soldado haver sido inteiramente dedicada às armas, e de haver sido também como general, um tipo eminente, outros nomes mais recentes, de período já sedimentado de nossa história, gozaram de mais fama e prestígio, conquistando da posteridade atual, apiausos mais amplos e maiores.

A brilhante geração de militares que veio com D. João VI para a América em 1808, não tinha apenas conhecimentos teóricos da estratégia e da tática, senão aqueles que se originaram do próprio combate e que se aprendem ou adquirem vivendo em perigo.

É frequente dizer-se, por tal motivo, que "a disciplina militar se adquire vendo, tratando e pelejando". Ninguém mais do que João Crisóstomo Callado aprendeu a guerra em tais condições, já que com a sobriedade que o caracterizava, disse dele mesmo: "Servi em quatro exércitos: O português, o espanhol, o inglês e o do Brasil."

Observei o francês ao tempo de Napoleão; dormi com soldados nos campos; passei com eles as noites geladas de inverno ao pé das fogueiras; sofri nas marchas, os frios, as calmas, a sede e a fome. Nas batalhas veder-lhes o sangue, vertendo o meu a par do deles".

Esta frase bastaria para mostrá-lo tal como foi, se as suas ações não sobrepujassem, para análise mais completa, tudo quanto disse de si mesmo e dos outros, nas horas calmas de paz ou nas vibrações emocionantes do fogo.

PRIMEIROS TEMPOS DE SUA VIDA

Do seu nascimento há duas datas: a provinda dos assentamentos militares, 27 de janeiro de 1784, e a dos documentos civis e domésticos — 24 de março de 1780.

É natural e ainda hoje essa duplicidade existe nos assentos militares de grande número de brilhantes generais de além e de aquém Atlântico, duplicidade provinda do intuito de terem sua vida profissional facilitada.

João Crisóstomo e mais uma irmã, Maria Vicência, eram os únicos filhos do casal Manuel Joaquim Callado e D. Maria Joaquina Nobre. Seu pai, oficial do exército português, que no 17º de Infantaria, desde 1762 fez sua carreira, e D. Maria Joaquina, dama de distinta família de Elvas, onde os filhos lhes nasceram.

Na própria cidade natal de Callado existia a academia militar fundada pelo Conde de Lippe. Foi-lhe fácil, por isso, com as qualidades intelectuais que possuía, ingressar nela e aprender aí os primeiros rudimentos da arte da guerra, que depois seria a exclusiva ocupação de sua vida.

Assentou praça de soldado aos 11 anos no infantaria 20 com sede em Campo Maior. Em 26 de maio de 1795, com 15 anos, foi cadete no Regimento de Infantaria em que servia seu progenitor e onde ele jurou bandeira.

Como é sabido, já em 1801 a Espanha invadiu Portugal. Estava sob a pressão napoleônica o pobre rei Carlos V, e com missão de obrigar o príncipe luso a romper a tradicional aliança até aí mantida com a Inglaterra. Sem preparação para eficaz defesa, as chamadas "praças fortes" portuguesas, foram caindo todas. Só Elvas resistiu, e nessa praça estava Callado que, assim, começaria sua vida sob signo de vitória e de bravura.

Jamais esqueceria ele, daí por diante, o exemplo, em boa hora observado de seu chefe e comandante, D. Francisco Xavier de Noronha.

Pelo tratado de Fontainebleau, logo depois e novamente, Portugal foi vítima de sua estúpida lealdade aos ingleses. Dividido como terra sem dono, entre Espanha e França, foi enviado para execução do "castigo-sentença", o general Junot, que já se acreditava rei de Portugal como Murat fora de Nápoles e Bernadotte da Suécia, e nesse espírito comandava a pilhagem sistemática, o saque desenfreado.

Como se sabe, só após a chegada de Junot a Abrantes, D. João soube do perigo que corria, o general fran-

cês desejando a todo o custo aprisioná-lo.

Foi Lecór que a toda brida levou-lhe a notícia para que pudesse escapar como o fez, a 30 de novembro de 1807.

Callado, ao contrário de muitos que acompanharam a legião Gomes Freire, preferiu abandonar o exército a deixar sua espada a serviço do invasor. Pediu sua demissão e ficou como paisano.

As brutalidades inomináveis dos soldados franceses faziam-no esquecer as fascinantes glórias militares do seu feliz imperador e despertavam nele — em lugar da ambição de servir ao seu despotismo — o desejo de sadia reação cívica.

Ao primeiro grito neste sentido, que foi dado na província do Alentejo, apresentou-se em Campo Maior.

Depois das campanhas de 1801 e 1808, voltou ao exército com ânimo de luta e para servir seu país contra o invasor. Nas batalhas de Rolica e Vimieiro — brilhantes vitórias anglo-portuguesas, Callado ascendeu a capitão, a major e a tenente-coronel.

Pouco depois, como pela convenção de Sintra os franceses houvessem concordado em abandonar Portugal, tratou a regência de garantir o território pátrio.

Havia razões sobejas para isso, visto que, como se previra, em 1809, a invasão foi renovada.

Apesar de se haverem assenhoreado do Norte de Portugal fazendo centro no Porto, os franceses acabaram expulsos também dali. Callado pertencia ao 20º de Infantaria que não combatera em 1807, nem depois. Como a guerra não se aproximava da sua posição-sede, julgou de bom alvitre ir ao encontro dos inimigos de sua pátria, mesmo que, para combatê-los tivesse que subordinar-se aos espanhóis. E assim fez.

Nessa oportunidade Callado prestou inúmeros serviços, inclusive de caráter civil, evitando perseguições e vinganças, a que os castelhanos se teriam prestado.

Como Goethe, não só por atos, mas por palavras deixou claro "preferir uma injustiça a uma desordem", e nesse espírito conseguiu

mesmo libertar o Alentejo das contribuições de Arcé, que ocupando a região, raspava o território português a pretexto de defendê-lo.

Elvas fôra ocupada pelas forças napoleônicas, e ficara sitiada. Ameaçavam arrasá-la se as condições impostas para evacuá-la não fossem integralmente satisfeitas.

Os elvences, postos entre a espada e a parede, foram ao encontro dos sitiantes para ajeitar os contendores. Foi nessa ocasião que Callado lhes apareceu como homem providencial: Era elvence e diplomata. Desincumbiu-se da tarefa em forma estupenda.

Quando o exército português esteve completamente reorganizado, Arcé voltou à Espanha e Callado ficou no 20º sob o comando do general Paula Leite.

Duas tentativas frustradas de dominação não haviam convencido Napoleão. Projetava ele para 1810 nova invasão de Portugal. Seria a terceira.

O território português já então, estava defendido por forças anglo-hispano-lusas sob o comando de Wellington.

Foi com o 20º de Infantaria que Callado tomou parte na batalha de Bamosa, sendo nesta promovido a major por atos de bravura.

Depois tomou parte na expedição que libertou Sevilha dos franceses e ainda na batalha consequente de S. Munhoz.

Em 1814 Carlos Frederico Lecór — que avisara D. João VI da tomada de Abrantes — foi nomeado comandante da praça de Elvas, e nesse posto deram-lhe a missão, pouco depois, de organizar a divisão dos "voluntários de El Rey" destinada à campanha do Rio da Prata, e composta de 5.000 homens das três armas.

Lecór chamou Callado e entregou-lhe o 4º Batalhão de Caçadores. Como tenente-coronel, graduado no posto imediato desde junho de 1815, o futuro comandante da 2ª divisão brasileira em Passo do Rosário deixou definitivamente Portugal a 30 de março de 1816.

CALLADO NO BRASIL

Já em outubro desse ano ele se encontrava em marcha para Montevidéu, na coluna Lecór, toda composta de veteranos, estando ele no comando do histórico 20º. A 9 de novembro a coluna batia Rivera em Índia Muerta. A 18 de janeiro de 1817 uma deputação uruguaia entregava a Lecór as chaves de Montevidéu que caiu às suas mãos sem resistência.

Após o movimento da independência brasileira, Callado que se havia até aí inteiramente subordinado ao jogo de Carlos Frederico Lecór, viu-se escolhido para deputado às cortes de Lisboa, como representante da província Cisplatina.

As instruções que recebeu foram duplas: Uma era pública: Ir a Lisboa entender-se com as Cortes, a fim de satisfazer à imposição dos voluntários reais, meio amotinados.

Outra era extra-oficial: Entender-se com D. Pedro para que a Cisplatina permanecesse ligada ao Brasil e sob o comando de Lecór. A dissolução da "divisão dos voluntários de El Rey", foi sugerida com calor.

Assim, se viesse a independência do Brasil, Lecór seria mantido por D. Pedro, e se o movimento não tivesse consequências, as Cortes o manteriam.

Callado transmitiu notícia a Lecór de que a Corte e o governo brasileiros desejavam manter a Cisplatina, mas não à custa de esbanjamentos. D. Pedro exigia parcimônia e equilíbrio. Ao fazer tais comunicações, Callado se mostrou, pela primeira vez, partidário da independência brasileira, e da união da Cisplatina ao Brasil.

Em 1821 — setembro — Callado se casara com D. Maria Dolores Oribe, filha do cel. do Real Corpo de Artilharia Espanhola, e ex-governador do Peru D. Francisco Oribe, e neta, pelo lado materno, do primeiro governador que teve Montevidéu, marechal Viana.

D. Maria Dolores, cuja saúde parece haver sido sempre deficiente, morreu cerca de um ano depois do casamento. (Sete anos mais tarde

— portanto em seguida a quanto Callado praticou no Passo do Rosario, em 1823 — contraiu novas náupcias com D. Carolina Juanicó).

Callado assistiu pessoalmente, no Rio, o movimento de 1822 e 1823. Voltou a Montevidéu em 1824. Sofreu seqüestro dos bens urbanos ali deixados. Era castigo por haver aderido ao Brasil.

Assim, porém, que D. Alvaro da Costa voltou para Portugal, a 2 de março de 1824, João Crisostomo Callado foi enviado novamente ao Rio para dar parte a D. Pedro, dos acontecimentos ocorridos na Cisplatina.

Dessa missão, também diplomática, ele voltou a Montevidéu no posto de brigadeiro e recebeu a missão de comandar a guarnição e o posto de Maldonado, com todo o departamento.

A GUERRA CISPLATINA

João Crisóstomo Callado estava em Montevidéu, servindo sob as ordens de Carlos Frederico Lecór, quando Barbacena mandou chamá-lo para o exército que manobrava na província de São Pedro do Sul.

Os argentinos que haviam podido, com toda a segurança, organizar um exército de mais de 12.000 homens, planejaram invadir a província do Rio Grande pela linha do Rio Negro, separar a força brasileira ainda estacionada em Santana do Livramento (acampamento A Imperial Carolina) das que se estavam organizando na parte leste da província, especialmente em Pelotas (acampamento de São Francisco de Paula).

Prevendo a manobra, o Visconde de Barbacena forçou suas marchas, aliviou-se do impedimento e conseguiu juntar-se com a outra parte do exército imperial no acampamento do Arroio Palmas.

As forças vindas de São Francisco chegaram ao lugar de junção a 2 de fevereiro de 1827, sob o comando do General Gustavo Braun.

Nessa mesma oportunidade, pouco depois, chegou Callado. Seweloh informa precisamente: "*O General Callado, o Cel Alencastro e Pita, com os restos do 6º Regimento de Cavalaria, cerca de 30 homens e 15*

oficiais, com o jovem comissionado Ten-Cel Alberto, chegaram ao acampamento"...

Barbacena deu-lhe imediatamente o comando da 2ª Divisão.

Os argentinos, entretanto, desde que falhara o golpe estratégico da divisão de forças decidiram empregar um estratagema tático: Fingirem-se amedrontados. Preceder os brasileiros num campo conveniente. Aí dar-lhes batalha.

Não custou muito a Alvear convencer Barbacena que o temia. Retirou em direção a São Gabriel e foi seguido com mais de um dia de diferença de marcha.

Alvear procurava duas coisas: primeiro, campo propício à sua cavalaria e, segundo, fatigar a nossa infantaria cuja superioridade era manifesta, em número e em qualidade.

Tem-se dito que Barbacena errou não correndo mais sobre o Santa Maria, para esmagar seu adversário às margens do rio que as cheias tornavam, naquele, então, intransponível. Era isso, certamente, impossível. A impressão que Alvear desejou provocar, teve-a nitidamente Barbacena e as medidas consequentes foram tomadas.

Tôdas elas, contudo, seguiam infelizmente para nós, os desejos e as previsões de D. Carlos de Alvear.

A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO

O famoso encontro de Ituzaingó é demais conhecido e a atuação de Callado também o é, e demasiadamente, para que seja necessário repetir-se aqui em pormenor.

Como é sabido, na manhã de 20 de fevereiro de 1827, Barbacena, que esperava encontrar o inimigo bem mais longe, ou apenas parte do exército à margem direita do Santa Maria, teve surpresa vendo-o formado em linha de batalha, em crista de coxilhas bem altas, à espera dos nossos e já com cavalos mudados. Imaginou ter à sua frente apenas parte do exército argentino, o que era certo, visto que o comandante-em-chefe brasileiro não podia ver, de onde estava, as reservas argentinas, com Artilharia ao

centro, dois Batalhões de Infantaria e dois Regimentos de Cavalaria nas alas.

Ele lobrigava apenas Soler ao centro, com Infantaria, apoiado por duas baterias em cada flanco, e tendo à direita Laguna e, à esquerda, Lavalleya.

Por trás se postaram os couraceiros de Medina, os regimentos 8º e 16º de Cavalaria, Brandzen e o 1º da mesma arma, seguido de Paz com o 2º e logo Lavalleya, no extremo.

Os nossos conservaram a ordem de marcha. Apenas a força de vanguarda do Marechal José de Abreu e do Cel Gomes, atravessaram a sanga, e foram postar-se com a Cavalaria, mais próximo da ala direita inimiga. A nossa 1ª Divisão, aquém da sanga, seguiu pelas cochilhas, até que o nosso 1º de Cavalaria se defrontasse com os últimos elementos da força adversária, ficando a 1ª Brigada de Cavalaria composta do 1º e do 24º de Missões na extrema direita; a 1ª Brigada de Infantaria, 3º, 4º e 27º —, ligada à anterior por uma bateria, e enfim a 2ª Brigada de Cavalaria com os Regimentos 4º e 40º de Lunarejos.

Depois de grande espaço em que figurava nossa pouca Artilharia estava a 2ª Divisão, com a 2ª Brigada — Bahia, 6º e 20º —, a 2ª Brigada de Infantaria com os Regimentos 13º e 18º e enfim os 3º e 5º de Cavalaria, componentes da 4ª Brigada.

Começa o combate por fracas tentativas de flanqueamento, sobretudo à nossa esquerda e por fogo de Artilharia que mata alguns homens nossos das guarnições dos canhões, na cochilha do centro.

Foi dada ordem à Divisão do Gen Sebastião Barreto Pereira Pinto, para transpor a sanga e tentar uma arremetida. Isso feito, não se contentaram os chefes da Divisão em receber fogo de Artilharia sem resposta. Apesar dos sinais de carga que preparavam os Regimentos Brandzen e Paz, sucessivamente, a 1ª Divisão brasileira avançou. Respondeu com vantagem às cargas de Cavalaria e atingiu as cristas, forçando toda a ala esquerda argentina, e parte do centro, a retrair-se.

Nessa oportunidade Gustavo Braun decidiu pedir apoio à 2ª Divisão brasileira, certo de que a batalha dava indícios de vitória.

Aos corpos do Marechal Abreu já haviam sido dadas pequenas demonstrações desde as primeiras horas de 20 de fevereiro, pela esquerda argentina, mas a nossa vanguarda combatia à moda gaúcha, furando corpo, e opondo guerrilhas, de forma a não sentir o peso do adversário.

A primeira ordem, recebida pelo Gen Callado, foi de juntar sua Divisão à primeira, evitando o vazio demasiado notável, entre as duas Divisões nossas. Callado correspondeu.

Lavalleya, porém, havia decidido forçar a nossa esquerda com toda sua gente. O choque não pôde ser enfrentado pela nossa vanguarda, que no "entreviro" veio de roldão, deixando a boca de fogo que tinha a seu cargo, em mão do inimigo.

Callado formou quadrado com o 13º e o 18º. Deixou cobrindo as alas, os Batalhões e Regimentos de Cavalaria. Já a esse tempo combatia sozinho, completamente desligado da Divisão Pereira Pinto. A aproximação excessiva da Cavalaria de Lavalleya que orçava por 2.500 homens, e entre os quais vinham também os nossos, Callado não pôde trepidar: Ordens foram dadas aos quadrados de "atenção e preparar". Logo, de "fogo!"

A massa se abala e retrai, deixando o campo coberto de cadáveres.

A novas investidas dos corpos de Lavalleya corresponderam respostas decididas da nossa gente.

Nesse instante Callado recebia a solicitação de Barbacena, para que apoiasse a 1ª Divisão. Respondeu, como era natural, que esse movimento lhe era impossível. Por seu lado, a Divisão Pereira Pinto não podendo manter-se nos altos retraiu para aquém da sanga.

A nossa Artilharia demonstrara pouca eficiência salvo as baterias do Ten Mallet, que ocuparam o vazio entre as duas Divisões e trataram de impedir a infiltração de Lavalleya pela nossa direita.

Julgando inútil qualquer nova tentativa de envergadura, Barbace-

na deu ordem à 1ª Divisão que retirasse em direção ao passo de Umbu, movimento logo iniciado. Callado recebeu ordem de acompanhar a 1ª Divisão e o fez de maneira brilhante, digna dos mais rasgados elogios.

Se João Crisóstomo Callado não foi o herói da vitória, foi, sem dúvida, garantia da possibilidade ao nosso exército, de manter-se de cabeça erguida.

Perdeu um cavalo, morto sob seu corpo enquanto comandava a dramática resistência às investidas brutais da Cavalaria uruguaia.

Viu ele caírem brasileiros ilustres como Abreu, ao lado da soldadesca inimiga, desde que decidiu abrir o fogo dos quadrados. Mas essa providência salvou de derrota certa o exército imperial.

Depois, acompanhando a 1ª Divisão na retirada, foi recolhendo Artilharia e impedimento que aquela tropa deixara abandonada. Só às duas horas da tarde iniciou ele o seu movimento, levando por diante quando pôde, e respondendo às fracas tentativas inimigas de dispersar a nossa gloriosa 2ª Divisão. Suas respostas às ordens do Visconde de Barbacena são calmas e ponderadas. Evidenciaram nele, um desses homens raros em horas de tanto perigo.

Barbacena lhe mandou dizer: *"Mais vale inutilizar os canhões do que sacrificar gente e peças ao mesmo tempo"*.

Callado respondeu: *"Tenho esperança de salvar a Artilharia. Farei tudo o que puder para isso. Não duvido do sucesso!"*

Seus atos confirmaram eloquentemente as suas esperanças e toda a Artilharia, salvo um canhão com reparo quebrado, foi salva.

Só à noite Callado se uniu à 1ª Divisão. Barbacena foi louvá-lo e abraçá-lo à frente da mesma tropa que ele comandara com tanta bravura, e que, também ela foi saudada por estrepitosos "vivas" dos seus camaradas. A 1ª Divisão bateu-se bem. A investida vitoriosa que realizou podia ter sido decisiva: mas Callado foi, sem nenhuma dúvida, o herói do dia. Ninguém teve a sua atitude calma;

ponderada e salvadora, que generosamente atribuiu aos seus soldados na parte de combate dirigida ao General-em-Chefe:

"Só à noite pude unir-me a V.E. salvando quanto leve dito e recebendo com lisonja, agradecimentos de V.E. em frente de meus valentes comandados, aos quais aqueles agradecimentos eram devidos."

No acampamento de São Lourenço se iniciou logo a tentativa de reorganização. Aí ferveu a política que muitas vezes atrapalha tudo.

Barbacena abandonou o exército em junho, passando o comando geral a Callado, que, com Soares Andréa, divergia de Braun.

Em setembro, Callado passou o comando a Lecór, com quem estaria pela primeira vez em divergência, mas que não se aborreceu com isso. Compreendeu sua atitude e lhe deu o comando das tropas aquarteladas em Montevideu.

VOLTA AO BRASIL

Tendo contraído matrimônio com D. Carolina Joanicó, filha de um velho amigo seu, a 13 de novembro de 1828, o Marechal partiu com a esposa para a Corte brasileira. Ele tinha 48 e ela 23 anos apenas. No Rio passaram em festa e teatros em contacto com o alto mundo da época.

Como Callado recebesse o comando das armas de Santa Catarina, lugar disputadíssimo, teve que ir com a família para sua sede, onde a concentração de forças permanecia, pelo receio infundado de nova invasão. O posto exigia prestígio e também o dava. Como não houvesse diversões e a cidade fôsse atrasada, os falatórios escandalosos fervilhavam.

Acusado de receber vencimentos indevidamente como comandante do exército do sul e de apropriar-se de "comedorias", foi submetido a conselho de guerra. Por unanimidade absolvido, teve proclamada sua conduta como irrepreensível.

Deixava na ilha, duas chácaras, e como o governo imperial desejasse desagrává-lo, foi ele novamente nomeado para Santa Catarina ao mes-

mo tempo que se lhe dava a ordem de São Bento de Aviz.

Resistiu o íntegro soldado a voltar para um lugar onde a intriga fervilhava de tal modo que difícil seria de lá escapar alguém. Só em março de 1839 foi dispensado desse comando. Deixou o Destêrro para nova comissão em Salvador. Desta cidade D. Carolina gostou. Bailes, recepções, festas, jantares com talheres de ouro e prata. Ela, jovem, alegre, comunicativa, em altíssima posição social ao lado do marido.

* * *

O movimento que havia de estourar a 7 de abril no Rio de Janeiro, já se fizera sentir a 4, na Bahia.

O presidente da província, como bom brasileiro era favorável ao movimento. Intimou Callado a não intervir.

Callado, ante reiteradas ordens de inatividade, tendeu a obedecer, mas doía-lhe assistir ao progresso da anarquia.

Destituído do comando voltou ao Rio no mesmo barco em que chegara. Foi recolhido preso à Fortaleza de Villegaignon. Sua família foi para Montevidéu, enquanto ele se submetia a novo conselho de guerra, agora, por abandono do posto. Foi absolvido outra vez, com a declaração seguinte:

"Absolvido não só por se lhe não provar criminalidade como por serem muito louváveis todos os seus procedimentos", segundo a ordem do dia de 17 de agosto de 1831.

Callado pediu um ano de licença e foi descansar em Montevidéu, aproveitando para viajar a Buenos Aires onde o trataram fraternalmente.

Voltou ao Brasil autorizado pela regência, em 1836.

Alojou-se na Praia Grande, em Niterói, onde recomeçaram para D. Carolina os bailes e as festas.

A SABINADA

Em 1837, ao terminar a regência de Feijó, os distúrbios nacionais começam. A 7 de novembro estoura a Sabinada, que teve por efetivo

chefe o médico baiano Sabino Vieira. Desejava a revolução, liberalismo político e autonomia provincial. Ulteriormente as vistas chegariam a secessão e república.

Callado devia representar em face da Sabinada, o papel pacificador de Luís Alves de Lima e Silva, embora cobrindo um campo restrito.

Aos baianos, a presença de Bento Gonçalves num dos fortes da Bahia de Todos os Santos fazia efeito de catalizador revolucionário. Talvez por causa de Bento Gonçalves a Sabinada também quis pleitear de armas nas mãos, separação e República.

Porque o Presidente Paraíso não eliminasse o mal ao nascer, a província toda se levantou e teve a adesão da tropa de linha.

Paraíso logo depois viu-se obrigado a renunciar ficando o poder às mãos do chefe de polícia Gonçalves Martins, esteio principal da resistência.

Os revolucionários tomaram posse da Capital.

Elegeram Inocêncio Rocha Galvão, que estava ausente nos Estados Unidos. Houvesse verdadeiros chefes e isso não se verificaria porque não pode haver revolução vitoriosa sem chefe, reconhecido e ostensivo.

Callado voltara à Bahia depois de haver sido deposto, não por culpa sua, do lugar de comandante das armas que em 1831 ocupava. Em sete anos a situação mudava pouco no sentido das fermentações sociais, que continuavam na mesma.

Novamente comandante das armas, Callado apresentou-se em Itaparica ao presidente da província recebendo o comando das mãos do Ten-Cel Pinto Garcez. O Visconde de Pirajá, que o sucedera em 1831, ficava agora sob seu comando.

Callado exibe suas instruções ao Presidente Barreto Pedroso, mas este declara que não as cumprirá. Volta atrás, porém, nos dias subsequentes e Callado consegue agir, desde que o acampamento de Pirajá fica em suas mãos. Aliás, ele encontra aí uma situação semelhante à deixada por Damasceno Rosado em Santana, em 1827.

Procura remodelar o pequeno exército sob seu comando e o consegue, dando-lhe coesão, armas e munições.

A 13 de março de 1833 considera o ilustre comandante estar a sua força em condições de iniciar a ofensiva. Chama Barreto Pedroso para que juntos entrem no Salvador e dá começo à ação bélica.

O choque para a tomada da Bahia foi sério.

Os sabines eram 5.000 e os imperiais 4.000.

Sob as ordens de Callado estavam Senúveda, Argolo Ferrão e Corrêa Seara, todos coronéis antigos e cheios de glória e de história. Havia uma brigada pernambucana sob o comando de José Joaquim Coelho.

Desta surgiu, e com bravura, o ataque inicial, realizado por dois sargentos pernambucanos premiados à frente de todo o exército.

A investida durou vários dias. Os revoltosos fizeram do Forte de São Pedro o baluarte final, e aí foi que a bandeira branca foi levantada por proposta de Sérgio José Veloso, que se entregou à discreção com 700 homens.

O Forte do Mar entregou-se em seguida.

Chamou-se à campanha a "batalha dos três dias".

Barreto Pedroso só entrou na cidade a 17, quando já não havia nenhuma possibilidade de perigo.

Houve 160 casas incendiadas, e mais de 1.000 mortos de parte a parte.

Quiseram os baianos dar ao General Callado um prêmio em dinheiro. Ele recusou em favor das viúvas dos soldados legalistas mortos na investida.

Nessa oportunidade sua declaração foi digna de um herói de Plutarco: "Os serviços prestados à Pátria pagam-se única e suficientemente, pelos seus próprios resultados".

Em abril de 1836, Callado voltou para o Rio como membro do Conselho Supremo Militar.

Voltou a residir na Praia Grande, já promovido a Tenente-General.

Vai encontrá-lo aí o movimento da maioria. Ao desfercho, já ele assiste da residência fronteiriça ao Senado, perto do Camo de Santana. Desta casa ele iria para a da Rua Larga de São Joaquim, onde passaria os últimos tempos de sua vida.

Nos tumultuosos dias de julho de 1840, Callado comparece ao paco da Quinta da Boa Vista por ordem de D. Pedro II, e de seu tutor o Visconde de Itanhaém. Encarregaram-no da guarda do palácio. Era um Marechal de 60 anos, protegendo seu soberano, um menino de 14. A coroação, que devia ser a 2 de dezembro, ficou para 18 de julho de 1841. Menos de um ano depois Dário e Eduardo, filhos do velho soldado, são feitos mocos fidalgos, e como tal comparecem em setembro de 1843, às festas do casamento de D. Pedro e D. Tereza Maria Cristina.

Constantemente, Callado acolhia e protegia exilados da tirania de Rosas.

Morrendo D. Francisca Joanicó, em 1846, ele pediu licença e embarcou com a família para Montevidéu, voltando só em maio do ano seguinte.

Por decreto de 19 de julho de 1849, foi retirado do serviço ativo e reformado como Marechal, mas permaneceu no Conselho Supremo da Justiça Militar.

Em 1854, o seu testamento. Nêle se encontra esta frase prudente: "Não há um só amigo com quem um cavalheiro se possa mostrar abertamente, e é necessário viver com os homens antenando a possibilidade de se transformarem em nossos inimigos".

Em 1856 sua saúde se abalou. Num caderno de notas ele registra: "Sofri congestão cerebral às oito horas da noite de 25 de agosto de 1856. Sem sentidos e sem consciência de vida estive até 27. Sofri até 30, melhorando a 31".

Foi feliz não assistindo o fim trágico de dois filhos seus: Dário — chefe de polícia em 1867, que desapareceu misteriosamente, e Laura que em 1883 jogou-se ao solo de uma das sacadas da sua casa.

Março sempre lhe fôra favorável. A recidiva do ataque congestivo que havia de matá-lo aos 77 anos de idade e 66 de vida militar, veio-lhe fatal, a 1 de abril de 1857, na sua casa da Rua Larga de São Joa-

quim. Dessa forma morreu o glorioso soldado do reino e do império, a quem o Brasil deve o que só com veneração e respeito eterno, poder-lhe-á pagar.

PADARIA E CONFEITARIA GLÓRIA

O MELHOR PÃO DA GLÓRIA

PANIFICADORA GLÓRIA LTDA.

PAES, BISCOITOS, DOCES, CONSERVAS, FRUTAS, BOMBONS,
BALAS, ETC.

Brevemente novas e luminosas instalações.

A preferida pela maioria das famílias residentes
na Glória e Catete.

RUA DA GLÓRIA, 102 — TELEFONE 42-8772

LARGO DA GLÓRIA — RIO DE JANEIRO

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAUMA, 134-C — CAIXA POSTAL 1239
END. TEL. "RIOINCO"

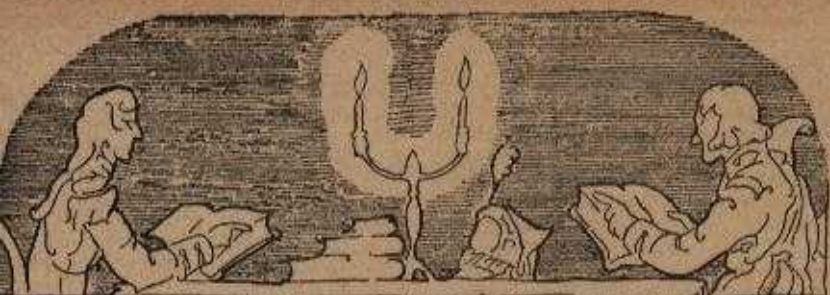
Telefone : 23-5928 — (Rêde Interna)

Gerência : 43-1112 — Diretoria : 23-0556

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)



CULTURA PROFISSIONAL

A TÁTICA DOS BLINDADOS SOVIÉTICOS

por OSKAR MUNZEL

(Transcrito, data pênca, da "Revista da Cavalaria", de Portugal, de março de 1953.)

OSKAR MUNZEL, autor deste primeiro artigo, foi Major-General no Exército Alemão durante a II Guerra Mundial e combateu na I Guerra Mundial na frente russa como comandante de pelotão, desde 1917 até fins de 1919. Permanecendo no Exército Alemão do pós-guerra, de 100.000 homens, recebeu instrução especializada, em Dresde, em 1928 e na Escola de Guerra de Berlim em 1931-1933. Promovido a Tenente-Coronel em 1940 foi destacado para a frente russa em 1941 como comandante de um batalhão de blindados. No dia 1 de janeiro de 1942 foi promovido a Coronel e deram-lhe ali o comando de um regimento de blindados. No ano seguinte foi encarregado dos cursos de instrução na Escola das Forças Blindadas, em Wuendorf, e, durante o mesmo ano, foi nomeado

diretor da Escola de Tropas Blindadas, em Bergem-Fallingbostel. Promovido a Major-General nos fins de 1944, continuou a ter atribuições nas forças de campanha, as quais incluíram comandante interino da divisão blindada, comandante de uma brigada blindada na frente Leste, comandante de uma força de instrução blindada e comandante sênior no Estado-Maior do Alto-Comando Ocidental, na frente Ocidental.

Embora a Rússia fôsse nossa Aliada na II Guerra Mundial, os seus assuntos militares eram caracterizados por uma certa obscuridade. As informações prontamente acessíveis sobre as Forças Armadas soviéticas, pouco mais eram do que uma difusão controlada de generalidades cuidadosamente escolhidas. Por consequência, não seria demais dizer que a

Alemanha, inimiga, conhecia melhor o Exército russo do que então a América, sua aliada — pois a Alemanha aprendeu o difícil e elementar caminho no campo da batalha. Seja como for, o período do pós-guerra trouxe consigo a descida da Cortina de Ferro que ocultou a cena militar russa a ponto de tornar difícil a obtenção de informações. A história militar continua sendo uma das nossas mais valiosas fontes de informação acerca dos exércitos do mundo; tem sido um assunto de importância cada vez maior nestes últimos tempos. Por exemplo, nenhuma guerra ficou tão bem registrada na história como a II Guerra Mundial. A análise continua abrangendo ambos os lados. A Divisão de História do Exército dos Estados Unidos, na sua missão de registrar uma história da guerra, completa, definitiva e objetiva, utilizou os serviços do antigo pessoal inimigo para lhe dar mais relêvo. Antigos e competentes militares alemães foram contratados para fazer estudos sobre várias ações e campanhas. São de grande interesse os projetos referentes à tática de pequenas unidades e à tática de armas individuais. Os blindados — blindados russos — foram assunto de um desses assuntos. A revista "Armor", por especial referência da Repartição do Chefe da História Militar, oferece aqui, escrita por aqueles que melhor conhecem o assunto, a primeira de uma série de ações de pequenas unidades, normenorizando a tática dos blindados russos.

CARROS DE COMBATE RUSSOS CONTRA O ATAQUE DOS CARROS DE COMBATE ALEMAES

Algumas semanas após a invasão alemã da Rússia em 1941, a 3ª Divisão Blindada atingiu o rio Dnieper, a norte da cidade de Slobin e preparou-se para atacar através do rio.

No dia 6 de julho, o Comandante do regimento blindado,

em reserva, foi encarregado da seguinte missão (extrato):

"A Divisão de Infantaria X, que ataca do sudoeste em direção a Slobin, tomou contato com poderosas forças inimigas e o seu flanco norte está atolado na lama, à distância de quatro quilômetros a sudoeste da cidade. O regimento blindado lançará imediatamente um ataque na direção de Slobin, destruirá as forças inimigas, que se julga ali estarem, para, deste modo, socorrer a infantaria que combate a sudoeste da cidade."

Um regimento blindado era composto de dois batalhões blindados, consistindo cada um deles em cerca de 40 carros de combate prontos a entrar em ação.

O terreno na direção de Slobin era de modo geral descoberto, terra de lavoura levemente ondulada. Era um dia seco e de sol.

O regimento blindado partiu imediatamente para Slobin, com o 1º Batalhão à frente e o segundo escalonado à retaguarda, para a direita da marcha, a fim de enfrentar as tropas russas que se calculava estarem ao sul da cidade, aliviando, assim, a pressão sobre a infantaria alemã.

O 1º Batalhão encontrou fraca resistência de infantaria, e depa-rou com uma bateria de artilharia a uns três ou quatro quilômetros em frente da cidade, e continuava a avançar sobre esta, preparando-se para penetrar nela, quando foi atingido por um fogo destruidor de carros de combate russos, habilmente escondidos por entre as casas dispersas, entradas de quintas e celeiros. Estes carros tinham-se mantido silenciosos até o último momento. Ao mesmo tempo, a guarnição da bateria de artilharia, que tinha sido desbordada, e ficara sem defesa aproximada, aproveitou a situação para saltar para os seus canhões, voltá-los e atacar o batalhão de carros pela retaguarda.

Em resultado deste ataque de surpresa, 22 carros alemães foram

postos fora de ação, sendo na sua maioria perdas totais. Entretanto, o 2º Batalhão, deslocando-se pela direita, tinha avançado para o lado oposto da via terrea, afastando-se do 1º. Quando ouviu pelo rádio o sinal de perigo, era-lhe impossível avançar naquele sítio, devido ao grande atêrro por onde a via terrea passava nesse ponto. Continuou, portanto, a sua marcha para o sul da estrada de ferro e avançou para dentro da cidade. A primeira companhia de blindados a penetrar na seção noroeste da cidade, conseguiu destruir 25 carros russos, de cerca de 30 que ali se encontravam, sem sofrer baixas. A força russa não esperava um avanço nesta direção, e toda a sua atenção estava concentrada na batalha que se travava com o 1º Batalhão, à sua frente.

ENSINAMENTOS

O método que os russos empregaram era daqueles que pode ser muito bem sucedido no caso em que carros com armas inferiores, tenham guarnições disciplinadas e bem treinadas. A ciência no tiro de artilharia e os estratagemas eram qualidades particularmente naturais nêles. A surpresa econômica forças e pode levar ao êxito quando o inimigo procede sem tomar precauções.

A unidade alemã estava demasiadamente confiada, devido a êxitos anteriores. O ataque foi precedido de insuficiente reconhecimento. Uma unidade blindada deve ser acompanhada por infantaria blindada, quando em missões independentes. Neste caso, devia-se ter acutelado com a bateria de artilharia e pessoal que tinha envolvido. Uma bateria de artilharia automóvel teria sido de uma grande vantagem para o batalhão atacante. A cortina de fumaça é muitas vezes o único meio de proteção numa situação como a que a força alemã aqui encontrou.

A força russa cometeu um erro deixando de proteger o seu flanco. Em consequência disto, o

2º Batalhão, ao contrário das suas primeiras intenções de deixar a cidade para a infantaria, que estava mais ao sul, conseguiu penetrar no objetivo e obter um grande êxito, ao mesmo tempo que aliviava, embora um pouco tarde, o 1º Batalhão.

Se o 2º Batalhão tivesse seguido Primeiro, a sua presença teria eliminado a bateria de artilharia russa, e, mais cedo teria chegado o auxílio necessário. Portanto, em situações confusas, é melhor avançar em profundidade, para enfrentar quaisquer possíveis surpresas com forças não-empenhadas, do que avançar numa frente demasiado extensa, onde o contato pode facilmente perder-se, e em que ambas as seções de uma força podem ficar simultaneamente imobilizadas no terreno.

Seja qual for a situação, a proteção imediata nunca pode ser descurada. Tem de ficar ao alcance do fogo de proteção dos elementos da retaguarda.

O COMBATE DE INVERNO PELA POSSE DE ESTRADAS E ALDEIAS

Em janeiro de 1942, a frente alemã na Rússia passava aproximadamente 50 quilômetros a leste de Kursk, numa direção nortesul. As divisões exaustas da infantaria alemã eram empregadas em vastos setores, ocupados e mantidos em vigilância somente em pontos importantes.

As tropas alemãs experimentavam pela primeira vez o duro inverno russo. O terreno estava coberto com grande espessura de neve e a temperatura descia a 30º abaixo de zero. Um vento constante varria as planícies. O terreno a leste de Kursk era ondulado. A observação era extensa porque não havia bosques. A monotonia da paisagem ondulante era interrompida apenas por um grande número de aldeias, a maior parte delas espalhadas por grandes áreas.

O movimento fora das estradas e nas cristas era dificultado pela neve amontoada pelo vento. As tropas alemãs, ainda não habi-

tuadas a estas condições, tinham que lutar com as forças da natureza. Os motores dos automóveis, caminhões e carros de combate avariavam-se freqüentemente, assim como as armas mecânicas. A falta de madeira embaraçava a construção de posições. A defesa estava concentrada na defesa das aldeias.

Em número superior, os russos aproveitavam a sua maior experiência e aclimatação às condições de inverno, enfraquecendo a frente alemã com pequenos ataques e ganhos de terreno locais.

No setor de uma divisão, os russos reconheceram habilmente uma posição de limite intermédio entre dois regimentos e conseguiram romper com blindados e infantaria ao longo da estrada que conduzia a Kursk. Uma formação blindada de cerca de vinte e cinco T-34, com infantaria transportada, rompeu e arremeteu em direção à cidade, onde uma estrada de ferro e uma rodovia, vitais para o reabastecimento alemão, corriam paralelamente à frente.

As aldeias ao longo da estrada que conduzia a Kursk, tendo apenas tropas e comboios de abastecimento, foram rapidamente tomadas pelos carros de combate russos.

No segundo dia encontraram uma concentração de forças de proteção alemãs, rapidamente reunidas, a cerca de 10-15 quilômetros à frente de Kursk. Falharam as tentativas de tamponar a brecha na linha principal da frente com fracas reservas locais. Outras forças russas, cerca de dois a três batalhões de infantaria, parte delas em caminhões, entraram pouco a pouco pela brecha e ocuparam as aldeias ao longo da estrada.

Um fraco batalhão de blindados alemão, com cerca de 22 carros de combate, vindo de outro setor, avançou para esta área. Num golpe de surpresa, recapturou a aldeia de Vybolsova, no caminho de reabastecimento do inimigo, a qual estava fracamente ocupada, detendo assim o afluxo das forças russas.

O batalhão blindado alemão fez ataques de Vybolsova para este e oeste, fustigando os russos, e detendo a corrente de reabastecimentos para as forças que se encontravam mais a oeste. Além disso, a força alemã que estava na cidade, conseguiu obter reforços: um canhão antiaéreo de 88 mm e um batalhão de pessoal de reserva.

Três dias depois da tomada de Vybolsova pelos alemães, os russos atacaram a aldeia ao longo da estrada, pelo oeste, empregando infantaria e alguns carros de combate, mas foram repelidos.

No dia seguinte, a neve caía em densos flocos. Subitamente os russos, vindos através dos campos, do lado este e oeste simultaneamente, fizeram um ataque de surpresa, entrando na cidade com grandes forças de infantaria. Os carros de combate ajudaram o avanço do lado oeste. Explorando a sua mobilidade em todos os terrenos — a sua altura acima do terreno era maior que a pressão sobre o mesmo e menor do que a dos carros alemães — os carros russos arremeteram através dos campos, mesmo em sítios considerados pelos alemães à prova de carros de combate.

Insuficientes medidas de segurança tornavam possível a surpresa. A jovem infantaria alemã, pouco experimentada e sem preparação para as exigências de combate no Leste, cooperou muito pouco com os carros amigos e foi derrotada. Os carros alemães, inferiores aos russos em eficácia de armamento e mobilidade, foram destruídos quase por completo.

ENSINAMENTOS

Esta operação mostra a importância das vias de reabastecimento, a maior parte das quais tinha de ser tomada transitável e mantida nesse estado para poder ser utilizada no inverno.

O ataque russo, feito em duas direções contra a aldeia de Vybolsova, decorreu excelentemente. Foi regulado com precisão, tanto

pelo rádio como por linhas telefônicas, que não tinham sido descobertas, ou por civis que ainda se encontravam na aldeia.

Por outro lado, a operação demonstra que um grande avanço, especialmente no inverno, tem de ser preparado em detalhe e constantemente reforçado. Uma formação blindada, operando sozinho, apenas pode alcançar um êxito temporário.

O ataque alemão ao flanco russo, para cortar a linha de abastecimentos, foi bem feito, e o inimigo assim o compreendeu. Carros de combate sem reabastecimento, depressa se tornam inúteis.

Combinar, para uma tal missão independente, um batalhão de infantaria inexperiente com uma unidade blindada, foi um erro. Tal unidade torna-se um estorvo para os blindados.

UM REGIMENTO DE INFANTARIA EM GUERRA CONTRA ATAQUES APOIADOS POR BLINDADOS. EM COMBATE DE INVERNO

Após violento combate defensivo em dezembro de 1941, o 203.º Regimento de Infantaria tinha retirado para o seu setor divisionário, e fora colocado numa nova posição defensiva em frente e a ambos os lados da aldeia de Bestovaya, uma povoação de casas de pedra que formava o núcleo da defesa.

Uma ordem capturada indicava que se devia esperar um ataque nessa área por uma força do Segundo Exército russo, compreendendo três divisões de infantaria, uma divisão de cavalaria, uma brigada blindada e unidades de artilharia independente. O avanço seria ao longo da estrada Lissichansk-Artemosk, com o objetivo de conseguir uma rotura da frente.

O 203.º Regimento de Infantaria era composto de três batalhões, de uma companhia de canhões de infantaria e de uma companhia anticarro. Cada batalhão compunha-se de três companhias de ati-

radores e de uma companhia de armas pesadas. Todas as unidades estavam desfalcadas dos seus efetivos.

O terreno era ondulado e quase não tinha bosques, com muitas aldeias nessa área. O chão estava coberto de neve e a temperatura era de — 15º aproximadamente.

Entre 18 e 22 de dezembro, o inimigo desenvolveu as suas forças em frente da nova posição. Os postos avançados alemães foram forçados a retroceder para a posição. Era evidente que o ataque russo estava iminente. Na noite do dia 22, os russos, com efetivos aproximadamente de um batalhão, atacaram, pela primeira vez, a posição do 2º Batalhão. Embora os ataques a ambos os lados da estrada de Lissichansk fossem detidos pelo fogo da defesa, foi aniquilado um centro de resistência da 6ª Companhia que estava mais para oeste. Elementos avançaram para o interior da aldeia, quase até o posto de comando do batalhão. Neste ponto, a reserva do batalhão foi empenhada e as posições restauradas.

No dia 23 de dezembro, foram repelidos pelo 2º Batalhão vários ataques com efetivos de companhia a batalhão, ao longo de ambos os lados da estrada. Ao cair da noite, os russos repetiram os ataques a leste da estrada. Após breve preparação de artilharia às posições da 7ª Companhia, atacaram com cerca de dois batalhões apoiados por dez carros de combate. Em dois sítios perto da cota 205.0, os carros e a infantaria tomaram os centros de resistência alemães e penetraram na frente. O fogo da artilharia concentrado sobre os blindados, forçou-os a retirar. A infantaria russa, perdendo o seu apoio, não avançou mais. Foi, então, empenhado o batalhão de reserva alemão que repeliu a infantaria russa e permaneceu na posição da aldeia.

No dia 24, foram repelidos vários ataques à estrada e, pela primeira vez, ao flanco esquerdo do 1º Batalhão. Nesse dia, não foram empenhados carros de combate.

Na manhã do dia de Natal, os russos atacaram novamente a lesie da estrada com cerca de dois batallhões de infantaria, sendo detidos pelo fogo da artilharia. Pouco depois, atacaram a 1ª e a 3ª Companhias, das ravinas a noroeste da aldeia. Ambos estes ataques, apoiados por morteiros e efetuados por uma a duas companhias, podiam ter sido repellidos. Mas, cerca das 1400 h, quando soprau de leste um vento cortante, surgiram subitamente das ravinas dez a doze blindados que avançaram contra a parte ocidental da aldeia. Acompanhados pela infantaria, avançaram, lentamente, em grupos, cobrindo com fogos os centros de resistência alemães. A orla da aldeia ficou sob o fogo da artilharia e morteiros.

Eram 1500 h quando cinco blindados, com infantaria, entraram na posição da 1ª Companhia, que estava defendendo mais de 1.000 metros de frente apenas com 40 homens. Os russos entraram na aldeia, e vários carros, separando-se da infantaria, avançaram para o sul, em direção ao aterro da estrada de ferro. Depois de dois carros terem sido postos fora de ação pelos canhões anticarro, retrocederam.

Num contra-ataque, a 10ª Companhia limpou novamente a aldeia. Os estados-maiores do 3º Batalhão e da 9ª Companhia foram também trazidos de Belogorovka para a frente e empenhados. As 2100 h, os russos, embora lutando tenazmente, foram derrotados e a linha de resistência reocupada.

As baixas obrigaram a uma reorganização do 203 Regimento, e os três batalhões foram destinados a posições contíguas, cada qual conservando uma companhia de reserva.

Na madrugada de 26 de dezembro, os russos começaram a atacar violentamente na área entre a aldeia e a ferrovia mais para oeste.

Dezessete carros aproximaram-se do flanco direito do 1º Batalhão, acompanhados por dois a três batalhões de infantaria. As posições da 2ª Companhia foram

esmagadas pelos blindados, e os russos enegaram até ao aterro da ferrovia onde foram detidos por um eficaz fogo de artilharia.

Mas para leste, apareceram blindados em frente da Colina 216,3, uma proeminência notável. Uma bateria antiaérea de 88 mm a sul dessa proeminência, pos um carro fora de ação, antes deia própria ser esmagada. Na colina 216,3, que não oferecia qualquer cobertura, as tropas alemãs não puderam manter as suas posições devido ao fogo dos blindados e se reúnaram para a via férrea, a sul da colina.

Não havia contato entre o Regimento que estava em Belogorovka e o 1º Batalhão; a situação ali continua confusa até à noite. Um batalhão de reserva divisionário e vários pelotões ciclistas foram destinados ao regimento. Com os russos a entrarem novamente na parte ocidental da aldeia, a tropa de combate recebeu, pelo meio-dia, licença do regimento para abandonar a aldeia.

A intervenção de aviões bombardeiros não trouxe grande alívio, visto que a área do alvo não podia ser convenientemente definida, devido à situação confusa do combate.

Pelo meio-dia, o batalhão de reserva divisionário e cinco canhões de assalto foram entregues ao comandante do 2º Batalhão, que exercia o comando na aldeia. Ele resolveu, então, continuar a manter-se na aldeia.

Cerca das 1600 h, a infantaria russa, apoiada por alguns carros, atacou o 2º Batalhão a partir da estrada. Novamente foram perdidos dois centros de resistência na colina 205,3, e os russos penetraram. Um contra-ataque alemão feito pelo batalhão de reserva, apoiado pelos canhões de assalto, eliminou as penetrações e restaurou as linhas, cerca da meia-noite. Porém, não havia contato com o flanco direito do 1º Batalhão, porque este não tinha reocupado as suas antigas posições.

Na madrugada do dia 27, os ataques foram repetidos com a mesma intensidade do dia ante-

rior. Através da brecha, formada entre o 2º e 1º Batalhões, importantes forças de infantaria russa, apoiadas, pelo menos, por vinte blindados, atacaram a aldeia e as posições do 1º Batalhão, ao longo do atêrro da estrada de ferro. Neste último ponto, oito canhões anticarro recentemente empenhados, foram destruídos pelos carros — o canhão anticarro de 37 mm não era adequado contra o T-34. O atêrro foi tomado; somente o flanco esquerdo ficou ainda agarrado a ele.

Cerca das 1100 h, após uma violenta preparação de artilharia, os russos lançaram, de noroeste e de oeste, mais ataques contra a aldeia, apoiados por carros. Os efetivos da infantaria eram de cerca de um regimento. O inimigo alcançou o centro da aldeia e foi novamente repellido num contra-ataque. Mas outros elementos, apoiados por carros, envolveram a aldeia pelo lado oeste depois de uma ação devastadora pelo sul. As 1400 h, os russos penetraram outra vez na aldeia pelo oeste, com infantaria e carros, e, no fim da tarde, pelo lado de leste. As forças alemãs abandonaram a aldeia durante a noite, retirando-se para a linha do atêrro.

Nessa altura, as baixas russas já eram muito severas e, embora os ataques continuassem nos dias seguintes, a sua força estava enfraquecida e a rotura tinha sido evitada.

ENSINAMENTOS

Esta ação é característica do combate de Inverno, a qual põe em destaque a importância das aldeias. As tropas agarram-se a elas e defendem com tenacidade os seus quartéis de inverno.

O comando russo mostrou, como aconteceu na maior parte dos casos desta fase da guerra, uma dispersão espantosa das suas forças atacantes. Esta dispersão também se aplica aos carros de combate, que nesta ação foram empregados para acompanhar os ataques da infantaria. De uma maneira geral, os ataques russos, sem o

acompanhamento dos carros, eram detidos pelo fogo.

A tomada da aldeia alemã podia ter sido efetuada mais facilmente, se os russos tivessem, desde o início, tentado envolvê-la. Um ataque à Colina 218,5 teria isolado a aldeia dos seus reabastecimentos, tornando, deste modo, impossível a sua defesa.

A excelente mobilidade em todo o terreno dos carros russos T-34 permitiu-lhes acompanhar os ataques, apesar da neve um tanto profunda. Podiam manobrar bem no terreno, ao contrário do que acontecia com os canhões de assalto alemães, os quais não podiam deslocar-se bem fora das estradas e tinham de se acautelar com a neve amontoada pelo vento.

O COMBATE DE INVERNO ENTRE BLINDADOS E INFANTARIA

No decurso das batalhas de Inverno de 1941-42, os russos tentaram reocupar a cidade de Cárcóvia, partindo da área este e sudeste da cidade. O frio era intenso, e a neve de grande profundidade, especialmente, nos pontos baixos.

Nos fins de janeiro, com grandes nevascas, os russos avançavam em formação cerrada com veículos ao longo da estrada, de Brigaderovka para Borshchevov, onde uma bateria alemã os atacou. Assim terminou o mês, depois do que se seguiu um dia calmo, o 1º de fevereiro.

No dia 2, os russos atacaram os centros de resistência avançados alemães com granadas de 100 mm e 122 mm, ao mesmo tempo que empreendiam um reconhecimento em força contra o Centro de Resistência n. 3 com duas companhias, contra o Centro de Resistência n. 4 com um pelotão reforçado e contra o Centro de Resistência n. 5 com uma companhia e meia. Estes ataques foram, porém, repellidos.

Nas primeiras horas da manhã seguinte houve violento fogo de artilharia de todos os calibres e penetração na direção de Tara-

nushin, que foi repelida pelos Centros de Resistência n.º 2, 3 e 5, com auxílio de bombardeiros de vôo "de picada".

No dia 4 de fevereiro, os ataques russos continuaram. A defesa alemã fazia frente para leste e norte, tendo ficado cortado o contato com a unidade da esquerda. Foi mandado um pelotão de infantaria, reforçado com quatro carros, estabelecer o contato ao longo da estrada Yacovenkovo-Volokhovo Yar.

Em resultado do tiro de flanco, feito no vale do rio Belakleyka, o ataque parou a meio caminho. O pelotão retirou quando caiu a noite e trouxe trinta prisioneiros.

Na madrugada de 5 de fevereiro, houve outro ataque russo contra os centros de resistência, que foi repellido. O avanço era de nordeste em direção a ocidente. Em Taranushin, grandes concentrações foram atacadas por bombardeiros de vôo "de picada".

Foi repellido um ataque noturno contra a parte norte de Yakovenkovo. Na tarde do dia 6, outro ataque, apoiado por alguns carros, conseguiu penetrar na aldeia, mas foi anulado por um contra-ataque.

No dia 7, foram repellidos novos ataques feitos por forças mais poderosas, tentando os russos abrir brechas noutros pontos e atacando o flanco direito. As forças atacantes, que estavam concentradas em grandes ravinas e barrancos e em bosques, a sul de Borshchevov, avançaram com um batalhão de esquiadores até às proximidades da estrada, onde estavam preparadas posições defensivas. Entretanto, as forças alemãs foram reforçadas por um segundo batalhão.

Na manhã seguinte, patrulhas de reconhecimento russas avançaram para sondar os pontos fracos em volta da parte sudeste de Yakovenkovo. Ao fim da manhã, o novo batalhão alemão atacou fora dessa área e restabeleceu a primitiva LPR. Os ataques dos carros de combate feitos pelos russos contra o Centro de Resistência n.º 5 com cinco carros, foi repellido.

Seguiram-se dois dias de calma; o tempo tornou-se mais quente; o degelo começou. Aproveitando estas condições atmosféricas, os russos atacaram com um batalhão e onze carros pesados. Os centros de resistência foram atacados e perdidos. Um contra-ataque feito por carros inferiores, amigos, não deu resultado. Foi então estabelecida uma posição defensiva circular em volta de Yakovenkovo. A situação era crítica. Quatro carros pesados atacaram a aldeia e retiraram sob o fogo de quatro carros amigos. Perto do meio-dia de 12 de fevereiro, aumentou o fogo da artilharia inimiga contra a cidade ocupada pelos alemães, reforçado com projéteis de foguete, fogo anticarro e de morteiros, e à noite com fogo de patrulhas de reconhecimento regulares russas na orla da aldeia.

Antes do amanhecer do dia 13, o inimigo iniciou um ataque partindo de uma depressão em forma de Y, com um batalhão, entrando, com grandes "burras", pela parte noroeste da aldeia. Contra-ataques, feitos por duas companhias, em combate aproximado, destruíram o inimigo.

No dia 14 de fevereiro, quatro carros pesados fizeram fogo sobre a aldeia, tendo os russos lançado um ataque com apoio de blindados, a meio da manhã, o qual foi repellido, assim como outros ataques feitos no dia seguinte. Os russos cessaram então os seus ataques.

Um relatório do Alto Comando da "Wermacht" dizia o seguinte:

"Uma divisão na área sudeste de Carcóvia, em batalhas defensivas extremamente violentas, entre 10 de janeiro e 7 de fevereiro de 1942, repeliu 142 ataques de seis divisões de infantaria e de duas divisões de blindados. O inimigo perdeu seis mil homens, vinte e sete carros, quatorze canhões, oitenta e dois morteiros e dois aviões."

ENSINAMENTOS

O combate de Inverno, com frio excessivo, requer medidas especiais. Consiste em sondagem, desgaste e ataque. As aldeias desempenham um papel muito importante. Ele nos ensina que um exército tenaz, que saiba dominar os nervos, não será vencido.

Quando os russos fazem operações de reconhecimento em força, isso significa que qualquer coisa está para acontecer dentro das próximas vinte e quatro horas.

Quando a neve tem grande altura, os carros devem ficar em

terreno elevado. Os russos lançaram muitas vezes alguns carros como finta para o fogo anticarro, atacando depois com elementos pesados. Um ataque de carros contra uma aldeia não é taticamente admissível, se não for efetuado sob a proteção do fogo de artilharia e acompanhado pela infantaria.

Para os carros de combate, as "lagartas" largas, que permitem uma pressão mínima sobre o terreno, são de grande vantagem no combate de Inverno, fato que a indústria russa de carro de combate já tomou em consideração.

FÁBRICA DE FOGOS CRUZEIRO DO SUL

FOGOS CRUZEIRO DO SUL e das melhores fábricas do ramo, atacado e a varejo, brinquedos, artigos para carnaval e de papelaria, armas e munições, pólvora para caça, etc.

Viúva Maria Barbosa Calçada

RUA DON LARA, N. 10 — TELEFONE S-1
São João de Meriti

São João de Meriti — Estado do Rio

Barracas na Av. Presidente Vargas com Rio Branco
e na Av. Passos

DIA "D" E HORA "H" DUM DESEMBARQUE ANFÍBIO

JAYME DE AZEVEDO PONDE

Capitão-de-Fragata, Instrutor da ECEME

IMPORTANCIA DA DECISAO

A escolha do dia "D" e da hora "H" para uma operação de desembarque representa uma das decisões mais importantes do Comandante da Força Combinada Anfíbia, ou do escalão Superior.

Geralmente, as considerações iniciais do planejamento partem do mais alto escalão de comando que, considerando os fatores de natureza estratégica, principalmente, prescreve uma data aproximada ou um período de tempo dentro do qual o desembarque deverá ser efetuado.

Os escalões inferiores ficam com tempo suficiente, contando com alguns meses para o necessário planejamento, estudando as minúcias da operação, até poder ser fixada a data exata.

Circunstâncias várias influem na decisão, que representa o resultado de cuidadosos estudos e a análise de fatores os mais variados e muitas vezes contraditórios.

Compete ao Comandante da Força Combinada Anfíbia decidir sobre o dia e hora exatos para o desembarque.

EXEMPLO HISTORICO

Segundo o General Walter Bedell Smith, Chefe do Estado-Maior das Forças Aliadas de Invasão da Europa, a determinação do dia e da hora dos desembarques na Normandia foi uma das seis grandes decisões tomadas pelo General Eisenhower, que mais influenciaram o curso da Segunda Grande Guerra.

A invasão da Europa a 6 de junho de 1944 exigiu o emprêgo de 2.451 navios de diversos tipos, de 55.180 homens de Força de Desembarque e 20.329 de tropa aeroterrestre.

O planejamento e a reunião das forças necessárias consumiram mais de um ano e meio.

Inicialmente projetado o desembarque para o verão de 1943, foi transferido para a primavera do ano seguinte, devido à insuficiência dos aliados em meios, forças e embarcações.

Finalmente, a data aproximada deveria ser em torno de 1 de junho de 1944.

Naquele ano, as previsões meteorológicas indicavam as seguintes probabilidades em dias de relativo bom tempo, sobre dias de mau tempo: em maio, 1 contra 24, em junho, 1 contra 13 e em julho, 1 contra 50.

Os alemães seriam surpreendidos com os desembarques em condições meteorológicas adversas, entre tempestades.

Sendo necessária a existência de 3 dias seguidos de bom tempo, as previsões indicavam 21-22-23 de maio, 5-6-7 e 19-20-21 de junho, como preenchendo as condições mínimas.

A 17 de maio, o dia "D" foi fixado em 5 de junho.

Se essa data viesse a ser adiada, a nova teria de ser a 19 de junho, no mínimo, em condições inferiores, mormente por não haver luar, julgado necessário aos lançamentos pré-hora-H de tropas aeroterrestres.

No dia 3 de junho as condições meteorológicas eram péssimas e as previsões indicavam fortes tem-

pestades para o dia 5, forçando o adiamento do desembarque por 24 horas.

Nessa ocasião, parte das forças de assalto americanas tinham penetrado no Canal, porém, tão grosso era o mar que muitos navios foram compelidos a arribar.

No Canal da Mancha rugiam os ventos mais duros e bramiam os vagalhões maiores dos últimos 20 anos.

A quatro de junho as previsões meteorológicas prometiam melhora do tempo, a partir da noite de 5 ou da madrugada de 6.

Duas alternativas se apresentavam para a decisão: aceitar os riscos dum desembarque logo, com alguma probabilidade de um intervalo temporário do mau tempo, ou adiar a operação.

A transferência implicaria no regresso das tropas e das forças navais às suas bases, desorganizando a operação e causando um efeito muito nocivo ao moral do pessoal, além da probabilidade de perderem os aliados as vantagens da surpresa tática.

As quatro horas da manhã de 5 de junho, o Comandante Supremo decidiu que o dia "D" seria 6 de junho, efetuando-se os desembarques nas diversas praias entre 0630 e 0730. A análise posterior da decisão provou que foi acertada a escolha da data, embora o mau tempo continuado, que destruiu embarcações e portos flutuantes, tivesse afetado seriamente os suprimentos, que chegaram a descer a níveis comprometedores para o êxito da operação.

Fosse adiada a data, talvez o desembarque não se tivesse efetivado, porquanto a 19 de junho uma terrível tempestade varreu o Canal, destruindo mais de 300 embarcações nas praias americanas.

FATORES A CONSIDERAR PELOS ALTOS ESCALÕES

Para a escolha da data aproximada do desembarque, as principais considerações que influenciam a decisão dos mais altos es-

calões, acima do Comandante da Força Combinada Anfíbia, são:

Disponibilidade* de forças

Prontidão das forças

Situação do inimigo

Coordenação com outras operações

Condições sazonais.

Por "disponibilidade de forças", entende-se a possibilidade da atuação do conjunto de forças navais, tropas de desembarque e aviões, de modo a permitir a exequibilidade do desembarque e o prosseguimento do assalto.

Além de disponíveis, as forças devem estar treinadas, equipadas, em estado de prontidão para o combate e em condições de serem concentradas e transportadas para a Área do Objetivo.

A "situação do inimigo" apresenta grande influência na escolha da data aproximada para o desembarque, devendo se analisar cuidadosamente o seu poder combatente na área, sua rapidez em reforçá-lo e seu desgaste em pessoal e material. Informações indicando o aumento de forças inimigas na Área do Objetivo podem provocar adiamentos até se conseguirem meios suficientes, ou induzir a uma antecipação do ataque, a fim de iniciá-lo antes de se efetivar o reforço adversário.

A "Coordenação com outras operações" deve ser considerada, levando-se em conta o tempo requerido pelas operações preliminares, de superfície, submarinas e aéreas. Muitas vezes são realizados, em larga escala, ataques de diversão e de amaciamento da Área do Objetivo, antes do assalto.

No estudo das "condições sazonais", devem ser examinadas as estações úmidas e secas nos trópicos, a temperatura nas zonas tórrida, temperada ou frígida, as cerrações, os ventos e tempestades, a duração do período diurno nas médias e altas latitudes, a amplitude das marés, etc.

ESCOLHA DO DIA E HORA PELO COMANDANTE DA FORÇA COMBINADA ANFÍBIA

Estabelecida pelos escalões mais altos uma data aproximada ou datas-limites para o assalto, compete ao Comandante da Força Combinada Anfíbia decidir sobre o dia "D" e hora "H", ponderando, cuidadosamente, as solicitações do Comandante da Força de Desembarque e atendendo às necessidades navais indispensáveis ao êxito da operação.

Agora devem ser consideradas as peculiaridades do local, a situação na Área do Objetivo, as condições meteorológicas, a visibilidade e as marés.

A meteorologia desempenha importante papel na determinação da data para o desembarque.

As condições meteorológicas devem estar de acordo com as necessidades das várias unidades, tanto navais como aéreas e terrestres.

Muitas vezes essas necessidades são contraditórias, ou amarram tão rigidamente as condições, que o número de dias possíveis para a realização do desembarque fica muito limitado.

Por exemplo, quando navios aeródromos de escolta estiverem provendo o apoio aéreo local, a velocidade do vento deverá ser acima de 15 nós e o teto de 1.000 pés, pelo menos; já para as tropas aeroterrestres, o vento deverá ser menor que 15 nós, principalmente se as zonas de lançamento forem pequenas e o terreno acidentado. Os elementos navais quererão bastante nebulosidade para diminuir os ataques aéreos inimigos, ao passo que os aviões de bombardeio desejarão o mínimo de nebulosidade, a fim de operarem eficientemente. Um vento do largo facilitará o emprêgo de cortina de fumaça, porém tornará pior a arrebentação das vagas.

O dia escolhido deve ser tal que as condições de vento não afetem as condições de encalhe, descarga ou velocidade dos tipos mais lentos de navios e embarcações.

O bom tempo deve reinar no dia do desembarque e nos subsequentes, a fim de permitir a descarga.

INFLUÊNCIA DA VISIBILIDADE

De um modo geral, as condições ideais para a hora "H" são as que permitam a aproximação da Força Combinada Anfíbia no período de escuridão e a chegada à Área do Objetivo no crepúsculo matutino. Assim se obtém luz natural suficiente para os bombardeios preliminares e o emprêgo dos grupos de demolição de obstáculos, evitando-se confusão no organizar as vagas de embarcações.

Pode, contudo, ser necessária a aproximação da Força Naval de Ataque durante o período diurno, por causa da navegação em águas restritas ou perigosas.

A maior desvantagem do desembarque noturno é a dificuldade do controle dos Comandantes sobre suas unidades.

A confusão pode se estabelecer. Vagas de embarcações desordenadas, unidades desembarcando em praias erradas, desembarques atrasados, desorganização das tropas em terra e muitas outras dificuldades podem causar a escuridão. Além disso, o inimigo pode movimentar reservas para as áreas ameaçadas sem que o atacante o perceba. A eficácia do apoio de fogo naval e aéreo é reduzida de muito.

A vantagem do desembarque noturno é que o atacante pode conseguir a surpresa tática, mais facilmente, e sofrer menos baixas que durante o dia. O defensor pode formar uma impressão exagerada quanto ao número e composição das tropas atacantes e a extensão da área atacada.

Um desembarque noturno só se justifica quando for predominante, para o êxito do plano, conseguir a surpresa tática e houver grande probabilidade de obtê-la.

A sucessão das fases de desembarque, assalto e consolidação da Cabeça de Praia deve correr em seqüência.

Ao tomar sua decisão quanto à hora "H" em um desembarque diurno, o Comandante de Força Combinada Anfíbia deve prever a conveniência de conduzir o transbordo ou parte do Movimento Navio — para — Terra sob a proteção da escuridão parcial proporcionada pelo crepúsculo matutino.

Assim se aproveitará a maior parte do período diurno para o assalto, a descarga do material, as operações em terra, a captura e consolidação dos objetivos iniciais, embora haja redução da eficácia do apoio de fogo naval e aéreo que precedem o desembarque.

Os seguintes fatores, afetados pela visibilidade, devem ser levados em consideração:

- a) *O arriar das embarcações de desembarque e o transbordo de tropas e equipamentos.*

Geralmente, são necessárias 3 horas para o desembarque das tropas, desde a chegada dos navios à Área dos Transportes até ser atingida a praia. Os limites da Área dos Transportes são convenientemente afastados da praia, de 15.000 a 20.000 jardas, para resguardá-los da artilharia leve de terra. Para facilidade e segurança, a falna de arriar embarcações e transbordo de tropas deve ser realizada somente na claridade proporcionada pelo início do crepúsculo matutino náutico, quando a visibilidade é de cerca de 400 metros.

- b) *A reunião e o movimento das embarcações.*

A ordenada navegação em conjunto das embarcações de desembarque depende da visibilidade, para que possam manter os intervalos e as distâncias e evitar colisões. Entretanto, sendo visível a praia a sua aproximação, elas tornam-se, desde logo, alvo das baterias costeiras e de outras armas inimigas.

- c) *O fogo naval.*

Os canhões navais podem atirar pelo radar, porém, para um fogo

de destruição, há necessidade da observação visual dos pontos de queda. Para a eficiência do tiro, a visibilidade deve ser de 5.000 a 10.000 metros. Isso é conseguido a partir do início do crepúsculo matutino civil, sendo necessárias duas horas para os bombardeios navais preliminares.

- d) *O apoio aéreo.*

A aviação só pode prover um fogo eficiente com boa visibilidade, a fim de não se somarem os erros inerentes aos bombardeios com os decorrentes de deficiência da observação visual. Como no fogo naval, a conveniente visibilidade se consegue a partir do início do crepúsculo matutino civil, também, sendo necessárias duas horas para os bombardeios preliminares.

INFLUENCIA DAS MARÉS

Ao decidir sobre a hora "H", deve ser levada em muita consideração a influência das marés no local do desembarque.

Geralmente, é preferível desembarcar na maré de enchente, fixando-se a hora "H" em duas horas antes da preamar. Assim se facilita o desenrolhe das embarcações e a tropa terá de atravessar menor extensão de terreno arenoso.

Há duas marés diárias, uma preamar e uma baixamar, de 6 em 6 horas, aproximadamente.

Com a lua nova ou cheia, a preamar é mais alta, a baixamar é mais baixa e as variações de nível são mais rápidas. Estas são as chamadas marés de sizíguas, que ocorrem em intervalos de 14 dias, aproximadamente.

Com a lua em quarto crescente ou quarto minguante, ocorrem as marés de quadratura, também de 14 em 14 dias, aproximadamente. Estas oferecem mais lenta variação de nível e menores diferenças de alturas.

A rápida variação da altura da maré pode dificultar a abordagem e o desenrolhe das embarcações de desembarque.

Em praias de declive suave, a grande variação de altura da maré acarreta grandes modificações na largura de praia.

A maré de vassante dificulta o encalhe de embarcações, podendo retê-las até a enchente seguinte.

Na baixamar as tropas e os equipamentos podem ter de atravessar, expostos, grande extensão de praia.

Assim, verifica-se que não devem ser escolhidas para desembarque as marés de sizíguas, de vassante e de baixamar.

Quando, porém, existirem obstáculos submarinos que impossibilitem o desembarque na preamar, ter-se-á de escolher uma hora de baixamar, para que eles fiquem expostos e possam ser destruídos ou ultrapassados.

OUTROS FATORES

Muitos outros fatores devem ser considerados conjuntamente com a visibilidade e as marés, estabelecendo-se o grau de importância que cada um pode ter, de acordo com as condições peculiares da área em cogitação.

O declive da praia pode limitar a possibilidade do encalhe das embarcações ser feito convenientemente com as rampas arriadas em seco.

A arrebentação e a altura das vagas podem assumir grande importância, dependendo da intensidade do vento e da profundidade das águas.

Em costas de declive suave as ondas arrebentam antes de atingirem a praia, dificultando o desembarque.

A corrente marinha, arrasando as embarcações, dificulta-

lhes manter a rota devida, podendo ocasionar a aterragem em praias diferentes.

Os ventos interferem nas condições do mar, tornando-as desfavoráveis ou inoperantes, e na possibilidade de emprego de cortinas de fumaça para ocultar os movimentos do atacante. Os ventos do largo devem ser evitados por causa do seu efeito na arrebentação, a menos que a possibilidade do emprego de cortina de fumaça ofereça maior vantagem.

A cerração é uma vantagem na aproximação, porém impõe as mesmas dificuldades de controle e apoio que a escuridão noturna.

As altas e baixas temperaturas, nos trópicos e nas altas latitudes, devem ser objeto de cogitações, estudando-se o seu efeito sobre o pessoal.

Todas as considerações acima expostas são de grande importância porque, subestimando-se o valor de qualquer delas, sérios embarços poderão aparecer e comprometer o êxito da operação.

CONCLUSÃO

Vê-se pelo exposto que a escolha do dia e da hora do desembarque é uma decisão à qual só se chega após cuidadoso estudo e análise de fatores vários, muitas vezes contraditórios.

Representa, realmente, uma das mais importantes decisões do Comandante da Força Combinada Anfíbia, ou do escalão superior.

Para ser correta, ela deve se apoiar num profundo estudo das necessidades das forças navais, aéreas e terrestres empenhadas na operação.

(Do n. 10 de "Coletânea".)

O CONCURSO DE ADMISSÃO À ESCME

1956

"UMA SOLUÇÃO" PARA A PROVA DE CONHECIMENTOS TÉCNICOS E TÁTICOS COMUNS A TODAS AS ARMAS

SITUAÇÃO "A"

1 — O GT/13, pertencente à 5ª DI (13º RJ, 13º GO-105 AR, 1ª/13º G Can Au AAé AP, 1ª/5º BE Cmb e 5º Esqd Rec Mec), totalmente motorizado, acha-se reunido na região de JOÃ TOBIAS (12-02).

Às 0200 de D, o Cmt do GT/13 recebeu a visita de um oficial do EM/5ª DI, que lhe fez entrega de uma Ordem Particular de Operações, confirmatória de ordens verbais.

2 — Dessa Ordem Particular de Operações ao GT/13, destaca-se o seguinte:

a) o inimigo pode:

— atuar com elementos de reconhecimento mecanizados a partir de 0700 de D, no corte do Arroio CAMOATIN;

— atuar no corte do Arroio GARUPÁ, a partir de 1000 de D, com o valor de 1 Btl I.

b) elementos de Cavalaria amiga, vigiam o corte do Rio QUARAI, a W da foz do Arroio CAMOATIN. Estenderão essa vigilância até a confluência do Arroio GARUPÁ, uma vez iniciada a instalação do GT/13 no corte deste Arroio.

— O GT/21 (7ª DI), em ligação com o GT/13, vai se deslocar para o corte do Arroio GARUPÁ, a jusante da foz da Sanga da CANELEIRA.

As forças aéreas amigas dispõem de superioridade aérea local:

c) A 5ª DI vai, coberta no Arroio GARUPÁ, deslocar-se, a D + 2, para a região de Passo do RAMOS (38 — 74) — Esta BETA FLOR (46 — 76), e, em seguida, ultrapassando o GT/13, atuar ofensivamente a SE do Arroio GARUPÁ.

d) O GT/13 vai, no corte do Arroio GARUPÁ, garantir o desembocar da 5ª DI a SE deste Arroio, devendo iniciar o seu deslocamento na manhã de D.

3 — As estradas de rodagem oferecem boas condições de tráfego.

4 — O Arroio GARUPÁ e o Rio QUARAI são os únicos obstáculos existentes na região.

5 — O terreno permite movimento através do campo.

6 — A vegetação ciliar assinalada na carta, ao longo de alguns cursos d'água, impede o movimento de viaturas e dificulta o de homens a pé.

7 — Amanhece às 0600 e anoitece às 1800.

Tempo bom e seco.

Noites escuras até D + 3.

8 — Trabalho pedido n. 1:

O Senhor é o Cmt do GT/13. Na folha de papel almaço responda.

a) entre os tipos de contato abaixo, qual é o que deve ser considerado:

— remoto?

— pouco provável?

— iminente?

R: — Iminente.

b) para o deslocamento, que itinerário(s) o GT/13 utilizará? Por onde deverá ser deslocada a maioria dos meios?

R: — Eixo 1: Flodoardo Silva — Nicácio Oliveira — Estrada do Junco — Vista Alegre — Ramão Aguirregárai.

Majoria de meios — Eixo 2: Estêvão Pereira — Estrada Arnóbio Miranda — João Adolfo — Passo do Cardoso — Passo do Ramos — Viúva Manuela Marques.

c) Que medida de segurança se impõe a partir do Arroio CAMOATIN?

R: — Segurança do flanco W, durante o deslocamento, a cargo do próprio GT.

d) Qual a missão que deve ser atribuída ao 5º Esqd Rec Mec?

R: — Na Z Aq do GT/13 reconhecer, particularmente, os cortes dos Arroios CAMOATIN e GARUPA e o do Rio QUARAÍ entre a confluência desses arroios.

e) Qual a missão da 1ª/13º G Can Au AAé AP?

R:

(1) Na área de estacionamento:

— Cobertura antiaérea da área de estacionamento do GT/13.

(2) Durante a marcha:

— Cobertura antiaérea às colunas de marcha.

f) Como, durante a marcha, a 1ª/13º G Can Au AAé AP poderá cumprir a sua missão?

R: — Intercalando-se aos elementos das colunas.

g) Dentro da solução adotada pelo Senhor ao pedido da letra b), acima, como o Senhor articulará o 13º GO-105 AR no dispositivo do GT/13? Justifique-se.

R: — Articulação do 13º GO-105 AR no dispositivo do GT/13 (mesma velocidade de marcha):

(1) Se adotar um único eixo: 1 Bateria marchará com o BI vanguarda, GO (—) com o grosso, entre os BI.

Justificativa:

— Necessidade de Artilharia com a vg.

— Apoio rápido às ações da vg.

— Possibilidades de aumentar esse apoio em curto prazo.

(2) Se adotar dois eixos:

1 Bia em reforço, ao BI que se deslocar pelo eixo secundário; 1 Bia com o BI que se deslocar pelo eixo principal (não em reforço) GO (—) com o grosso, à testa do mesmo.

Justificativa:

— Necessidade de apoio de Artilharia a ambos os BI vanguarda o que deve ser realizado no mais curto prazo a fim de não retardar a ação dos elementos das vanguardas.

— Eixos muito afastados, não permitindo o emprego centralizado da Artilharia.

— Permite aumentar rapidamente o apoio de Artilharia, particularmente ao BI que se desloca pelo eixo principal.

— Permite apoiar, com a maioria de meios o GT/13 (—).

h) Que elementos do GO assegurarão a necessária ligação Art — INF durante o movimento, e a quem se ligarão?

R: — Ligação 13º GO 105 com o GT/13:

— Cmt do GO com o Cmt do GT.

— Oficiais de ligação com os 3 BI.

— O Av com as Cias de 1ª escala dos BI (ou do BI) vanguarda.

O BI (ou os BI) do grosso não disporão inicialmente de O Av.

i) Considerando a articulação adotada em b), como deverá ser

empregada a Engenharia com que conta o GT/13?

R: — Valor 1 Pel E em apoio a 2ª BI de 1º escalão, Cia (—) com grosso do GT.

j) Que meios de comunicações serão preferencialmente empregados na marcha do GT? Por quê?

R: — Rádio de pequeno alcance para evitar a indiscrição do próprio meio.

Mensageiros motorizados, particularmente dentro das colunas de marcha pela facilidade de emprego.

Eventual aproveitamento de redes telefônicas locais pela segurança intrínseca do meio.

SITUAÇÃO "B"

1 — A 1ª DI vai defender a linha Arroio CAPIVARI-BOA VISTA (24-92), segundo o dispositivo assinalado no calco n. 2.

2 — A missão do 3º RI é:

— instalar-se defensivamente no corte do Arroio CAPIVARI a fim de impedir que o inimigo se aposse das alturas de cota 130 SSW de JOÃO ADOLFO (20-92).

— acolher os PAG.

3 — O 3º RI conta com os seguintes reforços e apoios:

— 1ª/102º BCCMe (em reforço).
— 1ª/1º BE (+ 1 Pel E Comb), em Ap Dto.
— 3º GO-105 AR, em Ap Dto.

4 — O Cmt do 3º RI decidiu:

— organizar o seu subsetor com 2 BI em 1º escalão.

5 — O 3º RI iniciou a sua instalação defensiva a D + 10.

6 — O GT/1, instalado em PAG, desde o alvorecer de D + 10, tem a missão de:

— impedir que o inimigo tome contato com a PR antes do alvorecer de D + 12.

7 — O tempo é bom e seco.

O terreno permite o movimento através do campo, particularmente ao longo das cercas de arame existentes na carta, onde há estradas carroçáveis. Nas zonas de afloramento de rochas há muitas pedras soltas e cascalho de dimensão variável. O Arroio CAPIVARI tem uma largura de 10 m, e uma profundidade de 0,80 m, fundo pouco consistente, tornando-se lodoso quando revolvido.

8 — Dados sobre o GO: setor de tiro 60º — alcance útil 9.500 m.

Trabalho Pedido n. 2

a) Como Cmt do 3º RI, trace na folha em branco de papel calco (para a Solução do Trabalho Pedido n. 2):

- a LPR.
- a linha dos PAC.
- limite entre os quarteiros.
- por meio de uma seta, a principal via de acesso do inimigo para o interior da PR.
- por meio de círculo(s), a(s) zona(s) de defesa(s) a ser(em) preparada(s) pela Reserva Regimental.
- zona de reunião da Reserva Regimental.
- por meio de uma seta dupla (\longleftrightarrow), a direção mais provável ao emprego da 1ª/102º BCCMe em contra-ataque no interior da PR.
- por meio de círculos inscrevendo a abreviatura PATq, as regiões que se prestam a posições de ataque para o inimigo.
- a localização do Posto de Socorro Regimental.
- assinala, no calco, com o símbolo ($> \text{---} <$), os locais de passagem sobre o Arroio CAPIVARI que lhe pareçam

mais favoráveis para o retraimento dos elementos à frente da PR.

b) Nesta própria fôlha, responda nos espaços em branco, as seguintes questões:

— na presente situação a quem cabe fornecer os PAC?

R : — Os BI de 1º Escalão.

— qual a constituição dos PAC?

R: — Valor de 1 Cia Fzo Ref ou
1 Cia (—) Ref — Pelo BI de W —
1 Pel Ref pelo BI de E.

R: — Melhorar as condições das estr. carroçáveis de acesso particularmente nas passagens do Arroio CAPIVARI e criação de obstáculos à sua frente.

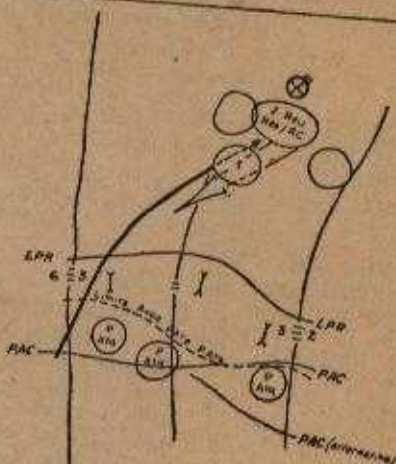
— da própria PR ?

R: — Realizar o P1 Barreiras em particular o agravamento do Arroio CAPIVARI; cooperar na OT.

— do acolhimento dos PAC?

R: — Preparo e balizamento de passagens na barreira imediata.

— a AD/1 prescreveu ao 3º GO.
105 AR a missão de Ap Dto ao
3º RI.



DATA SOLUCION AO TRABALHO PEDIDO Nº 2
Cada: R\$
Custo: 1.500,00
Fórmula: CANTIDAD PLANTAS Nº 2 - 30000
CANTIDAD PLANTAS

— qual a missão dos PAC?

R: — Normal ou Retardar a progressão do inimigo;

Alertar as Un da LPR s/a sua
aprox., natureza e valor; iludi-lo
quanto ao traçado da LPR.

— tendo em vista o terreno, que trabalhos pode o Cmt do 3º RI pedir à 1ª/1º BE, que o apóia:

— em benefício dos PAC?

A quem estará subordinado o Cmt do 3º GO?

R: — Ao Cmt da AD/I.

— o que significa, para um Gp de Art, a missão do APOIO DIRETO a um Regimento?

R: — Significa que o Gp trabalhará em proveito do regimento fornecendo-lhe apoio imediato e contínuo.

do Gp manobrá os seus
acôrdo com as necessida-
egimento e em intima co-
om a sua manôra. Per-
sob o comando da AD.

m colocará, no terreno, as
ragens de Artilharia?

ue abaixo com uma + a
ue lhe pareça acertada.)

mt do 3º RI

mt do 3º GO

Cmts de Btls de vº escalão

oficiais de ligação de Arti-
ria

Cmts de Bia de Art

mt da AD?

Cmt do GO, para o cumpri-
nto de sua missão, encarou
regiões A, B, C, D e E (vi-
calco n. 3, anexo) para
dobramento do Grupo.

nsiderando o setor de tiro
GO (60°) e o seu alcance
l (9.500 m) qual delas o
nhor escolherá?

- C.

r quê?

Apóia o 3º RI em toda a
de Z Aç desde a LPR.

Apóia os PAC.

rmite apoiar o aprofunda-
ento da defesa na região al-
ra 130 S de JOÃO ADOLFO
m necessidade de mudança
posição.

em fácil acesso (cêrca de
ame, baliza estrada carroçá-
1).

stá a cêrca de 4 km da LPR.

— A região "A" é aceitável
ado, porém, o apoio em apro-
ento igual ao proporcionado
siação "C".

Trabalho Pedido n. 3

Nas linhas em branco, solucione
as questões do presente pedido.

1 — Defina e justifique as for-
mas de manobra no ataque, das fi-
luras 1 e 2 que se seguem:

R: — *Figura 1: Envolvimento* —
O atacante procura contornar os
grossos inimigos e atingir um obje-
tivo situado profundamente à sua
retaguarda. A distância, entre os
ataques principal e secundário, não
permite que um apoie o outro.

R: — *Figura 2: Desbordamento* —
O ataque principal no flanco ex-
posto inimigo, visa a conquista de
um objetivo, à sua retaguarda, que
corta suas vias de retirada e o su-
jeita à destruição na própria posi-
ção ou à frente do objetivo. É pos-
sível o apoio mútuo entre o ataque
principal e o secundário.

2 — Uma vez decidida uma sub-
stituição, quando deve ser realizada?
Por quê?

R: — *À noite, a fim de dar maior
segurança às tropas e à operação.*

3 — Tendo em vista a segurança
de uma tropa a ser substituída, que
consideração determina a escolha
da hora da substituição?

R: — *A tropa substituída deve
ter o seu grosso fora do alcance da
Artilharia inimiga, antes da clari-
dade do dia.*

4 — Qual é a diferença entre re-
traiamento e retirada?

R: — *No retraiamento a força que
executa a operação, rompe o con-
tato com o inimigo. Na retirada, o
movimento retrógrado é iniciado
em uma zona de reunião, podendo
ou não ser precedido de um retrai-
mento.*

5 — Qual a missão dos PAG?

R: — *Dar tempo ao grosso para
se preparar para o combate; iludir
o inimigo quanto à PR; obrigá-lo a
se desenvolver prematuramente;
permitir a observação mais profun-
da do terreno sobre o qual o ini-
migo vai avançar.*

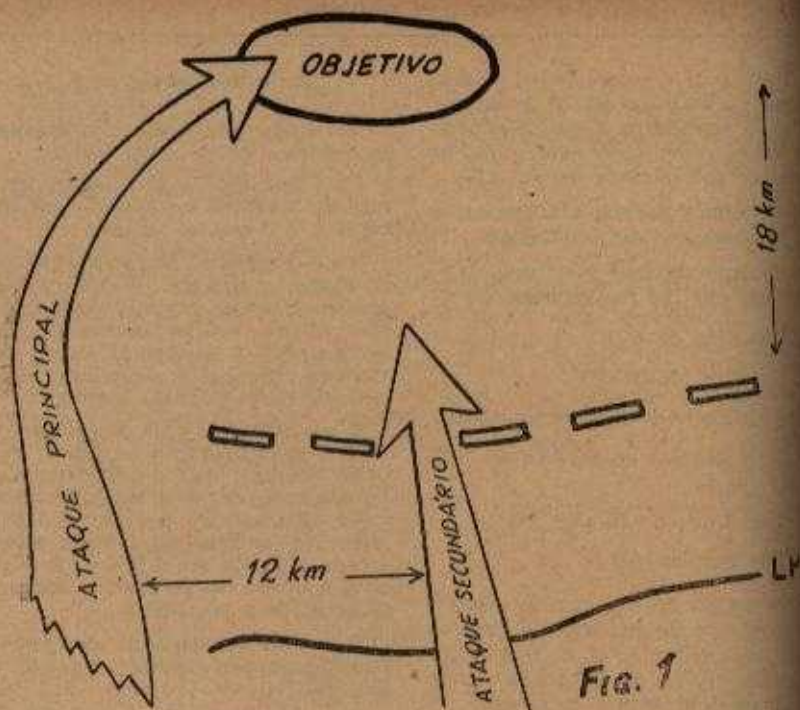


FIG. 1

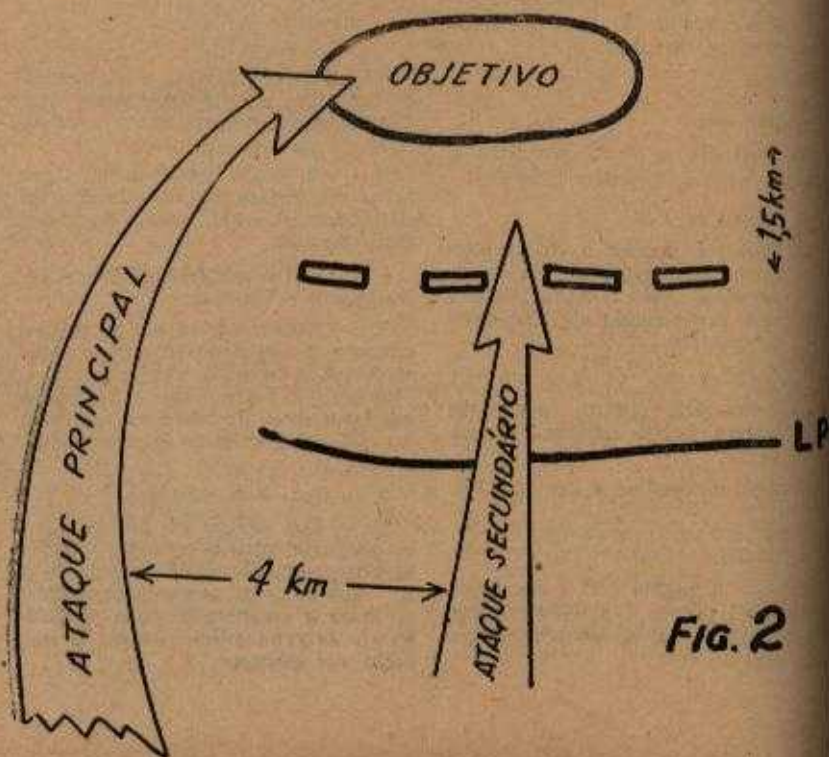


FIG. 2

6 — A que distância, em princípio, devem ser localizados os PAG à frente da LPR?

R: — *A uma distância que impeça a LPR de ser batida por tiros observados da Artilharia leve inimiga e que esteja dentro do alcance eficaz da Artilharia leve da PR.*

7 — Qual a missão de uma força de cobertura lançada à frente dos PAG?

R: — *Retardar e desorganizar o avanço inimigo; permitir ao defensor a utilização do observador avançado da Artilharia; executar destruições e construção de obstáculos à frente dos PAG e da PR; iludir o inimigo quanto à PR.*

8 — Como, geralmente, a força de cobertura executa sua missão?

R: — *Realizando a ação retardadora, evitando engajar-se seriamente com o inimigo.*

9 — Que tropas, em princípio, devem constituir a força de cobertura?

R: — *Cavalaria; tropas mecanizadas, motorizadas e de Engenharia. Deve ter forte apoio de Artilharia e armas anticarro.*

10 — No caso de uma substituição quem deve dirigi-la? Por quê?

R: — *O Cmt da tropa substituída, que está mais familiarizado com a situação, tem suas comunicações estabelecidas, encontrando-se mais apto a fazer face às ameaças inimigas.*

TRAN-CHAN DE SÃO JOÃO

VENDAS POR ATACADO E VAREJO

Matos & Nadas Ltd.

Matriz: RUA DOM LARA, 30 — Telefone: 29

Filial: RODOVIA PRESIDENTE DUTRA — Km 4

SÃO JOÃO DE MERITI — ESTADO DO RIO

DISTRIBUIDOR DE FOGOS CARAMURU

Armas — Munições — Pólvoras — Artigos para Pesca

AJUSTAGEM DO TIRO DE ARTILHARIA PELO COMBATENTE DE QUALQUER ARMA

2ª SESSÃO TEÓRICA

SUMÁRIO :

- I — Avaliação de distâncias
- II — Avaliação de frentes
- III — Localização do alvo
- IV — Fatores que influem na observação
- V — Observação do tiro percutente

I — Avaliação de distâncias (Alcance) :

Para ajustar o tiro com rapidez e precisão, o observador deve estar treinado na avaliação de distâncias pela vista, processo a que tem que recorrer com frequência no combate.

Geralmente o observador estima distâncias como o faz na avaliação dos alcances para o tiro de fuzil.

Se dispuser de cartas ou fotografias aéreas, poderá medir nelas a distância.

A distância do observador ao alvo é chamada DISTÂNCIA DE OBSERVAÇÃO (DO).

II — Avaliação de frentes :

O observador deve estar habilitado a determinar, rapidamente e com razoável precisão, o transporte em metros para o alvo, partindo de um ponto de vigilância, alvo auxiliar ou ponto de referência.

Poderá medir o afastamento angular em milésimos, utilizando um instrumento de medida de ângulos, como, por exemplo, o binóculo, ou valer-se da mão ou dos dedos aferidos.

Medida de milésimos com a mão :

— 1 dedo	30 milésimos
— 2 dedos	70 "
— 3 dedos	100 "
— 4 dedos	125 "
— mão fechada ...	180 "
— mão aberta	300 "

Medido o afastamento angular por qualquer dos dois processos, o observador aplica a fórmula :

$$f = DN'''$$

para obter a frente em metros entre a referência (ou os arrebitamentos) e o alvo.

III — Localização do alvo :

A localização do alvo pode ser feita de um dos modos seguintes :

- Coordenadas retangulares.
- Transporte — em relação a um ponto de referência.
- Direção geográfica e distância em relação a um ponto de referência.
- Tiro de identificação.

a. Coordenadas retangulares

Retiradas de uma carta, fotocarta ou fotografia.

Exemplo : COORDENADAS (8542 — 4880)

COORDENADAS (CRUZ — ONDA — 05)

b. Transporte em relação a um ponto de referência

O observador pode dar a localização de um alvo pelo transporte em relação a um ponto de referência, que deverá ser um ponto de vigilância, um alvo auxiliar, uma concentração ou um ponto qualquer identificável no terreno e conhecido na Central de Tiro. O transporte é enunciado na seguinte sequência :

- Ponto de referência.
- Correção de direção.
- Correção de altura.
- Correção de alcance.

(1) Ponto de referência

É enunciado do seguinte modo :

"DO PONTO DE VIGILÂNCIA (Do PV)"

"CONCENTRAÇÃO C 101" (quando o alvo estiver sobre uma concentração já realizada ou prevista).

(2) Correção da direção

O observador mede o desvio em milésimos entre o alvo e o ponto de referência.

- (a) Se o desvio for igual ou inferior a 600", a correção da direção é obtida pela fórmula do milésimo :

$$COR = DESVIO \text{ (mil)} \times DO \text{ (km)} \text{ (Fig. 1)}$$

- (b) Se o desvio for superior a 600", a fórmula do milésimo não deve ser utilizada, devido a grande imprecisão que acarreta. Neste caso a correção será obtida pela fórmula trigonométrica : (Fig. 2)

$$COR = DO \text{ (em metros)} \times \text{SENO DESVIO ("})$$

Praticamente, utiliza-se para seno do desvio os valores abaixo :

DESVIO (Aprox.)	SENO	(Tabela 1)
700"	0,6	
800"	0,7	
900"	0,8	
1000"	0,8	
1100"	0,9	
1200"	0,9	
1300" ou superior 1		



As DO do alvo e do ponto de referência são avaliadas.

$$\text{DESVIO} \leq 600''$$

$$\text{CORR. DIR} = \text{DO (PR)} \text{ em Kms.} \times \text{DESVIO em mil.}$$

$$\text{CORR. ALC} = \text{DO (alvo)} - \text{DO (PR)}$$

- (c) A distância de observação (DO) empregada é a distância avaliada ou medida (numa carta ou fotocarta) do observador para o ponto de referência.
- (d) A correção da direção é enviada à Central de Tiro, com aproximação de 10m, da seguinte forma :

"DIREITA (ESQUERDA) (Tantos Metros)" ou "REPITA DIREÇÃO" (quando o observador desejar manter o tiro na mesma direção do último arrebitamento).

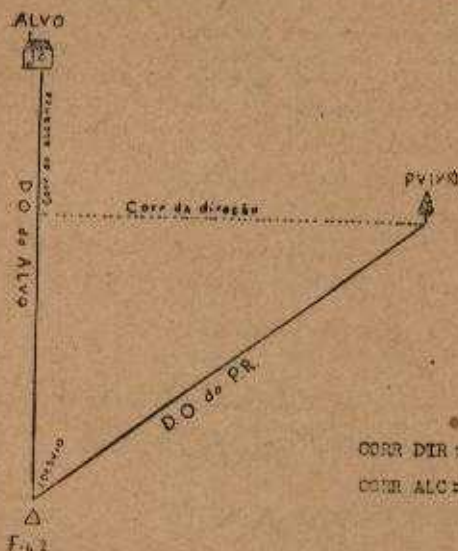
Exemplos :

- 1º. Um observador mediu o desvio para um alvo à esquerda do PV e encontrou 500". A distância de observação (observador — ponto de vigilância) foi avaliada por ele em 3.500m. A correção de direção a transmitir, será :

$$500 \times 3,5 = \text{ES } 1750$$

- 2º. Um observador mediu o desvio para um alvo à direita do Alvo Auxiliar 1 (AA1) e encontrou 87° . Avaliou a distância de observação em 3.500m . A correção de direção a transmitir, será:

$$3.500 \times 0,8 = \text{DR } 2.800$$



As DO do alvo e do PR
são avaliadas.

$$\text{DESvio} > 600''$$

$$\text{CORR DIR} = \text{DO (PR) em metros} \times \text{SEN} \text{ DESvio}''$$

$$\text{CORR ALTO DO (alvo) em metros} = \text{DO (PR) em metros} \times \text{SEN} (1670 - \text{DESvio}''')$$

(3) Correção de altura

A correção de altura para o alvo deve ser determinada da seguinte maneira:

O observador mede o ângulo de sítio para o alvo e para o ponto de referência. Em seguida, pela fórmula do milésimo, determina, em metros, o desnível de cada um em relação ao observatório. Com estes valores, calcula a correção correspondente à diferença de altitude entre o ponto de referência e o alvo. Esta correção é anunciada:

"ACIMA (ABAIXO) (Tantos metros)"

com aproximação de 5 metros.

Exemplo:

O observador mediu o sítio para o ponto de referência, para o alvo e encontrou respectivamente: $+10''$ e $+10''$. Avaliou as distâncias para os pontos acima em 1500 e 2500 metros, respectivamente.

A correção de altura é igual ao desnível do alvo diminuído do desnível do ponto de referência, ambos em relação ao observador.

Então :

$$\text{COR} = (10 \times 2,5) - (10 \times 1,5) = 25 - 15 \text{ m} = 10 \text{ m}$$

A correção de altura a transmitir será :

"ACIMA 10".

Se a altura do alvo for a mesma do ponto de referência, a correção de altura é omitida.

"Quando a eficácia sobre um alvo vai ser realizada por mais de uma Bateria e vai ser baseada nos dados obtidos da ajustagem de uma delas, o observador deve determinar a correção de altura para o alvo, a mais exata possível, a fim de assegurar uma melhor concentração."

(4) Correção de alcance

O observador mede o desvio em milésimos entre o ponto de referência e o alvo. Estima ou mede as distâncias de observação :

— observador — ponto de referência

— e observador — alvo.

- (a) Se o desvio medido for igual ou inferior a $600''$, a correção de alcance é determinada pela diferença : (Fig. 1)

$$\text{COR} = \text{DO (do alvo)} - \text{DO (do PR)} \text{ (DO em metros).}$$

- (b) Se o desvio medido for superior a $600''$, a correção de alcance é determinada pela relação trigonométrica : (Fig. 2)

$$\text{COR} = \text{DO (do alvo)} - \text{DO (do PR)} \times \text{SENO} (1000 - \text{DESVIO}).$$

- (c) Praticamente, utiliza-se para seno do ângulo complementar do desvio os valores adotados para a correção de direção. (Tabela 1)

- (d) A correção de alcance é enviada à Central de Tiro, com aproximação de 10 metros, da seguinte forma :

"ALONGUE (ENCURTE) (Tantos metros) ou "REPITA ALCANCE".

Exemplos :

- 1º. O observador mediu o desvio para o alvo e encontrou $500''$. Estimou as distâncias para o alvo e para o ponto de referência em 3.00 m e 2.500 m, respectivamente. A correção de alcance a ser transmitida será :

$$\begin{aligned} \text{COR} &= 3.500 - 2.500 = \\ &= \text{ALO } 1000 \end{aligned}$$

- 2º. O observador mediu o desvio para o alvo e encontrou $600''$. Estimou as dis-

tâncias para o alvo e para o ponto de referência em 2400 m e 3000 m, respectivamente.

A correção de alcance será :

$$\begin{aligned} \text{COR} &= 2400 - 3000 \times \text{sen} \\ (1600 - 690) &= 2400 - 3000 \times \\ \times \text{sen } 900'' &= 2400 - 3000 \times \\ \times 0,8 &= 2400 - 2400 \text{ REPITA} \\ &\text{ALCANCE} \end{aligned}$$

- c. Direção geográfica e distância em relação a um ponto de referência

Exemplo : O Ponto de referência é a concentração C-102.

"DA CONCENTRAÇÃO C-102 OESTE 200, SUL 200"

- d. Tiro de identificação

- (1) O observador pode pedir que a Central de Tiro execute um tiro de identificação, de onde fará o transporte para o alvo.

Exemplo :

"ASSINALE PONTO DE VIGILÂNCIA" (Ass PV)

"ASSINALE ALVO AUXILIAR N. 1" (Ass AA1)

"ASSINALE CENTRO DA ZONA DE AÇÃO" (Ass CZA)

"ASSINALE CENTRO DA ZONA DE AÇÃO, DIREITA (tanto)

"ALONGUE (tanto)" (quando o observador tem uma noção de onde está o Centro da zona de ação, no terreno)

"ASSINALE CENTRO DA ZONA DE AÇÃO, TEMPO" (quando o observador supõe que o terreno na região provável do arrebrandamento dificulte o tiro, a Central de Tiro faz executar um tiro de tempo alto)

- (2) É interessante frisar, que o tiro de identificação será o ponto de referência a ser utilizado no transporte do tiro e, desse modo, o observador deve estimar a distância de observação para ele a fim de que possa determinar as correções de alcance e direção.

IV — Fatores que influem na observação :

A maioria dos combatentes, ao executar uma série de tiros com o fuzil, obtém um grupamento denso de impactos.

O mesmo não acontece quando uma peça de Artilharia dispara vários tiros com os mesmos elementos registrados.

Em virtude de influências atmosféricas e de diferenças na fabricação da munição e do próprio armamento, não caem eles no mesmo lugar.

Além de tudo, não é essencial à Artilharia obter um impacto direto no alvo, pois seus projetis, ao explodirem, cobrem com estilhaços uma grande área.

Quanto mais próximo do alvo se der o arrebrandamento, mais denso será o feixe de estilhaços que o atingirá, ocasionando maior número de baixas.

V — Observação do tiro percutente :

É observado em relação à linha de observação (linha imaginária que vai do observador ao alvo).

Quanto :

- ao desvio em direção
- ao alcance.

1. Tiro isolado

a. Observação da direção :

O observador mede o desvio em milésimos, do centro do arrebatamento em relação à linha de observação.

A observação poderá ser :

"(TANTO) DIREITA"
"(TANTO) ESQUERDA" (Fig. 3)
"BOA DIREÇÃO"

b. Observação do alcance :

Um arrebatamento pode ser em relação ao alvo :

"CURTO" (Fig. 4)
"LONGO"

"NÃO OBSERVADO" (quando o observador não puder verificar se o arrebatamento é curto ou longo)

No tiro de precisão, quando o observador positiva efeitos destruidores do tiro no alvo, anuncia :

"NO ALVO"

Quando o observador não vê o arrebatamento nem o ponto de incidência do projétil, anuncia :

"NÃO VISTO"

2. Salva ou rajada

a. Observação do desvio :

O observador mede o desvio em milésimos, do centro do grupo de arrebatamentos em relação à linha de observação.

A observação é anunciada de modo idêntico à do tiro isolado :

"(Tanto) DIREITA"
"(Tanto) ESQUERDA" (Fig. 5)
"BOA DIREÇÃO"

Considera-se o centro do grupo de arrebatamentos como um arrebatamento isolado.

b. Observação do alcance :

A salva ou rajada, quanto ao alcance, é sempre observada em relação à linha de observação :

"LONGA" (Fig. 6)
"CURTA"

"BOM ALCANCE" (Tiros longos e curtos)

"NÃO OBSERVADO" (Quando não puder verificar a posição dos arrebatamentos quanto ao alcance)

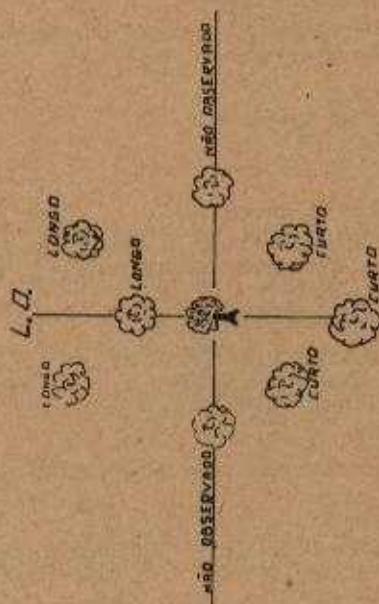


FIG-3

OBSERVAÇÃO EM DIREÇÃO

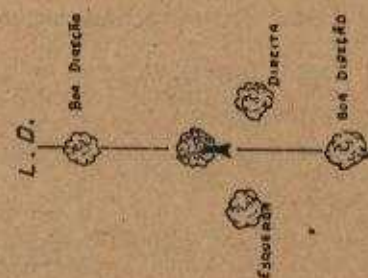
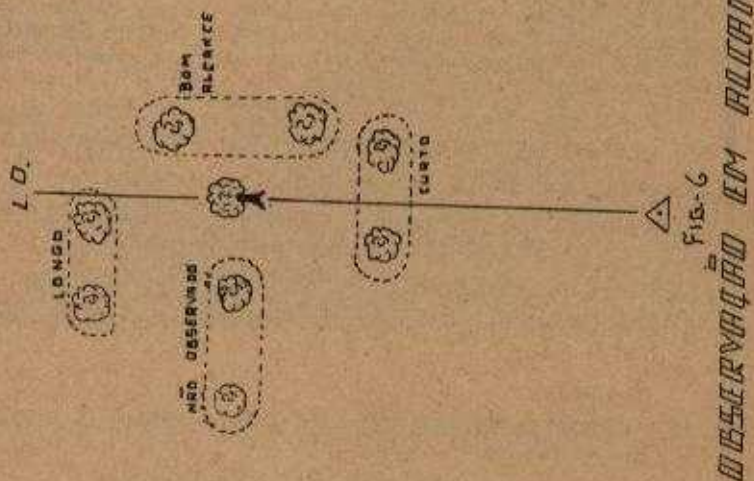
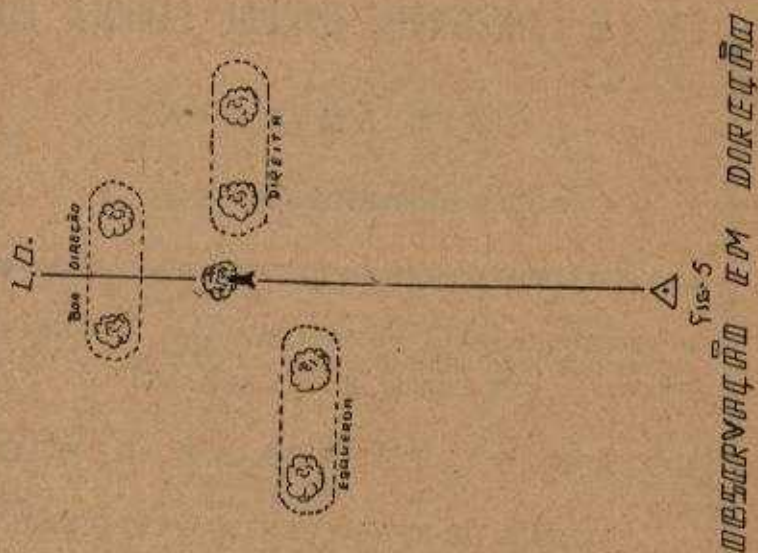


FIG-4

OBSERVAÇÃO EM DIREÇÃO





O "ABC" DA ENERGIA NUCLEAR

Gen-Dio NICANOR GUIMARÃES DE SOUZA

II

PILHA OU REATOR ATÔMICO

GENERALIDADES

A reação em cadeia pode ser controlada ou não. A primeira conduz-nos à pilha atômica e a segunda, à bomba atômica.

A pilha atômica, ou reator nuclear, ou ainda o forno atômico, é a dinâmica do potencial nuclear. O nome de pilha foi dado por Fermi, o seu primeiro idealizador e construtor, em virtude do empilhamento da grafita e do urânio feito em Chicago em 1942, para obtenção da energia nuclear.

É preferível o nome de reator nuclear, porque as suas formas atuais não mais se assemelham às das duas pilhas primitivas de Fermi.

Energeticamente, um reator pode ser considerado como uma caldeira de tipo especial, destinada a produzir vapor de baixa pressão, a propelar navios, a fabricar radiosótopos e, sobretudo, a acionar grupos turbo-geradores de eletricidade.

Como se vê, presentemente, reator atômico é um intermediário na produção da eletricidade, porém grandes são as pesquisas no sentido desta ser conseguida diretamente daquele. Os meios clássicos — os geradores convencionais — de geração da eletricidade não foram, nem serão, postos de lado nesses dez ou mais próximos anos e, por isso, o preço de venda por KWH não será durante esse período vindouro tão vantajoso como a muitos poderá parecer.

A humanidade serve-se, no momento, como fontes de energia: o carvão, o petróleo, o gás, a lenha e as quedas d'água. Com exceção destas duas últimas, cuja contribuição nos países desenvolvidos é pequena, as

outras fontes são utilizadas intensamente e, em consequência, poderão chegar em determinado tempo a um estado de exaustão tal que não haja mais possibilidades de reconstituí-las.

Há, portanto, conveniência de preparar, desde já, novas fontes de energia a empregar pelos países do mundo no amanhã, quando houver pouco ou mesmo nenhum carvão, petróleo, ou que, pelo seu grande consumo, sejam compelidos a completá-los com outras espécies ou tipos de energia.

O consumo de combustíveis sólidos e líquidos convencionais cresce assustadoramente nos países industrializados e é sempre deficiente nas nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento como a nossa.

O problema vem tomando tão sérias proporções que "Palmer C. Putnam", em seu livro "Energie in the future" especialmente feito para a "Comissão de Energia Atômica Americana", chegou a prognósticos sombrios e talvez mesmo assustadores, a respeito do tempo que ainda poderão durar as reservas energéticas de que poderá dispor o nosso planeta.

Utilizando para simplificar a letra Q como representante de 38 bilhões de toneladas de carvão betuminoso, aquele autor afirma que o ritmo de consumo total médio foi até o ano de 1850 de 1 Q e no século seguinte, 1850-1950, esse mesmo consumo alcançou 4 Q. A seguir, demonstra que o atual consumo em todo o mundo anda pela classe dos 20 Q e a continuar neste crescendo, como aliás já foi averiguado nestes últimos 50 anos, alcançará no ano 2000 a alta cifra de 100 Q. A estimativa daquele autor engloba todas as formas de energia empregadas na indústria, no comércio e em usos domésticos.

Por outro lado, assevera Putnam que as reservas de carvão, economicamente exploráveis, são avaliadas no momento em 60 Q e as de petróleo e gás em 8 Q. Admitindo-se como corretos esses dados, as reservas em apêço só durarão 400 anos no ritmo de consumo atual (20 Q) ou 80 anos no ritmo que se espera alcançar no ano 2000.

Por estes dados que tanta celeuma vem causando nos países altamente industrializados, vê-se quão angustiante será a situação do mundo em futuro próximo, se se continuar a consumir em ritmo sempre crescente os seus combustíveis sólidos, líquidos e gasosos tradicionais.

Para atender às futuras necessidades energéticas dos países industrializados e dos em desenvolvimento, que no dizer do Dr. Bhabha, cientista hindu, no seu discurso de abertura da Conferência de Genebra (Átomos para a paz) não poderão atingir de modo estável um nível de vida igual ao dos países industrializados, com as reservas de carvão e petróleo hoje existentes, será necessária, futuramente, a utilização de uma nova modalidade de energia.

E esta poderá ser então, milagrosamente, conseguida com o urânio e o tório, que, quando economicamente obtidos, poderão vir a ser os salvadores ou os elementos complementares numa tão sombria situação prognosticada.

Segundo o mesmo autor, o urânio e o tório existentes na natureza representam uma reserva de 1.700 Q, o bastante para atender, energeticamente, o homem durante 17 séculos, no ritmo de consumo de combustíveis para o ano 2000.

A comparação desses dados, diante do que diz o autor norte-americano, justifica a corrida febril que se nota em todos os países que já atingiram um bom estágio de civilização, no sentido da domesticação do átomo e na busca da energia que permaneceu, até 1939, recôndita em seu núcleo.

REATORES NUCLEARES

Todos os reatores funcionam segundo os princípios vistos anteriormente; dispõem de partes que todos os reatores têm em geral, mas, o seu tipo ou modelo está na dependência da finalidade a que se destina.

Quer se trate de modelo onde se opere a transmutação do urânio 238 em plutônio, ou do que permite propelir um submarino e acionar-lhe toda a aparelhagem elétrica ou eletrônica, ou ainda do que se destine a pesquisas, obtenção de isótopos radioativos, ou de outro modelo qualquer, o reator a situação atual compreende sempre um certo número de elementos essenciais :

- a) *O combustível nuclear* que é a matéria físsil mais ou menos pura. Apresenta-se, comumente, em estado sólido, sob a forma de barras cilíndricas revestidas por capas de alumínio. Já hoje se emprega o combustível em estado líquido ;
- b) *O moderador* que tem por fim retardar a velocidade dos neutrônios. Em geral, os moderadores mais eficazes são os de grafita, de berilo e de água pesada, sendo que os dois últimos são de difícil e custosa fabricação, particularmente o de berilo. A água natural quimicamente pura já vem sendo empregada com êxito. Há reatores empregando combustíveis físséis de grande pureza, que já prescindem de moderadores, porém, com urânio normal, contendo menos de 1 % de urânio 235, o moderador é sempre necessário. Quando é empregado o urânio enriquecido com urânio 235 é suficiente uma pequena quantidade de moderador. O moderador nestes dois casos é quase sempre colocado de mistura com o combustível, no interior do reator ;
- c) *Dispositivo de controle da reação*. Sua finalidade é iniciar ou paralisar a reação em cadeia, ou ainda, regular sua intensidade. Para isso, são utilizadas barras de cádmio ou de boro, principalmente daquele metal que goza da propriedade de absorver os neutrônios. Tais barras são introduzidas automaticamente no interior do combustível e d'ele retiradas nas mesmas condições ou substituídas, quando fôr o caso. São elas que alimentam o "fluxo de neutrônios" ;
- d) *Carapaça ou blindagem de proteção*. Envolve o reator de todos os lados, servindo para abrigar o pessoal contra as radiações que vêm do interior do reator. É construída habitualmente de cimento armado e chumbo ;
- e) *Refrigerador* : Dispositivo para eliminar ou atenuar o calor produzido pela combustão atômica, onde não há fogo, é verdade, mas que pode provocar até a fusão do reator ou incendiá-lo. Para arrefecer esse calor faz-se circular em torno do reator, mediante canalizações adequadas, água, ar, gás ou mesmo um metal em estado líquido. Esse calor é, porém, aproveitado, procurando-se colhê-lo nas melhores condições, sob a forma de vapor, o qual transportado, vai acionar as turbinas de um gerador elétrico qualquer ;
- f) *Refletores* — São em geral de grafita ou de berilo, tendo por fim fazer com que os neutrônios que escaparem ou se dispersarem da massa físsil, a ela retornem, para continuar suas atividades.

FUNCIONAMENTO ESQUEMÁTICO DE UM REATOR

O primeiro reator que funcionou em 1943, em Chicago-EUA, foi uma pilha de tijolos de grafita entre os quais foram dispostos pedaços de urânio ou mesmo pequenos blocos desse metal.

Os neutrônios rápidos emitidos durante as fissões do urânio 235 atravessam uma certa espessura do moderador, perdendo, em consequência, velocidade e energia nessa travessia. Transformam-se, portanto, em neutrônios lentos ou neutrônios térmicos que, como vimos, são os mais aptos

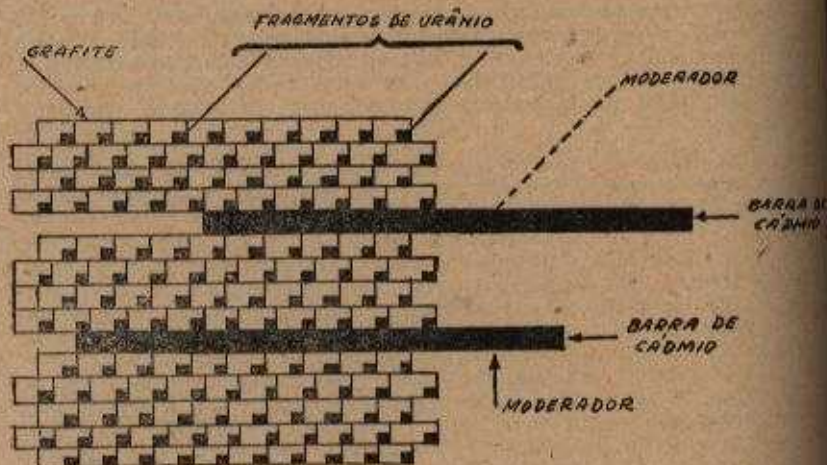
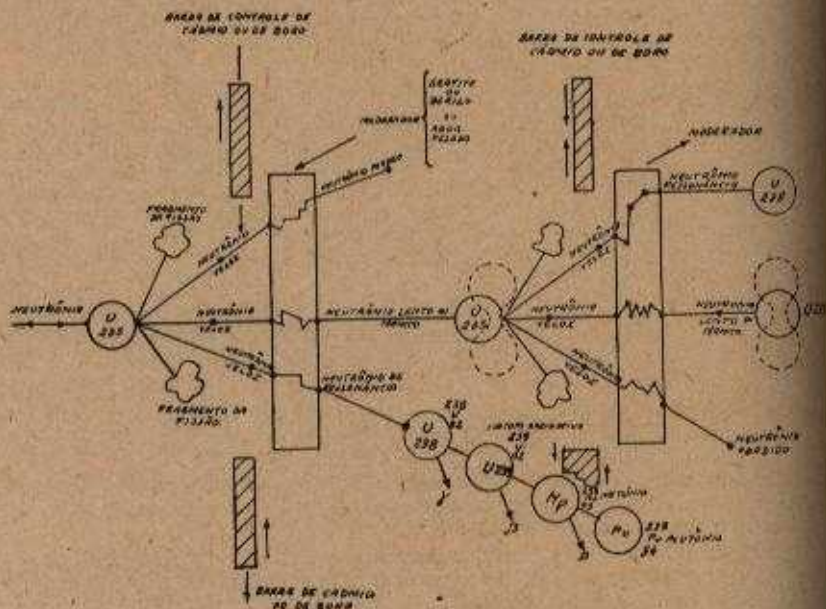


Fig:

para provocar a fissão do núcleo de urânio 235. Antes, porém, de se transformarem em neutrôns térmicos, percorrem uma faixa intermediária, chamada "faixa de ressonância", quando então, animados de velocidades e energia médias, passam a dispor de grande afinidade pelo urânio 238, que os captura, sem fissão, mas, adquirindo ainda maior radioatividade.



São necessários cerca de 40 centímetros de grafita para que os neutrônios atinjam ao estado térmico ou velocidade lenta.

A primeira tentativa de pilha, realizada em 1942, foi infrutuosa, porque não se conseguiu obter a reação em cadeia. A razão desse malogro residiu no fato de não ter sido possível alimentar convenientemente o "fluxo de neutrônios", o qual foi decaindo até extinguir-se. Esse fluxo precisa ser alimentado adequadamente.

Com efeito, suponhamos que 100 átomos de urânio 235 sofram fissão e que dessas fissões, cada uma emita 2 a 3 neutrônios livres. Serão ao todo 200 a 300 neutrônios, dos quais uns vão ser capturados sem fissão pelas impurezas e fragmentos, outros escapar-se-ão para fora da massa ou serão capturados pelo urânio 238 nas mesmas condições. Sobra disso tudo um certo número de neutrônios que, depois de retardados, vão provocar a fissão do urânio 235.

Suponhamos ainda que esse saldo de neutrônios seja igual a 100 neutrônios térmicos os quais, atuando, vão provocar a fissão de 100 novos núcleos de urânio 235.

Se as coisas ocorrerem para cada geração, segundo as condições expostas, não haverá acréscimo nem diminuição de fissões e a reação em cadeia prosseguirá com toda regularidade. Todavia, se houver aumento ou redução, as coisas mudam completamente, podendo acarretar no primeiro caso a exacerbação da reação em cadeia, altamente perigosa se não houver controle, ou a extinção dela no segundo caso. A esse acréscimo ou redução no fluxo de neutrônios é que se denomina de:

FATOR DE ACRESCIMO OU DE MULTIPLICAÇÃO K

Aconteceu na primeira pilha atômica que o número de neutrônios existentes após as 100 primeiras fissões diminuiu, o mesmo se repetindo no correr das fissões seguintes. Certamente a reação teve de se extinguir por falta de neutrônios. Mas, Fermi e Szilard não desanimaram e imediatamente passaram à construção da 2ª pilha.

Ora, admita-se agora, que após a centésima geração e nas seguintes, haja sempre uma redução de 10 neutrônios.

O fator de multiplicação K que tinha por valor a unidade na primeira exemplificação, passará a diminuir, dando lugar a uma reação divergente, como aliás, é também conhecida. Com efeito, neste último caso, o fator como se pode calcular é igual a 0,9. Na segunda geração de neutrônios, aplicando esse fator, haverá $90 \times 0,9 = 81$ neutrônios; na terceira $81 \times 0,9 = 72,9$.

Na décima geração será $42,047 \times 0,9 = 37,8$ neutrônios.

E assim sucessivamente, até extinguir-se o número de neutrônios e com ele o número de fissões.

Pode acontecer que o valor desse fator seja superior à unidade, quando a reação tornar-se-á cada vez mais viva, ou reação convergente. Para $K = 1,01$ o número de neutrônios aumentará de 101, 102 e se tornará duplo ao fim de todas as 70ª gerações.

Sempre que isto ocorra o reator pode disparar e acarretar consequências imprevisíveis. Para evitar a aceleração do "fluxo neutrônico" os reatores dispõem de controladores da reação, constituídos por barras de cádmio ou de boro, acionados eletronicamente logo que o referido "fluxo de neutrônios" atinge a determinado valor crítico.

CALOR E RADIOATIVIDADE DO REATOR

O reator é, como já sabemos, uma caldeira de combustão atômica. A energia nele gerada toma a forma de calor e de radioatividade.

A explosão dos núcleos de urânio 235, o calor transmitido aos fragmentos da fissão, aos neutrônios e às partículas beta e os choques que ocorrem desordenadamente entre tudo isso, dão lugar à elevação da temperatura. A radioatividade porém, é apenas oriunda da "captura neutrônica" de que o reator é o principal fator nos tempos atuais. A captura neutrônica acarretará a radioatividade de certos elementos a ela sujeitos e é por isso que a pilha ou reator atômico é, no presente momento, a melhor fábrica de radiosótopos de toda espécie e para todos os fins.

COMBUSTÍVEIS NUCLEARES

O reator nuclear encontra nos neutrônios o seu fator reagente, pois que são eles as fagulhas que alimentam a combustão nuclear.

Na reação nuclear o calor é gerado sem esse fogo convencional tão nosso conhecido. A combustão nuclear não necessita do oxigênio, o que a alimenta são os neutrônios.

As fagulhas são invisíveis e inaudíveis, embora ocorram aos bilhões as explosões dos núcleos de urânio 235, dispersos na massa de grafita.

A combustão nuclear produz igualmente uma grande porção de radiações invisíveis e mortais, de que o único meio de proteção é a espessa parede de cimento armado e chumbo, que reveste inteiramente o coração do reator, constituído pelo combustível nuclear e o moderador.

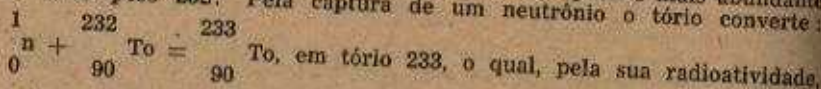
Para que a combustão atômica se processe, duas são as espécies de combustíveis nucleares a empregar: os elementos físeis e os elementos férteis. Aquêles são suscetíveis de utilização imediata para produzir a energia nuclear de um reator. Se suficientemente puros e isolados, são também o superexplosivo das bombas atômicas e o meio de pôr em funcionamento a bomba de hidrogênio.

Os elementos físeis presentemente conhecidos e empregados são: o urânio 235 — um dos isótopos do urânio natural, o plutônio e o urânio 233. Os dois últimos não existem ponderavelmente na natureza, contudo podem ser fabricados nos próprios reatores atuais.

Os elementos férteis, assim chamados porque podem produzir, são os que dispõem de potencialidade capaz de transformá-los em elementos físeis. Para isso devem ser sujeitos a tratamento especial em certos reatores ordinários que exigem, para tal, como elementos primários, os próprios combustíveis físeis.

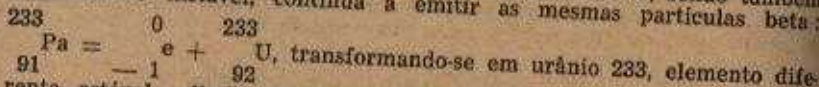
Os dois únicos elementos férteis, conhecidos e empregados atualmente são — o urânio 238 — isótopo mais abundante do urânio natural e o tório, de peso atômico 232, o único dos constituintes do mesmo elemento, com capacidade de transformar-se no urânio 233, físsil.

O tório natural compõe-se de 7 isótopos, dos quais o mais abundante é o de peso 232. Pela captura de um neutrônio o tório converte:



passa a emitir partículas beta: ${}_{90}^{233}\text{Th} \rightarrow {}_{91}^{233}\text{Pa} + {}_{-1}^0\text{e}$ (Protatínio).

para transmutar-se em protatínio 233; este, por sua vez, sendo também radioativo e instável, continua a emitir as mesmas partículas beta:



U, transformando-se em urânio 233, elemento diferente, estável e físsil. Processa-se, desse modo, verdadeira alquimia dos tempos modernos em que o homem conseguiu a transmutação de novos elementos bem mais importantes que o próprio ouro.

As operações acima expostas podem ser obtidas industrialmente nos reatores, pela irradiação neutrônica sobre o tório, sob a forma de carbottos ou de tetrafluoretos. São, contudo, operações delicadas e que até ora não chegaram ao ponto desejável. Assim, o tório não é, ainda, elemento considerado como combustível nuclear propriamente dito.

O plutônio provém do urânio 238, mediante reações nucleares produzidas nos reatores. É um elemento criado pelo homem; muito se assemelha ao urânio puro, até no peso, mas é elemento inteiramente diferente, de grande toxidez e altamente radioativo.

É elemento fissil e como o urânio 235, desintegrar-se-á caso as quantidades obtidas forem reunidas de uma só vez até atingirem a "massa crítica", explodindo então tal qual uma bomba atômica.

URÂNIO E TÓRIO

Quase todos os terrenos contêm traços de substâncias radioativas. A crosta da terra, constituída de boa parte de rochas ígneo-graníticas e basálticas, encerra cerca de 0,004 % de urânio. Certos granitos podem conter até 30 gramas de urânio, por tonelada.

Estima-se que o peso de urânio contido nas primeiras camadas da crosta terrestre seja de um milhão de bilhões de toneladas, donde se conclui ser ele mais abundante que o próprio ouro, embora nunca seja encontrado em estado de pureza. Mesmo quando o seu teor é elevado, como no caso das jazidas de Joachimsthal — Tcheco-Eslováquia; do Alto Latauga — Mina de Shinkolobwe no Congo Belga; do Lago do Grande Urso, no Canadá, próximo ao Círculo Polar Ártico, aparece combinado com outros elementos, inclusive o oxigênio.

De resto, são estas as únicas jazidas onde a concentração do urânio autoriza uma exploração rentável. Nos Estados Unidos da América do Norte, ele aparece sob a forma de "carnotita", com algum vanádio, principalmente em pequenas bolsas, esparsamente distribuídas nos arenitos dos planaltos escavados do Colorado, sendo que afloram com mais abundância nas bordas abruptas e no fundo dos famosos "canions" daquela região.

No Brasil, o urânio tem sido encontrado em pequenas quantidades em vários lugares, sob as mais variadas formas, nas quais se sobressaem os uraninitos, a zirconita, a samarequita, o pirocloro, a betafita, a dadivita, a enxemita, a fergusonita, a autunita, a policrasita, a djalmaita, etc. Até o momento, apenas três depósitos de lavra econômica de urânio, podem ser considerados — o de Poços de Caldas, o de Araxá e o de São João del Rei.

Não há entre nós, ao que se saiba até agora, nenhuma reserva de minério de urânio propriamente dito. O que ocorrem no solo brasileiro são minérios de outros produtos tais como o zircônio, ouro, nióbio, titânio, tântalo, etc., onde existe, é verdade, algum urânio, mas como produto secundário, que só poderá ser aproveitado no caso de ser compensador, economicamente, a extração e o aproveitamento dos produtos principais.

Em Jacobina, Bahia, por exemplo, de permeio com o minério de ouro já explorado, apareceu em 1953, o urânio como subproduto. É possível, dada a rentabilidade daquela jazida aurífera, que o nosso País busque explorar e preparar ali o urânio, bem antes que em outro lugar.

Em Poços de Caldas, no Campo do Alemão, há urânio de mistura, na proporção de 0,5 %, com a massa de 70.000 toneladas de zirconita e alunita, que é um silicato de terras raras com óxido de zircônio. Ali, também, o urânio é apenas um acessório ou subproduto; o seu aproveitamento depende do valor econômico da exploração dos elementos principais da jazida.

Nesses últimos dias foram assinalados em Águas do Prata, em S. Paulo, novos traços de urânio (0,5 %) nos terrenos da Fonte Vilela.

Embora ainda subproduto, como tudo leva a crer, o urânio ali encontrado terá grande significação para os nossos estudos e pesquisas nucleares, no dizer do professor Marcelo Damy de Souza, da Universidade de S. Paulo.

A União Sul-Africana e o México dispõem em seu solo de jazidas de urânio, que embora ainda não prospectadas totalmente, são de algum vulto.

Se examinarmos as cartas geológicas de outros países, ficaremos cientes de que rara é a nação que não possua a sua jazidinha capaz de aconselhar-lhe o estabelecimento de um programa atômico.

A prospeção do urânio é das mais fáceis. Não exigindo conhecimentos especializados de geologia, qualquer pessoa conhecedora dos elementos básicos de prospeção em geral e em particular do urânio, poderá identificá-lo à vista e confirmar a sua presença com a aparelhagem de detecção radioativa, de fácil manuseio. O avião do tipo Teco-Teco, pode prestar grandes serviços, desde que o seu vôo não vá além de 150 metros de altura, o máximo em que a detecção radioativa é possível.

Nos Estados Unidos onde tudo que se relaciona, direta ou indiretamente, com a energia atômica está enfileirado na "Comissão de Energia Atômica", a prospeção pode ser feita por qualquer cidadão. A venda do minério só é feita, porém, à Comissão por intermédio de empresas altamente credenciadas para isso.

A compra do minério é feita em qualquer quantidade, desde que ele contenha o mínimo de duas libras de urânio por tonelada (0,947 kg x 1). A Comissão de Energia Atômica distribui, à guisa de subvenção, de 1.50 a 3.50 dólares por libra de urânio para as 10.000 libras seguintes a entregar pelo concessionário da mina nova registrada.

TÓRIO

É três vezes mais abundante que o urânio e será, em futuro próximo, matéria-prima de ótima qualidade para a indústria nuclear, por isso que dele poder-se-á obter o urânio 233, fissil.

Os maiores produtores potenciais de tório, elemento fértil, são a Índia e o Brasil. No nosso solo apresenta-se, em geral, concentrado ou não na monazita, carregada e oriunda da erosão natural de rochas matrizes de certos trechos litorâneos do Complexo Brasileiro, em jazidas facilmente aproveitáveis, ao contrário do que ocorre com as boas jazidas de urânio do Canadá, do Congo Belga, ambas, de difícil acesso e excessivamente distantes de pontos de entrega aos compradores.

Os principais minérios do tório são a torita-silicato de tório e urânio, a torianita — óxido de tório e de urânio, encontrados em Ceilão, no Texas, na Noruega e Madagascar. A fonte comercialmente utilizada para a obtenção do tório é porém a monazita, que é uma rocha "clástica" constituída por fosfato complexo de terras raras e de óxido de tório, contendo até 3 % ou mais desse metal. Como se vê, o tório na monazita é elemento acessório.

Na Índia, a monazita chega a conter 8 % de óxido de tório; suas jazidas vão do Cabo Camorim a Quilon, no litoral ocidental de Travancore, com cerca de 2 milhões de toneladas.

No Brasil, as monazitas são frutos da erosão da Serra do Mar, no trecho do norte do Estado do Rio, Espírito Santo e do sul da Bahia, e que depois se depositaram no litoral desses estados, formando as famosas areias monazíticas, que atualmente, cheias de impurezas, contêm um teor médio de 0,5 % de óxido de tório. Encontra-se também monazita no interior do país, mormente em Poços de Caldas, Araxá e São João del Rei.

Em Poços de Caldas, no Morro do Ferro, há cerca de 6 a 7.000 toneladas de óxido de tório distribuído numa massa de 600 a 700 mil toneladas de torogumita, nome como é conhecido o minério naquelas paragens. Esse minério pertence ao mesmo grupo da torita que, como sabemos, tem mais de 50 % de óxido de tório. Assim, trata-se, com as devidas reservas, de uma grande jazida onde o tório poderá, após a prospecção, aparecer, entre nós, como produto essencial, num depósito de grande valor econômico e comercial, ainda não avaliado.

No depósito ou jazida de Araxá o tório está associado ao nióbio na proporção de 0,15 % de óxido no pirocloro. Segundo o professor Djalma Guimarães essa jazida deve ter cerca de 80 milhões de toneladas de pirocloro, com cerca de 80 mil toneladas de óxido de tório, o que a coloca em destacada posição, talvez como a maior do mundo.

Em São João del Rei há alguma monazita, disseminada e de baixo teor de ácido de tório, sem grande valor econômico.

Há grande controvérsia quanto à cubagem das areias monaziticas do litoral entre a Bahia e o Estado do Rio. São avaliadas em 60.000 toneladas no Espírito Santo; 20.000 toneladas em Itabapoana e cerca de 50.000 no Sul da Bahia.

Afirmou o professor Feinberg, na Conferência de Genebra, em 1955, que um quilo de tório, transformando-se num reator em urânio 233, pode liberar uma quantidade de energia elétrica equivalente a 5.750 dólares de carvão ou óleo diesel consumidos numa usina.

A monazita do Brasil foi descoberta em 1884 por Gordon e logo analisada por Orville Derby e H. Goroeix, diretor da Escola de Minas de Ouro Preto.

Além da produção do tório, a monazita é empregada para a extração de terras raras: ítrio, cério, lantânio, európio, etc. Antes da iluminação elétrica intensiva era ela utilizada na fabricação das camisas incandescentes "Auer" sendo então grandemente exportada, ou até retirada clandestinamente de nossas praias para aquele fim.

O tório tem igualmente grande aplicação na fabricação de elementos de válvulas eletrônicas de transmissão, aumentando-lhes a eficiência quando adicionado aos 2 % no filamento de tungstênio.

FABRICAÇÃO DO URÂNIO

A fabricação do urânio metálico depende, como é natural, do minério de onde é extraído.

Para separar o urânio ou para obter o plutônio, os dois únicos combustíveis fissionáveis de um reator, parte-se sempre do urânio natural, que contém a proporção de 1 átomo de urânio 235 para 140 átomos de urânio 238.

Nos Estados Unidos a metalurgia do urânio parte da carnotita que contém boa quantidade de vanádio, de grande emprego na indústria bélica.

Com efeito, submetido o minério de urânio a tratamento prévio, semelhante ao que se faz com qualquer outro minério, obtém-se o óxido de urânio, sob a forma de pó muito fino, acinzentado-escuro, o qual após tratamento adequado para expurgá-lo das impurezas, toma o aspecto de um pó alaranjado vivo. A seguir, é este submetido a novo tratamento químico ao fim do qual continua a aparecer, com o aspecto pulverulento, mas agora de cor parda — o óxido pardo de urânio nele contido é puro. Deve ser desse óxido retirado todo o oxigênio, pois, enquanto este elemento ali existir, jamais será possível separar o urânio 235, nem tão pouco fabricar o plutônio.

O óxido pardo passa então, por novo tratamento químico para isolar o oxigênio e deixar apenas o urânio, surgindo desse modo, um novo pó verde, chamado "sal verde", porque o oxigênio cedeu o seu lugar ao fluor.

Dessa substituição aparece o tetrafluoreto de urânio, o qual apesar de todas as cautelas de que o manuseio do fluor acarreta, não deixa de ser o sal verde um composto estável. Mediante nova depuração, quimicamente feita, esse novo sal passa a sofrer a separação de seu fluor, revelando-se então, o urânio puro, em estado de fusão. Resfriado, toma a forma de lingotes de metal duro, da mesma cor e tão brilhante como o níquel e de peso equivalente ao do chumbo.

Assim acabado, o urânio metálico é moldado pelos metalurgistas, tomando a forma de longas hastes, que são cortadas em pequenos cilindros. Cada cilindro é encerrado num envoltório de alumínio, perfeitamente ajustado, para evitar a corrosão. Está assim pronto para ser transformado em plutônio por meio de reatores destinados a esse fim ou a servir de combustível em outros.

Nos reatores de produção de plutônio, esse elemento fissil leva alguns meses a ser produzido, mas tão logo é conseguido o máximo de plutônio permitido, formado no interior do lingote de urânio, é este retirado para submeter-se ao tratamento químico adequado, no sentido de isolar todo o plutônio fabricado. O tratamento químico dura outros meses, necessitando de instalações custosíssimas e de pessoal altamente especializado. Ao fim, temos o plutônio, corpo estável, permanente, e de valor imenso não só por ser, hoje, um combustível nuclear de primeiro plano, como também para servir de explosivo de altíssima potência.

SEPARAÇÃO DO URÂNIO 235

O urânio 235 é corpo extremamente raro na natureza e com propriedades químicas similares ao do isótopo do urânio 238 com que está misturado. Em vista desta particularidade, a separação desses isótopos só poderá ser feita por via física, lançando-se mão de métodos físicos baseados na triagem pela diferença de suas massas atômicas. As primeiras amostras de urânio 235, foram conseguidas com pesos infinitesimos pelo espectrógrafo de massa.

Quatro são os métodos empregados para separação desses isótopos: o eletromagnético, o centrífugo, o de difusão térmica e o de difusão gasosa.

O primeiro foi o utilizado durante a última guerra pelos Estados Unidos, nas Usinas de Oak Ridge, para produzir o urânio 235, empregado na bomba atômica lançada em "Hiroshima". Foi logo abandonado por ser de pequeníssimo rendimento, cedendo o seu lugar ao da difusão gasosa, ainda adotado por aquela mesma usina e em todas as outras construídas posteriormente.

Baseia-se o método na propriedade que tem os gases quando em mistura, "de difundirem-se ao passar por uma anteparo poroso, com velocidade inversamente proporcional à raiz quadrada de suas massas moleculares".

A primeira dificuldade, como é óbvio, residia na transformação do urânio em gás. Para isso, impôs-se o emprego do próprio sal verde, de que falamos anteriormente, composto de fluor e urânio, com predominância deste último elemento.

Após exaustivos esforços conseguiram os químicos obter, partindo daquele sal, o hexafluoreto de urânio, conhecido como gás "Hex" nos meios atômicos e cujo emprego exigia, por se tratar de composto altamente corrosivo, materiais que pudessem resistir à sua presença. Foram escolhidos os fluoretos de carbono, por sua grande resistência ao calor, à umidade e aos ácidos em geral e ao próprio fluor. Dêsse modo, todos os plásticos, lubrificantes a empregar no tratamento do "Hex" deveriam ser constituídos por material que pudesse resistir aos efeitos do fluor. Só assim, foi pos-

ós a domesticação do "Hex", idealizar e construir a "Usina de di-
asosa" de "Oak Ridge", e posteriormente as de Paducah e de
outh nos Estados Unidos.

étodo consiste na técnica de filtração através de uma série de
s de "barreiras porosas", por cujos poros, com diâmetros de cerca
millionésimo de centímetro, devem os gases imiscuir-se. Os átomos
x" de urânio 235 vencem essas barreiras mais facilmente que os
io 238, mas a operação não é tão fácil nem tão simples como pode
O "Hex" 235, devendo passar por milhares de barreiras, a usina
e comprimento 800 metros.

toda esta extensão o gás "Hex" passa e repassa várias vezes cada
s barreiras, que servem de separação de milhares de câmaras ou cé-
sistentes; mas, como em cada uma há sempre um resto de "Hex"
mente empobrecido de urânio 235, é ele retirado e compelido a
a câmara anterior para ser novamente, com outras quantidades de
bmetido com este à nova filtração. Tal movimento de avanço
e de recuo do gás empobrecido repete-se em cada câmara, e tão
que as moléculas mais rápidas do gás 235 levam meses para
à última câmara, o seu destino final. Recolhe-se então o hexaflu-
de urânio 235, cujo volume colhido quase nunca vai além de
000 de "Hex" de urânio inicial. É, como se pode depreender, ope-
ção morosa quanto dispendiosa.

ata-se então, de separar os átomos do urânio 235 do fluor por ope-
química, obtendo-se assim o metal urânio 235, cujo aspecto é o
do urânio natural, um pouco mais leve que este, mas, que, como
ônio, não pode ser indiscriminadamente reunido porque se atingir
essa crítica", explode espontaneamente como se fôra uma bomba

o mesmo modo que o plutônio, por esse processo só se consegue
partindo de uma tonelada de minério com pouco menos de 1 quilo
r de urânio natural, cerca de 30 gramas de urânio 235. Seja como
este o método que maior rendimento apresenta para a produção de
235.

usina de Oak Ridge e suas congêneres de Paducah e Portsmouth,
nem cada dia a mesma quantidade de energia elétrica consumida no
prazo por Nova Iorque e, para resfriamento do gás, a mesma quan-
de água que Washington.

método de difusão gasosa é o único, atualmente, empregado. Os
trifugação e de difusão térmica são mais próprios para pesquisas de
tórios, em virtude de seus pequeníssimos rendimentos. O primeiro
sitará de 22.000 centrifugadores de um metro de diâmetro para a
ção de 1 quilo de urânio 235 por dia.

método de difusão térmica é pouco prático.

CONSUMO DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Exigem os reatores quantidades de combustível nuclear que podem
lassificados como mínimas, conforme o tipo: de pesquisa ou de po-
a. Aquêles podem consumir de 3 a 4 quilos de elementos fisséis alta-
e enriquecidos de urânio 235, ao passo que os últimos chegam a con-
r até centenas de toneladas de urânio natural.

Numa estação geradora de calor atômico capaz de acionar geradores
cos de potência de 100.000 kWh, o consumo poderá atingir cerca
0 quilos de elementos fisséis por ano. Considerando, porém, que essa
ria fissil é misturada com uma grande quantidade de matéria fértil —
ânio 238 e futuramente o tório, — que todo este material deve ser subs-
do antes que a totalidade dos elementos fisséis sejam desintegrados

e, tendo em vista, que todo esse combustível, fissil e fértil, é passível de recuperação, por meio de tratamento químico do combustível irradiado, conclui-se que o aludido reator necessitará de cerca de 100 toneladas por ano.

TRANSPORTE DO COMBUSTÍVEL NUCLEAR

É problema fácil de resolver, desde que o combustível possa ser conduzido em estado virgem, isto é, não tenha sofrido ainda a ação nuclear do reator. Apesar das inúmeras precauções e dos pesados envólucros de proteção que exigem a condução do combustível nuclear, o seu transporte exige meios extremamente reduzidos comparados aos transportes dos combustíveis convencionais. Esta característica permite aliás, uma grande amplitude e liberdade de escolha dos locais onde devem ser construídas as centrais ou os reatores nucleares.

A recuperação do material fissil e fértil exigirá porém, instalações próprias, anexas a essas centrais, porque se trata de material intransportável dada a sua alta radioatividade e toxidez.

MATERIAL DE EQUIPAMENTO E PESSOAL ESPECIALIZADO

O material empregado para a produção da energia atômica é, de um lado, constituído por equipamentos industriais standardizados — turbinas a vapor, motores elétricos, compressores — e, de outro lado, por material altamente especializado — aparelhagem de detecção das radiações, equipamentos eletrônicos de comando à distância dos reatores, etc., bombas eletromagnéticas para circulação dos refrigeradores a água ou de metais fundidos, se for o caso, etc.

No tocante ao pessoal, a exploração da energia atômica exige para o seu desenvolvimento e pesquisas, inclusive a manutenção e conservação, de numeroso e eficiente quadro de técnicos nucleares, dos quais alguns especializados no cálculo de reatores; químicos industriais e radioquímicos; metalurgistas especializados; engenheiros eletrotécnicos e eletrônicos e engenheiros atômicos responsáveis pela construção de reatores clássicos. Alguns destes podem ser recrutados na indústria após estágios de adaptação nos centros atômicos, mas a preparação de outros, exigirá maior tempo, maiores cuidados e mais acurada prática.

Razões de ordem econômica levam o nosso país a empenhar-se num programa de pesquisas atômicas. Baldo de recursos energéticos, com quedas de água capazes, mas cuja distribuição geográfica só poderá atender a certas regiões, a energia nuclear no Brasil será, evidentemente, de grande importância. Todavia se desejamos, desde já, colocar os alicerces sólidos desse porvir, que certamente não será nosso, mas para os brasileiros que nos sucederem, torna-se imperioso que preparemos, desde agora, os elementos básicos desse porvir e que no dizer de "Gordon Dean", no seu livro "Êre Atomique An 12", devem entrar na composição de um programa nuclear e que são:

- a) recursos materiais, em particular o urânio na época presente;
- b) competência científica;
- c) potencial produtivo e tecnológico e, finalmente,
- d) vontade firme e capacidade para poder unir os três elementos precedentes, o que nós então, resumiremos no lema: vontade na realização e capacidade na execução.

REATORES NUCLEARES EXISTENTES NOS ESTADOS UNIDOS
DA AMÉRICA DO NORTE E NA EUROPA OCIDENTAL

Até bem pouco a nação norte-americana convergia toda sua atividade no ramo nuclear para a consecução de um programa de segurança, estocando bombas atômicas e termo-nucleares com que enfrentar e responder de imediato a qualquer agressão que ela mesma pudesse sofrer ou os seus aliados, da parte da União Soviética também possuidora, desde 1949, de munições nucleares.

Após a Conferência de Genebra — "Átomos para a paz" —, realizada em outubro do ano passado, começou aquela nação a encarar mais cerradamente a política do desenvolvimento da energia atômica no terreno da sua industrialização, tão logo seja possível a certas empresas norte-americanas tomarem a si, técnica e financeiramente, a sua direção e execução; também, ativou e vem incentivando a cooperação que lhe seja possível prestar aos demais países amigos e os da órbita de sua política exterior.

O número de reatores protótipos de potência em atividade e em construção nos Estados Unidos, parece, atingir a 20, enquanto que a Europa Ocidental deve ter cerca de 6: a Inglaterra, 3 ou 4 e a França 2 ou 3.

No que concerne a reatores de pesquisas possuem os Estados Unidos cerca de 30, ao passo que a Europa Ocidental deve ter 9, dos quais 4 na Inglaterra, 2 na França, 1 na Noruega, 1 na Suécia e 1 na Suíça. Quanto a motores nucleares a nação norte-americana já dispõe de 2, que propulsionam, respectivamente, os submarinos atômicos "Nautilus" e o "Sea Wolf".

A Inglaterra ensaia um motor nuclear para navio.

Os Estados Unidos apresentam vários modelos de reatores; possuem 6 a 8 tipos diferentes em pleno funcionamento.

A Europa Ocidental tem, por enquanto, 2 a 3 reatores de tipos diversos em funcionamento.

As usinas de difusão de Cumberland (Inglaterra) são de capacidade 10 vezes menor que todas as dos Estados Unidos, consumindo tanta energia elétrica, conforme informação, quanto a França inteira. A produção de água pesada na única usina existente na Europa, em Ryukan — Noruega, é bem menor e produz cerca de 20 vezes menos que a dos Estados Unidos.

REATORES NORTE-AMERICANOS

O primeiro reator deveu o seu aparecimento à genialidade de Fermi, um dos batalhadores pela domesticação do átomo. Construído em Chicago em 1942, desenvolveu apenas 200 watts de energia durante pouco tempo. Se não foi possível aumentar-lhe a potência, o reator tornou evidente o que se poderia buscar no núcleo do átomo, bem como a possibilidade de controlar a reação em cadeia.

Essa pilha, assim denominada por ser um empilhamento de urânio e de grafita — o canalizador dos neutrônios liberados pelas fissões para ferir outros núcleos de urânio 235 — foi a estaca "0" do formidável e espantoso progresso realizado pelos Estados Unidos no terreno nuclear, através, primeiramente, de seu Manhattan District e depois de sua Comissão de Energia Atômica, que dirige até hoje todas as atividades nucleares daquele país.

Em 1943 surgiu a segunda pilha (reator) CP 2 (Chicago Pile number two), com potência de 2.000 watts, funcionando até hoje no Laboratório

de Argonne, um dos subúrbios daquela cidade. Substituiu a pilha CP 1 anterior, tão logo esta foi desmontada. O combustível é o urânio ordinário e o moderador é de grafita.

O terceiro reator pôde então ser construído em Oak Ridge, em 1943, para servir de reator-piloto para a construção dos grandes reatores de produção de plutônio de Hanford. É pois, um aparelho de pesquisa e

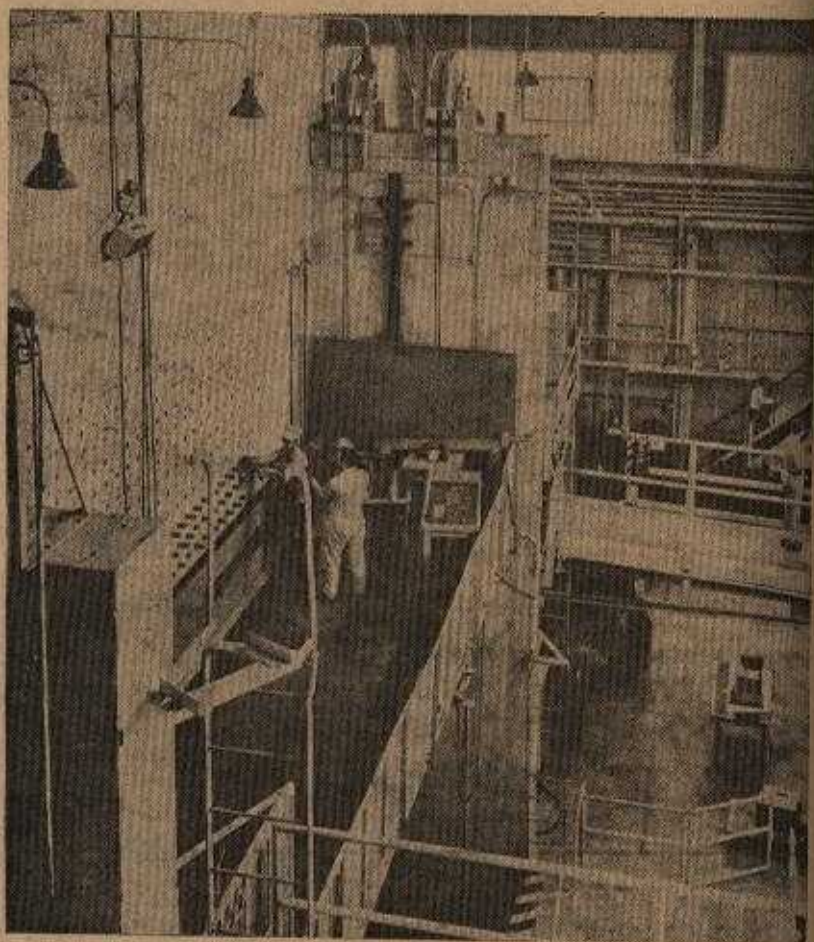


Fig. 8 — REATOR DE PESQUISA DE HANFORD — Reator de 10 watts apenas, destinado a ensaiar os materiais que deviam produzir o plutônio. Muito se assemelha ao CP 2

assim continuou e continua, produzindo a maior parte dos radiosótopos que a Comissão põe à venda, sendo que os destinados ao tratamento e pesquisas do "câncer" são postos à disposição dos clientes a 20 % do preço de custo. Sua potência é de 2.000 kWh e o resfriamento é pelo ar.

REATORES DE PRODUÇÃO DE PLUTÔNIO DE HANFORD

(Estado de Washington, na costa do Pacífico)

O primeiro reator começou a funcionar em 1944. Todos eles têm por única finalidade a transformação do urânio natural em plutônio. O moderador é de grafita; cada reator com vários andares de altura, tem milhares de blocos dessa substância e de cilindros de urânio sob a ação neu-trônica durante vários meses, até que seja possível o aproveitamento de certa quantidade de plutônio. O calor desenvolvido no reator é enorme, necessitando do emprêgo de uma grande massa de água retirada do rio que corre ao lado da usina. Esse calor produzido, sendo mais quantitativo do que qualitativo, pois é pouco elevada a temperatura da água ao sair da usina, não pode ser aproveitado industrialmente.

Poder-se-á aumentar o rendimento térmico desses reatores, todavia, se assim fôsse feito, o custo da energia calorífica seria maior do que a das existentes na região. Demais a finalidade da Usina de Hanford ainda não é esta; continua a ser a da produção do plutônio.

REATOR CP 3

O terceiro reator construído em Chicago e daí o seu prefixo, terminou em 1944, utilizando como moderador a água pesada. Atualmente o urânio natural por ele utilizado é enriquecido com 15 % de urânio 235, com o que foi conseguida a potência de 300 kWh.

É resfriado à água pesada.

A "MARMITA"

É outro tipo de reator localizado em "Los Alamos" desde 1944. Sua originalidade reside no emprêgo de combustível fissil em solução líquida, enriquecida com 15 % de urânio 235. O seu nome provém do emprêgo dessa solução, a princípio o sulfato de uranila e logo depois o nitrato de uranila e água, a qual os cientistas atômicos chamaram de sopa. Ao tornar-se quente, essa solução começa a ferver.

Esse reator, empregado para as primeiras pesquisas da bomba atômica, tinha a potência de 0,05 watt, hoje elevada a 45 kWh. É resfriado pela água que circula numa rede de serpentinas que atravessa a cuba onde se acha o líquido fissil.

REATOR "CLEMENTINE"

Estêve em funcionamento até 1953, caracterizando-se por ter sido o primeiro a empregar o combustível fissil puro, o plutônio, e por não dispor de moderador, o que permitia o livre curso dos neutrons a ser refrigerado pela circulação de um metal líquido — o mercúrio. Sua potência era de 25 kWh. A ausência de moderador, deixando os neutrônios operarem livremente, fez com que esse reator fôsse qualificado de "rápido".

REATOR DE BROOKHAVEN

(Long Island — Nova York)

Assemelha-se ao de Oak Ridge, mas sua potência é de 30.000 kWh. Emprega o urânio natural com moderador de grafita e o seu resfriamento se faz por uma circulação de ar. Foi o primeiro a produzir o calor necessário à produção de energia térmica, embora até agora não utilizada industrialmente.

O ar é expelido do reator com uma temperatura de 165°C , capaz de acionar uma pequena turbina a vapor.

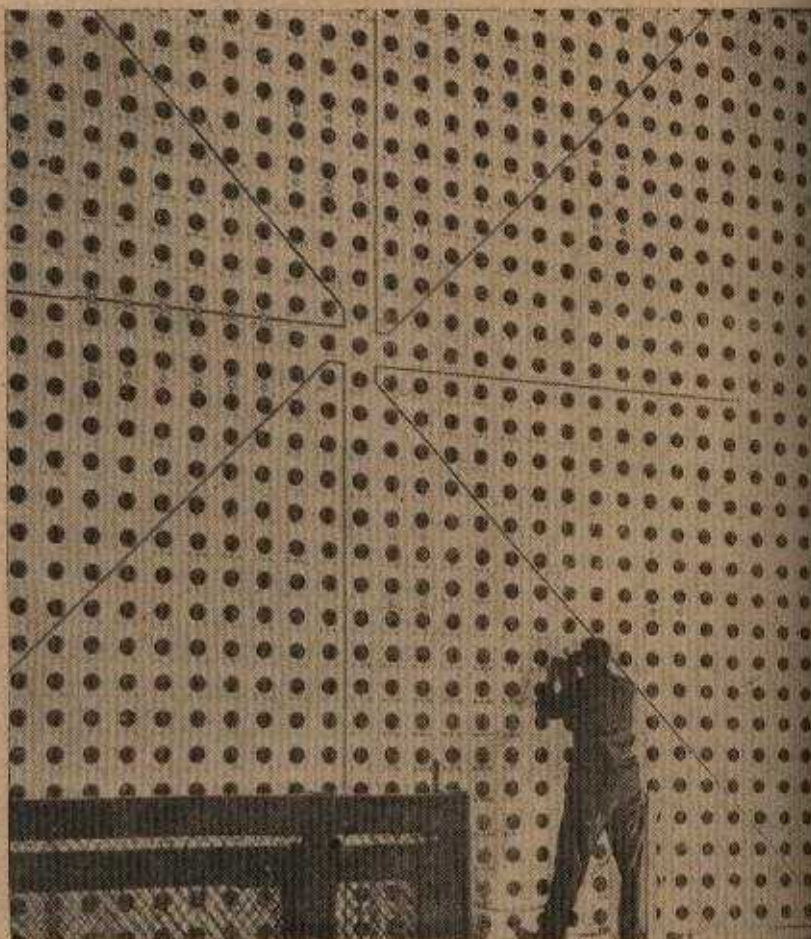


Fig. 9 — Uma face dos reatores nucleares de Brookhaven (E.E.U.U.). Cada orifício permite inserir e retirar os tubos de urânio, combustível nuclear. Elementos estáveis, igualmente, introduzidos em certos lugares onde transitam neutrões, transformam-se em isótopos radioativos empregados em pesquisas, na medicina e na indústria. (Keystone)

REATOR "PISCINA"

Instalado em Oak Ridge em-1951, de muito fraca potência, destina-se a ensaios de materiais para proteção radioativa.

O seu nome proveio do fato de se achar o reator imerso numa cuba de 7 metros de profundidade cheia d'água, que tanto serve como agente de resfriamento, como de anteparo protetor da radioatividade.

REATOR EXPERIMENTAL E REPRODUTOR

(EBR)

Foi construído em Idaho nos E.U.A., no ano de 1951. O seu objetivo principal é de transmutar o urânio natural em plutônio ou o tório em urânio 233. Já sabemos ser possível, partindo desses dois elementos, obter dois outros elementos fissíveis e por isso, a técnica dessa operação é chamada de "breeding" ou de reprodução.

É uma técnica que obriga o reator a produzir combustível fissil ao mesmo tempo que vai consumindo o combustível nuclear.

A modalidade em questão é semelhante a um auto que após percorrer uma dada distância e abastecido com gasolina apenas para esse percurso, ao final dele ainda lhe sobrasse, por ter sido criada, uma certa quantidade de gasolina, para poder realizar novo percurso, embora menor.

O reator reproduzidor "EBR", não tem moderador, emprega combustível fissil puro e o resfriamento se faz pelo potássio ou sódio líquidos, que saem com uma temperatura de 350°, já capaz, então, de produzir vapor com bom rendimento. Graças a isto, foi, pela primeira vez, nos Estados Unidos, utilizada essa energia para produzir eletricidade, embora não seja essa a sua finalidade. Pode o vapor ao sair do reator acionar a turbina de um gerador elétrico de 250 kWh, capaz de iluminar o laboratório e fazer funcionar a sua aparelhagem elétrica.

Na época o reator custou 3 milhões de dólares.

O reator "breeding ou de reprodução" é hoje uma realidade; o processo de fabricação do plutônio é porém, excessivamente lento e a produção de combustível fissil igual a que foi consumida, levaria uns 5 anos para ser conseguida, exigindo ainda um processo ou tratamento de separação química delicado e custoso.

A esperança que alenta os pesquisadores do reator reproduzidor é a de que, futuramente, possa a humanidade transformar, por esse processo, todo o urânio ou o tório economicamente recuperável, fissil ou não, em combustível nuclear primário.

O tório até agora não foi pesquisado para esse fim, e no Laboratório D'Argonne nada, até agora, se fez ostensivamente no sentido de ser testado no processo que acabamos de expor.

O seu dia ainda não chegou, contudo, parece que as pesquisas a tal respeito prosseguem sigilosamente.

Com efeito, diz-se que a "Consolidated Edison", norte-americana, possui um reator "breeder" ou regenerador que está empregando o tório de mistura com o urânio. Pouco se sabe ainda quanto ao ciclo tório-urânio 233 obtido nesse reator, que parece usar o tório sob a forma de lama de óxido de tório.

Nestes últimos tempos muito se tem falado sobre o emprego do tório nos reatores regeneradores e alguns trabalhos de cientistas norte-americanos, ingleses e canadenses já começaram a situar o tório como excelente veículo para a formação do urânio 233, fissil.

Afirmam esses autores que o sistema tório-urânio 233 é preferível nos reatores térmicos porque permitem com o emprego do tório uma regeneração e produção de 50 % de combustível fissil, no caso o urânio 233.

REATOR DE ENSAIOS DE MATERIAIS

(MTR — Material Testing Reactor)

Construído no ano de 1951 em Idaho. Sua originalidade é a de ter como moderador água ordinária, que lhe serve também de agente de refrigeração. O combustível é o urânio enriquecido, e o reator destina-se ao estudo dos efeitos radioativos nos materiais de construção dos reatores.

REATORES DE PRODUÇÃO DE SAVANAH RIVER

De finalidade similar a dos reatores de Hanford — a produção de materiais físséis para as bombas atômicas e de hidrogênio; o seu moderador é de água pesada.

Como emitem muito calor, poderão prestar, futuramente, assinalada contribuição para o estudo e os protótipos de reatores de potência, para produzir energia para fins industriais.

REATOR EXPERIMENTAL

(HRE)

Terminado em 1952, foi o segundo a concorrer para a produção de energia elétrica capaz de iluminar cerca de 50 casas, embora a sua finalidade precípua seja a de estudar e pesquisar o emprego de combustíveis, moderadores e agentes de refrigeração em estado de líquidos homogêneos.

REATOR TÉRMICO PARA SUBMARINO

(STR)

Foi construído em Idaho o protótipo do reator que aciona hoje o submarino "Nautilus" norte-americano.

Após uma grande polêmica que durou 10 anos, a Cia. Westinghouse tomou a si a tarefa de construir o primeiro motor nuclear para submarino, idealizado pelo Almirante Rickover quando ainda capitão-de-fragata. O debate travado por esse oficial com as altas autoridades navais caracterizou-se sempre pela sua pertinácia, até que o Almirante Nimitz apoiou o projeto.

O "Nautilus" foi lançado ao mar em janeiro de 1954.

O reator STR tem no urânio enriquecido o seu combustível nuclear, imerso num reservatório de água ordinária, quimicamente pura, que lhe serve ao mesmo tempo de moderador e refrigerador. O calor desenvolvido pela reação nuclear transforma-se, por intermédio de uma caldeira, em vapor que aciona de um lado a turbina geradora dos propulsores do submarino e, de outro lado, o turbo-gerador de eletricidade.

O "Nautilus" é recordista de velocidade e de tempo de imersão. O seu reator é térmico, porque as fissões são oriundas de neutrônios com velocidades térmicas.

O segundo submarino atômico é o "Sea Wolf", lançado ao mar em 21 de julho de 1955 e já apresentando aperfeiçoamentos. O seu protótipo parece ter sido construído no Laboratório atômico de Knolls, de Schenectady, no Estado de Nova Iorque. O reator parece funcionar sob o efeito de neutrônios de ressonância ou de velocidade intermediária, controlado por moderador de berilo e resfriado por sódio líquido. Com isso, esperam os técnicos da Comissão de Energia Atômica, que o reator possa funcionar maior tempo, sem necessidade de recarga.

O preço desse reator como do outro, é excessivamente alto.

REATORES DE AVIÃO E DE NAVIOS

O primeiro está em fase de estudo, mas, dificilmente poderá ser realidade nesses próximos 5 anos. Com efeito, tecnicamente, dado o peso do reator com todos seus implementos, o problema demandará tempo para ser perfeitamente resolvido. É possível porém, que os aviões sejam um dia acionados a motor nuclear.

A respeito dos motores nucleares dos navios, a coisa simplifica-se muito mais.

Um reator de potência a equipar, futuramente, uma central atômica de um navio, poderá ser, vantajosamente, construída com dimensões talvez mais reduzidas.

Os navios ficarão livres, com esses motores nucleares, de uma série de imperativos e servidões a que estão sujeitos presentemente.

REATORES CANADENSES

Existem no Canadá dois reatores de água pesada: O ZEEP (Zero Energy Experience Pile) e o NRX (National Research Experience). O primeiro, de muito fraca potência, sem sistema de resfriamento, destina-se a experiências e ensaios de materiais.

O outro, pôsto em funcionamento em 1947, para produzir 10.000 kWh, superou esta potência. Especialmente concebido para produzir plutônio, grande é a sua eficiência na fabricação de radiosótopos, em virtude da concentração de neutrônios de que era capaz. Danificado em 1952, foi recuperado e pôsto novamente em serviço com a ajuda de técnicos da Comissão de Energia Atômica Americana.

O terceiro reator, que já deve estar concluído, destina-se a produzir boa quantidade de plutônio, ao estudo do breeding (reprodução) e à produção de energia utilizável. O seu moderador é, também, de água pesada.

Todo o esforço atômico do Canadá está hoje orientado para o desenvolvimento da energia de que necessita e para a obtenção de radiosótopos para a medicina, indústria e agricultura, sendo que naquele ramo de radiosótopos é um dos mais avançados e eficientes produtores do rádio cobalto, não empregado nas pesquisas e na cura do câncer.

O Canadá dispõe de um "Comité de Contrôle de Energia Atômica", que tem suas instalações em "Chalk River", a 200 km a oeste de sua Capital.

O seu minério, aliás dos melhores do mundo — a pechblenda — extraído em "Port Radium" no Lago do Grande Urso é refinado em "Port Hope" no rio Ontário.

O Canadá tem posição de realce no que tange à energia atômica, por possuir centros de pesquisas e homens à altura e três reatores excelentes, em funcionamento. O centro "Chalk River" é explorado por uma companhia — Atomic Energy of Canada Ltd — sob as vistas do "Comité de Contrôle de Energia Atômica".

REATORES FRANCESES

A França dispõe de um Commissariado de Energia Atômica, criado em 1945, o qual acompanha a evolução operada nos Estados Unidos, Inglaterra e Canadá, mas, que consagra todas as suas atividades, exclusivamente, como aliás este último país também, no setor da utilização pacífica do átomo. Dispõe de um excelente corpo de técnicos, de 2 reatores e de 3 centros atômicos de grande importância, na região de Paris, onde trabalham cientistas de grande valor.

Foi o primeiro país do continente europeu ocidental a construir um reator — o ZOE (Zero — Óxido de Urânio e Água Pesada), de fraquíssima potência, no Forte de Châtillon, um de seus centros de pesquisas.

Em Saclay (Christ de Saclay), a 17 km de Châtillon, acha-se o segundo reator francês, o P2, que utiliza igualmente a água pesada como

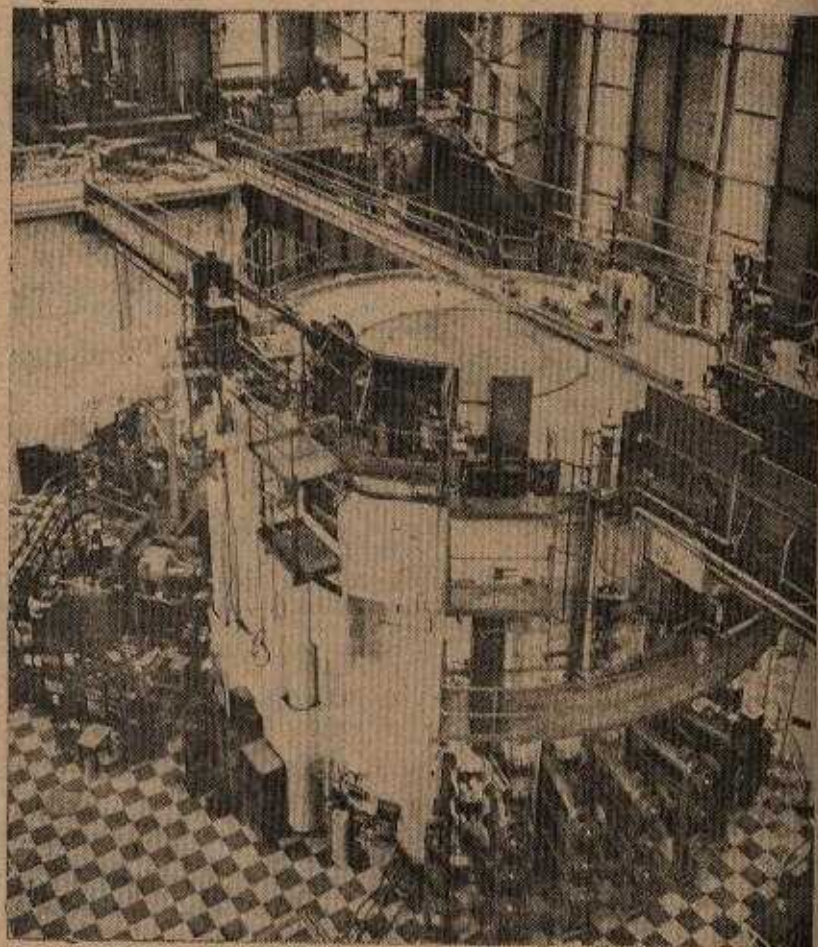


Fig. 10 — Reator atômico de Chalk River. Vê-se quão complexas são as suas instalações, inclusive as de natureza científica que permitem a descoberta de numerosos segredos da natureza. Na base e à direita são vistos os canais de irradiação por onde são introduzidos os elementos a serem irradiados. À esquerda, experiências em curso para estudos dos neutrônios. (A. E. of Canada Ltd)

moderador, podendo produzir plutônio, porém, o Commissariado, segundo sua orientação, o destinou à fabricação de radiosótopos e a pesquisas.

Saclay é hoje um centro de pesquisas notável, complementado pelas instalações pré-industriais de Marcoule.

A 35 km ao Sul de Paris, em Bouchet, o terceiro centro atômico francês, está também o terceiro reator, cuja finalidade é pesquisar quimicamente o urânio e preparar combustíveis nucleares de minérios de origem francesa.

A França dispõe de homens de alto saber e experiência, e de material inclusive urânio, necessário para realizar um programa atômico em grande estilo. Assim, já em 1954, pôs em execução um plano de 15 anos, para a construção de uma rede de centrais atômicas, pretendendo gastar nos 5 primeiros anos 108 milhões de dólares.

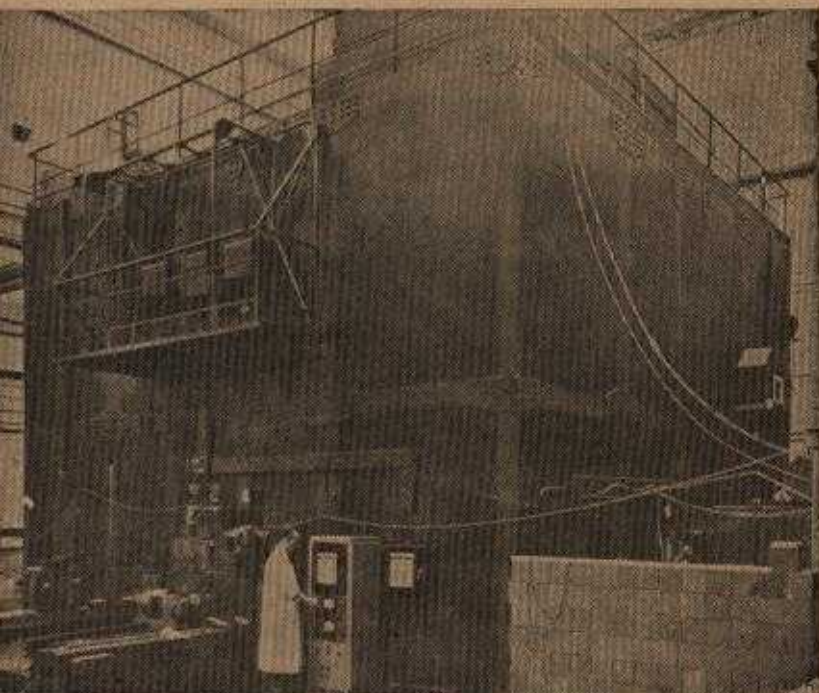


Fig. 11 — Reator atômico do Centro de Estudos Nucleares de Saclay

Levou-a a esse esforço a penúria com que ela luta no terreno energético, para alimentar e desenvolver suas indústrias. A França, como sabemos, não dispõe de petróleo e as suas jazidas carboníferas são precárias, quantitativamente.

Fiel ao seu programa pacífico, a França não tem, nem adota quaisquer medidas de segurança no que diz respeito à energia atômica.

REATORES INGLÊSES

Como é natural, a Inglaterra só pôde iniciar suas atividades nucleares depois que voltaram ao país as suas equipes científicas que foram aos Estados Unidos e lá permaneceram, no esforço de guerra atômica da última conflagração mundial. Dêsse modo, o "Gleep" (Graphite Low Energy Experimental), o primeiro reator inglês, só pôde aparecer em 1947, em Harwell — aeródromo militar próximo à Universidade de Oxford e de Londres. Destina-se este reator, unicamente, a pesquisa, mas funciona dia e noite.

O segundo reator foi o BEPO (British Experimental Pile O), que começou a funcionar em 1948, na fabricação de radiosótopos e em pesquisas. A partir de 1951, o calor nele produzido vem sendo utilizado para aquecimento, durante o inverno, de vários edifícios do centro de Harwell, o que permite uma economia de cerca de 2.000 toneladas de carvão.

O aludido centro, de grande importância, por suas atividades no campo nuclear, assemelha-se aos laboratórios de Oak Ridge, Argonne e Brookhaven, dos Estados Unidos.

Dispõe de um reator de fraca potência, que trabalha na técnica do "breeding".

Desde 1952 ou 1953 que o Centro vem estudando um protótipo de reator de urânio para a propulsão de navios.

O governo tem ainda um programa de produção de materiais fisséis para bombas e reatores. Os escritórios desta seção localizam-se em Risley — Lancashire; a usina de plutônio em Sellafield — Cumberland; a de urânio 235 em Capenhurst — Cheshire e a de tratamento do minério de urânio, em Springfield — Lancashire.

O Ministro de Provisão, pela lei inglesa, controla a execução do programa inglês de energia atômica, aliás abrangendo fins pacíficos e bélicos, mas, perfeitamente integrado às necessidades daquele país no que concerne à energia para fins industriais, tendo em vista as dificuldades crescentes no trabalho das minas de carvão. Assim, o governo inglês tem em Calder Hall e Dounreay as suas instalações industriais.

REACTORES HOLANDO-NORUEGUESES

Desde 1951, funciona em Kjellen, próximo de Oslo um reator — o JEEP, de urânio fornecido pela Holanda e água pesada, da Noruega, produzida na usina de "Norsk", em Rjukan.

REATOR SUECO E OUTROS

Em 1954 terminou a Suécia o seu primeiro reator experimental de fraca potência, utilizando o urânio como combustível e água pesada da Noruega, como moderador. Foi instalado como também os laboratórios anexos, em uma caverna feita no solo rochoso da Academia de Ciências de Estocolmo.

A Suécia tem em mira construir uma central atômica-piloto com 10 a 20 mil kWh de potência.

Tudo está sob o controle de uma Comissão de Energia Atômica desde 1945. Todas as jazidas de urânio do país pertencem ao governo.

A Suíça embora sem possuir em seu solo urânio, já dispõe de um reator de construção norte-americana e também uma Comissão de Pesquisa Atômica, desde 1945.

O reator destina-se à fabricação de radiosótopos e pesquisas.

ATIVIDADES NUCLEARES NA DINAMARCA

A Dinamarca até hoje não tem programa atômico nem qualquer organismo oficial nesse sentido. Todavia, acha-se naquele pequeno país um dos maiores centros mundiais de pesquisa atômica. É o Instituto de Física de Copenhague, dirigido por Niels Bohr, extraordinário sábio atômico que auxiliou a Otto Frisch e Lise Meitner, alemães exilados na Dinamarca,

a interpretar os resultados das experiências sobre a fissão nuclear, conseguidos por Strassman e Hahn, em Berlim, no ano de 1939.

O Instituto dispõe de aparelhagem completa e de um notável corpo de cientistas que prestam a maior e a melhor cooperação científica a qualquer outra nação ou a cientistas, pessoalmente.

ATIVIDADES NUCLEARES NO BRASIL

O nosso país, cuja riqueza em minerais atômicos não é, até agora, como muitos imaginam, ainda está penetrando no limiar da energia atômica. Tem urânio, mas não sabe quanto; dispõe de tório, cujo óxido já vem sendo preparado em São Paulo. A metalurgia do tório metálico é mais difícil e complicada que a do urânio.

Há em seu solo jazidas de monazita em quantidade menor que a da Índia e desde 1951 funciona o Conselho Nacional de Pesquisas, sendo que nestes últimos tempos foi criada a Comissão de Energia Atômica.

Na Universidade de São Paulo, com um reator de pesquisa em instalação com o seu betatrônio, acelerador de partículas de 30 milhões de eletrônios-volts, com o gerador Van der Graaf e pretendendo adquirir um sincrociclotônio de 450 milhões de eletrônios-volts e no Centro de Pesquisa Física do Rio de Janeiro, que já possui um pequeno ciclotrônio, porém, ainda não instalado, encontra o Brasil, no momento presente, os seus meios de pesquisa sobre o palpitante assunto. Essas pesquisas vem sendo levadas a cabo por pouquíssimos cientistas de notório valor. Entre os cientistas nacionais, convém assinalar Cesar Lattes, que em 1947, ainda muito jovem, participou da descoberta do "mesônio" de origem cósmica e no ano seguinte, durante um estágio na Universidade da Califórnia, em Berkeley, prestou cabal contribuição para a produção desse mesmo "mesônio", artificialmente obtido então no ciclotrônio daquele estabelecimento.

Interessa-nos muito a energia atômica; ela porém, não é, nem nunca será obtida com a facilidade daqueles que menos avisados ou mal informados ou dos simplórios, procuram considerá-la como uma fonte de energia de fácil obtenção, que pudesse jorrar ao simples gesto de uma boa vontade, ou mesmo ao simples movimento cerebral de debates ou elocubrações livrescas, sem maior e profunda meditação. Ela necessita, ao contrário disso, muito equilíbrio, muita objetividade e, sobretudo, a vontade tenaz dos que desejam verdadeiramente vê-la um dia no campo da realidade brasileira, como um dos pilares do seu maior progresso.

Até lá porém, muito haverá o que fazer. Grande será a estrada a palmilhar, cheia de escolhos e atalhos, se acaso não fôr ela balizada pelos quatro fatores anteriormente apontados neste despretencioso artigo de divulgação apenas. Tais fatores poderão servir de faróis, se é que, na verdade, desejamos conseguir: "a energia atômica no Brasil" que possa apoiar o nosso desenvolvimento industrial, mormente nas regiões menos favorecidas de recursos energéticos.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — A Energia Atômica no futuro — David Dietz
- 2 — O Atomo — Dr. Fritz Kahn
- 3 — Vie et transmutations des Atomes — Jean Thibaud
- 4 — El ABC de los Atomos — Bertrand Russel
- 5 — Noções Fundamentais de Física Atômica e Nuclear — Carlos de Azevedo Coutinho Braga

- 6 — L'Atome — Univers Fantastique — A. Ducrocq
- 7 — Histoire de L'Atome — J.G. Feinberg
- 8 — Atomes, radioatividades, transmittions — Maurice de Broglie
- 9 — Civilization de l'Atome — David Dietz
- 10 — L'Atome maitre du monde — Charles Noel Martin
- 11 — L'Atome unira-t-il le monde ? Angelos Angelopoulos
- 12 — Mr. Tompkins explore L'Atome — G. Gamow
- 13 — Mr. Tompkins dans un pays des merveilles — Idem
- 14 — La Physique du Noyau Atomique — Werner Heisenberg
- 15 — Fisica Atômica — Max Born
- 16 — Les grandes decouvertes de la physique moderne — Pierre Guaydier
- 17 — L'Arme Atomique — P. Genaud
- 18 — Lource book on Atomic Energy — Samuel Glasstone
- 19 — O que é a energia Atômica — Eidinoff e Ruchlis
- 20 — A energia Atômica na paz e na Guerra — Otto Alcides Ohlweiler
- 21 — La Energia Atômica — Júlio V. Rueda
- 22 — Como utilizaria você a Energia Atômica ? Paiva Gonçalves
- 23 — L'Energie Nucleaire — Liberation et Exploitation — Maurice E. Nahamias — Edition
- 24 — La Peregrina História del Quantum — Banesh Hoffmann
- 25 — L'Energie Nucleaire par Organization Europe'enne de Coope-
ration Economique
- 26 — Ere atomique an 12 — Gordon Dean
- 27 — La Bombe H — William Laurence
- 28 — Urânio e Tório no Brasil — Argentiére
- 29 — Depoimentos prestados à Comissão Parlamentar de Energia Atô-
mica (Câmara dos Deputados), publicados no "Diário do Con-
gresso".

O CONCURSO DE ADMISSÃO À Es CEME EM 1956

"UMA SOLUÇÃO" PARA AS QUESTÕES DE HISTÓRIA

(Oficiais das Armas)

1ª QUESTÃO

Fazer uma apreciação dos principais fatores que contribuíram para a instabilidade política no Prata a partir de 1776 (criação do Vice-Reinado do Rio da Prata) caracterizando os Estados formados naquela região, inclusive os de duração efêmera.

Observações :

- 1) a questão em apreço tem mais caráter analítico do que descritivo, devendo portanto o candidato reportar-se a fatos que caracterizem a tese, sendo desnecessárias as descrições de campanhas, batalhas, etc., que, porventura, venham ter relações com o pedido ;
- 2) como exemplo de instabilidade política na América do Sul podemos citar a Grã-Colômbia que teve duração efêmera e se desmembrou em vários Estados ;
- 3) para desenvolvimento da questão deverá ser obedecido o seguinte nomenclato :

I — Caracterização do Prata como um conjunto geo-econômico.

II — Fatores que contribuíram para a instabilidade política :

- A) Geográficos ;
- B) Econômicos ;
- C) Sociais ;
- D) Políticos ;
- E) Outros Fatores.

III — Principais Estados formados no Prata a partir de 1776.

IV — Conclusões.

2ª QUESTÃO

Analisar as causas que condicionaram a *expansão litorânea* dos lusos, em território sul-americano, nos séculos XVI e XVII, focalizando :

- o retardo do início da colonização, e razões que mais tarde irão despertar a atenção e interesse de Portugal ;
- os motivos que contribuíram para um rápido desenvolvimento de certas regiões que se constituíram em focos de irradiação de colonização ;
- os principais rumos que tomaram as correntes desbravadoras, e as causas que influíram em sua impulsão e orientação.

3ª QUESTÃO

Estudar as causas que contribuíram para atrair o elemento militar ao movimento que culminou com a implantação da república no Brasil.

Tempo disponível — 4 (quatro) horas.

Início — 0800 horas.

Término — 1200 horas.

UMA SOLUÇÃO PARA A PROVA DE HISTÓRIA

Iª QUESTÃO

Pontos que deveriam ser abordados para solução da questão:

I — Caracterização do Prata como conjunto geo-econômico,

- 1 — Situação — localização;
 - 2 — Unidade orográfica;
 - 3 — Fertilidade do solo e sua pobreza mineral;
 - 4 — Economia agropecuária;
 - 5 — Vegetação:
 - a) campos e cerrados;
 - b) madeiros — quebracho, pinho, etc.
 - 6 — Clima subtropical e temperado;
 - 7 — Hidrografia:
 - a) grande rede navegável;
 - b) controlada em grande parte por um único Estado.
 - 8 — Subordinação da economia paraguaia e parte da boliviana à Argentina;
 - 9 — Grandes centros econômicos, demográficos e industriais nas margens dos principais rios e com características semelhantes;
 - 10 — Vida econômica dependente da bacia hidrográfica.
- II — Fatores que contribuíram para a instabilidade política:
- A) Geográficos:
- 1 — Grandes distâncias e dificuldade de comunicações;
 - 2 — Situação de certas regiões do interior dependentes da bacia do Prata e, em particular, de Buenos Aires, para suas relações externas;
 - 3 — Situação da Bolívia solicitada para três direções diferentes;
 - 4 — Situação do Uruguai, um prolongamento geográfico do território brasileiro mas com a economia dependente do Rio da Prata;

- 5 — Falta de unidade geográfica de alguns Estados;
- 6 — Situação geográfica de Buenos Aires dominando províncias do interior mas não podendo fazer o mesmo à Banda Oriental;
- 7 — Situação geográfica de certas províncias como Corrientes e Entre Rios economicamente pobres, solicitadas por direções diferentes e desejando a emancipação;
- 8 — Atração do Brasil pelo Rio da Prata;
- 9 — Ausência de acidentes geográficos de vulto que evitassem o choque das duas correntes colonizadoras.

B) Econômicos:

- 1 — Papel de Buenos Aires como alfândega — Monopólio comercial;
- 2 — Identidade de produções;
- 3 — Fortes taxas que os espanhóis aplicavam sobre a colônia;
- 4 — Contrabando de Colônia do Sacramento;
- 5 — Interêsse da Inglaterra na abertura dos portos à livre navegação;
- 6 — Interêsse do Brasil pela livre navegação no Prata;
- 7 — Proteção pelo Brasil dos bens dos súditos brasileiros residentes na Banda Oriental e na fronteira do Uruguai;
- 8 — Aspiração de um porto de mar pelo Paraguai;
- 9 — Missões jesuíticas:
 - a) ataques pelos luso-brasileiros;
 - b) isolacionismo, economia etc.
- 10 — Diferença de desenvolvimento econômico de certas províncias do Vice-Reinado do Rio da Prata em consequência da pressão econômica de Buenos Aires;
- 11 — Interêsse econômico da França e outros países no Prata;

12 — Exemplo das vantagens advindas com a abertura dos portos durante a dominação inglesa.

C) Sociais :

1 — Situação dos colonos :

- a) rivalidades entre os próprios espanhóis (Castela e Leão, etc.);
- b) rivalidades entre "criollos" e reinóis;
- c) escravização dos índios.

2 — Diferenças de níveis sociais;

3 — Desenvolvimento intelectual dos "criollos";

4 — Reduzida miscigenação em determinadas regiões;

5 — Aparecimento de idéias liberais :

- a) exemplo de independência dos EE.UU.;
- b) declaração dos direitos do homem;
- c) Revolução Francesa;
- d) influência da maçonaria, etc.

6 — Aparecimento de líderes como Bolívar, San Martín, Artigas, etc., que congregaram os nativos sob um ideal comum;

7 — Degradação e amolecimento dos reinóis causados pela riqueza;

8 — Regionalismo e caudilhismo;

9 — Precedente do liberalismo obtido durante a dominação inglesa;

10 — Segregação das reduções jesuíticas;

11 — Isolacionismo do Paraguai.

D) Políticos :

1 — Falhas do sistema colonial espanhol :

- a) diminuição da autoridade do Vice-Rei em face das audiências;
- b) cabildos — germens de desagregação.

2 — Invasão da Espanha por Napoleão e dissolução da junta de Sevilha;

3 — Repercussão na América do Sul das guerras travadas na Europa;

4 — Partidos políticos com interesses antagônicos;

5 — Intenção da metrópole portuguesa em levar os limites do Brasil até o Prata — Colônia do Sacramento;

6 — Ataques às missões jesuíticas;

7 — Fronteiras mal demarcadas — entre as diversas colônias, audiências, governos, etc.

8 — Falta de maturidade política;

9 — Influência do caudilhismo;

10 — Falta do poder militar em Buenos Aires, durante a época revolucionária, para submeter as diversas províncias;

11 — Dificuldade da metrópole brasileira em sufocar os movimentos revolucionários no Prata;

12 — Interesse do Buenos Aires em reconstituir geograficamente o Vice-Reinado do Rio da Prata;

13 — Interesse do Brasil em impedir a reconstituição do Vice-Reinado do Rio da Prata;

14 — As ditaduras :

- a) Artigas;
- b) Rosas;
- c) Lopes, etc.

15 — Desejo do Paraguai de obter um porto de mar;

16 — Interesse da Inglaterra em se fixar no Prata;

17 — Interesse político de Carlota Joaquina;

18 — Vitórias obtidas pelos platinos sobre os ingleses sem auxílio da metrópole.

III — Principais Estados formados no Prata a partir de 1776 :

1 — Vice-Reinado do Rio da Prata — Presidência de Charcas;

2 — Vice-Reinado do Brasil sem a Colônia do Sacramento e Sete Povos das Missões;

3 — República do Paraguai;

- 4 — República da Bolívia;
- 5 — Províncias Unidas com e sem a Banda Oriental, Confederação e República Argentina;
- 6 — Liga Federal — de Artigas;
- 7 — Reino Unido do Brasil com a Província Cisplatina;
- 8 — Repúblicas de Corrientes e Entre Rios;
- 9 — Confederação Perúvio — Boliviana;
- 10 — Império do Brasil com e sem a Província Cisplatina;
- 11 — República Oriental do Uruguai;
- 12 — República de Piratini;
- 13 — República Juliana;
- 14 — Protetorado de Corrientes;
- 15 — República dos Estados Unidos do Brasil.

IV — Conclusões:

- 1 — Até a época atual, a instabilidade política continua a se manifestar no Prata;
- 2 — Alguns círculos da Argentina continuam se manifestando no sentido de constituírem economicamente, politicamente e até territorialmente um grande Estado herdeiro do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata;
- 3 — Continua a haver instabilidade política em alguns Estados Prata.

2ª QUESTÃO

1 — O retardo do início da Colonização parece ter sido determinado pelas seguintes causas:

a) Econômicas:

(1) A "pobreza" da terra de Santa Cruz, revelada pelas primeiras expedições de reconhecimento que aqui constatarem a ausência de metais nobres, de especiarias, a abundância de mata virgem, de selvagens antropófagos, de macacos e de pássaros de colorida plumagem. Um único artigo de relativo interesse comercial, o "pau-brasil".

(2) A obsessão de comerciar com as Índias. As expedições náuticas, sendo empreitadas altamente onerosas exigiam grandes capitais e por consequência, grandes compensações. Além disso, enormes eram os riscos que corriam já pela fragilidade das embarcações da época ante a fúria dos elementos, já face a investida dos piratas que infestavam os mares. Assim um navio realizava um máximo de 10 viagens ao alto-mar e como não existiam as organizações de "seguros" era imprescindível que as cargas fossem ou de mercadorias de alto valor intrínseco como metais nobres e pedras preciosas, ou de artigos de grande densidade econômica, como as especiarias, as essências, que apresentavam pouco peso, pequeno volume, o que permitia em uma só viagem, o transporte de enormes carregamentos. Da frota de treze naus de Cabral, apenas cinco aportaram de volta ao reino, e mesmo assim sua carga pagou todas as despesas realizadas e ainda proporcionou um lucro de 200 % sobre o capital empregado.

b) Sociais:

(1) A fraca densidade da população de Portugal no século XVI. Segundo os cálculos feitos sobre as "listas de besteiros do conto" existentes desde 1417, a população do reino, no século XVI, era de cerca de 1.000.000 de habitantes. Dêsse total, talvez 300.000 varões para atender à lavoura, às indústrias, à pesca, à milícia, às grandes empresas marítimas e ainda à manutenção e colonização dos novos domínios. Somente as Índias, informa Paulo Prado, absorveram 80.000 portugueses nos primeiros 30 anos do século XVI. Seria, pois, impossível a Portugal, arcar simultaneamente com a exploração das Índias e a colonização das terras brasileiras.

(2) O estado primitivo de civilização em que se encontravam os habitantes da terra de Santa Cruz, em contraste com o grau de adiantamento dos naturais das terras abordadas pelos espanhóis.

— *Razões que mais tarde irão despertar a atenção e o interesse Portugal:*

Políticas:

(1) *A atividade de estranhos no litoral brasileiro, particularmente contrabandistas franceses obri-*
to a coroa portuguesa a adotar
idas de repressão à pirataria
nossas costas.

(2) *A necessidade de ocupação*
s portugueses de seus novos do-
os, como sábiamente aconselha-
Dr. Diogo de Gouveia, Diretor
Colégio de Santa Bárbara, em
as, sem o que arriscariam a per-
a definitivamente.

Econômicas:

(1) *O conhecimento do lucro co-*
cial que os franceses auferiam
o comércio do "pau-brasil",
o ficou evidenciado com o apre-
ento da nau "La Pélérine" cujo
egamento de 5.000 toras, foi
do em 62.300 ducados.

(2) *As notícias de grandes des-*
ertas de ouro e prata pelos es-
óis em território sul-america-
a divulgação da lenda do "El-
ado" despertando a cobiça dos
uguêses.

(3) *O declínio do comércio com*
ndias já pela saturação dos mer-
os europeus, já pelo desequilí-
econômico-financeiro de Portu-
e a perda da hegemonia mari-
a nas rotas de alto-mar.

— *Motivos que contribuíram*
a um rápido desenvolvimento de
as regiões que se constituíram
focos de irradiação de coloni-
ção:

(1) *Econômicos* — O desenvolvi-
to da cultura da cana de açú-

Foram os Cruzados e Árabes que
naram conhecido na Europa o
car primitivamente fabricado e
do na Ásia". Era, entretanto,
consumo, muito restrito, sendo
dido "como gênero medicinal
farmácias", pelo que a super-
dução portuguesa, principalmen-
da ilha da Madeira determinou
rmante baixa de preços. Em
8, El-Rei D. Manoel limitou a
portação anual da ilha da Madei-

ra ao máximo de 120.000 arróbas.
Em 1526, segundo Varnhagem, já
figuravam na alfândega de Lisboa
direitos sobre o açúcar, cobrados
da feitoria de Pero Capico em Per-
nambuco. Em 1533, um novo surto
irá ter lugar com a fundação do
engenho do Governador, em São Vi-
cente, que será considerado o mar-
co inicial da cultura do açúcar em
nossa terra. Dois fatos de ordem
externa irão influir decisivamente
no incremento da indústria açuca-
reira. Após a vulgarização do cho-
colate pela Europa, a partir de
1650, foi o café encontrando cada
vez mais aceitação e como exigia
quase o mesmo peso de açúcar que
o do pó da bebida, contribuiu enor-
memente para disseminação do con-
sumo do açúcar. Nessa mesma épo-
ca, afluiam ao continente europeu
os metais nobres das colônias espa-
nholas, provocando grande alta do
custo da vida e enormes lucros para
os produtos de condições modestas
como o açúcar brasileiro. São Vi-
cente, Salvador e a região costeira
de Pernambuco se firmaram como
grandes produtores de açúcar, pros-
perando e se transformando em cen-
tros irradiadores de colonização.

Pernambuco dentro em pouco
assumiu a liderança absoluta por
apresentar grandes "manchas de
massapé", terras altamente favorá-
veis à cultura açucareira e ainda
por sua posição relativa, mais pró-
xima dos mercados europeus.

b) Políticas:

(1) *A localização do poder po-*
lítico da coroa portuguesa em ter-
ras do Brasil contribuiu para um
maior incremento da colonização
em geral, porém, em particular in-
fluiu no desenvolvimento de certas
regiões que serviram como sede de
governo. De início São Vicente be-
neficiou-se da soma de recursos
trazidos por Martin Afonso e, mais
tarde, das conseguidas por sua es-
pósa, Dona Ana Pimentel. Poste-
riormente, Salvador cresce com
grande impulso entre outras razões,
por ser a sede do Governo Geral no
Brasil.

(2) *A dominação holandesa no*
Brasil, particularmente quando sob
a direção de Maurício de Nassau,

contribuiu para o desenvolvimento das regiões ocupadas:

c) Geográficas:

(1) *Posição Geográfica.* Como assinalamos acima, Pernambuco e principalmente Recife, foram beneficiados por sua posição relativa "no esquema do nordeste" avançando uma ponta de terra pelo Atlântico, em direção às rotas de alto-mar. Salvador foi favorecida por sua posição equidistante de entrepostos importantes ao sul e ao norte, em nosso litoral.

(2) *Condição de portos, baías e ancoradouros.* Salvador mais tipicamente, e ainda São Vicente, Recife, etc., tiveram como "handicap" para seu "rush" de desenvolvimento o fato de apresentarem bons ancoradouros aos navios que aportavam de longas e penosas travessias.

(3) *Constituição do solo.* Na região de Salvador e, mais propriamente, próximo à foz do Beberibe, em Pernambuco, terras férteis e grandemente acolhedoras da cana de açúcar contribuíram decisivamente para o progresso dessas zonas.

4 — *Principais rumos que tomaram as correntes desbravadoras...*

Após a fundação de São Vicente em 1532, que foi a primeira vila do Brasil-Colônia, já em 1549, os vicentinos lançavam as bases de Santos. Desses dois focos, particularmente do segundo, escoa-se o povoamento, para o sul até Laguna, e para o norte até Angra dos Reis. Em 1544, houve a concessão de terras entre o Ararapira e o Supér-aguy (Paranaguá) a um colono de Santos, Diogo de Unhate. Em 1649, Gabriel de Lara, Capitão-Mor de Paranaguá, chega ao norte de Santa Catarina fundando uma vila na ilha de São Francisco e em 1675 Francisco Dias Velho obtém uma capitania de 100 léguas de costa compreendendo a ilha de Santa Catarina, fundando Nossa Senhora do Destêrro no local que é hoje a praça Quinze de Novembro de Florianópolis. Finalmente, em 1676, Domingos de Brito Peixoto atinge pela costa a região de Laguna, fundando um povoado que ainda em 1680 era

a última povoação do Brasil-Colônia no rumo sul.

Salvador constituída desde 1540 em sede do Governo Geral, foi outro foco de expansão e colonização. Tomé de Sousa pacifica o gentio revoltado de Espírito Santo, Ilhéus e inicia a ocupação de Sergipe.

Em 1560, arremetem os portugueses contra os franceses que haviam lançado as bases da França Antártica, na Baía de Guanabara, derrotando-os e destruindo o Forte de Coligny. Mas os remanescentes que se haviam refugiado entre os índios retornam, e ficou patente aos lusos que só com a ocupação efetiva daquela baía acolhedora e estratégica, é que os franceses abandonariam a empreitada. Assim, em 22 de março de 1563, foi fundada por Estácio de Sá, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e em 1567, já livre a Guanabara dos franceses foi a cidade transferida do Morro Cara de Cão para o do Castelo.

Desde Luiz de Brito e Almeida que se lutou pela Paraíba, contra índios e franceses, sendo somente conquistada, em 1586, com o auxílio dos chefes tupiniquins Braço de Peixe e Assento de Pássaro.

A seguir, tendo os franceses passado para o Rio Grande do Norte, para lá foi enviada a expedição de Manuel Mascarenhas que edificou o forte dos Reis Magos, onde hoje se espalha a cidade de Natal. A conquista do Ceará iniciada, em 1603, por Pero Coelho de Souza, só é consolidada por Martins Soares Moreno que lançou os fundamentos de um forte e ermida de Nossa Senhora do Amparo onde hoje se estende a cidade de Fortaleza. Em 1614, Jerônimo de Albuquerque, com o auxílio de Alexandre de Moura, suapossou do forte de São Luiz e expulsou definitivamente os franceses do Maranhão. Finalmente, em 1618, Castelo Branco fundou na baía de Guarujá no Rio Pará, Nossa Senhora de Belém.

5 — *Causas que influíram em sua impulsão e orientação:*

a) Político-militares:

A principal causa que impulsionou os lusos em sua expansão pelo litoral, foi a luta contra os índios

res estrangeiros particularmente contra os franceses, como ficou demonstrado na descrição dos rumos dessa progressão.

b) Políticas:

Outra causa política que influenciou fortemente na expansão pelo interior, e ainda, na expansão litorânea, foi o fato de, pela extinção da dinastia de Aviz na batalha de Alcerquibir, Portugal, e consequentemente o Brasil, ter ficado sob o jugo da Espanha. De um lado, atraído os inimigos da Espanha, as lutas litorâneas impuseram um transtorno incessante pelas nossas costas interior imediato que resultou em desbravamento e conhecimento do litoral, e, de outro lado, perdia momentaneamente a significação política, o meridiano de Tordesilhas como o provou a constituição da Capitania do Cabo Norte abrangendo terras fora da jurisdição de Portugal.

c) Geográficas:

Como causas geográficas que dificultaram ou impediram a penetração de nosso "hinterland" pelos portugueses orientando a expansão pelo litoral, podemos assinalar:

(1) A barreira da Serra do Mar, desenvolvendo-se do Cabo de São Tomé a Araranguá, com sua frente alinhada dando a impressão de um paredão alcantilado, dificultando a interpenetração das correntes desbravadoras e canalizando-as pelo litoral. O único ponto onde os portugueses, de início, lograram galgá-la e atingir o planalto, foi porque encontraram a solução de continuidade que é o vale do Pissaguera que constituía o caminho dos índios goianases.

(2) A cobertura vegetal que da Baía de Todos os Santos até Santo Amaro se estendia em mata fechada de características tropicais, apresentando grande resistência a ser devastada.

(3) A ausência nos trechos de costa abordados, de início, pelos portugueses, de cursos d'água transversais navegáveis. Rios não perenes, tormentosos em certos períodos, anêmicos no resto do ano, rios encachoeirados, não o constituíam

convite para os portugueses se aventurarem pelo interior, onde um clima hostil tornava as jornadas a pé, esgotantes e desanimadoras. O próprio São Francisco com as quedas que apresenta não longe da foz, só se transformou em caminho de desbravamento por oferecer aguada aos rebanhos empurrados para o interior pelo desenvolvimento da cultura da cana de açúcar no litoral.

(4) A existência do Oceano Atlântico como o melhor meio de comunicação e transporte entre as várias regiões ocupadas em terras brasileiras, e o único possível, entre a colônia e a metrópole, exercia uma influência de atração magnética que jamais desapareceu totalmente.

Essa necessidade de permanecer junto ao Atlântico pode ser estudada mais em detalhe considerando-se:

(a) Motivos políticos — Necessidade de máximo de ligações com a metrópole de onde vinham: ordens, recursos, justiça, recompensas, etc...

(b) Motivos econômicos — Para facilidade das trocas comerciais com navios que não tinham época fixa para aportar ao nosso litoral. Mais tarde, durante o ciclo do açúcar, dada a competição entre os senhores de engenho, o que estivesse mais próximo dos pontos do embarque, assegurava menor transporte terrestre e maior lucro.

(c) Motivos militares (segurança) — Não só para enfrentar as investidas marítimas nos pontos mais vulneráveis, como ainda para ter sua retaguarda garantida em caso de ataque terrestre o que lhes permitiria receber auxílio ou ter uma via segura para sua retirada. Em várias regiões, a agressividade dos silvícolas impediu a investida dos lusos para o interior. Inicialmente os "Perós" foram bem recebidos, porém dentro em pouco despertaram grandes antagonismos. O português tinha aversão ao trabalho braçal e tendência à capatazia, pelo que, agindo como conquistador, impôs de pronto a escravidão aos selvagens. O seu trato rude e violento despertou grandes ressentimentos

entre chefes de tribos que os haviam acolhidos como amigos. A animosidade criada foi tão grande que tribos rivais se congregaram no que se convencionou chamar a Confederação dos Tamoios que foi uma primeira demonstração de solidariedade americana face ao invasor estrangeiro. O apoio que os lusos conseguiram de algumas tribos para suas ações, é devido à ação abnegada dos jesuítas que grande interesse tinham em expulsar os hereges franceses e holandeses que se haviam transplantados para o Brasil. Não é de se desprezar a ação conciliadora das índias, algumas de alta jerarquia como o Paraguassu, nem a influência que uma nova geração de mamelucos passou a exercer, revelando-se ousada, ambiciosa, constituindo um ótimo instrumento de desbravamento, sob as vistas dos portugueses.

(d) Como motivos subsidiários poderíamos assinalar a facilidade da pesca no litoral contribuindo para sua subsistência, e o atavismo que atraía irresistivelmente o português para o mar.

(e) Como causas físico-geográficas que influíram no abandono de certas regiões e nas características particulares do desenvolvimento de outras terras:

— a dificuldade de navegação entre o Maranhão e o Ceará, que só era possível em precárias condições no inverno. É citada a viagem de Soares Moreno que da costa maranhense tentando rumo sul, foi arribar em território venezuelano. Conta Capistrano o fato de dois jesuítas que navegaram 50 dias para o sul e retornaram em 12 horas ao ponto de partida. Como consequência, as ligações diretas do Maranhão com a Metrópole e o espírito de autonomia e independência que lá toma corpo.

— as características do litoral de Araranguá até o Prata, que se apresenta baixo, arenoso, desabrigado, batido pelos ventos não oferecendo facilidades à abordagem nem mesmo na barra do Rio Grande, apresentando navegação difícil, com mares tempestuosos de vagas de mais

de quatro metros de altura, são responsáveis pelo abandono desse trecho de costa nos séculos XVI e XVII.

2ª QUESTÃO

Pontos a serem abordados para solução da questão:

1 — Idéias republicanas:

- a) existiam desde o tempo colonial;
- b) tentativas de independência e movimentos separatistas feitos sob forma republicana;
- c) exemplos.

2 — Movimento republicano:

- a) manifesto republicano;
- b) clube republicano;
- c) jornal (A REPÚBLICA).

3 — Desprestígio de autoridade:

- a) erros dos últimos anos do Império;
- b) enfraquecimento do Poder;
- c) questão religiosa.

4 — Abolição:

- a) situação econômica do país;
- b) reunião do Clube Militar;
- c) captura de escravos.

5 — Influências externas:

- a) EE. UU.;
- b) República Francesa;
- c) América Republicana.

6 — Guerra do Paraguai: contato com oficiais de países republicanos.

7 — Propaganda:

- a) imprensa;
- b) associações;
- c) figuras eminentes, etc.

8 — Benjamin Constant:

- a) Escola Militar;
- b) Positivismo.

9 — Situação do Exército Brasileiro após a Guerra do Paraguai :

- a) desprestígio do Exército :
 - desinteresse do Governo pelos problemas do Exército ;
 - oficiais passam a comandar tropas de efetivos inferiores às que estavam habituados ;
- b) situação económica dos oficiais :
 - dificuldades financeiras ;
 - estagnação nos quadros ;
 - redução de efetivos.
- c) situação técnica do Exército :
 - necessidade de reorganização do Exército para atualizar-se aos novos ensinamentos (Guerra 1870) ;
 - ensino excessivamente teórico.

10 — Questão militar :

- a) montepio militar — PARANAGUÁ ;
- b) SENNA MADUREIRA — proibição dos oficiais manifestarem-se pela imprensa ;
- c) CUNHA MATOS — prisão.

11 — DEODORO :

- a) liderança ;
- b) reunião no teatro ;
- c) carta de protesto, etc.

12 — Embarque de tropas.

13 — Militares na política :

- a) intromissão de militares na política ;
- b) exploração dos militares pelos políticos.

14 — Indisciplina no Exército :

- a) desaparecimento de chefes de prestígio (CAXIAS e OSÓRIO) ;
- b) situação do Exército : falta de autoridade, etc.

15 — Príncipe Consorte :

- a) antipatias ;
- b) questões com CAXIAS ;
- c) estrangeiro, etc.

16 — Último Gabinete :

- a) OURO PRETO ;
- b) prisão do Ten CAROLINO, prisão de MALLETT ;
- c) discurso de BENJAMIN CONSTANT, etc.

17 — Boatos alarmantes :

- a) Major SOLON — prisões de chefes militares ;
- b) extinção do Exército — substituição pela Guarda Nacional ;
- c) deslocamento de tropas.

Tropelias e lutas dos Guaicurus contra os Paraguaioes nos primórdios da Independência destes

General SILVEIRA DE MELLO

Verifica-se, neste artigo, à luz de documentos inéditos :

- 1º) que os guaicurus, já então munidos de armas de fogo, recobram seu valôr combativo ;
- 2º) que depredam a fronteira ao sul do Apa e enfrentam as tropas paraguaioes ;
- 3º) que, em revide a ultrajes recebidos, investem contra o forte Borbon, hoje Olimpo, e d'êste se apoderam ;
- 4º) que Cecílio Báez incorreu num grave erro, a este último respeito, em sua "História Colonial del Paraguay".

Os guaicurus, depois da amizade que concertaram com os portuguezes e com o Brasil no biênio 1790-91, ficaram-lhes fiéis, e estes lhes foram sempre devotados, sem embargo dos aborrecimentos e dispêndios que lhes causavam aquêles. Tais dispêndios e aborrecimentos, todavia, foram bem compensados pela fidelidade com que, no geral, se portaram aquêles indios e pela grande influência que exerceram no domínio e na occupação do território sul mato-grossense, disputado pertinazmente por castelhanos e paraguaioes.

Concorreu muito, para a fiel e constante amizade dos guaicurus, a portuguezes e brasileiros, o fato de haverem-se elles indisposto com os paiaçuas e separado d'elles definitivamente. Resultou daí que, passando-se os paiaçuas para os castelhanos, os guaicurus vieram a definir-se por sua vez, pelos portuguezes. Aconteceu, destarte, que as zonas de atividade das duas tribos rivais ficaram separadas pelos limites das duas metrópoles, ao sul de Mato Grosso.

Os guaicurus cometeram inúmeras pilhagens nas fazendas paraguaioes em 1796 e 97. Para puni-los e escorraça-los para bem longe do Apa, saíu-lhes ao encalço o Coronel José Espinola. Este official entrou com numerosa tropa pelo território mato-grossense, destroçou por duas vêzes aquêles terríveis silvícolas; varrejou-lhes os acampamentos, arrebatou-lhes bovinos e cavalos arrebanhados, e perseguiu-os tenazmente até às proximidades de Camapuã. Sômente na primeira perseguição, em 1796, 11 caciques, inclusive o célebre Capitão Queima, e uns 300 guaicurus foram presos e executados pelos castelhanos.

A odiosidade dos guaicurus tornou-se, pois, tradicional contra os castelhanos. É verdade que aquêles se chegavam a estes, mas isoladamente, a título de escambo, em Borbon, no Apa, em Vila Real. Outrossim, alguns governos castelhanos chegaram a fazer esforços para atrair esses indômitos cavaleiros. Seus esforços, porém, não tiveram continuidade nem efficácia suficientes, porque careciam de recursos abundantes para engabelá-los e indispor-los com os portuguezes.

A animosidade dos guaicurús com os castelhanos, e, depois, com os paraguaios, chegou a tal ponto que, embora esgarmentados pelos massacres que lhes infligiu o Coronel Espínola, esses índios não perdiam de vista os fortins paraguaios. Qualquer descuido que observassem nessas guarnições, varavam solentemente o Apa e assaltavam de novo as estâncias ali existentes.

Quando se processou no Paraguai a agitação contra as expedições inglesas no Prata e, a seguir, ao tempo em que o povo paraguaio, repelindo a intervenção argentina de Belgrano, entrou francamente na fase da revolução e proclamou a independência; por esse tempo, a atenção das autoridades revolucionárias voltava-se para o Sul, a observar as atitudes argentinas, e também para o interior, contra os estrangeiros e os próprios filhos do país, opositos ou suspeitos à situação dominante.

Os guaicurús espreitavam a reviravolta interna no Paraguai, verificavam o desfalcamento das guarnições do norte para reforço das regiões mais povoadas do centro e do sul e percebiam a intimidação causada aos estancieros pelas notícias da revolução. Espertos e vivazes como eram, passaram a tirar vantagens desse estado de coisas. Formando várias tropas, invadiam com frequência os campos *ganaderos* do sul do Apa, incendiavam fazendas e pilhavam o que achavam a jeito: gado vacum, cavallada, utilidades de toda sorte, e até crianças, para adotarem como suas.

Tal foi o êxito de suas incursões predatórias que, por vezes, até os pacíficos guanás fizeram das suas. Mas não foi só a essas incursões que se atreveram os índios. Chegaram a enfrentar as tropas regulares paraguais e, tal foi a sua audácia e o descuido da guarnição de Borbon, que aqueles índios chegaram ao ponto de investir contra esse Forte, desalojar os paraguaios e ocupá-lo.

É muito interessante de se apreciar por miúdo algumas dessas ocorrências pelos comunicados do Forte de Coimbra e do Presídio de Miranda. É do que vou tratar neste capítulo. Diga-se de passagem, como veremos a seguir, que o comandante português da fronteira sul não aplaudia, nem dava auxílio de qualquer espécie a tais depredações; ao revés, desaconselhava e proibia aos guaicurús de fazerem correrias pelas terras paraguais, não só porque causavam danos e mortes, mas, com alto motivo de boa vizinhança, por não parecer que aqueles silvícolas, amigos de portugueses e brasileiros, e habitando território destes, eram por eles instigados.

Ocupação do Forte Borbon pelos guaicurús. A guarnição de Borbon em 1812 reteve certa vez duas índias dos cadiués. Reclamadas por índios desta tribo, os paraguaios recusaram entregá-las e surraram os índios. A tribo reuniu-se e procedeu como narra o ofício de 15-VI-812 do comandante de Miranda, Tenente José Craveiro de Sá:

"Os índios Cadiueos, confederados, deq.^m hé Cacique o Bruno derão em Borbon, fora da Fortaleza, matarão alguns castelhanos, e o Comm.^m com os restos dagente fizeram huma Jangada de páos de Carandá, e fugirão, deixando o Forte ao dezamparo, ehum Capataz Hespanhol com os referidos Indios entrarão dentro do Forte, exeutilizarão das Armas, polvora, eballas ehum pesa de Ferro que ahy existia, adesmontarão, eincravarão, ebotarão fogo nas Cazas lá eprogutando eu acauza porque assim tinham obrado, diserão-me q.^m o Comm.^m. por causa de duas Indias guanás Capti-veiras dos Indios Cadiuêos q.^m elles não querião entregar, o Comm.^m. os tinha mandado pasar achicote, eque aquillo fora ô logê, consta-me mais que os Cadiuêos com as Armas, epolvora q.^m apanharão em Borbon forão ao Forte de S. Carlos, ematarão alguns Castelhanos que acharão na Campanha."

Craveiro de Sá continua dizendo que, se tudo isso fôsse verdade, os castelhanos estariam pensando no revide, para que os índios não reincidissem em tais atrocidades. Por outro lado, os castelhanos estavam desconfiados que naquelas ocorrências andaria o dedo português, pois haviam visto armas portuguesas nas mãos dos índios. A estes, por sua vez, agradava que os castelhanos assim pensassem, pois de tal arte sentiam-se com as costas quentes. E, até, como veremos depois, os índios simularam a cooperação dos soldados portugueses, visto que, no ataque a Borbon, alguns deles se apresentaram vestidos à portuguesa.

O Coronel Rodrigues, logo que teve conhecimento dessa ocorrência, despachou, rio abaixo, um destacamento de Coimbra, para o fim especial de recuperar Borbon das mãos dos índios e restitui-lo às autoridades paraguaias, logo que o capitão-general, informado do caso, o autorizasse.

A 26-VI-812 os índios entregaram sem relutância o forte ao destacamento português, e o comandante deste, Tenente Silva Torres, mandou aviso do fato ocorrido ao Coronel Gamarra, em Vila Real. Este enviou um contingente a recuperar o forte, mas o oficial português declarou-lhe que não o podia entregar de pronto, porque o caso fôra comunicado ao Capitão-General e esperava-se a palavra dele, para fazê-lo.

O capitão paraguaio que viera em missão de receber o forte, a princípio não se quis conformar com a alegação do oficial português, mas este lhe fez ver que o assunto passara à alçada do governador e, em tais condições, só essa autoridade poderia decidir. Quando o fizesse, porém, não se entenderia com oficiais que agiam por conta própria, e, sim, com o governador paraguaio ou comissário seu.

Com esta resposta tranquilizou-se o capitão paraguaio e foi acampar em Uriarte, uma légua abaixo do forte, na margem oposta.

No dia seguinte, chegou também a Uriarte uma sumaca, conduzindo mais 120 soldados, duas peças de campanha de calibre três, e materiais para reparação do forte.

O tenente português, que ocupara o forte, comunicou que a tropa castelhana, estacionada no acampamento fronteiro, montava a 180 homens, mas não aparentava atitude hostil. Todavia, acrescenta o oficial português, em seu officio de 29-VI-812:

"Eu tenho tomado tôdas as precauções e euidado em não faltar as menores etiquetas Militares por elles me terem tratado tão bem com todo o melindre... no caso de que elles se esqueçam do direito das gentes e da ruína que os ameaça pela parte do Sul, queirão tentar alguma operação contra este posto, me sera sufficiente huma peça de Arthelharia de Campanha de calibre seis com trinta homens dos mais disciplinados, ecompetentes municoens para frustrar os intentos dessa então inimiga Tropa que se acha enfrentada seste Forte... mando hua exacta relação de todo otre que achei neste Forte pertencente á Coroa de Hespanha com todas as demengõens das peças de Arthelharia."

Declara, afinal, que não deu pressa em mandar subir a condução a Coimbra, porque, de demora

"he oque justam^{te}. necessitamos p.^a. dar tempo aque chegem as providências do Ex.^{ma} Snr. Gen.^{al}."

O Coronel Rodrigues, em officio de 10-VII-812, assim se exprime sôbre as tropélias cometidas pelos índios:

"R.^{co}. em 19 do paçado os Officios de Miranda, pelos quais vera V. Ex.^a oque já sesabia p.^a aquela p.^{ta}, e como os Hespanhoes de S. Carlos estavam desconfiados, e quaze perssoadidos,

de que tinhamos comcorrido com os Indios nestas hostilidades, sendo tão sagazes estes selvagens que para amedrontarem os Hespanhoes, todos os q.^{os} tinham espingardas apparecerão vestidos de algodão fingindo-se Portuguezes, p.^a q.^a os Hesp.^a mais desamparassem o q.^o, elles pretendião roubar."

Declara que esses indios são a causa do desassossêgo na fronteira e das desconfianças dos paraguaioes contra os portuguezes. Ultimamente tem aumentado a audácia dos indios, porque vêm empregando armas de fogo, de que se apossam em suas correrias pelo Paraguai e que adquirem de soldados e colonos portuguezes. Embora estejam estes prohibidos de assim proceder, quase não havia indio, mesmo em Albuquerque, e até os guanás, que não possuissem sua arma de fogo e munições (officio de 26-XII-812).

O Coronel Rodrigues diz que a tropa paraguaia continua acampada, à espera de que lhe restituam o Forte Borbon, abandonado covardemente pelo seu comandante, ante a simples ameaça dos guaicurus empandilhados. Todavia, estava sendo mantida a ordem que dera para que tal restituição só se verificasse quando o autorizasse o capitão-general, visto que o fato lhe fôra comunicado e aguardava-se a sua palavra de ordem.

Afinal o governador, ciente de tudo e da lisura com que se portaram o Coronel Rodrigues e o Tenente Silva Torres, que resgatara Borbon das mãos dos indios, aquêlê chefe manda ordem para restituir o forte aos paraguaioes. Eis como o Coronel Rodrigues transmite aquelas instruções ao comandante do destacamento portuguez estacionado no forte paraguaio :

"Acaba de chegar neste Prezidio em 15 do Corr.^{to} a resposta de S.^a Ex.^a sobre a participação q.^a lhe à via feito pelo Cabo Feliz a respeito do acontceim.^{to} de Borbon: S.^a Ex.^a ainda antes de chegar a 2.^a Parada me aprovou a d'liberação q.^a tomei p.^a reconhecer hum tão estranho successo, confirmando aOrdem com q.^a fis esta exploração, e instrucções com q.^a assumi nesta importante comissão: porem o q.^o eu unicam.^{te} odezasoegeira foi prever estar Borbon guarnecido p.^a nos, e q.^a talves como succedeu acharem se os Hespanhoes reclamando od.^o Posto q.^a foi abandonado p.^a alguma cauza q.^a aesse tempo ainda lhe era estranho, mas q.^a não tinha relação alguma com nosco, ep.^a esse motivo mandou atoda apreça q.^a succedendo os Hespanhoes reclamarem od.^o Posto imediatam.^{te} o entregassem comtodos ospetrexos q.^aahi se encontrarão pertencentes a S.M.C., pois as continuadas recomendações q.^a tinha do Ministerio herão p.^a concervar amelhor intilligencia, earmonia dos nossos vezinhos, m.^{to} principiã.^{to} tendo se rectificado esta amizad.^a proximã.^a entre osdous Governos. Nestas sirconstancias, faço partir apreçadam.^{te} essa canoinha alevar os Officios incluzos p.^a o Comd.^o de V.^a R.^a e para o Comd.^o encarregado do recebim.^{to} e V.M.^{to} depois de osler feixará mandandoos entregar ao sobred.^o Cap.^m aq.^m entregará esse Posto com todos ospetrexos q.^a áhi seachão, pertencentes aos Hespanhoes, exigindo do d.^o sivilm.^{to} hum recibo p.^a ser aprezentado a Sua Ex.^a elogo q.^a obtiver impossado dod.^o Posto se recolhera comtodo o Destacam.^{to} petrexos, emunições q.^a nos competem p.^a este Prezidio: rogando igualm.^{te} ao sobred.^o Cap.^m q.^a faça am.^a de enviar combrevid.^o o Officio q.^a remeti ao Comd.^o de V.^a R.^a afim de q.^a com om.^{to} fique inteirado deste recebimento.

Deixo a sua activid.^a zello e prudencia acomcluzão deste Negocio, pois q.^a S.Ex.^a enos m.^{to} entereçamos q.^a elles fiquem satisfeitos com este ultimo procedim.^{to} fazendo lhes efectivam.^{te} ver athé asua despedida q.^a as nossas intenções serão sempre tendentes a auxillalos no insulto q.^a os barbaros Cometerão, enunea

tenções sinistras como talvez elles pęçarião ; pois semais sedo lhenão sedemos esse Lugar, foi pelas ponderadas razoes, q^a continuam.º lhes fis ver em toda a Serie deste acontecimento.

D.º G.º a V.º m.º an.º Forte de Coimbra 16 de julho de 1812.

O Tenente Coronel Comd.º Geral da Fronte.º

Antonio Joze Rodrigues

Snr. Ten.º Comd.º do Destacam.º

Antonio Maria da S.º Torres.º

Vê-se por aí que o destacamento português occupou o Forte Borbon uns dois meses, o tempo indispensável para que Oeynhausen tomasse conhecimento das ocorrências, e mandasse instruir o Coronel Rodrigues como deveria proceder. Deve-se, pois, concluir que, nesse negócio, houve lealdade e correção dos portugueses para com os paraguaios, e não menos conformidade e respeito destes pelo modo e até pela dilatação por que o fizeram aquêles. O fato foi comunicado à Côte e esta enviou a Oeynhausen o seu beneplácito pelas acertadas providências das autoridades militares de Mato Grosso.

Todavia, a intenção da junta governativa paraguaia, pelo que se verá a seguir, não era para parlamentar e sim para recuperar Borbon, sem tardança, pela força que viera acampar pouco abaixo d'ele. Parece, realmente, que as autoridades do país vizinho, persuadidas como estavam de que os portugueses é que haviam suscitado aquêlê incidente, teriam dado ordem para reoccupação do forte, de qualquer modo.

Em Officio de 18-X-812 o Coronel Rodrigues diz que o Coronel Gamarra, comandante de Vila Real, não intimamente acorde com a politica xenófoba da junta, teve a prudência de contemporizar. Gamarra, vivendo, como vivia, em boas relações com Rodrigues, mandou um emissário para que explicasse isso reservadamente ao seu amigo em Coimbra. Eis como o narra o Coronel Rodrigues :

"... agora passo a participar a V. Exa. q. o objeto primario da vinda deste moço foi com o pretexto do incluso Officio ; porem em m.º particular o mandou Gamarra, p.º vocalm.º me contar, q. a Junta quando nos estivemos em Bourbon, o Officio que ella dirigio ao Gamarra foi p.º q. emediatam.º nos atacassem, porem vendo elle hum tal disparate, foi paleando onegocio com requiziçoens, afim de ganhar o tempo percizo da chegada da resposta de V. Ex.º como eu lhe havia anunciado, mas tornando avir segunda Ordem pela mesma forma, hum dos mesmos Vogaes da Junta prometeo q. viria com 400 homens, invadir-nos athe o Cuyaba, ao que respondeo Gamarra q. não duvidaria dos 400 homens chegarem ao Cuyabá, pois athe chegarião ao Rio de Janeiro, porem presioneiros e não vencedores como blazonava..."

Não obstante o comunicado amistoso do Coronel Gamarra, tal era a irritação da Junta paraguaia, que só se poderia esperar, à vista da insistência dela, o revide contra os portugueses, no caso de Borbon.

Nessas condições, o Coronel Rodrigues acrescenta naquele documento, que, intercorrentemente às conversações que trocava com o commissário da Junta nos dias da occupação de Borbon,

"cuidava de estar vigilante por meio de huma continua ronda, cuidando diariam.º em reparar, esumentar as defensas deste arruinado recinto, prevenindo-me com antecedência p.º qualquer repentino acontecim.º q. podesse sobrevir."

Final, o Coronel Rodríguez recebeu do capitão-general a aprovação das providências que tomara com relação ao Forte de Borbon e a recomendação de restituí-lo pacificamente aos paraguaios. O Tenente Torres teve instruções daquele coronel para proceder à restituição com as formalidades do estilo, e, destarte, se deu por encerrado aquele pitoresco episódio de fronteira.

Cecilio Báez, em sua "História Colonial del Paraguay", afirma isto:

"El Fuerte Borbon ocupado por los brasileños em 1812, fué recuperado á viva fuerza por los paraguayos, segun comunicaci6n hecha á la junta gubernativa de Buenos Aires, la cual acusó recibo de ella por otra nota" (5).

O apreciado historiador fundou, em boa fé, a sua assertiva na ordem formal, expedida realmente de Assunção, ao comandante da força paraguaia, para que recuperasse o forte á viva força, porque, assim pensava a junta governativa, o exigia a honra da nação, como desagravo à injúria e ignomínia da ocupação daquela posição por índios inimigos, acumulados, ao que julgava o povo paraguaio, pelos portugueses.

Houve, de fato, aquela ordem categórica, em consonância com o clamor que se levantou no país vizinho contra semelhante atentado à integridade da jovem nação. Nada obstante, o oficial comissionado para executar essa operação, à vista das notas trocadas com o Tenente Torres, detentor do forte, e em face da firme decisão deste oficial, resolveu, prudentemente, contemporizar, até que a guarnição brasileira houvesse recebido a autorização para restituí-lo pacificamente.

Estou certo que, se o ilustre historiador conhecesse a documentação original que citei, existente no "Arquivo Histórico de Culabá", ter-se-ia convencido de que a nota aparecida em Buenos Aires fôra simples cópia da ordem formal enviada ao oficial encarregado da retomada do forte pelas armas, mas não o comunicado deste oficial, de que assim tivera procedido.

Era natural, no entanto, que a junta paraguaia houvesse deliberado daquele modo, pois a indignação contra tal ocorrência subiu ao ponto que paraguaios, e até europeus do sul do Apa chegaram a cotizar-se com diheiro, provisões de boca, armas, munições de guerra, gado, cavalos e, também, dias de trabalho dos mais pobres, para o fim de equipar-se.

"la expedicion dispuesta á la gloriosa reconquista del Fuerte de Borbon, que los Lucitanos fronterizos ocuparon sin oposicion" (6).

Além das provas que apresentei, vim a encontrar também um documento do comissário do governo paraguaio junto à força encarregada da retomada do forte, pelo qual se verifica que êsse emissário e o comandante da força se comportaram tal qual narram os documentos dos oficiais portugueses de Mato Grosso, Coronel Rodríguez e Tenente Torres, que intervieram nas ocorrências de Borbon.

Refiro-me ao ofício enviado do acampamento da força paraguaia, pelo comissário da junta assuncenha, ao Coronel Gamarra, comandante da força de Concepción. Verifica-se por êsse documento que aquela força, chegada ao local em que acampou (Uriarte), poucos quilômetros à esquerda de Borbon, na margem esquerda do rio, procedeu consoante narram

(5) Cecilio Báez, *ob. cit.* pág. 188.

(6) Ofício enviado de Concepción por José Elizalde, em 12-IX-812, à Junta Governativa em Assunção e respondido por carta de agradecimento de 12-X-812, subscrita por Pedro Juan Caballero, presidente da Junta (Biblioteca Nac. Col. Viseo. Rio Branco, Arq. de Mss., ficha 1-80,26,7).

os comunicados de origem portuguesa, tanto mais porque a praça de Borbon estava

"cubierta con teniente de Dragones, con 64 soldados de su Regim.^{to} todos ellos veteranos, quienes observan en su servicio todas las Precauciones de un Campo q.^o está al frente del Enemigo para batirse, medá mucho q.^o pensar yno solo cubren la Plaza de noche con 8 sentinellas, sino q.^o aumentan esta vigilancia con abansadas, y rondas en orden Militar loq.^o dá margen amis Justos, yno infundados reselos" (7).

Por outro lado, confessa que o oficial paraguaio estava inibido de possibilidades para agir ofensivamente contra os ocupantes do forte, quando diz:

"Este es en Globo el estado en q.^o actualm.^e nos allamos, y es quanto puedo comuniegar a Vmd sin poderme desentender de hacer presente, de q.^o las fuerzas con q.^o se allá este nro com.^{to} son ningunas por serios mas de los soldados visos, y sin ningun conocimiento Militar qual en estos casos se requiere ylos mas sin cavallos."

Há, ainda, no ofício do comissário paraguaio, a confissão de que, sobre ter sido abandonado covardemente o forte nas mãos dos guaicurús pelo então comandante, foram estes e os seus soldados que provocaram as iras e o ataque daqueles:

"fué la tropa quien con su Alferes q.^o la mandava insultaran a los indios, con escandalosos procedim.^{to} q.^o p.^o ahora combiene omitirlos hasta la conclusion del Sumário."

Para encerrar a contestação ao que erradamente asseverou em boa fé o provento historiador Cecilio Báez, trago à luz o documento do comandante da força encarregada da reocupação de Borbon, pelo qual se chega aos termos exatos enunciados pela documentação portuguesa, de que o comissário do governo assuncenho recebeu o forte, pacificamente, das mãos do oficial português e lhe passou o recibo. Eis o texto do velho documento paraguaio:

"Con el Cavo Mig^o Ximenes, quien despacho conduciendo los oficios del Sór Comand.^e de las Fronteras Portuguesas y el del Sór Gral de Matogrosso, despachos del Cap.^o D.^o Juan Franc.^o Echague y el dirigido aVmd por el Sór Comand.^e de Coimbra, tendra en conocim.^{to} de la restitution de Nuestra Fortaleza, con todos los Petrechos, y municiones, que al tiempo de su posicion, hallo existente el Tte. D.^o Ant.^o Maria Silva Torres, quien la ha estado guardando en deposito; cuyas providencias se la comunica el Command.^{to} de Coimbra; y este empersona acava de comunicarme en este Campam.^e y se las trasladado aVmd p.^o su inteligencia y conseguida las pase a Nuestra Superior Guvernativa, p.^o q.^o inteligenciada de una noticia tan interesante, mida sus disposiciones al concepto, que conseptue combeniente.

"Mañana 19 se ha acordado con el Comand.^e de la Plaza de Borbon, y el Comisionado D.^o Juan Franc.^o Echague beneficiar, la entriega, y este el recibo: En cuyas circunstancias nos beremos presisados unirnos, pasando el Comisionado en la Plaza con parte de la tropa para Guarnición, y seguridad, y lo, permanecer

(7) Ofício de Juan Francisco Echague y Andía, de 5-VII-812, *Idem*, *Idem*, *Idem*, ficha I-29,22,21.

en el Campam.^{to} con el resto de la Guarnición, con el fin de facilitar el transporte de maderas, paxa y otros enteres, que he adelantado p.^a los edificios necesarios de la Plaza insendiada.

Dios gue aVmd. m.^a a.^o Campam.^{to} de Borbon y Julio 18 de 1812.

Josef Mig.^l Ibañez

Sôr Comand.^e en Gefe de Villa R.^a (8)

Novos atentados dos índios. Os guaicurus, porém, não se aquietaram. O êxito alcançado por êles em Borbon incitou-os a novas depredações. Em officio de 10-IX-812, o Tenente Craveiro de Sá comunica, de Miranda, que :

"chegarão aqui tres Índios os quizes me contarão que huma porção de Cadiueos forão segunda vez nos campos de São Carlos e deitarão fogo avarias Instancias ematarão muitos castelhanos etrouxerão tres crianças de menos idade p.^a Cativello; areferida porção de índios Cadiueos e Ijueos todos Aycurus seforão arrachar nas terras do Nabudesquena entre Coimbra e Borbon, isto he do lado oposto de Norte do Paraguai, de sorte que os referidos Índios como se sahirão bem da incursão de Borbon parece estão dispostos atropelar os Castelhanos em quanto lhe durar o resentimento das chicotadas que levarão em Borbon."

Em seu officio de 18-X-812, o Coronel Rodrigues, sabendo que os guaicurus andavam a vender o gado arrebanhado das fazendas paraguaias, e que o faziam a qualquer preço, proibe que os soldadoes e mais portuguezes aceitem transações dêsse gênero. Era, realmente, mais uma prova de que as autoridades portuguezas reprovavam a conduta dos índios, os quaes, destarte, ficavam desacreditados. Todavia, não obstante o acêrto e a justiça de tais recomendações, os productos dos roubos encontravam sempre mercado clandestino.

As novas incursões dos guaicurus foram também comunicadas a Rodrigues pelo emissário enviado por Gamarra a Coimbra, não só quanto a 7.000 animais vacuns e cavallares arrebanhados por aquêles índios, como também a morte de 20 paraguaios e ao rapto de três crianças.

Resgate e restituição de crianças paraguaias. Em officio de 6-XI-812, o Coronel Rodrigues narra como procedeu para resgatar dos índios duas meninas castelhanas e restitui-las aos seus :

"tendo eu continuam.^{te} em visita oq.^a V.Ex.^a por vezes me tem recomend.^a a respeito dos nossos vizinhos p.^a q.^a da nossa parte nunca se lhes de omals pequeno motivo de escandalo ou desconfiança; me deliberei logo que soube q.^a existião em poder dos índios as Meninas Espanholas, aprojeter omodo p.^a q.^a as resgataria sem q.^a escandalizasse os m.^{os} Índios (logo q.^a V. Ex.^a sobre elles faz iguaes recomendações) e p.^a isto me vali depersuações e dadivas (unico objeto q.^a os atrahe) vindo finalmente ater a fortuna de mas venderem : nesta negociação gastei quatro machados, oito covados de Baeta, des sacos de pano dealgodão, fora alguma agoard.^a, farinha, e fumo que continuam.^{te}, com elles se gasta. Se V.Ex.^a levar a bem esta despeza, pedirei esta Baeta ao Cuiaba p.^a se pagar aqui a q.^a me emprestou e quando não apróve esta minha resolução, eu Exmo. Sr. so pelo regozijo de tirar duas inocentes meninas do poder destes malvados gastaria ainda muito mais do que lhes dei. Finda esta negociação fis-lhes

a roupa q.^a pude e as remeti pelo Alf.^o Joaq.^o José a Bourbon com huma carta para o Gamarra de que remetto copia, e outra para o Comm.^o do sobrd.^o Bourbon; porem facilmente recomendei ao Alferes q.^a o obieto era a entrega das mininas ao Gamarra, pois se o Comm.^o de Bourbon lhe offerecesse apassagem aV.^a Real, talvez p.^a não ter ahi embarcação capais para as conduzir, aceitasse como couza sua para assim melhor poder observar os effeitos q.^a causão nos Hespanhoes, tantas e tão repetidas provas de amizade q.^a da nossa parte constantem.^o lhes temos dado. O Alferes sahio daqui no primeiro do prezente e por isso ainda não ha tempo de poder ter concluido a sua deligencia."

Atitude correta, humana e cristã dêste insigne comandante! A conduta judiciosa de Rodrigues no comando da fronteira se impusera não só à confiança de Oeynhausén, como também à estima e respeito das autoridades paraguaias. Com estas, mantinha as melhores relações de vizinhança e não somente se correspondia com os seus colegas de Borbon e Vila Real, mas ainda com as autoridades de Assunção, e admirava-se de como estas lhe plantassem assuntos que só poderiam ser resolvidos pelo capitão-general.

Tempos depois da restituição das duas meninas, o Coronel Rodrigues, tornando manifesta a harmonia existente entre elle e os colegas paraguaios, pede autorização para restituir também o menino roubado pelos indios. Teria procedido o Coronel Rodrigues com a mesma habilitade que usara para o caso das meninas. E explica que desejou aproveitar a restituição dêsse menino para ter novo ensejo de agradar aquellas autoridades e tornar mais sólidas as relações com elas. O referido menino, mandara-o elle a Vila Real por um official de Coimbra e este o entregou ali ao respectivo comandante, na presença de um vogal de França, que chegara de Assunção por esse tempo.

Os indios voltam a pilhar estâncias ao sul do Apa e fazem frente às tropas paraguaias. O Tenente José Craveiro de Sá, comandante de Miranda, comunica ao governador, em officio de 20-II-813, que os indios cadiuêus voltaram a atacar as estâncias castelhanas, entrando no Paraguai por dois pontos distantes, e arrebanharam grande quantidade de gado vacum e cavalari. Desta feita, o Coronel Gamarra saiu com 600 homens ao encalce dos indios, e despachou barcas, Paraguai acima, para impedir que intentassem passar para o outro lado do rio. A vista dessa ocorrência, o Tenente Craveiro de Sá mandou alertar as guardas da fronteira, pois, temia que a força paraguai invadissem o nosso território em perseguição dos indios.

Ora, aconteceu o seguinte. O Coronel Gamarra partiu com gente bem armada e duas pecinhas de artilharia. Ao chegar ao arranchamento dos indios,

"estes lhe fizeram frente, aponto de q. o Gamarra não tivera outro remédio senão retirar-se, com perda de gente e cavalos."

Gamarra, de fato, ultrapassou a fronteira para o norte, pois o arranchamento dos cadiuêus estava em Bodoquena. Todavia, o caso não teve protesto do comandante de Miranda, pelo fato de os castelhanos haverem recebido o competente trôco de parte dos próprios indios.

O Coronel Rodrigues, em Officio de 10-III-813, já informado das ocorrências, passa a narrá-las ao governador. Verificou serem exatas as notícias chegadas a Miranda, pois, até a indiada das aldeias adjacentes a Coimbra havia partilhado daquelas correrias. A principio, sabendo da força que os castelhanos puseram em campo para punir os indios, convenecera-se que dessa vez estes seriam desbaratados. Nesta persuasão, compadecera-se da sorte que teriam os indios da vizinhança e preocupou-se também do juizo desfavorável que fariam as autoridades castelhanas se pegassem alguns destes, que viviam às sopas das guarnições portuguezas.

Nesse meio tempo Rodrigues veio a saber, de parte de vários cadiques, os pormenores do que se tinha passado. E os narra assim, em officio de 10-III-813:

"...conhecerá V.Exa. a que estado estão reduzidos os Hespanhoes, de quem os Indios não tem o menor temor, por mais que eu lhes faça ver o q.^{to} elles se expõem a serem ainda de alguma vez pelos Hespanhoes surpreendidos.

Tendo os Indios (daqui) sabido pelos primeiros que hostilizarão as Estancias, de q. no Campo andava m.^{to} gado, sem q. houvesse mais alguém pelas sobre d.^{as} Estancias, se convencionarão todos em segredo, p.^a hirem arrear o d.^o gado, e como ao Sul deste Forte, e fronteiro ao de Bourbon, há uma grande aldeia de Guanás denominados Quinquinaus, onde existe outra de Uaycurus cujo chefe hé hum Caboré que elles muito respeitão, determinarão por ser essa a ultima Aldeia que fica no nosso terreno e proxima a entrada do Appa, asejuntarem todos nesse ponto, p.^a as Campanhas de S.Carlos, porem succedeo q. tendo chegado os ultimos p.^a quem esperavão, no dia seguinte pela manhã chegassem os Hespanhoes ao principio de huma mattaria q. cobre a retaguarda da d.^a Aldeia; são vistos os d.^{os} pelos Quinquinaus q. emediatam.^{te} fazem fogo, e tiros de flexas aos prim.^{os} Hespanhoes q. também respondem com o mesmo, de cujo choque resultou morrer um Hespanhol, e hum Indio, mas sendo ouvido esse motim os Uaycurus emediatam.^{te} montão a cavallo, atravessão o Matto, e vão fazer cara aos Hespanhoes (q. segundo a comparação dos Indios, certam.^{te} não erão mais de 80 homens), os Indios conhecem a pouca força q. os attaca, e como elles erão em grande numero, passão-lhe hum largo cerco, demaneira q. lhe cortão a mesma aguada; os Hespanhoes com Gamarra em frente, mais dous Officiaes, e hum Padre, todos ficão aferrados, e os Indios remdem-se a fineza, dizendo que por medo dos Portuguezes, e eu lhes ter dito tantas vezes q. não offendão os Hespanhoes he q. os não matarão, elles trazião uma pequena peça de campanha, q. só tem servido de mofa p.^a os Indios, os quaes contão q. o Gamarra tremia quando com elles falou, e q. o Padre estava chorando; o Gamarra não teve outro remédio senão mandar falar pelo Indio guia q. trazião q. elle não vinha procurar os Uaycurus, mas sim os Terrenos, dando-lhes m.^{tas} dadivas, como forão Vacas, Ponxes, alguns ferros, e convidando-os aq. fossem com elles a V.^a Real p.^a onde se retirava q. lhes daria m.^{to} mais, porem os Indios mais sagazes do q. elles penção não aceitarão a offerta e desta sorte ficarão os Hespanhoes tão amedrontados, q. depois de receberem dos Indios a agoa q. elles mesmos supplicavão, se retirarão vergonhosam.^{te}

Depois disso, continua o Coronel Rodrigues, os cadiques passaram à vista de Bourbon, fazendo muita assoada e foram-se a dar batida numa estância abaixo denominada Tebibó e noutra contigua onde mataram quatro homens e arrearam muitos bovinos e cavalos.

"Passados esses acontecimentos (narra ainda o Coronel Rodrigues) Chegarão todos os Indios q. forão em seguim.^{to} dos Hespanhoes, e sem receio algum se entrinharão pelas Campanhas alem do Appa, onde encontrarão simplesm.^{te} 6 Hespanhoes que mal virão os indios fugirão precipitadam.^{te} elles fizerão tão grande arreada, por aquellas Campanhas, e Estancias dezertas q. chegarão a Coimbra com mais de 200 e tantas cabeças de gado, fora huma boa porção q. perderão na passagem do Appa, por se achar muito cheio, e aqui podera V.Exa. inferir q. receios os

Índios tem dos Hespanhoes, quando com elles em campanha se atrevem a semelhantes correrias, e o q. mais tinha podido obter destes q. aqui se achão, tem sido não matarem pessoa alguma, pois em quanto aos furtos he impossivel com palavras podelos obstar. Pode V.Ex.^a ficar na certeza q. em quanto os Hespanhoes não tiverem afelicidade (o que muito duvido) de os baterem completam.^{te} não sessão estas dezordens, principalmente tendo os Índios o conhecimento deq. aos d.^{os} lhe faitão Armas, como virão na pequena expedição do Gamarra, q. tinham mais lanças do que fuzis, dos quaes dizem os Índios q. elles senão sabem servir, por q. quando os desfeixão virão a cara, e por consequencia perdem as pontarias, tudo isto acompanhado das equipagens q. conduzem são motivos bastantes p.^a os Índios os não temerem, pois estes fazem huma Cavalaria tão ligeira, e instruida no paiz em q. fazem a guerra, q. não ha rio por maior q. seja, nem obstáculos q. lhes embarace arapidez das suas operações."

Um mês depois, por officio de 20-IV-813, o Coronel Rodrigues comunica outro atentado dos índios. Desta vez, já não são cadiuêus, mas pacíficos terenas, juntos com os inimás. Assaltaram um barco paraguaio, que subia de Vila Real para Borbon, mataram a tripulação e se apossaram do carregamento.

Diga-se, em verdade, os paraguaios mostraram-se inábeis em tratar com os índios, e fracos na reação que opuseram às suas incursões.

Convencidos de que andaram desatentos, resolveram mudar de tática ou pelo menos tentar nova política em relação a eles. Foi o que fez então o comandante de Borbon. Chamou os índios descontentes, obsequiou-os e concertou amizade e paz com eles. Estes índios, no entanto, eram os mesmos que há um ano apenas destruíram o forte.

O Coronel Rodrigues, ao comunicar o fato ao governador declara, em officio de 21-VII-813, que:

"apezar desta pacificação, os Hespanhoes estavam prevenidos com disposições ocultas para repelirem alguma nova traição, conservando a Artilharia carregada, edirigida para o interior do Forte, emorrão continuam.^{te} aceso, porem occulto em latas de folha para não ser percebido p.^{los} Índios."

Ora, esta pacificação, se se tornou efetiva, não passou dos cadiuêus vizinhos. O que é certo é que, passados alguns meses, o Coronel Rodrigues, em officio de 1-XI-813, diz que os cadiuêus, de outro grupo ou quicá daquele mesmo, voltaram a atacar uma fazenda paraguaia, matando oito pessoas. Fizeram-no para vingar-se da retenção de alguns caciques, que tinham ido a Vila Real a chamado dos paraguaios para tratarem da pacificação.

Soube-se, entretanto (officio de 15-XI-813), que os tais caciques tinham sido levados pacificamente a Assunção, lá foram bem tratados e regressaram satisfeitos.

Por officio de 26-V-814 comunica o Coronel Rodrigues que Gamarra fôra exonerado do comando de Vila Real e o motivo de sua destituição teria sido de não haver prestado defesa conveniente às estâncias paraguaias, nem dado corretivo aos índios.

Depois disso, já em 1815, soube o Coronel Rodrigues que também o comandante de Borbon fôra substituído. Outrossim, que, reincidindo os índios nas correrias pelo território paraguaio, organizou-se ali uma força terrestre e uma expedição fluvial para surpreender os incursores. A expedição fluvial, composta de um barco, acolitado por canoas palaguás, postou-se num sítio abaixo de Borbon, por onde os índios costumavam



O DIA PAN-AMERICANO

General E. LEITAO DE CARVALHO

Conferência pronunciada na Sociedade Brasileira de Geografia, em 10 de abril de 1937.

A data que hoje comemoramos tem a mais alta significação para os povos do Continente. Ela lembra a criação, em 14 de abril de 1890, da União das Repúblicas Americanas, — memorável libertação tomada ao encerrarem-se os trabalhos da Conferência das Nações do Novo Mundo realizada em Washington, a convite do Secretário de Estado Blaine, para acordarem numa política comum, de colaboração e segurança, que as condições peculiares a todas elas, de crescente desenvolvimento econômico, social e cultural, sob o influxo das mesmas tradições, favoreciam, política que, por outro lado, era um imperativo da independência do Hemisfério.

Essa iniciativa dos Estados Unidos, mais de meio século após o lançamento da idéia da união dos povos americanos, por um dos maiores vultos da independência das colônias espanholas, veio imprimir cunho prático ao sonho grandioso

acalentado por ele, sonho que animou tantos espíritos de escol, confiantes na força recôndita que nêle se aninhava, como a energia vital que dorme na semente sob a terra, à espera da estação propícia para germinar e oferecer ao homem os seus benéficos frutos.

Inspirados por esses resultados confortadores, que consagravam os esforços de tantas gerações, empenhadas na promoção da solidariedade continental, em benefício da paz e da segurança coletiva, foi que decidiram, em 7 de Maio de 1930, os membros do Conselho Diretor da União Pan-Americana, instituir o dia 14 de abril para nêle comemorarem, em comum, as nações do Continente, como numa só família, as efemérides pátrias, glorificando, por essa forma, o triunfo de uma das mais elevadas aspirações humanas, nascida na América, para exemplo do mundo, e gradativamente concretizada, através de um século de porfiados esforços de seus

estadistas, na realidade portentosa do presente: a solidariedade continental, em face dos perigos internos e externos, ditada pelo desejo de manter a paz entre os Estados americanos.

Porque era de paz, — da paz fecunda em benefício para os povos civilizados, — que necessitavam as novas repúblicas, saídas do regime colonial, a fim de consolidar a independência e impulsionar o desenvolvimento de seus recursos naturais.

Essa aspiração, ou tendência dos povos do Novo Mundo para criar entre eles laços de união, — como já se definiu o pan-americanismo — nasceu das circunstâncias especiais que presidiram à formação das jovens nações em que se transformaram as colônias européas implantadas no solo americano.

SÓ A UNIÃO DARIA FORÇAS

Ingressadas na vida independente depois de longa e cruenta luta contra o domínio das metrópoles, tiveram de ensaiar os primeiros passos, em suas relações recíprocas, sob o temor de ver perdas conquistadas tão duramente alcançadas. Só a união lhes daria força para enfrentarem as tentativas de recolonização, partidas dos impérios que arvoravam na Europa a bandeira da reação à liberdade dos povos, sob a invocação da caduca legitimidade do poder real, de origem divina. Unidas, suprimiriam, além disso, as causas de conflitos provenientes de suas aspirações individuais, quando irreconciliáveis.

E assim o compreendeu Bolívar, ainda no fragor da luta pela emancipação das colônias espanholas, ao cogitar, em 1812, da formação, com elas, de uma confederação, logo que se completasse a libertação do Continente. Voltou a expressar esse propósito na carta que dirigiu ao Governador das Províncias Unidas do Rio da Prata, em 1818, ao prometer-lhe, para depois da vitória, e logo que as circunstâncias se tornassem mais favoráveis às comunicações e propiciassem o estreitamento das relações entre os povos, dedicar-se, com igual afã, ao

estabelecimento de um pacto, por meio do qual se uniriam todas as repúblicas americanas num só corpo político.

Com a tenacidade que punha na prossecução de seus ideais, e aquela ténpera forte com que resistiu às duras vicissitudes de sua missão gloriosa, submeteu o projeto à decisão das nações livres da América convocadas por ele, em 1824, a reunirem em congresso no Panamá.

O exemplo do que poderia proporcionar, às nações recentemente libertadas, uma organização política destinada a promover a paz e a co-opeção, oferecia-lhe a união das treze colônias anglo-saxônicas do norte, submetidas, por consentimento próprio, a uma lei comum, que, se bem lhes cercasse a soberania, garantia-lhes, por outro lado, auxílio mútuo, e lhes resolvia pacificamente os litígios, graças a um engenhoso sistema de governo, dotado de órgãos destinados a atender aos interesses dos estados federados, evitando-lhes o recurso à guerra quando esses interesses se chocassem.

O panorama da vida internacional européia não era menos sugestivo. Ruira o sistema político implantado por Napoleão, e montava a Santa Aliança o seu, também baseado na força. As relações entre os Estados, perturbadas constantemente pelo choque de suas ambições e dirigidas pela pressão diplomática ou pelas armas, não constituíam modelo a imitar na América. A força expansiva das nações colonizadoras, ameaçando reabrir o ciclo das conquistas no Hemisfério Ocidental, provocara, já, a reação de Monroe, preocupado com a segurança dos Estados Unidos, para os quais constituía permanente ameaça a presença de novas possessões européias na América.

A união das antigas colônias ibéricas uma vez emancipadas, como pretendia o Libertador, salvaria o Continente, tanto da cobiça européia como das lutas intestinas. O seu ideal não estava fadado, porém, a alcançar pronto êxito, mas a semente fecunda, lançada por ele no solo americano, haveria de ger-

minar, despertando no Novo Mundo um espírito internacional que imprimiria rumos novos à vida americana.

CONGRESSO DO PANAMA

O Congresso do Panamá, reunido, afinal, em 1926, com a presença apenas dos representantes de quatro nações, assentou, nessa assembléia histórica, as bases de uma doutrina nunca mais abandonada pelos povos americanos.

Malgrado as diferenças raciais, de língua, de forma de governo, que caracterizavam as variantes anglo-saxônica, portuguesa e espanhola dos Estados Americanos, recebendo influxo econômico e cultural de fontes diversas, o espírito de cooperação e o amor da liberdade, nascidas no Novo Mundo, sob a influência de condições sociais e políticas especiais, impulsionaram, através dos tempos, fortalecendo-lhe os princípios, a doutrina implantada pelo Libertador.

Quantos estorvos não embaraçariam, no entanto, sua marcha penosa para a concretização do generoso ideal! O conceito da soberania limitada haveria de ser, na América, como alhures, o mais sério. Dentro dele, cada nação pratica, com efeito, a política de seus interesses, que variam, de Estado a Estado, com as condições geográficas do país. Vista do interior como defesa de direitos inalienáveis, mas do exterior como preterição de direitos alheios, a política internacional dos povos, projecção instintiva da política interna, no regime das nações — estados, ou encontra uma instância superior, que lhes apare os choques, coordene as aspirações e dirima os litígios, ou conduz à guerra, a *ultima ratio* tradicional.

A organização federativa, pretendida por Bolívar, corrigiria esse mal e evitaria outro: o desenvolvimento do nacionalismo nas jovens nações americanas.

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O grande problema com que depa-
raram seus sucessores no esforço

de orientar, para a paz e a cooperação, as relações interamericanas, era da natureza política e, por isso mesmo, teria sua solução retardada pelas resistências surgidas com as aspirações nacionais, só logrando ser pôsto em equação, e ainda em termos muito menos imperativos, depois que a trágica lição da primeira guerra mundial e a perspectiva da segunda revelaram o destino reservado ao mundo se continuasse a guerra o meio corrente de pôr fim aos litígios entre os povos.

Sem enfrentar, embora, o fundo da questão, a não ser em casos particulares, para dar solução a situações regionais, continuaram os estadistas americanos a impulsionar a aproximação dos povos do Continente, mediante acôrdos que lhes estreitassem as relações e promovessem o entendimento geral, a que se chegaria, afinal, na base da independência de todos.

Não obstante o insucesso do Congresso Panamenho, com tão profunda decepção para seu genial inspirador, o caminho estava aberto, e traçado na direção que conduz à concórdia dos povos, não só americanos, mas de todo o mundo civilizado. O tratado de União dos Estados e a convenção em que se fixavam contingentes militares destinados à defesa comum, aprovados no Panamá, antecipavam, assim, de mais de um século, na sua forma embrionária, a Organização das Nações Unidas, consubstanciada na Carta de São Francisco.

As bases em que se estreitariam as relações interamericanas, com o fim de manter a paz e promover a cooperação, não as poderia assentar o Congresso, em que só se fizeram representar quatro nações do Continente. Seria obra para quando a experiência da vida independente tivesse indicado as vantagens que a união oferece aos povos da América.

Provocados, ora pelo temor de novas tentativas colonizadoras por parte da metrópole, ora pelo desejo de prevenir a guerra entre os povos irmãos, prosseguiram os esforços das nações hispânicas, em prol da realização do ideal de Bo-

lhar, durante quase todo o século XIX. Tanto nos programas a que deveriam obedecer as assembleias continentais, projetadas pelo governo do México, nos anos de 1833, 1838 e 1840, — malogradas por falta de ambiente favorável ao tentame, — como nos das conferências de Lima (1847), Santiago (1856) e, de novo, Lima (1864), encontravam-se as linhas gerais que definiriam, depois, a orientação do Continente nas assembleias pan-americanas. A força vital desenvolvida, nas nações do Novo Mundo, pelo exercício da soberania criara neelas uma personalidade política imprópria à união federativa. Faltava, além disso, o apoio de uma nação líder, de prestígio político e econômico, só aparecido depois, para aglutinar todas as tendências e orientá-las no sentido da cooperação, em pé de igualdade, de todas as soberanias, aproveitando a obra já realizada, assente em princípios que só fariam reafirmar-se com o tempo.

Compreendiam esses princípios a supressão da guerra entre as nações do Continente, resolvidos os litígios, entre elas, pelo recurso ao arbitramento, à conciliação e aos bons ofícios; a regulamentação do comércio e da navegação; e a reunião de um congresso de plenipotenciários, em cuja assembleia, convocada regularmente, se desse solução aos assuntos de interesse comum.

A união de todas para a defesa mútua, no caso de ataque por potência extra-continental, coroamento do edifício, reservado aos esforços dos últimos anos da época presente, constituiu também, na primeira fase do pan-americanismo, matéria ventilada em mais de uma conferência, logrando mesmo tomar a forma de convenções.

As desconfianças, algumas vezes fundadas, que entorpeceram, durante tantos anos, os esforços empregados em fundir numa só as tendências reveladas na política dos três grupos componentes da família internacional americana, iriam, porém, desaparecer, graças à abolição de suas verdadeiras ou supostas

causas, e ao freqüente contacto das correntes nacionais, no seio das assembleias pan-americanas, concretização de uma aspiração dos primeiros dias do incessante movimento iniciado por Bolívar.

O impulso, no sentido de chegar-se a um entendimento geral, quanto aos princípios a que se submeteriam as relações interamericanas, promovido por Blaine, ao convocar as nações do Continente para a reunião de Washington, em 1889, estava destinado a dar corpo, definitivamente, à solidariedade continental.

PRIMEIRA ASSEMBLEIA

Pela primeira vez se reuniram, em assembleia, todas as repúblicas americanas, com o fim de discutir os meios de evitar a guerra entre elas, — segundo a expressão do illustre Secretário de Estado norte-americano.

Ora, a guerra proviria do choque de interesses nacionais intransigentes, prosseguindo, através dela, os litígios sua política, por outros meios, que não os inspirados na razão. E a conciliação desses interesses seria obra tanto mais viável quanto mais ampla a superfície de contacto dos povos, mais objetiva a compreensão de seus respectivos problemas, mais estreitas as relações estabelecidas entre eles. Esse foi, sem dúvida, o pensamento orientador dos trabalhos, na primeira conferência pan-americana, concretizado, com persistência e tato, nos últimos sessenta anos que assinalam a marcha ascensional da união do Continente.

AS QUESTÕES MAIS DIFÍCEIS

O reconhecimento de que as questões políticas são as mais difíceis de conciliar, melindrosas, nesse campo, as suscetibilidades nacionais, levou os grandes líderes do movimento pan-americano a seguirem, nas conferências periódicas, em que se tem reunido o Continente, caminho mais seguro, procurando interessar os povos em múltiplas questões de ordem jurídica,

econômica e moral, reguladas pelo concurso de todos, com benefício das relações interamericanas. O exercício dessas atividades, importantes, embora secundárias, prepararia esforços para enfrentarem e resolverem as questões políticas, geradoras dos dissídios que conduzem à guerra, mal de efeitos irreparáveis de que se pretende libertar a América. Ir-se-ia criando, por essa forma, um conjunto de regras gerais, aplicáveis à solução dos litígios entre os Estados, formuladas segundo as aspirações continentais.

A partir dessa primeira assembléia geral, em que se criou, a 14 de abril de 1890, a União Internacional Americana, — A Liga Anticriônica do Continente — as teses levadas a debate, nas conferências sucessivas em que se reuniram os povos do Hemisfério, visaram sempre a promover, através de uma legislação comum, reguladora de seus interesses, a solidariedade política do Continente.

Na órbita das relações econômicas, traçaram-se normas para a solução das questões concernentes ao comércio, à indústria, à agricultura, às vias de comunicações, à navegação, ao trânsito de mercadorias e pessoas, definindo-se, por último, a política a seguir nas relações comerciais internacionais, para corrigir os males provenientes do extremo nacionalismo econômico, reinante na Europa, depois da crise de 1928-1929.

No setor das atividades administrativas, firmaram-se princípios reguladores da defesa sanitária, da extradição, da cobrança coercitiva das dívidas entre nações, do exercício das profissões liberais e das formalidades aduaneiras.

CRIAÇÃO DO "BUREAU" DAS REPÚBLICAS AMERICANAS

Criou-se, para centralizar todas essas atividades, o "Bureau das Repúblicas Americanas" com funções prudentemente limitadas, no momento de sua criação, mas ampliadas, depois, de maneira que desempenhasse, com eficácia crescente, o seu grande papel de órgão de liga-

ção entre os povos da América, até as faculdades atuais, que lhe dão responsabilidade política e autoridade para convocar as nações do Continente às suas reuniões periódicas.

Na esfera dos interesses sociais e humanitários, regularam-se questões de higiene e saúde pública, eugenia e homocultura, promovendo-se a aproximação das nações americanas, mediante a difusão de conhecimentos científicos e literários, através de bibliotecas, da criação do Instituto Americano de Cooperação Intelectual e do Instituto Pan-americano de Geografia e História, ao mesmo passo que se procurava ampliar a colaboração feminina à obra da civilização Continental, com a Comissão Internacional de Mulheres, encarregada de reivindicar os direitos do sexo.

INSTITUIÇÃO DO ARBITRAMENTO

Encarando a solução dos litígios internacionais em seus aspectos menos graves, a comunidade americana começou por instituir o arbitramento obrigatório para as questões de limites, territórios, reclamações pecuniárias, navegação e validade, interpretação e execução de tratados, excetuando as que ameaçassem a independência e a honra nacionais, chegando afinal ao arbitramento compulsório para as divergências do caráter jurídico.

Tomando a obra iniciada nas Conferências de Haia, sobre o arbitramento, davam as nações americanas mais um passo, criando no Continente o instituto do arbitramento progressivo, engenhosa fórmula que tornaria cada vez mais amplo o imperativo do recurso à razão, em lugar da força.

Dêsse imenso trabalho, iam decorrendo, através dos anos, os princípios de Direito que mais consultavam a vocação política dos povos americanos. Sua codificação dotaria o Continente com uma lei comum, reguladora das relações entre Estados, instituições e indivíduos, com benefício para a conciliação de todos os interesses. E assim o compreenderam os representantes das

repúblicas pertencentes a esta parte do mundo, desde a sua primeira reunião, em Washington, em 1889.

Subordinado à premissa de que as relações entre os Estados Americanos obedeciam às regras do Direito geral, apenas influenciadas por circunstâncias especiais, teve início o demorado processo de sistematização dessa obra essencial à vida internacional do Continente, levado afinal a bom termo com a aprovação, na Conferência de Havana, das convenções sobre o Direito Internacional Público e do Código Bustamante, para o Direito Internacional Privado, grande passo para a unificação do Direito Internacional em toda a América.

Foi, porém, no campo das atividades políticas, de ação preponderante nas relações entre Estados, que se concentraram os esforços dos governos americanos, com o fim de criar no Continente uma vida internacional baseada na igualdade das soberanias e protegida contra a guerra por um regime de cooperação e justiça. Assim, com o propósito de abolir as vantagens propiciadas pela política de força, trataram de eliminar do Direito Público Americano o princípio de conquista e declararam nulas as cessões de territórios, quando obtidas pela violência. Essas restrições à soberania, em proveito da segurança geral, formuladas desde a primeira reunião pan-americana e defendidas continuamente nas seguintes, estão hoje incorporadas à lei comum do Continente, como parte integrante da convenção sobre os Direitos e Deveres dos Estados, aprovada na VII Conferência, realizada, em 1933, em Montevideu.

E, para evitar e prevenir os conflitos que podem provocar a luta armada, apelaram para vários institutos, cada qual reforçando o anterior, até se atingirem os solenes compromissos da atualidade, que formam o sistema jurídico-político destinado a manter a paz no Continente. Da Convenção Gondra, de 1923, que entregou o estudo das questões ameaçadoras da paz a duas comissões diplomáticas, com sede em Washington e Montevideu, pas-

saram ao tratado sobre o emprego dos bons ofícios e da mediação, estendido o desempenho destas altas funções a individualidades eminentes dos países americanos.

GARANTIA DE PAZ

Afinal, às vésperas da segunda guerra mundial e por iniciativa do grande apóstolo da concórdia humana, que foi Franklin Delano Roosevelt, para quem já não bastava a independência como garantia de paz entre as nações americanas, antes se tornando imprescindível o reconhecimento da interdependência de seus interesses, chegou-se às decisões da Conferência de 1936, em Buenos Aires, consubstanciadas na Convenção para Manutenção, Salvaguarda e Restabelecimento da Paz, e na Declaração de Princípios sobre a solidariedade e a cooperação americanas.

No primeiro desses instrumentos, entrega-se às Reuniões de Consulta das nações americanas a indicação das medidas a pôr em prática para debelar os perigos provenientes de qualquer perturbação da paz no Continente, ou de qualquer ameaça a essa paz, decorrente de guerra externa — um esforço a mais a estreitar os laços da solidariedade americana.

No segundo, firma-se o compromisso formal de se manterem unidas as nações do Continente e de se considerarem todas atingidas por qualquer ato que perturbe a paz de cada uma.

FORMA DEFINITIVA

Toma, assim, forma definitiva o sistema político americano, justamente no momento em que surgem, visíveis, no horizonte, os primeiros sinais da luta próxima, que ensanguentaria a Europa, envolvendo todo o mundo. Nações adultas, assumiam graves responsabilidades ante a manutenção da paz nesta parte do globo. Suas relações recíprocas, baseadas em propósitos de cooperação e justiça, e modeladas por mais de meio século de esforços ininterruptos, tinham a regulá-las numerosos

convênios e instrumentos internacionais, em que se proscreeve a conquista territorial, se condena a intervenção de um Estado nos assuntos internos ou externos de outros, se declara ilícita a cobrança compulsória das obrigações pecuniárias entre Estados e se impõe a resolução, por via de conciliação, de arbitramento amplo ou de justiça internacional, de toda controvérsia ou disputa entre as nações da América, qualquer que seja sua natureza ou origem.

Formam esses convênios e instrumentos um sistema político elástico, através do qual as nações do Continente, guiadas pelo princípio da igualdade jurídica, evoluíram até a solidariedade na repulsa às perturbações da paz, provocadas por elas próprias ou pelas nações de outros continentes.

Estava, assim, garantida, mediante o processo das reuniões de consulta, a colaboração de todas na escolha de um procedimento uniforme para enfrentar o perigo da luta armada no Continente, quando a Segunda Guerra Mundial atingiu a América, mobilizando todas as forças vivas das nações do Hemisfério para a salvação dos princípios democráticos de que se alimentam suas instituições políticas internas e em que se inspiram suas relações recíprocas.

A declaração da Segunda Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada em Havana, em 1940, de acordo com a qual todo atentado de um Estado não americano contra a integridade territorial, a soberania ou a independência política de um Estado americano, será considerado ato de agressão contra todos, uniu, num esforço comum, as nações americanas para o revide ao ataque a qualquer delas, por potências extracontinentais.

O sistema, todavia, não estava completo. Apesar dos compromissos que a todos impõe solucionar pacificamente suas controvérsias ou disputas, uma nação americana poderia recorrer às armas e tentar

obter pela violência, o que está convencionado, só o seria pela razão.

Neste caso, como procederem os Estados fiéis às suas obrigações, com relação à vítima e ao agressor?

Uma resposta provisória a essa grave interrogação, que envolve os destinos do Continente, deram as repúblicas americanas, na Conferência sobre os Problemas da Guerra e da Paz, reunida no México, em fevereiro de 1945, com a Resolução VIII da Ata de Chapultepec. Prometendo-se assistência recíproca enquanto durasse a guerra em curso, decidiram que o atentado, por um Estado americano a outro, seria considerado ato de agressão contra todos os demais. Foi o passo decisivo para a consolidação do sistema interamericano, baseado na solidariedade continental, na cooperação recíproca e no auxílio mútuo.

Embora taxativo, apenas, enquanto subsistissem as perturbações produzidas pela Segunda Guerra Mundial, a consciência dos povos americanos reclamava a incorporação do acordo ao Direito Internacional do Continente.

PROSCRIÇÃO DA GUERRA

Foi o que fizeram as nações americanas, na Conferência do Rio de Janeiro, realizada em 1947, na qual acordaram basear sua política externa nestas duas obrigações, de capital importância para as suas relações recíprocas:

— proscrever a guerra como instrumento de política nacional,

— e organizar a solidariedade de todas para repelir um ataque armado contra qualquer delas.

E, prosseguindo em seu incessante e profícuo labor, firmaram, na Conferência de Bogotá, em 1948, a Carta dos Estados Americanos, nos termos da qual ficou definitivamente incorporado ao Direito Internacional Americano o arbitramento obrigatório nos conflitos entre países do Hemisfério, confirmando-se, por essa forma, o espírito pacifista do pan-americanismo.

Para a execução desses novos encargos, transformou-se, depois da Conferência de Bogotá, a União Pan-Americana, com seus laços mais apertados, na Organização dos Estados Americanos, chave do sistema destinado a proporcionar bem-estar e amizade aos povos livres do Novo Mundo, que abriram caminhos de paz à vida internacional, constituindo uma Sociedade das Nações, sem os recalques de vencidos na guerra.

De acordo com o Tratado de assistência recíproca, que leva o nome do Rio de Janeiro, e com a Carta dos Estados Americanos, adotada em Bogotá, o pan-americanismo tomou sua forma definitiva, sendo assim coroado de esplêndido êxito os esforços despendidos pelos estadistas americanos, desde o fim do século passado, com o fim de imprimir à vida internacional dos povos do Hemisfério um caráter racional, inspirada nos mais elevados sentimentos humanos, para benefício da paz e da prosperidade de todos os membros da grande família continental.

O sistema que regula suas relações atingiu a um estágio superior de organização política, oferecendo

ao mundo um exemplo a imitar, exemplo de convivência pacífica entre os povos civilizados.

Neste período de sobressaltos para a vida internacional, em que vivemos, sob a ameaça constante de nova guerra mundial, o concurso dos Estados americanos à obra de redução das divergências suscitadas pela concepção antagônica dos regimes de vida praticados nos dois grandes blocos de nações em que se divide o mundo, atualmente, será tanto mais valioso quanto mais fiéis se conservarem esses Estados aos princípios de pan-americanismo, que significam solidariedade e segurança coletiva.

É a essa obra ciclópica, sem exemplo na história da civilização humana, cuja origem remonta à genial iniciativa de Bolívar e cujos frutos inestimáveis enchem de tranquilidade e orgulho as nações americanas, que rendemos, neste momento, a homenagem de nossa admiração, elevando os protestos de nossa gratidão aos vultos eminentes desses estadistas, inspirados e tenazes, que, geração após geração, deram forma e substância ao sonho do grande Libertador.

O BRASIL E O PAN-AMERICANISMO

HÉLIO VIANNA

O primeiro ponto de contato entre as nações americanas nasce da circunstância de todas terem sido colônias de países europeus, contra os quais tiveram de lutar, embora hoje os respeitem como suas mães-pátrias; quase todas são repúblicas democráticas, conquanto tenham passado por maiores ou menores convulsões de origem autocrática.

O IDEAL PAN-AMERICANISTA

Da necessidade de defesa contra os inimigos europeus da independência dos jovens países da América, nasceu o pan-americanismo. Assim, 1813 quando lutava contra a Espanha, sugeriu Bolívar a união das antigas colônias sul-americanas, tendo em vista uma ação de conjunto contra a metrópole e pelo próprio desenvolvimento. Consequentemente, anos depois, a separação da Grã-Colômbia por uma série de tratados assinados com outros países do continente procurou formar alianças que a todos garantissem as liberdades há pouco obtidas. No mesmo sentido agiu a famosa Mensagem de 1823, do presidente Monroe, dos Estados Unidos, contra a renovação de quaisquer tentativas de recolonização de territórios americanos.

O Brasil, apesar de sua opção pela forma monárquica, não permaneceu estranho à mesma tendência. Ainda em tempos do Reino Unido aos de Portugal e Algarves, em 1819, lembrou Rodrigo Pinto Guedes, depois Almirante e Barão do Rio da Prata, a criação de uma *Liga Americana*, idéia retomada por outro português, Sil-

vestre Pinheiro, no ano de nossa independência, quando José Bonifácio de Andrada e Silva, imprimia à nossa política exterior aspecto nitidamente americanista. Assim aderindo àquela orientação anunciada por Monroe, tentou o governo brasileiro conseguir uma aliança com os Estados Unidos, a qual se não efetivou por terem cessado os motivos que a originariam, a guerra com Portugal.

Pouco depois, procurando Bolívar consolidar os seus planos de união americana, reuniu no Paraná o Congresso de 1826, a que somente compareceram quatro países: México, América Central, Grã-Colômbia e Peru. Sem a participação dos Estados Unidos e do Brasil, cujos representantes, embora nomeados, não chegaram a tomar parte nos trabalhos, e com a ausência do Chile e das Províncias Unidas do Rio da Prata — limitou-se a assembléia à elaboração de um Tratado de Aliança Defensiva e Ofensiva, visando à manutenção da soberania e independência dos signatários.

Dificuldades da política internacional americana adiaram, mas não anularam, os esforços desses precursores.

Coube ao México retomar o plano de Bolívar, aconselhando, em 1833, 1838 e 1840, a assinatura de tratados de Amizade e Comércio, a fim de serem evitadas as guerras, inclusive mediante a solução de litígios fronteirísticos e a criação de um direito público uniforme. Neste último ponto insistiu, em 1841, o nosso diplomata Duarte

O BRASIL E O PAN-AMERICANISMO

HÉLIO VIANNA

O primeiro ponto de contato entre as nações americanas nasce da circunstância de todas terem sido colônias de países europeus, contra os quais tiveram de lutar, embora hoje os respeitem como suas mães-pátrias; quase todas são repúblicas democráticas, conquanto tenham passado por maiores ou menores convulsões de origem autocrática.

O IDEAL PAN-AMERICANISTA

Da necessidade de defesa contra os inimigos europeus da independência dos jovens países da América, nasceu o pan-americanismo. Assim, 1813 quando lutava contra a Espanha, sugeriu Bolívar a união das antigas colônias sul-americanas, tendo em vista uma ação de conjunto contra a metrópole e pelo próprio desenvolvimento. Conseguiu, anos depois, a separação da Grã-Colômbia por uma série de tratados assinados com outros países do continente procurou formar alianças que a todos garantissem as liberdades há pouco obtidas. No mesmo sentido agiu a famosa Mensagem de 1823, do presidente Monroe, dos Estados Unidos, contra a renovação de quaisquer tentativas de recolonização de territórios americanos.

O Brasil, apesar de sua opção pela forma monárquica, não permaneceu estranho à mesma tendência. Ainda em tempos do Reino Unido aos de Portugal e Algarves, em 1819, lembrou Rodrigo Pinto Guedes, depois Almirante e Barão do Rio da Prata, a criação de uma *Liga Americana*, idéia retomada por outro português, Sil-

vestre Pinheiro, no ano de nossa independência, quando José Bonifácio de Andrada e Silva, imprimia à nossa política exterior aspecto nitidamente americanista. Assim aderindo àquela orientação anunciada por Monroe, tentou o governo brasileiro conseguir uma aliança com os Estados Unidos, a qual se não efetivou por terem cessado os motivos que a originariam, a guerra com Portugal.

Pouco depois, procurando Bolívar consolidar os seus planos de união americana, reuniu no Paraná o Congresso de 1826, a que somente compareceram quatro países: México, América Central, Grã-Colômbia e Peru. Sem a participação dos Estados Unidos e do Brasil, cujos representantes, embora nomeados, não chegaram a tomar parte nos trabalhos, e com a ausência do Chile e das Províncias Unidas do Rio da Prata — limitou-se a assembléia à elaboração de um Tratado de Aliança Defensiva e Ofensiva, visando à manutenção da soberania e independência dos signatários.

Dificuldades da política internacional americana adiaram, mas não anularam, os esforços desses precursores.

Coube ao México retomar o plano de Bolívar, aconselhando, em 1833, 1838 e 1840, a assinatura de tratados de Amizade e Comércio, a fim de serem evitadas as guerras, inclusive mediante a solução de litígios fronteirícios e a criação de um direito público uniforme. Neste último ponto insistiu, em 1841, o nosso diplomata Duarte

da Ponte Ribeiro, em suas *Reflexões Sobre as Vantagens do Preconizado Congresso Americano*.

Diante da probabilidade da vinda à América de uma expedição militar espanhola, reuniu-se em Lima, 1847, uma Conferência, a que compareceram cinco países: Nova Granada, Equador, Peru, Bolívia e Chile. O Brasil que não acreditou naquela iniciativa do governo de Madrid, manifestou, entretanto, que "na hipótese figurada, a sua política seria conforme aos interesses conterrâneos". Como resoluções mais importantes desse Congresso citam-se a adoção do *uti possidetis* de 1810 como norma para as questões de limites, e disposições relativas ao arbitramento.

A mesma necessidade de segurança contra possíveis ataques externos motivou a assinatura em Santiago, 1856, de um Tratado de Aliança entre o Equador, Peru e Chile. Outro do mesmo ano e igualmente preventivo, assinaram em Washington representantes do México, Guatemala, Salvador, Costa Rica, Nova Granada, Venezuela e Peru.

Renovando-se a ameaça espanhola, outra Conferência realizou-se em Lima, 1864, quando firmaram convenções o Salvador, Venezuela Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Chile. O Brasil, embora reconhecesse a utilidade da reunião, adiou a nomeação de seu representante. Todavia, quando em 1866 bombardearam os espanhóis o porto de Valparaíso, enérgicamente protestou contra o atentado, solidarizando-se com o Chile.

Até que a matéria pudesse ser retomada mais tarde, reuniram-se no Continente Congressos Jurídicos, como em Lima, 1877, e Montevideu, 1888.

AS CONFERÊNCIAS PAN-AMERICANAS

A Guerra do Pacífico entre três países sul-americanos, em 1879-1881, sugeriu a James Blaine, Secretário de Estado Norte Americano, a idéia de reunir uma as-

sembléia continental em que fossem discutidos os meios tendentes a evitar os conflitos internacionais. Falhou, então, a iniciativa, mas, de volta ao cargo, renovou-a em 1889, conseguindo reunir em Washington, pela primeira vez, representantes de todas as nações americanas.

Além de criar, nessa capital, o Bureau Internacional das Repúblicas da América, origem da União Pan-Americana, hoje Organização dos Estados Americanos (OEA), discutiu a Primeira Conferência Internacional Americana questões como a do arbitramento e da união aduaneira continental. Uma de suas declarações eliminou do direito público americano o princípio da conquista territorial, tornando nulas as cessões obtidas por pressão da força armada ou ameaça de guerra.

Na Cidade do México, em 1901, reuniu-se a Segunda Conferência Pan-Americana, de que participaram dezenove países. Nela competiu ao Brasil propor a codificação do direito público americano.

Em 1906 reuniu-se no Rio de Janeiro a Terceira Conferência Internacional Americana, em que definiu os tradicionais rumos de nossa política exterior o Ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco.

Desfavorável era a situação política no continente, quando se reuniu em Buenos Aires, 1910, a Quarta Conferência Pan-Americana, por isso mesmo de resultados mais limitados.

Somente depois da primeira Guerra Mundial realizou-se em Santiago a Quinta Conferência Internacional Americana, em 1923, prejudicada por discussões relativas ao desarmamento dos principais países da América do Sul.

Presentes as vinte e uma repúblicas do continente em Havana, 1928, na Sexta Conferência Pan-Americana foi aprovado um Código de Direito Internacional Privado.

Depois de grande crise universal, dedicou-se a Sétima Confe-

rência, reunida em Montevideu, 1933, principalmente aos estudos econômicos.

O aparecimento de sério conflito, a Guerra do Chaco, determinou a posterior reunião, em Buenos Aires, 1936, de Conferência especial, destinada a pronunciar-se sobre os meios mais efetivos de assegurar-se a paz no continente.

Já na expectativa da segunda Guerra Mundial teve lugar em Lima, 1938, a Oitava Conferência Pan-Americana, que estabeleceu as reuniões, posteriormente realizadas, dos Ministros das Relações Exteriores dos países do continente, sempre que o exigisse a situação internacional.

NOVA TENDÊNCIA DO PAN-AMERICANISMO

Deflagrada a segunda Guerra Mundial, reuniram-se no Panamá, em Havana, 1940, e no Rio de Janeiro, em 1942, aqueles Ministros. Na última dessas reuniões decidiu-se o rompimento de relações com a Alemanha, Itália e Japão, em consequência do ataque do último desses países aos Estados Unidos.

Terminada a conflagração, antes que se reunissem em São Francisco da Califórnia os representantes das Nações Unidas, encontraram-se no México, em 1945, os membros de mais uma Conferência especial americana. De acordo com sua Resolução VIII foi declarado que "todo atentado de um Estado qualquer contra a integridade ou a inviolabilidade do território, ou contra a soberania ou independência política de um

Estado americano, será considerado como ato de agressão contra os demais". Consequentemente, elaborou-se em Petrópolis, 1947, em nova Conferência para a Manutenção da Paz e da Segurança do Continente, e assinou-se no Rio de Janeiro, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, ainda em vigor. Para resolver sobre as situações criadas, foi dada competência às reuniões de consulta dos Ministros das Relações Exteriores, cujas decisões, obrigatórias para todos, serão tomadas por maioria absoluta de seus membros.

Para consolidar estas e outras disposições do moderno direito internacional americano deveria reunir-se, em 1948, em Bogotá, a Nona Conferência Pan-Americana, cujos trabalhos foram por alguns dias interrompidos por violentas agitações de caráter extremista. Votaram-se, porém, medidas coletivas contra outras perturbações do mesmo gênero, que ocorressem em qualquer parte do continente.

Normas econômicas e financeiras foram estabelecidas na quarta reunião dos Ministros das Relações Exteriores da América, realizada em Washington, 1951.

Em Caracas, 1954, reuniu-se a Décima Conferência Pan-Americana, que cuidou da reestruturação da Organização dos Estados Americanos.

Em 1956, comemorando o centésimo-trigésimo aniversário do Congresso do Panamá, reuniram-se na cidade desse nome dezenove dos vinte presidentes das repúblicas da América, que reafirmaram os propósitos pacíficos e defensivos da política continental.

146º ANIVERSÁRIO DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

Cel AROLD RAMOS DE CASTRO

No dia 23 de abril transcorre mais um aniversário da Academia Militar das Agulhas Negras. Considerando-se que a Academia Militar das Agulhas Negras não é u'a instituição exclusivamente do Exército e, sim, pelas suas altas finalidades, u'a instituição de âmbito Nacional, justo é considerar que a efeméride enche de júbilo toda a Nação Brasileira.

Ademais, a Academia Militar das Agulhas Negras representa inegavelmente a mais perfeita concepção dos Princípios Democráticos que constituem a Estrutura Política da nossa Pátria e, tanto isso é verdade, que ela abriga jovens de todas as Condições Sociais, não faz restrições Religiosas e Raciais e, mais ainda, dá àqueles que a freqüentam hábitos de Disciplina e de Patriotismo tão necessários à formação Social do Brasil.

A Academia Militar das Agulhas Negras, por outro lado, constitui também uma preciosa jóia arquitetônica de valor material incomensurável. A sua localização topográfica é, sem dúvida, magnífica; debruçada sobre o caudaloso e histórico rio Paraíba é emoldurada pela impressionante serra que lança para o firmamento, numa soberba demonstração de pujança e desafio, as pontas aguçadas e agressivas das Agulhas Negras.

No interior da Academia Militar das Agulhas Negras tudo é vida, entusiasmo e fé nos grandiosos destinos que estão reserva-

dos à Pátria Brasileira; nela, não há guarida para aqueles que menosprezam as virtudes Cívicas e Morais do povo brasileiro; para aqueles que sobrepõem os seus Interesses Pessoais aos Interesses Coletivos; para aqueles que fazem da Demagogia Estéril a arma para conquistas Escusas e propósitos Impatrióticos; finalmente, para aqueles que Delapidam a preciosa herança que recebemos dos nossos ancestrais e conquistada a Sangue, Suor e Lágrimas.

A data de 23 de abril representa também para o Exército, algo de sublime e significativo, pois, a Academia Militar das Agulhas Negras constitui, ainda, uma preciosa fonte de recompletamento dos seus efetivos de oficiais; é dela que, anualmente, uma torrente de Sangue Novo vai vivificar a Instituição que tão significativamente tem contribuído para a Consolidação da Estrutura Política e Física da Nação Brasileira.

No dia do aniversário da Academia Militar das Agulhas Negras uma palavra de reconhecimento e de amizade devemos dedicar à população de Resende que tão acolhedora e gentil tem sido; que concorre com a sua amizade para suavizar a Saudade e as Recordações daqueles que, vindos dos mais longínquos rincões da Pátria, nela vivem se preparando para concorrer à espinhosa missão da Segurança Nacional.

Não fôra a carinhosa acolhida dispensada pelo povo de Resende

aos jovens cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, certamente, a nostalgia os dominaria e, então seriam inevitavelmente invadidos pela lassidão e pela tristeza, tão comuns àqueles que, apartados dos recantos queridos, parecem ouvir no sibilar das árvores batidas pela inelencência dos temporais, uma palavra amiga ou o sussurro de uma confidência...

As comemorações que serão levadas a efeito no dia 23 de abril representam, por outro lado, o Reconhecimento de várias gerações de militares pois, em verdade, a Academia Militar das Agulhas Negras nada mais é que a continuação das antigas escolas militares da Praia Vermelha, do Rio Pardo e do Realengo de tão Saudosas e Heróicas tradições e que forneceram ao Exército e à Pátria preciosos elementos que, indelévelmente ligados à Vida Nacional, se tornaram credores de nossa Eterna Gratidão.

Na alvorada radiosa do dia 23 de abril dediquemos também alguns momentos das horas festivas que viveremos, para render um

justo preito de Saudade e de Reconhecimento àqueles que conceberam e realizaram a portentosa obra que é a Academia Militar das Agulhas Negras. Muitos já se foram para a Eternidade, porém, um ainda vive, cercado pelo Carinho e pela Considerção dos seus camaradas do Exército: Marechal José Pessoa.

Personalidade viva e enérgica; dotado da impressionante ousadia dos Cavalarianos; possuidor de inigualável firmeza na consecução dos seus propósitos e, jamais descrendo da marcha célere e grandiosa do Brasil, o Marechal José Pessoa, foi o magnífico Arquitecto-Idealizador da atual Academia Militar das Agulhas Negras.

Assim é de inteira justiça homenagearmos o grande Chefe e, como por mais que desejemos traduzir os nossos sentimentos de gratidão, tudo será pouco para quem tanto fez, nos limitamos unicamente a dizer:

— Obrigado! Obrigado, Marechal José Pessoa!

Agulhas Negras, abril de 57.

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas:

COMPANHIA AGRÍCOLA INDUSTRIAL MAGALHAES — Praça Pio X, 98-7º — S-704 — Rio de Janeiro.

FABRICA DE CAIXAS DE FERRO PARA ELETRICIDADE — H. MONKEN & CIA. LTDA. — Rua Bráulio Cordeiro, 563 — Rio de Janeiro.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINERAÇÃO S/A — ICOMI — Empresa de Mineração — Av. Presidente Vargas, 290 — 10º — Tel. 23-5890 — Rio de Janeiro.

CASA BALNEARIO — Laticínios, Cereais, Doces, Conservas, Massas, Biscoitos e Cereais finos — Rua Gerson Ferreira, n. 191-B — Ramos — Rio de Janeiro.

PNEUS GENERAL S. A. — Matriz: Rio, Av. Presidente Wilson, 165, 9º andar — Tel. 42-4092 — Filiais: Rio, Av. Brasil, 555 — Telefone 28-4135 — São Paulo: Rua Bento Freitas, 146-150 — Telefone 34-4699 — Curitiba: Av. 7 de Setembro, 1927-1941 — Distribuidores: Belo Horizonte — Pneumasa — Pneus, Máquinas e Acessórios S. A. — Av. Olegário Maciel, 484 — Tel. 2-4731 — Porto Alegre: Cronwood S. A. — Rua Garibaldi, 664 — Tel. 6150 — Salvador: Simtral — Sociedade Importadora de Máquinas, Tratores e Acessórios Ltda. — Av. Frederico Pontes, 120 — Tel. 8014 — Caixa Postal 720 — Agentes Depositários — Recife: Denis Paredes & Cia. — Av. Guararapes, 154, 5º andar — Tels. 6985 e 7875 — Caixa Postal 469.

SOARES PORTELLA & MAGALHAES LTDA. — Aparelhos para laboratórios etc. — Rua Dr. Nunes n. 220 — Tel. 30-0155 — Pedro Ernesto — antiga Olaria.

GINÁSIO BRASIL — Rua São Clemente n. 295 — Tel. 46-9208 — Botafogo.

GINÁSIO JOSÉ BONIFÁCIO — Jardim de Infância — Primário — Admissão Ginásial — Instituto de Educação — Pedro II — Carmela Dutra e Colégio Militar — Rua Bambina n. 146 — Tel. 26-4224 — Botafogo.

OFICINA TÉCNICA DE RADIADORES LTDA. — Reformas, limpeza e remodelagens de radiadores em geral — Rua Dona Isabel, 71 C e D (Praça das Nações — Bonsucesso) — Tel. 30-6842.

LABORATÓRIO TÉCNICO DENTÁRIO CASTRO — (Ed. Rio Branco) — Avenida Rio Branco, 257, Salas 911-912 — Alberto Castro — Rio de Janeiro — Telefones 52-0569, 52-7425 e 42-2598.

BRASILIANAS

● Deve o Brasil possuir muitas reservas: urânio

"Além de ricas jazidas de areias monazíticas, deve o Brasil possuir urânio em larga escala — disse, numa conferência em São Paulo o eng. Fernando Juarez Pitanga Távora, membro do Instituto de Engenharia de São Paulo e Rio.

Sobre a era atômica, no ano de 1957, e o Brasil, disse: "A cisão nuclear abriu as portas para uma nova era de uso de uma energia fabulosa, pelo emprego de um "combustível" que pudesse ser usado em ínfimas proporções. Assim é que provavelmente uma simples bomba de 17 cm de diâmetro e 52 quilos, de peso líquido, foi suficiente para destruir uma cidade japonesa de 300 mil habitantes; da mesma forma, apenas 318 gramas de isótopo de urânio classificado como 235, queimados diariamente no reator nuclear, produzirão 100 mil kw de energia elétrica numa usina a vapor.

O ano de 1957 já encontrou a Inglaterra de posse de uma potente usina de 92 mil kw, Calder Hall, já em funcionamento experimental.

Os Estados Unidos, pioneiros da bomba atômica, pioneiros do submarino atômico, também deverão estar em breve equipados com sua primeira grande usina de 100 mil kw, localizada em Shippingport. Afirmou, em seguida, que o Brasil também é possuidor de ricas jazidas de areias monazíticas, contendo um dos mais preciosos materiais atômicos, o tório, que não é propriamente um combustível atômico, mas antes um material dito fértil, pois, colocado dentro de um reator nu-

clear, poderá transformar-se num dos isótopos do urânio, tornando-se assim de imediato uso.

"O papel do tório não deve ser confundido. O seu emprego está ainda na fila à espera de maiores avanços técnicos". Lembrou que o nosso país devia possuir urânio em larga escala e que o principal problema consistia em localizar as jazidas e isso poderia ser rápida e inteligentemente feito.

E mesmo que o Brasil, ainda não estivesse de posse dos recursos técnico-econômicos para a fabricação de reatores nucleares, a real disponibilidade de nossos combustíveis atômicos nos garantiria um lugar ao sol, no transcurso desta fase da História".

● Mais energia elétrica para a zona do carvão do Estado do Paraná

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico concedeu o aval para financiamento à Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), destinado à aquisição de parte do equipamento, necessário à Usina Termelétrica de Figueira. Firmaram o contrato os srs. Lucas Lopes, presidente do BNDE, governador Moisés Lupion, como interveniente, deputado Benjamin Mourão, presidente daquela empre-

sa. Dentro de 18 meses, deverá ficar pronta a Usina cujo equipamento está sendo fabricado pela firma Alsthon, na França, e custará cerca de 20 milhões de dólares. Assim, o mais tardar, no prazo de dois anos, a nova geradora de energia paranaense funcionará, propor-

cionando, dessa forma maiores possibilidades econômicas à região. A construção do edifício para suas instalações já está em fase bastante avançada.

20 MIL QUILOWATS NA PRIMEIRA FASE

Em primeira fase a Usina Termelétrica de Figueira, encravada na região nordeste do Paraná a mais rica do Estado e onde se situam grandes minas de carvão, fornecerá 20 mil quilowatts desafogando, assim, o sistema de abastecimento de energia elétrica local.

A concessão do aval do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico é assegurado, também, pelo Fundo Nacional de Eletrificação. Concluído esse processo o Governo paranaense, através da COPEL, iniciará os trabalhos para aquisição de mais um grupo de 30 mil quilowatts com que atenderá, igualmente, a Parai, Castro e Ponta Grossa, além do entrosamento com a rede abastecida pelas hidrelétricas das Usinas Elétricas do Parapanema.

• Desenvolve-se no Brasil o consumo de fertilizantes

Nossas importações de adubos manufaturados durante o ano passado devem aproximar-se de 300.000 toneladas, quantidade correspondente a quase o dobro da de 1953 (158.878 t.), 60% maior que a de 1954 (187.547 t.), e cerca de 15% mais elevada que a de 1955 (261.197 t.). O progressivo aumento dessas quantidades, segundo nos mostram nossas estatísticas do Comércio Exterior (IBGE), está em consonância com o rápido desenvolvimento do consumo interno de fertilizantes, que outras fontes de investigação também registram.

Os inquéritos periódicos realizados pela FAO em muitos países indicam para o Brasil um incremento da ordem de 10 vezes, em relação a 1938, no consumo dos adubos nitrogenados, assim como aumentos significativos, nos últimos anos, quan-

to ao dos adubos fosfatados e potássicos. Atualmente o consumo anual (julho de 1955 a junho de 1956) estima-se em 22,3 milhares de toneladas de nitrogênio, 33 milhares de toneladas de ácido fosfórico e 40,9 milhares de toneladas de potássio. Com isso, estamos aplicando em média, por hectare de terra cultivável, 1,17 quilos do primeiro desses produtos, 1,73 quilos do segundo e 2,14 quilos do terceiro.

A crescente procura no mercado nacional não só tem estimulado as compras de adubos químicos estrangeiros, como ainda propiciado a criação e a expansão da indústria brasileira de fertilizantes. Prevê-se que todas as nossas necessidades em adubos nitrogenados sejam próximamente atendidas pela fábrica instalada pela Petrobrás em Cubatão, do mesmo modo que os suprimentos de adubos fosfatados possam ser totalmente satisfeitos pela produção da fosforita de Pernambuco. Restam, porém, os sais potássicos, para os quais não existem possibilidades imediatas de nos tornarmos auto-suficientes.

• A energia nuclear e o desenvolvimento econômico do Brasil

A energia nuclear poderá desempenhar importante papel no desenvolvimento, a longo termo dos países subdesenvolvidos, mas somente poderá encontrar aplicação limitada e especializada, nos próximos 15 ou 20 anos.

Tal é a conclusão de um estudo sobre "A Energia Nuclear e o desenvolvimento econômico do Brasil", feito pelo Dr. Stefan H. Robock, ex-conselheiro da Missão de Assistência Técnica, das Nações Unidas, no nordeste do Brasil, em colaboração com especialistas da "National Planning Association", organização privada americana.

Segundo esse estudo, um dos maiores obstáculos para o rápido desenvolvimento da energia atômica no Brasil é a penúria de técnicos. Por outro lado, o potencial

hidrelétrico ainda não explorado é suficiente para os próximos 15 ou 20 anos — considera o Dr. Robock.

Diz em seu relatório o Dr. Robock que o Brasil ainda não está num período em que o custo de novas instalações hidrelétricas aumentará, porque grande número de vantajosas fontes ainda existem no país. Consequentemente, a energia nuclear não terá senão influência marginal, no desenvolvimento econômico do país, nos próximos vinte anos.

No que concerne às perspectivas a longo termo, poderá o Brasil, em chegado o momento, bastar-se a si próprio, em carburantes atômicos, graças às jazidas de tório e de urânio que o país possui — considera o relatório.

Sugere o Dr. Robock dois sistemas, que o Brasil poderia adotar, para realizar o programa de reatores industriais, com base no tório de que o país dispõe:

1) Poderia o Brasil produzir carburantes atômicos utilizando o seu urânio natural, combinado com o tório, contando apenas com limitada ajuda de outros países;

2) Ao contrário, poderia o Brasil atingir a mesma finalidade, beneficiando-se do progresso técnico realizado pelos países mais avançados em matéria atômica, e utilizando, inicialmente, o urânio enriquecido, obtido no estrangeiro.

“Os países subdesenvolvidos têm a tendência para atribuir demasiada importância à energia elétrica, como estimulante do progresso econômico — declara o relatório do Dr. Robock. Como exemplo, cita a desmensurada importância atribuída pelo Brasil ao papel proeminente da expansão da energia elétrica através da barragem de Paulo Afonso. O resultado dessa teoria do “fator único” é que menos da metade da capacidade de Paulo Afonso foi utilizada, porque nenhum programa geral e complementar, quanto à utilização da energia, foi elaborado.

Em consequência, o desenvolvimento econômico do Nordeste bra-

sileiro foi inferior ao que se tinha esperado, e atualmente estão sendo feitos esforços para elaborar programas auxiliares de desenvolvimento para aquela região.

“Um dos problemas-chaves do Brasil — como da maioria dos países subdesenvolvidos — é a penúria de divisas estrangeiras, problema que não será resolvido antes de 10 ou 15 anos” — declara o autor do estudo. Considera que, até 1975, 90% dos investimentos para instalações atômicas virão do estrangeiro e que 100% do custo das matérias físsíveis serão em divisas estrangeiras.

Concluindo, declara o relatório:

“Os esforços do Brasil, tendo em vista desenvolver o interior do país e acelerar o desenvolvimento das regiões do Nordeste e da Amazônia, poderão ser apoiados, em limitada medida, pela energia nuclear. Todavia, pelo menos nas três próximas décadas, a atividade econômica continuará provavelmente, a ser concentrada ao longo das regiões costeiras”.

● A indústria de Alcalis a caminho da concretização

Prosseguem em ritmo acelerado os trabalhos de construção da fábrica em Cabo Frio, da Companhia Nacional de Alcalis. Espera-se que em meados do ano corrente entre em funcionamento a fábrica de cal e, em 1958, seja iniciada a produção de barrilha, tudo levando a crer que em 1960 se alcance o objetivo de produzir no país 72 mil toneladas de barrilha e 60 mil toneladas de soda cáustica.

Apesar de não se tratar ainda de fatos consumados, o ritmo que a partir de 1955 vem sendo dado ao empreendimento faz supor, a não ser que haja algum imprevisto, um desenlace otimista.

ANTECEDENTES

A história da batalha pela produção de álcalis no Brasil vem de longa data. Alguns grupos nacionais e estrangeiros tentaram por

várias vezes infrutiferamente em empreendimentos nesse setor industrial. A Companhia Sal-Gema, Soda Cáustica e Indústrias Químicas foi das primeiras a se constituir, planejando o aproveitamento do sal-gema, descoberto na época em Cotinguiba, no estado de Sergipe. Paralelamente era fundada a "Indústrias Brasileiras Alcalinas S.A." (IBASA) subsidiária da antiga Duperial (hoje desdobrada em duas empresas, a Imperial-Indústrias Químicas do Brasil e a Dulpont do Brasil), com o propósito de produzir álcalis. Contudo, em virtude de não possuir matérias-primas, associou-se à primeira das companhias citadas. Essa associação mal começara a funcionar foi interrompida devido ao parecer formulado pelos conselheiros técnicos e econômicos da IBASA, que aprofundando-se no estudo do empreendimento, concluíram que a iniciativa daria prejuízos permanentes, tendo em vista que as vantagens esperadas com a descoberta dos depósitos de sal-gema não existiam realmente, além de uma série longa de outros fatores negativos de ordem técnica. Essa podemos dizer, foi a grande experiência de iniciativa privada.

Entretanto, o governo anteriormente já vinha tentando instalar a indústria de álcalis no país. Data do período de guerra a iniciativa estatal.

Em 1943, em virtude da forte ampliação do consumo de álcalis e da crise de suprimento, era criada a Companhia Nacional de Álcalis, sociedade de economia mista, com um capital de 50 milhões de cruzeiros (hoje elevado para 800 milhões de cruzeiros) e prevendo uma produção anual de 50 mil toneladas de barrilha e 20 mil toneladas de soda cáustica.

IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA

Todavia, decorreram onze anos e por motivos vários a empresa permaneceu na estaca zero. Somente em princípios de 1954 é que, levando em conta os novos estudos do mercado e recorrendo a um

consórcio francês para a compra do equipamento estrangeiro necessário, deu-se um passo decisivo para a produção nacional de álcalis.

A implantação da indústria de álcalis no país irá preencher uma lacuna, que só se justifica existir até hoje pelo vulto do investimento necessário, pois basta dizer que em empreendimento mínimo rentável está avaliado numa absorção mínima de capital inicial de mais de dois bilhões de cruzeiros. A fábrica localizada em Cabo Frio é um vasto sistema de instalações. Cada uma de suas cinco linhas de produção é um conjunto industrial específico: a de cal de gás carbônico; a de barrilha leve e dença; a de soda cáustica, a dos subprodutos do salitre como o gesso, o hidróxido de magnésio, cloreto de potássio e carbonato de cálcio e a de subprodutos diversos, como por exemplo o bicarbonato de sódio. Além disso, a fábrica dispõe de uma salina, lavras de calcário e serviços gerais de manutenção.

CONSUMO DE ÁLCALIS

Da enumeração dos produtos depreende-se o impôsto que terá sobre a economia brasileira a sua produção. A demanda de álcalis no Brasil tem crescido substancialmente, podendo ser correlacionada com o desenvolvimento industrial do país e, especialmente, com os ramos onde são mais empregados. Os maiores consumidores localizam-se nas seguintes indústrias: sabão, tecidos produtos químicos e farmacêuticos, vidro, celulose, papel, plástico, alumínio, petróleo, siderurgia, quase todas em expansão no país. A indústria de plásticos brasileiros era inexistente quando da criação da Companhia Nacional de Álcalis, podendo dizer-se o mesmo no que se refere a petróleo. Estimativa recente calcula a taxa de crescimento da procura anual em 19% para a barrilha e 15% para a soda cáustica.

A barrilha ainda não é produzida no país, contudo aproximada-

mente 40 mil toneladas de soda cáustica são produzidas e em grande parte absorvidas pelos próprios produtores.

PERSPECTIVAS DO MERCADO

Um estudo levado a efeito pela Companhia Nacional de Alcalis, estimava a demanda para 1960 em aproximadamente 100 mil toneladas de barrilha e 110 mil toneladas de soda cáustica e uma atualização recente da referida estimativa considerava necessárias 150 mil toneladas de soda cáustica para o ano em questão.

Entretanto, a solução econômica e técnica para a fabricação de álcalis pela C.N.A., prevê a produção para venda em 1960 de apenas 72 mil toneladas de barrilha e 20 mil toneladas de soda o que daria ao país uma produção total de 72 mil toneladas de barrilha e aproximadamente 60 mil toneladas de soda cáustica.

As perspectivas de ampliação do mercado são de tal natureza, haja visto a importação observada no ano passado — mais de 128 mil toneladas de soda e 87 mil toneladas de barrilha — que têm determinado um interesse crescente por parte do setor privado, especialmente no que respeita à soda eletrolítica. Portanto, é bem possível que os planos atualmente conhecidos de origem privada somados à produção da Companhia Nacional de Alcalis sejam suficientes para suprir em boa parte o mercado em 1960. Considerando, todavia, uma hipótese menos otimista, ou seja, que se consiga apenas alcançar as cifras programadas pela Companhia Nacional de Alcalis, ainda assim a economia de divisas será substancial, uma vez que despendemos, presentemente, cerca de 20 milhões de dólares por ano na importação dos produtos em pauta.

• Expansão da indústria de eletricidade

* Em fins de 1956, a capacidade geradora de energia elétrica no

país alcançava 3.450 mil Kw. Esta cifra representa um acréscimo de 13% à potência das usinas geradoras em 31 de dezembro de 1955, que era pouco superior aos 3 milhões de Kw. Segundo os últimos levantamentos, na base dos planos em execução, por parte do Governo e participação da iniciativa privada, acredita-se que até 1960 o país acrescentará mais 2,1 milhões de Kw, à atual capacidade de geração de energia elétrica. Dessa forma, a potência instalada no país atingirá, naquela data, pouco mais de 5,5 milhões de Kw. Todavia, outros planos foram elaborados, com o objetivo de proporcionar mais 2 milhões de Kw, a partir de 1961. O custo do conjunto dessas obras e das demais correlatas atingirá a cifra de 50 bilhões de cruzeiros e mais 400 milhões de dólares. Deste custo total serão despendidos até 1960 39,0 bilhões de cruzeiros e 280 milhões de dólares.

PLANO DE EXECUÇÃO

As cifras acima mencionadas garantem que a oferta de energia elétrica, resultante desse aumento da capacidade instalada, prosseguirá em ritmo elevado nos próximos anos, nunca, inferior ao do último triênio (1954-1956), cujo incremento anual foi da ordem de 10%.

Os 2,1 milhões de Kw que serão acrescidos à nossa capacidade geradora até fins de 1960, serão proporcionados por vários empreendimentos em fase de execução, destacando-se entre eles a ampliação da Usina de Peixotos, das Empresas Elétricas Brasileiras, que passará de 80 para 400 mil Kw, bem como sua interligação aos Sistemas de São Paulo e Minas Gerais. A duplicação da capacidade instalada da usina térmica de Piratininga, com 250 mil Kw, também figura como uma das principais realizações do plano que vem sendo executado.

Além dessas tarefas, outras de grande importância para a ampliação do potencial elétrico instalado estão em andamento. Menciona-

mos aqui a construção da segunda etapa da usina subterrânea de Cubatão, com 130 mil Kw; nova expansão da de Paulo Afonso, e realização da segunda etapa do programa da CEMIG em Itatinga, Santo Antônio, Camargos e Cajuru, com 128 mil Kw. Convém lembrar, ainda, a conclusão da primeira etapa do plano de eletrificação do Estado de São Paulo formado pelas usinas de Salto Grande, Euclides da Cunha, Limoeiro, Barra Bonita e Jurumirim, com 232 mil Kw; e a execução de outras tarefas análogas nos Estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, etc.

São estes, pois os principais empreendimentos para a ampliação da indústria de eletricidade no Brasil, e que estão sendo executados e serão postos em funcionamento até fim de 1960. Nessa ocasião, relativamente à situação atual, o potencial elétrico instalado no país será cerca de 61% superior.

SITUAÇÃO A PARTIR DE 1961

Tendo em vista a rapidez com que o consumo de energia elétrica aumenta na Região Centro-Sul do país, as perspectivas de deficits nessa Região num futuro próximo são, até certo ponto, consideráveis. Avaliando-se que essas exigências do incremento do consumo corresponderão a cerca de 300 mil Kw de potência instalada anualmente, é evidente que os planos de ampliação da capacidade geradora devem orientar-se preferencialmente para essa região.

Considerando esse aspecto do problema, outros grandes projetos de expansão da indústria de eletricidade na Região Centro-Sul do Brasil serão realizados, tendo em mira o suprimento de energia nessa área, a partir de 1961. Dessa forma estão sendo mobilizados recursos para executar as grandes obras de Três Marias e de Furnas.

A primeira, enquadrada dentro do programa de regularização do Rio São Francisco, localizar-se-á

ao pé da imensa barragem que ali será construída. O custo total dessa barragem, com financiamento do BNDR, alcançará a cifra de 4,5 bilhões de cruzeiros. As Centrais Elétricas de Minas Gerais, (CEMIG) se responsabilizarão pela construção e equipamento da usina de Três Marias, que terá uma potência de 520 mil Kw. Essa usina suprirá o mercado de energia do Norte e Centro do Estado de Minas Gerais, além de beneficiar também a região da nova Capital do país.

A Usina de Furnas, a ser construída na barragem que regularizará a vazão do Rio Grande atenderá no futuro, à região Central de Minas Gerais e parte do litoral dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, além do Sul do Espírito Santo e Norte do Paraná. Sua potência, instalada, será, no início, de 900 mil Kw, elevando-se depois para 1.100 Kw, tornando-se, portanto, a maior da América Latina. Servirá, também, de ponto de interligação do sistema elétrico da Região Centro-Sul do país. O custo da usina, atingirá 7,5 bilhões de cruzeiros, além de 51 milhões de dólares. O BNDE financiará a parte dos cruzeiros necessários para o empreendimento. A Central Elétrica de Furnas S.A. é uma empresa sob controle do Governo Federal (51% das ações com direito a voto) e participação dos governos de São Paulo e de Minas Gerais, bem como da Light e das Empresas Elétricas Brasileiras.

FINANCIAMENTO DAS TAREFAS PROGRAMADAS

A despesa total em cruzeiros para a realização desse programa de expansão da capacidade geradora de energia elétrica no país, e conseqüente ampliação dos sistemas de transmissão e distribuição, deverá, como vimos inicialmente, elevar-se a 50 bilhões de cruzeiros e mais cerca de 400 milhões de dólares.

Os recursos em cruzeiros provirão do Fundo Federal de Eletrificação, das taxas estaduais de ele-

ificação, do Banco Nacional do desenvolvimento Econômico e da parte da receita resultante do acôrpo firmado com os Estados Unidos para a importação, pelo Brasil, de excedentes agrícolas com o pagamento em cruzeiros, cujos os 85% desse montante serão destinados, entre outras obras, às de eletrificação.

A parcela em moeda estrangeira deverá ser obtida por meio de financiamentos externos a longo prazo. As últimas negociações realizadas com o Eximbank são, pois, um exemplo promissor das nossas possibilidades de obtenção de empréstimos destinados a realizações de interesse econômico.

● Brabol S. A. explorará o petróleo boliviano

Um grupo mineiro-gaúcho constituiu uma sociedade — BRABOL S. A. — para explorar o petróleo boliviano. A fim de disputar a área de 5.000 km² reservada ao nosso país, formaram-se, inicialmente, 10 empresas, das quais apenas 4 sobreviveram e dentre estas surge o grupo mineiro-gaúcho como o de maiores possibilidades. Os líderes do movimento, segundo a mesma fonte, vêm mantendo entendimento com o Ministro das Relações Exteriores, o Conselho Nacional do Petróleo e a Comissão de Estudos do Petróleo Brasil-Bolívia. Nessas conversações os incorporadores apresentaram detalhes do plano de constituição da sociedade,

que terá um capital de 500 milhões de cruzeiros, dividido em ações nominativas e a ser colocado em subscrição pública, exclusivamente entre brasileiros e de preferência nos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O plano do grupo mineiro-gaúcho prevê a prospecção e exploração do petróleo na Bolívia, bem como a construção de duas refinarias no Brasil, sendo uma em Minas e outra no Rio Grande, e ainda o respectivo oleoduto. Na proposta enviada ao Ministério das Relações Exteriores os incorporadores da BRABOL S. A. desejam do governo as seguintes garantias: a) câmbio adequado para a importação do material técnico necessário; e b) compra, pelo preço internacional, do petróleo produzido. Esse grupo, segundo a mesma fonte, é financiado pelos Bancos Lavoura de Minas Gerais e Província do Rio Grande.

● A Mercedes Benz em Belo Horizonte

Está em organização em Belo Horizonte uma filial da Mercedes Benz do Brasil S. A., a qual já está instalando oficinas de peças e acessórios.

Até o fim do corrente ano, o material a ser empregado pela referida empresa será apenas de 15% de procedência estrangeira. A maioria das peças já vêm sendo fabricadas no Brasil, e em breve a Belgo-Mineira irá suprir a firma de implementos necessários ao desenvolvimento da organização paulista.

Noticiário de Interesse Militar

DECRETO N. 41.142, DE
13 DE MARÇO DE 1957

EXECUÇÃO DE AJUSTE ESTABELECIDO PELA TROCA DE NOTAS DE 21 DE JANEIRO DE 1957 ENTRE OS GOVERNOS DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal, com o propósito de facilitar as ligações entre as autoridades nacionais e norte-americanas, participantes da execução do Ajuste estabelecido com a troca de Notas de 21 de janeiro de 1957 — *ex-vi* do art. 1, § 1º, *in-fine*, do Acórdão de Assistência Militar firmado entre os dois países em 15 de março de 1952, relativo, no caso, às instalações que ambos se propõem realizar no Norte-Nordeste Brasileiro; e considerando:

— que as instalações em aprêço se localizarão em áreas sob jurisdição militar do IV Exército, do 3º Distrito Naval e da 2ª Zona Aérea;

— que o Arquipélago de Fernando de Noronha, *ex-vi* do Decreto-lei número 4.102, de 9 de fevereiro de 1942, constitui Território Federal sob jurisdição do Exército;

— que não se acham ainda organizados os Comandos das Zonas de

Defesa Norte e Atlântica — instituídos pela Lei n. 1.956, de 26 de agosto de 1953, através dos quais estaria o Estado-Maior das Forças Armadas capacitado para coordenar a ação das três Forças nas áreas em aprêço;

— que, finalmente, o Comandante do IV Exército, constitui a mais alta autoridade militar existente naquelas áreas, decreta:

Art. 1º. Ficam centralizados no Exército, provisoriamente, os estudos, planos e providências decorrentes da execução do Ajuste a que se refere o presente Decreto, cabendo-lhe, outrossim, a fiscalização e coordenação das medidas convenientes para um perfeito entrosamento da ação das autoridades brasileiras, propondo — quando fôr o caso — as que se impuserem para a boa execução da tarefa em aprêço.

§ 1º. As relações com as autoridades nacionais e norte-americanas, para perfeita execução do Ajuste em causa, serão realizadas por intermédio do Estado-Maior do Exército, a par de suas funções precípua de planejamento e dentro de sua subordinação estabelecidas em leis e regulamentos.

§ 2º. Para a solução de todas as questões de caráter regional e a execução de todas as medidas e providências que lhe forem prescritas fica constituída, desde logo, uma Comissão presidida pelo Comandante

do IV Exército e integrada pelos Comandantes do 3º Distrito Naval e 2ª Zona Aérea, com sede na cidade de Recife, Pernambuco.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Antonio Alves Câmara.

Henrique Lott.

Henrique Fleiuss.

CÓDIGO DE CONDUTA

Um código de conduta, o primeiro padrão de conduta claramente definido aplicável aos prisioneiros norte-americanos após a captura, entrou em vigor por uma ordem executiva assinada pelo Presidente. Embora severo, é temperado pelo reconhecimento da perversão do inimigo e assegura a justiça àqueles que cederem ante a tortura. Compreende seis artigos em linguagem simples e compreensível. Começa com a sentença "Sou um combatente norte-americano" e conclui dizendo: "Confio em Deus e nos Estados Unidos da América". Entre esses dois dogmas, o soldado americano promete que nunca se renderá voluntariamente, que procurará fugir se aprisionado, que como prisioneiro não trairá seus companheiros de cativeiro, que se recusará a prestar qualquer informação além de seu nome, número, graduação e data de nascimento. Promete que, mesmo que ceda diante do "brain washing", não trairá seu país nem seus aliados com qualquer declaração desleal, escrita ou oral. O código foi redigido pela Comissão Assessora de Prisioneiros de Guerra do Secretário da Defesa que fez um estudo exaustivo do problema dos repatriados norte-americanos dos Campos de Prisioneiros da China Comunista. A adoção do código aplica uma norma única para todas as Forças Armadas. Ficou es-

clarecido também que o Código de Justiça Militar, quando apropriado, continua a aplicar-se aos elementos das Forças Armadas enquanto permanecerem prisioneiros e que a conduta destes fica sujeita ao exame das circunstâncias que cercarem a captura e de todo o período do cativeiro com a devida observância dos direitos individuais e a consideração das condições da prisão. Os seis artigos do código são:

I — Sou um combatente norte-americano, servindo nas forças que defendem meu país e nosso modo de vida. Estou pronto a sacrificar minha vida em sua defesa.

II — Nunca me renderei por espontânea vontade. Se numa função de comando, jamais entregarei meus homens enquanto dispuserem de meios para resistir.

III — Se for capturado, continuarei a resistir por todos os meios possíveis. Envidarei todos os esforços para fugir e ajudar a fuga de outros. Não aceitarei nem a liberdade empenhando minha palavra nem favores especiais do inimigo.

IV — Se cair prisioneiro de guerra, serei leal aos meus companheiros de prisão. Não darei nenhuma informação nem tomarei parte em qualquer ação que possa prejudicar meus camaradas. Se for o de posto mais elevado, assumirei o comando. Em caso contrário, obedecerei às ordens legais dos meus superiores e os apoiarei por todos os meios.

V — Quando interrogado, se for um prisioneiro de guerra, comprometo-me a dar apenas o nome, posto, número e data de nascimento. Evitarei ao máximo de minhas forças responder quaisquer perguntas. Não farei nenhuma declaração verbal ou escrita que seja desleal ao meu país e aos seus aliados ou prejudicial à sua causa.

VI — Jamais esquecerei que sou um combatente norte-americano responsável por meus atos e dedicado aos princípios que tornaram minha pátria livre. Confio em Deus e nos Estados Unidos da América.

A Comissão concordou, por unanimidade, que as Forças Armadas devem instituir um programa de instrução cuja primeira parte será dedicada à motivação e informação dos homens durante todo o tempo de serviço na Ativa e na Reserva. A segunda fase consistirá na instrução específica e, tanto quanto possível, uniforme para as três Forças Armadas, destinada e aplicada à tropa pronta para o combate — *Da Imprensa*.

REQUERIMENTOS

Sylvio Couto Coelho da Frota, Tenente-Coronel, solicitando tolerância de prazo: — 1. Aprovo o Parecer n. 141, de 12 de março de 1957, do Sr. Consultor Jurídico deste Ministério. 2. Publique-se o referido parecer.

Parecer a que se refere o despacho supra: "Parecer n. 141. Em 12-III-57. Assunto: prazo de tolerância. Proc. n. 32.527-56. 1. Face às razões aduzidas a fôlhas, pede o Tenente-Coronel Sylvio Couto Coelho da Frota que lhe seja concedido prazo de tolerância para cumprimento da exigência do art. 18, letra c), da Lei n. 2.657-55 (Lei de Promoções), à semelhança do que o mesmo diploma legal concedeu, no art. 20, letras a), b) e c), para os casos de arrematação e outros. 2. Lê-se, no documento de fls. 11 e seguintes (informação do Exmo. Sr. General-de-Divisão Octavio da Silva Paranhos, D.D. Membro da C.P.O.): II — A Lei n. 2.657, de 1 de dezembro de 1955, que regula as promoções dos Oficiais do Exército, no que tange à promoção por merecimento, diz: "Art. 18. São requisitos indispensáveis para a promoção por merecimento, além dos referidos no art. 9º, mais os seguintes: a) haver o oficial atingido, no respectivo quadro, por ordem de antiguidade as primeiras: 1/8 parte — para os Capitães; 1/5 parte — para os Oficiais Superiores; b) possuir o oficial o conceito aceitável resultante da estimativa e exame das qualidades referidas no art. 17

desta Lei; c) ter satisfeito às exigências da Lei de Movimento de Quadros"; III — O Decreto número 39.344, de 11 de junho de 1956, aprova o Regulamento da Lei de Promoções. Este Regulamento prescreve: "Art. 11. As exigências da Lei de Movimentação de Quadros (Decreto-lei n. 7.039, de 10 de novembro de 1944), para as promoções por merecimento, são as constantes dos arts. 7º e seu parágrafo único e 18 e seu parágrafo único"; IV — A Lei de Movimento de Quadros — Decreto-lei n. 7.039, de 10 de novembro de 1944, diz: "Art. 7º. Nenhum Oficial dos Quadros das Armas poderá permanecer por mais de 6 (seis) anos consecutivos afastado da tropa. Parágrafo único. Aos oficiais superiores aptos para o serviço de Estado-Maior aplicar-se-á o dispositivo no Regulamento para o Quadro de Estado-Maior da Ativa". Art. 18 — Nenhum Oficial das Armas poderá permanecer por mais de 12 anos consecutivos na Capital Federal (inclusive Niterói e São Gonçalo), salvo aquele que, pela natureza do serviço ou de sua categoria, não possa servir em outras guarnições por falta de função inerente ao seu posto ou especialidade. Nas demais Guarnições o tempo máximo de permanência será de dez anos consecutivos. Parágrafo único — Para os fins do disposto acima os afastamentos inferiores a um ano não interrompem os prazos estipulados. V — A lei de promoções anterior à de 1 de dezembro de 1955, nada prescrevia com relação à Lei de Movimento de Quadros, nas promoções por merecimento. Assim, a Lei n. 2.657, de 1 de dezembro de 1955, apanhou de chofre os oficiais incursos na Lei de Movimento de Quadros, incursos para movimentação, porém nunca para promoção, pois não se lhes exigia tal cumprimento para serem promovidos. Além disso, a autoridade suprema é que competia fazer executar a lei, e não o interessado pedida. VI — Verifica-se pela cópia autenticada das alterações do oficial em tela, anexos ao seu requere-

rimento, que êle interrompeu o seu estágio na 10ª R.M., em Fortaleza, por ordem superior, a do Exmo. Senhor General Chefe do E.M.E., que determinou que embarca-se com destino ao C.A.E.R. no Rio. Dêsse modo, nenhuma culpa lhe cabe por não ter completado um ano em Guarnição fora do Rio, faltando, para tanto, apenas seis dias. VII — A Lei n. 2.657, de 1 de dezembro de 1955, que regula as promoções dos Oficiais do Exército, no seu artigo 80, declara: "A presente lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação, com exceção: a) letra e) do art. 9º (tempo de serviço mínimo arregimentado) e da letra f) do art. 20 (exercício de funções arregimentadas em unidades de tropa), cuja execução será contada a partir de 36 (trinta e seis) meses após sua publicação, vigorando até então as condições da Lei n. 5.625, de 28 de junho de 1943, quanto ao tempo de arregimentação; b) dos ns. 3 a 6 da letra a) do art. 63 (tempo de serviço arregimentado; tempo de serviço em funções de Estado-Maior ou Técnica; tempo de serviço em Q.S.; tempo de serviço como Comandante de tropa isolada, chefia ou direção, repartição, estabelecimento, comissões ou órgãos de sede autônoma), cuja execução entrará em vigor 3 (três) anos após a vigência desta lei; c) a letra c) do art. 21 (Curso de Estado-Maior para os Serviços, quando êste funcionar no Exército), que entrará em vigor 4 (quatro) anos após a vigência desta lei. Donde se conclui que a lei estabelece um prazo de carência para requisitos muito mais indispensáveis, para a promoção por merecimento, do que uma simples permanência de doze anos na Capital da República, deixando de amparar aqueles a que faltam poucos dias, como o oficial em aprêço. VIII — Em face do exposto, somos de opinião que o presente parecer seja submetido à apreciação do Exmo. Sr. Consultor Jurídico do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, para que a exigência da letra c) do art. 18 da Lei de Pro-

moções seja contada a partir da data em que a Lei entrou em vigor, isto é, em 18 de junho de 1956. 3. Verifica-se que o requerente não completou um ano de permanência fora da guarnição, tal como prevê o art. 18, parágrafo único, do Decreto-lei n. 7.039, de 10-XI-944, a fim de interromper os prazos estipulados no corpo do mesmo artigo. O Coronel Sylvio Couto Coelho da Frota, ao que se verifica da instrução do processo, ao término do curso da Escola de Estado-Maior, foi classificado em Fortaleza, de onde foi transferido para a Capital Federal, após um ano menos 6 (seis) dias. Esclarece, a propósito, o interessado: Tendo conhecimento de sua transferência e como não interessasse ao signatário regressar imediatamente ao Rio, em virtude do que preceitua o art. 18 da Lei de Movimento de Quadros, solicitou ao Exmo. Sr. General Comandante da 10ª Região Militar pedisse à autoridade competente permissão para retardar, por meses, seu desligamento. Aquiescendo ao pedido do Comandante da 10ª Região Militar, o Exmo. Sr. General Chefe do Estado-Maior do Exército em Telegrama n. 474-D2, de 4 de novembro de 1948, autorizou a permanência do requerente, até janeiro de 1949, situação que em nada o beneficiou, pois o prazo concedido era inferior ao necessário para a satisfação do parágrafo único do citado artigo. Nestas condições, não obstante seu desejo em contrário e por força dos dispositivos regulamentares, regressou ao Rio de Janeiro, onde se apresentou a 25 de fevereiro de 1949, permanecendo, em consequência, fora desta cidade um ano menos seis dias. 4. A Lei de Movimento de Quadros, a que se reporta a nova Lei de Promoções, estabelece: Art. 9º. Somente por motivos de interesse superior do serviço e por ordem expressa do Ministro da Guerra poderá o oficial ser movimentado antes de um ano de serviço ininterrupto onde estiver servindo. Ocorre, por outro lado, que o Decreto n. 39.344, de 1956 (Regulamento da nova Lei

(e Promoções), dispõe: Art. 5º. Nenhum oficial deverá ser prejudicado em sua promoção, caso tenha requerido em tempo oportuno, a satisfação do complemento das condições exigidas em Lei e esta não lhe tenha sido concedida. 5. Ora, não se afasta da hipótese prevista no art. 5º supratranscrito o caso do Tenente-Coronel Coelho da Frota. Na verdade, a situação desse oficial ainda é bem melhor que a dos a que se refere a referida disposição, porque ele quase chegou a preencher o requisito do art. 18, letra c), da Lei n. 2.657-55, pois serviu por mais de onze meses (quase doze), fora da Capital. Se não chegou a completar o ano necessário, foi por ordem superior, no interesse do serviço, após haver diligenciado para a completa satisfação do requisito legal, não o podendo fazer face ao Telegrama número 474-D-2-48, do E.M.E. (fó-lhas 6). Vê-se, pois, que a alegação do interessado (item 3, in-fine, deste Parecer) está corroborada pelo que consta de suas alterações (fls. 6). Ante o exposto, e tendo em vista a transferência do militar, *ex-vi* do art. 9º da Lei de Movimento de Quadros, em princípio, não devia ter ocorrido; considerando que se a mesma foi efetivada, após ponderação do oficial, atendeu a interesse do serviço e decorreu de ordem superior; considerando que a espécie, como se vê, se enquadra no que dispõe o art. 5º do Regulamento da Lei de Promoções (item 4), estamos em que não pode o requerente ser prejudicado em suas promoções pela razão em aprêço. Quando muito, será de deferir-lhe o prazo para a satisfação do requisito, conforme requer. É o parecer. (a) *Demóstenes Madureira de Pinho*, Consultor Jurídico.

CONSTRÓI O EXÉRCITO NOVAS ESTRADAS PARA A REGIÃO NORDESTINA

Os Batalhões Rodo-Ferrovários do Exército, sediados nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, vêm prestando inestimá-

veis serviços ao País, com a construção de estradas de ferro e de rodagem, açudes e canais de irrigação, além de promoverem a alfabetização de adultos e a assistência social, sanitária e técnica aos trabalhadores, dando apoio decisivo aos Estados nordestinos nas épocas de calamidade.

Criados em 1955, os Batalhões Rodo-Ferrovários estão construindo em ritmo acelerado, nas mais importantes áreas do Nordeste, rodovias e ferrovias que muito ajudarão o desenvolvimento econômico de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí.

CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS

A missão ferroviária da Engenharia Militar no Nordeste visa, principalmente, dar continuidade à rede ferroviária da região, unindo entre si as diversas ferrovias, com a ligação direta Recife-São Luiz e estabelecendo outras conexões indispensáveis a um acesso econômico aos portos nordestinos. Essa transversal permitirá melhor intercâmbio comercial entre os Estados, dará grande flexibilidade ao escoamento da produção para as cidades litorâneas ou para os portos de exportação, e constituirá, nas épocas de calamidade, um eixo de suprimento às populações dos sertões assoladas pelas secas.

NOVAS LIGAÇÕES

A segunda iniciativa visa as ligações Petrolina-Salgueiro-Missão Velha e Paulistana-Teresina, que se destinam a unir o sistema nordestino ao sistema ferroviário do Sul do Rio São Francisco, estabelecendo longitudinais de menor resistência entre o Nordeste oriental e ocidental e o Sul do país, com um ponto comum na ponte entre Juazeiro e Petrolina. Essas ligações diretas terão grande alcance social e econômico, pois criarão novas possibilidades para o aproveitamento do baúçu, da carnaúba, do sisal e outros produtos nordestinos, pelos Estados industrializados.

Com a conclusão dos trabalhos de ligação Salgueiro-Flôres, de grande interesse para Pernambuco, disporá o Nordeste de uma rede ferroviária capaz de estimular a inversão de capitais, incrementar os trabalhos de pesquisas do subsolo e promover a produção do território, facultando, ainda, melhor intercâmbio entre os Estados, com o entrosamento de interesse econômico entre o Nordeste e o Centro, Leste e Sul do País.

PR 12.723-55 — N. 73, de 28 de fevereiro de 1957. Encaminha o Parecer n. 222-Z, sobre promoção de militar por ter servido na zona de guerra antes da declaração formal de beligerância, em que é interessado D. Aracy Villanova Machado — "Aprovo. Em 18-III-957" — Rest. proc. ao M.G., 20-III-957, por intermédio do Gab. Militar da (R.).

PARECER

N. de referência: 222-Z.

Para decisão do pedido da viúva do General Rodolpho Villanova Machado, de promoção *post-mortem* desse oficial do Exército, com fundamento na Lei n. 1.156, de 12 de julho de 1950, vem o presente processo a esta Consultoria Geral.

O General passara para a reserva em 28 de agosto de 1942 e, somente em 31 de agosto daquele ano, foi declarado, pelo Brasil, o estado de guerra com as nações então agressoras, Alemanha e Itália.

A Lei n. 238, de 8 de junho de 1948, assegurou promoção, ao ser formado ou ao passar para a reserva, ao oficial das Forças Armadas que servira no teatro de operação de guerra ou tenha cumprido missões de patrulhamento em qualquer outro teatro de operações.

A Lei n. 616, estendeu o benefício, assegurando o referido acesso ao oficial que servira no teatro de guerra na Itália, ou tenha cumprido missões de patrulhamento, vigilância e segurança do litoral, e operações de guerra e de observações em qualquer outro teatro de operações, finidas pelo Ministério respectivo, inclusive Ilhas da Trindade e Fer-

nando de Noronha e nos navios da Marinha de Guerra que defendiam os portos nacionais em zonas de operação de guerra.

Veio depois a Lei n. 1.156, de 12 de julho de 1950 e dispôs:

"Art. 1º. São amparados pela Lei n. 616, de 2 de fevereiro de 1949, todos os militares que prestaram serviço na zona de guerra definida e delimitada pelo art. 1º, do Decreto n. 10.490-A, de 25 de setembro de 1942.

Parágrafo único. Ficam também reconhecidos os direitos dos militares já falecidos."

O Supremo Tribunal Federal decidiu, em acórdão unânime, que a declaração formal de guerra se deu em 22 de agosto de 1942. Argumenta, com efeito, o citado aresto que "se somente em 31 de agosto de 1942 foi decretado o estado de guerra em todo o território nacional, anteriormente, a 22 do mesmo mês e ano, diante a comprovação dos atos de guerra contra a nossa soberania, o governo brasileiro reconheceu a situação de beligerância entre o Brasil e as nações agressoras, Alemanha e Itália, às quais foram expedidas, por via diplomática, as devidas comunicações" (ac. no mand. de segurança n. 1.341, de 22-II-951).

Destarte, os militares que, desde o estado de beligerância, a saber, 22 de agosto de 1942, prestaram serviço na zona definida pelo art. 1º, do Decreto n. 10.490-A, de 25 de setembro de 1942, ficaram com direito à prévia promoção, ao passarem à inatividade.

De resto, o militar, de que se trata, somente foi desligado em 9 de setembro de 1942, quando a declaração formal de guerra se deu em 31 de agosto daquele ano.

No Parecer n. 220-Z, deixei assinalado, conforme jurisprudência administrativa assentada com aprovação do Chefe do Governo, que o tempo de serviço entre o ato da transferência e o efetivo desligamento conta-se como de serviço efetivo.

Com estas considerações, o parecer da Consultoria Geral da República é que, embora a zona de guerra, de que fala o art. 1.º, da Lei n. 1.156, fôsse delimitada por decreto de 25 de setembro de 1942, os militares que, em qualquer época, tenham servido nessa zona desde 22 de agosto daquele ano até o término da guerra, têm direito a ser previamente promovidos ao passarem para a reserva ou forem reformados, estendendo-se o benefício aos já falecidos ou tenham, antes da lei, sido reformados.

Salvo melhor juízo.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1957 — A. Gonçalves de Oliveira, Consultor Geral da República.

AMERICANOS PREPARAM SATÉLITE ARTIFICIAL E ENGENHOS TELEGUIADOS

O satélite que os norte-americanos pretendem lançar durante o ano geofísico internacional, que começa a 1 de julho vindouro, poderá, depois de atingida a sua órbita, prosseguir em sua corrida durante 5 ou 6 anos em lugar dos vários dias ou, além de algumas semanas que haviam sido previstos. Essa eventualidade ressalta dos cálculos revelados pelo Dr. Josef Allen Hynek, diretor associado do observatório "Smithsonian" de astrofísica de Cambridge, no Estado de Massachusetts, durante uma entrevista à imprensa realizada em South Pasadena (Califórnia).

Esses novos cálculos levam em conta informações recentes sobre a densidade da atmosfera em alta altitude, informações obtidas em consequência do lançamento de foguetes ultramodernos.

O Dr. Hynek observou que, nesse caso, os instrumentos de bordo do satélite não teriam uma reserva de energia suficiente para transmitir à Terra, durante vários anos, as informações que registrassem.

Por outro lado, o Laboratório de Pesquisas da Marinha pretende lançar, no decurso do ano geofísico internacional, 14 engenhos teleguiados munidos de um foguete, tendo

em vista observar as manchas solares. A data do primeiro lançamento de "Dans" (nome dado a essa espécie de engenhos) ainda não foi marcada.

EM PROVAS

Um protótipo da terceira seção do foguete que deve dar a aceleração final aos satélites artificiais que os norte-americanos pretendem lançar durante o ano geofísico internacional foi construído e está atualmente submetido a uma série de provas no solo, na base aérea de Patrick, na Flórida.

MANOBRAS DA 1ª DIVISÃO DE INFANTARIA

A 1ª Divisão de Infantaria, concluindo o ano de instrução regular, realizou na região de Maricá, no Estado do Rio, um exercício de combinação de armas que, iniciado a 2 do corrente, terminou no dia 5.

Compuseram a tropa de manobras um Regimento Tático, formado do 3º Regimento de Infantaria, sob o comando do Coronel Paulo Torres, e o I Grupo do 1º R.O. de 105, sob o comando do Tenente-Coronel Moura Dias.

Dirigiu a manobra conjunta o Coronel Aloysio Miranda Mendes, Comandante da AD/1.

A defesa de uma posição constituiu a parte fundamental do exercício, tendo sido a mesma atacada pelo "inimigo", depois de um fogo de barragem de tiro real, de que participaram todas as armas de fogo da infantaria e da artilharia. Em seguida, foi realizado um contra-ataque pelo Btl. reserva do 3º R.I., comandado pelo Tenente-Coronel José Claraz.

Após a conclusão do exercício, foi feita a crítica de seu desenvolvimento pelo Coronel Aloysio Mendes e pelo General João de Segadas Viana, Comandante da 1ª D.I., tendo ambos ressaltado a eficiência das tropas e a excelência da instrução ministrada durante o curso que ora se conclui.

REALIZOU MANOBRAS A 9ª REGIÃO MILITAR

As tropas da 9ª Região Militar, com sede em Campo Grande, Mato Grosso, sob o comando do General Nilo Sucupira, realizaram entre os dias 1 a 7 do corrente, manobras na região do "Retiro de Dourados", distante 320 km da sede da guarnição. As referidas manobras constaram da ação de um Grupamento Tático, sob o comando do Tenente-Coronel Jeferson Rocha Braune, constituído dos 11º R.C. e 10º G.A. 75 e Cav., com apoio de elementos do 9º Btl. Eng., da 14ª Cia. de Com., da 4ª Cia. Mat. Média, da 14ª Cia. Int. e 14ª Cia. Saúde, sediados nas guarnições de Ponta Porã, Campo Grande e Aquidauana.

Também participou dos exercícios uma Esquadrilha da FAB, pertencente à Base Aérea de Campo Grande, sob o comando do Major Avião Agenor de Figueiredo.

A direção dos exercícios esteve a cargo do Coronel Francisco Damasceno Portugal, Comandante da 4ª D.C., que contou com a colaboração de seu Estado-Maior.

O Sr. General Nilo Sucupira, Comandante da Região, após assumir a direção-geral das operações, fez a crítica final, ressaltando o excelente grau de instrução da tropa e o trabalho de cooperação das Armas e Serviços, tendo em vista o brilhante resultado alcançado.

ATOS OFICIAIS

(*) AVISO N. 45

Ao Exmo. Sr. Diretor-Geral de Intendência :

O Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica fica autorizado a arbitrar gratificações para militares e civis, não designados instrutores daquele Estabelecimento, que participarem da instrução, como conferencistas ou como especialistas, de acôrdo com os seguintes limites : Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) por conferência ; Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) por aula isolada e Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) por aula, quando se tratar de uma série de duas ou mais aulas.

As despesas correrão à conta da Verba 1 — Pessoal — Consignação III — Vantagens — Subconsignação 12 — Gratificações de Magistério, etc. do Orçamento vigente.

Assim, fica tornado sem efeito o Aviso n. 69, de 14-VII-947.

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1954 — (a) Tenente-Brigadeiro *Eduardo Gomes*, Ministro da Aeronáutica.

("Diário Oficial" de 2-IV-957.)

PORTARIA DE 21 DE MARÇO DE 1957

O Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica resolve expedir as seguintes Portarias :

N. 247-GM-2 — Aprova as Normas-Padrão de Ação para execução

de provas aéreas, tendo em vista a proposta do Estado-Maior da Aeronáutica :

1. Aprova as Normas-Padrão de ação para execução de provas aéreas, que com esta baixa, na forma do art. 40 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

2. Revoga as Portarias números 244-GM-2, de 21 de maio de 1956 e 408-GM-2, de 17 de agosto de 1956.

("Diário Oficial" de 26-III-957.)

AVISO N. 271 D-6, DE 4 DE ABRIL DE 1957

Ofício n. 12-S, de 12 de janeiro de 1955, em que o Chefe da Comissão Militar Brasileira em Washington sugere providências com relação ao transporte de bagagens dos militares em comissão no exterior, em navios do Lloyd Brasileiro.

Em solução e aprovando parecer do Departamento de Provisão Geral (Ofício n. 12-D-4-S-13, de 9 de outubro de 1956), resolvo:

1. A bagagem dos militares e servidores civis deste Ministério, em comissão do Governo em países estrangeiros, em que haja escala de vapores do Lloyd Brasileiro, deverá ser transportada nos vapores dessa empresa (Circulares ns. 15-52, 16-53 e 18-56, da Presidência da República) ;

2. O Serviço de Embarque do Pessoal do Ministério da Guerra, deverá manter em serviço permanente, um Sargento destinado aos

serviços de embarque, desembarque e desembarço de bagagens de militares em trânsito por esta Capital.

Ficam revogadas as disposições em contrário.

("Diário Oficial" de 9-IV-57.)

PORTARIA DE 18 DE MARÇO DE 1957

N. 229-GM2 — De acôrdo com o art. 39 do Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica... (RISAER), cria as seguintes guarnições de Aeronáutica:

a) Guarnição de Belém, compreendendo tôdas as instalações, aéreas e residências subordinadas às Organizações da Aeronáutica, sediadas na área do Município de Belém, Pará;

b) Guarnição de Recife, compreendendo tôdas as instalações, áreas e residências subordinadas às Organizações da Aeronáutica sediadas na área dos Municípios de Recife e de Jaboatão, Pernambuco;

c) Guarnição de São Paulo, compreendendo tôdas as instalações, áreas e residências subordinadas às Organizações da Aeronáutica sediadas na área dos Municípios de São Paulo e de Guarulhos, São Paulo;

d) Guarnição de Pôrto Alegre, compreendendo tôdas as instalações, áreas e residências subordinadas às Organizações da Aeronáutica sediadas na área dos Municípios de Canoas, de Gravataí e de Pôrto Alegre. — Brigadeiro do-Ar Henrique Fleiuss, Ministro da Aeronáutica.

("Diário Oficial" de 22-III-57.)

* *

AVISO N. 36-GM-2

Inclui a EACAR e o CTA entre as organizações da FAB, fixadas pelo Aviso n. 52-GM-2, de 22 de outubro de 1954, nas quais o pessoal é considerado arregimentado.

Ao Exmo. Sr. Diretor-Geral de Intendência:

Tendo em vista a proposta apresentada pelo Estado-Maior da Ae-

ronáutica, declaro a V. Exa. que, para fins da Lei n. 2.263, de 9 de agosto de 1954, ressalvado o disposto no § 3º do art. 1º, resolvi considerar como tropa a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica e o Centro Técnico da Aeronáutica.

Rio de Janeiro, em 13 de março de 1957 — Brigadeiro-do-Ar Henrique Fleiuss, Ministro da Aeronáutica.

* *

DECRETO N. 41.004 — DE 25 DE FEVEREIRO DE 1957

Dá nova redação aos arts. 2º e 4º do Decreto n. 36.072, de 17 de agosto de 1954.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Passam a vigorar com a seguinte redação os arts. 2º e 4º do Decreto n. 36.072, de 17 de agosto de 1954:

"Art. 2º. O Ministério da Guerra deverá promover junto aos Ministérios e órgãos competentes, as diligências que se fizerem necessárias no sentido de assegurar o rápido andamento dos trabalhos do Tronco Principal Sul, obedecida a seguinte prioridade:

1ª) *Trecho em construção*: Garganta de Bonsucesso, Ponta Grossa, Engenheiro Blei, Rio Negro, Lajes, Vacaria, Barra do Jacaré, Cai e ligação Itapeva — Garganta de Bonsucesso;

2ª) *Trecho projetado*: São Paulo — Garganta de Bonsucesso;

3ª) *Trecho em estudo*: Cai — Rio Grande".

"Art. 4º. Fica estabelecida a obrigatoriedade de ser o Tronco Principal Sul instalado desde já em bitola de 1,60 m, o qual, após sua conclusão, constituirá uma unidade de exploração e funcionará na referida bitola".

Art. 2º. O presente decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Henrique Lott

Lucio Meira

* *

DECRETO N. 41.077 — DE 1 DE MARÇO DE 1957

Organiza, no Ministério da Aeronáutica, o Comando Aerotático Naval e o Comando Aerotático Terrestre ("Diário Oficial" de 2-III-1957.)

* *

DECRETO N. 41.011 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1957

Dá nova redação ao art. 2º do Decreto n. 34.701, de 26 de novembro de 1953, que considera organizado o Centro Técnico de Aeronáutica ("Diário Oficial" de 1-III-1957.)

* *

DECRETO N. 41.012 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1957

Dá nova redação ao art. 3º do Regulamento da Diretoria do Material da Aeronáutica ("Diário Oficial" de 1-III-1957.)

* *

DECRETO N. 41.148 — DE 13 DE MARÇO DE 1957

Aprova o Regulamento do "Fundo Aeronáutico".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n. 1, da Constituição, resolve:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento do "Fundo Aeronáutico", que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Henrique Fleiuss

("Diário Oficial" de 15-III-1957.)

* *

DECRETO N. 41.095 — DE 7 DE MARÇO DE 1957

Aprova o Regulamento da Polícia Militar do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o item I do art. 87 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento da Polícia Militar do Distrito Federal, que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de março de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

("Diário Oficial" de 15-III-1957.)

* *

DECRETO N. 41.099 — DE 8 DE MARÇO DE 1957

Aprova o Regulamento para o Centro de Recrutamento do Corpo de Fuzileiros Navais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento para o Centro de Recrutamento do Corpo de Fuzileiros Na-

vais, que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Marinha.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de março de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHK

Antonio Alves Câmara

("Diário Oficial" de 11-III-1957.)

* *

DECRETO N. 41.282 — DE 9 DE ABRIL DE 1957

Considera serviço nacional relevante e de alto interesse para a segurança nacional os trabalhos de construção rodo-ferroviária e de obras contra as secas, em execução pelo 1º Grupamento de Engenharia de Construção, na região do Nordeste

("Diário Oficial" de 11-IV-1957.)

* *

AVISO N. 172-D-5-A — DE 1 DE MARÇO DE 1957

Para esclarecimento e fixação de normas relativas ao conhecimento e recursos quanto aos resultados consignados nos quadros de acesso para promoções de oficiais, determino que se proceda da seguinte forma:

1) Logo que sejam conhecidos os resultados do 1º escrutínio ou os quadros de acesso, providenciará o Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais para torná-los conhecidos pelos interessados, de forma a facilitar a apresentação em tempo útil, dos recursos correspondentes.

2) O conhecimento por intermédio do Boletim do Exército ou por outro meio, deverá ser acusado via telegráfica, ao Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais, dentro de 24 horas, pelo Comandante ou Chefe do oficial interessado.

3) Os recursos relativos ao 1º escrutínio serão apresentados dentro de 5 dias e dirigidos ao Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais; os que se referirem ao Quadro de Acesso, após o 2º escrutínio, terão o prazo de 20 dias e serão dirigidos ao Ministro da Guerra.

Em ambos os casos serão diretamente encaminhados pelo Comandante, Diretor ou Chefe do oficial interessado ao Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais, a quem na mesma data será telegrafado, dando conhecimento da remessa, pela via mais rápida.

4) No encaminhamento dos recursos, deverá ser informado a data em que o recorrente tomou conhecimento do resultado recorrido, bem como a natureza e data do recebimento na Unidade de comunicação exigida no item 2 deste Aviso. Os recursos apresentados fora dos prazos estipulados não deverão ser encaminhados. — Gen. Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Ministro da Guerra.

("Diário Oficial" de 1-III-1957.)

* *

AVISO N. 200 — DE 14 DE MARÇO DE 1957

Atendendo a que:

Os recompletamentos do pessoal do Batalhão Brasileiro que integra a Força Especial da ONU na zona do Canal de Suez, só poderão ser realizados a partir do mês de julho próximo futuro;

Há necessidade de assegurar a referida Unidade um nível de efetivos compatível com o desempenho da sua importante missão;

Resolvo, de acordo com o disposto no art. 997 e seu § 2º da Lei do Serviço Militar modificada pela Lei n. 1.585, de 28 de março de 1952, adiar o licenciamento das praças integrantes do 3º-2º RI — em missão na zona de Suez — até 31 de julho do corrente ano.

("Diário Oficial" de 19-III-1956.)

DECRETO N. 41.101 — DE 8 DE MARÇO DE 1957

Transfere para a Diretoria de Vias de Transporte, em decorrência da Lei n. 2.851, de 25 de agosto de 1956, a delegação de atribuições a que se refere o art. 15 da Lei n. 302, de 13 de julho de 1948

("Diário Oficial" de 11-III-1957.)

* *

AVISO N. 219-D-6 — DE 21 DE MARÇO DE 1957

Substituição entre oficiais, do QAO e QAA — Diferença de vencimentos

* *

AVISO N. 177-D-3-E, DE 6 DE MARÇO DE 1957

Regula a arregimentação dos oficiais e praças, para os efeitos legais

("Diário Oficial" de 6-III-1957.)

* *

AVISO N. 209-D-5-A, DE 15 DE MARÇO DE 1957

Consulta o Major da Arma de Infantaria Ernesto Montenegro Filho sobre o procedimento para contagem de pontos previstos no art. 63, letra a) n. 9, da Lei número 2.657-55, quando o oficial exerce as funções de Instrutor da Escola de Aeronáutica.

2. Em solução, de acordo com pareceres emitidos pela Comissão de Promoções de Oficiais e pelo Estado-Maior do Exército, declaro que deve ser contado como tempo

Conceito numérico

Conceito numérico
4 (quatro)
Abaixo de 4 (quatro) até 3 (três) inclusive
Abaixo de 3 (três) até 2 (dois) inclusive
Abaixo de 2 (dois) até 1 (um) inclusive
Abaixo de 1 (um)

("Diário Oficial" de 19-III-1957.)

de serviço passado como Instrutor, o exercido por oficiais do Exército nas Escolas de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais, bem como nas de Comando e Estado-Maior de qualquer das Forças Armadas.

("Diário Oficial" de 19-III-1957.)

* *

AVISO N. 206-D-5-F, DE 15 DE MARÇO DE 1957

De acordo com os pareceres da DPA e do EME, em solução a consulta do Exmo. Sr. General Cmt. do III Exército, resolvo, que aos Sargentos oriundos da EsSA que não completarem o tempo a que se obrigaram a servir, nos termos do art. 42 da Portaria n. 9.528, de 5 de agosto de 1946, não cabe o amparo do art. 100 da LSM.

("Diário Oficial" de 19-III-1957.)

* *

AVISO N. 207-D-5-A, DE 15 DE MARÇO DE 1957

Consulta o Chefe do Estado-Maior da 1ª DC, como considerar os conceitos sintéticos de que trata o art. 62 da Lei n. 2.657, de 1 de dezembro de 1956, correspondentes a números fracionários do conceito numérico.

2. Em solução de acordo com o Parecer n. 288-B, da Comissão de Promoções de Oficiais, declaro que deve ser adotado o critério do quadro seguinte:

Conceito sintético

Conceito sintético
"Excepcional"
"Muito bom"
"Bom"
"Regular"
"Insuficiente"

AVISO N. 174-D-6

A fim de que seja facilitado o registro, por parte da Comissão Superior de Economia e Finanças, dos dados constantes dos balancetes de receita e despesas, remetidos àquela Comissão pelas Unidades Administrativas, de acordo com o Aviso n. 179-D-H, de 20 de fevereiro de 1956, faz-se necessário maior uniformidade na maneira de escriturar os citados

balancetes, pelo que dou por bem recomendado a rigorosa observância dos modelos estabelecidos pelo R-3 e das prescrições contidas no Aviso n. 941 — Balc. 1, de 15 de abril de 1942.

A partir da data da publicação do presente Aviso, deve acompanhar os espelhos dos balancetes de Receita e Despesa, sempre que ocorrer a transferência de um título para outro.

(“Diário Oficial” de 9-III-57.)

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen-Ex Estevão Leitão de Carvalho.

Emb João Neves da Fontoura.

Emb Olegário Marianno.

Gen-Div Nicanor Guimarães de Souza.

Gen Silveira de Mello.

Sr. Cândido de Oliveira.

Prof David Carneiro.

Cel Arold Ramos de Castro.

Prof Helio Viana.

Cap-Frag Jayme de Azevedo Pondé.

Ten-Cel Henrique Carlos de Assumpção Cardoso.

Cap Carlos Gomes da Silva.

Cap Rubens Mário Caggiano Jobim.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 10.00

S. M. G.
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1957